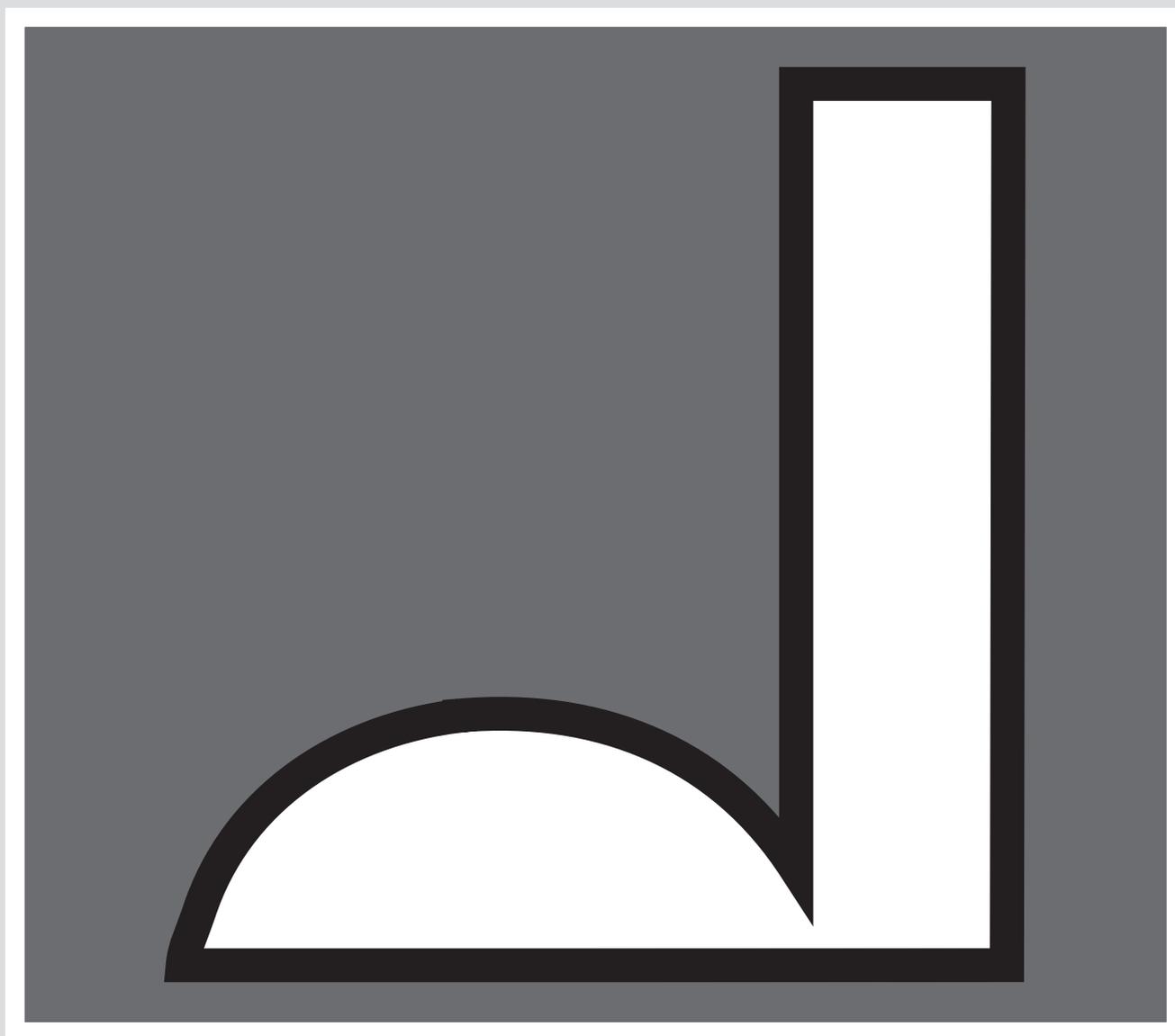




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 008 - TERÇA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN²
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges¹ PR-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 28	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 27
LÍDER Valdir Raupp VICE-LÍDERES LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 2 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes ⁴ Romeu Tuma ⁴ LÍDER DO DEM – 14 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 5 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 2.10.2007).

² Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007)

EXPEDIENTE

<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 2008(*)

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, celebrado em Acra, em 12 de abril de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, celebrado em Acra, em 12 de abril de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado esta publicado no DSF de 12-7-07

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 2008(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba em Matéria de Turismo, celebrado em 26 de setembro de 2003, em Havana.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba em Matéria de Turismo, celebrado em 26 de setembro de 2003, em Havana.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado esta publicado no DSF de 7-3-07

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 2008(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado esta publicado no DSF de 12-7-07

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 2008(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Extradicação, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Extradicação, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado esta publicado no DSF de 12-7-07

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 8ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 346, 348, 351, 354 a 357, 359, 365, 367, 374, 375, 379, 381, 383 a 386, 389, 393, 394, 396, 398, 401, 403, 404, 406 a 408, 410 a 412, 415 a 418, 421, 423, 426, 427, 431, 434, 441, 442, 447, 450, 456, 460, 461, 464 a 467 e 470, de 2007..... 2511

1.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar.* 2514

Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que *acrescenta parágrafos ao art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da condição de segurado especial, para produtores rurais com até dois empregados, fixando contribuição diferenciada, e dá outras providências.*..... 2516

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 119, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2004. **Deferido.** 2517

1.2.4 – Ofício

Nº 41/2008, de 14 do corrente, do Senador José Nery, de indicação do nome de S. Exa. para compor a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. *Designação do Senador José Nery para integrar, como Suplente, a referida Comissão.*..... 2517

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Considerações sobre a reforma política. Defesa de mudanças na tramitação dos vetos presidenciais e das medidas provisórias. 2518

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Comentários sobre os gastos com a decoração do apartamento funcional do reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland..... 2520

SENADOR MÁRIO COUTO – Solicitação de celeridade na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que resgata o poder aquisitivo dos benefícios dos aposentados. 2525

SENADOR MÃO SANTA – Críticas a política governamental para a terceira idade. 2528

1.2.6 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Senador José Agripino, sobre a indicação da Presidência e da Relatoria na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que vai investigar as denúncias em torno dos cartões corporativos; e se haveria impedimento de ordem legal ou regimental para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito exclusiva do Senado Federal, havendo o Senhor Presidente, Senador Papaléo Paes, solicitado prazo para que a Mesa analise a questão tecnicamente..... 2532

1.2.7 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Comentários sobre artigo intitulado “O fim da CPMF e a inflação”, de autoria do Professor Marcos Cintra, publicado no jornal **Folha de S.Paulo.** 2534

1.2.8 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 262, de 2003, e 107, de 2007..... 2537

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 14 de fevereiro de 2008 e publicação em 15 do mesmo mês e ano, da **Medida Provisória nº 418, de 2008**, que *altera as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria.*..... 2437

1.2.9 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Referências ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti. Preocupação com a queda de arrecadação do Fundo de Participação de diversos municípios, com a alteração da metodologia do IBGE para a averiguação da situação demográfica e a demarcação dos limites municipais. 2538

1.2.10 – Leitura de requerimento

Nº 120, de 2008, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Bernardo Araújo Rocha. **Usa da palavra o autor**..... 2541

1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR SIBÁ MACHADO – Resultados da pesquisa CNT-Sensus, avaliando a performance do Governo Federal e do Presidente Lula. 2542

SENADOR PEDRO SIMON – Comentários a entrevista do Senador José Sarney à **Folha de S.Paulo**, e sobre CPIs. 2548

SENADORA IDELI SALVATTI – Registro da pesquisa CNT-Sensus sobre o Governo Lula. 2551

SENADORA MARISA SERRANO – Considerações sobre os cartões corporativos e acerca dos anunciados resultados de pesquisas avaliando o Governo Lula. Preocupação com a restrição à carne brasileira pela União Européia. 2552

SENADOR PAULO PAIM – Reflexão sobre a reforma tributária. 2556

SENADOR LOBÃO FILHO, como Líder – Ponderações sobre a suplência de senador da República. Anúncio do afastamento de S.Exa. do Democratas. 2559

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Comentários a reportagem intitulada “Operação Amazônia vai custar R\$180 milhões”, publicada ontem, pelo jornal **Correio Braziliense**. Proposta da criação do Ministério da Amazônia. 2561

SENADOR PAPALÉO PAES – Comemoração pelos duzentos anos de criação da primeira faculdade de medicina do País. 2564

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Propostas de mudanças na composição e representatividade das CPIs e do Conselho de Ética. 2566

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Perplexidade com a notícia de que a CPI das ONGs seria reiniciada com um grande acordo. 2569

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Votos de pronta recuperação aos Senadores Aloizio Mercadante e Jonas Pinheiro. Comentários aos resultados da pesquisa CNT/Sensus sobre a popularidade do Presidente Lula e às principais alterações ao projeto que dispõe sobre a Lei Geral de Licitações. 2571

1.2.12 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da entrevista intitulada “FHC dispara o alarme”, publicada na revista **Istoé Dinheiro**, edição de 20 de corrente. 2602

1.2.13 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 19, terça-feira, com Ordem do Dia anteriormente designada. 2509

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – REPUBLICAÇÃO DO DISCURSO PROFERIDO PELO SENADOR EDUARDO SUPLICY, NA SESSÃO DO DIA 5-12-2007, PUBLICADO ÀS PÁGINAS 43712 A 43722 DO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL DO DIA 06-12-2007, PARA FAZER CONSTAR O ARTIGO “ZÉ CELSO LEVA O CINCO ESPETACULOS DE ‘OS SERTÕES’ A CANUDOS”, DE AUTORIA DE FERNANDO AMORIM.

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 8ª Sessão Não Deliberativa, em 18 de fevereiro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Paulo Paim e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2007** (nº 111/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Itatibense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiba do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2007** (nº 123/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Lourenciana de Artes e Recreação – Solar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2007** (nº 146/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural São Pedro Apóstolo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Ivaí, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2007** (nº 153/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Caparaó, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2007** (nº 154/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Aquidabã – ACCCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aquidabã, Estado de Sergipe;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2007** (nº 155/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Sociedade de Radiodifusão Comunitária do Município de São Caetano para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Caetano, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2007** (nº 159/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Anel do Brejo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coremas, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2007** (nº 207/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Oeste de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2007** (nº 218/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Confiança de Tatuí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2007** (nº 222/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos da Cultura de Guaporé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2007** (nº 268/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira – Assomira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Pará;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2007** (nº 272/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fraternidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2007** (nº 91/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sistema Bel´Rio de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2007** (nº 78/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Camaragibana de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passo do Camaragibe, Estado de Alagoas;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2007** (nº 84/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Amélia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Amélia, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2007** (nº 86/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Mamanguape – Adecam para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 385, de 2007** (nº 88/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Integração para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipatinga, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2007** (nº 109/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos de Ibitiura de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibitiura de Minas, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2007** (nº 168/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Entre Rios do Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios do Oeste, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2007** (nº 230/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Mantenópolis – Acomant para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mantenópolis, Estado do Espírito Santo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2007** (nº 232/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Candelária FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alto Paraíso, Estado de Rondônia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2007** (nº 238/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Putinga, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2007** (nº 245/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Camargo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camargo, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2007** (nº 248/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário Progresso de Derrubadas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Derrubadas, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2007** (nº 252/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Skala para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaíba, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2007** (nº 264/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capanema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capanema, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2007** (nº 270/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Flores Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Flores, Estado do Rio Grande do Sul;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2007** (nº 286/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Lontrense FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto do Lontra, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2007** (nº 287/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Tabuleiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matinhos, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2007** (nº 291/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Pedritense de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dom Pedrito, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2007** (nº 292/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Simpatia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2007** (nº 349/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional de Ipatinga para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2007** (nº 90/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Cataratas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2007** (nº 117/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empresa Jornalística Noroeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2007** (nº 130/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Piccinini & Lucca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Roca Sales, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2007** (nº 145/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Porto Alegre do Tocantins – TO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre do Tocantins, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2007** (nº 170/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Candelária FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Horizonte do Oeste, Estado de Rondônia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2007** (nº 195/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Venâncio Aires Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2007** (nº 212/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Radiofônica.Com Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Augusto, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2007** (nº 215/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ciríaco, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 431, de 2007** (nº 227/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Rio Pardo de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Pardo de Minas, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2007** (nº 239/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Sistema Norte de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2007** (nº 77/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM 102 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 442, de 2007** (nº 82/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Cultural Celinauta para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 447, de 2007** (nº 169/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Sistema SJV de Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Varginha, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 450, de 2007** (nº 187/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Agência de Desenvolvimento de Mallet para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mallet, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2007** (nº 273/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à SPC – Sistema Paraense de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Araguaia, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 460, de 2007** (nº 194/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Taquara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2007** (nº 299/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural da Serra para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 464, de 2007** (nº 308/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goioerê, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 465, de 2007** (nº 310/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Mallet Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de Mallet, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 467, de 2007** (nº 315/2007, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores Urbanos de Quedas do Iguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná; e

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 470, de 2007** (nº 330/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Capitão Leônidas Marques (Acocalema) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, Projetos de Lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, DE 2008

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos classificados na posição 8702 e seus desdobramentos, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), destinados a transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal.

Art. 2º A isenção de que trata o art. 1º se aplicará também à aquisição dos veículos por profissionais autônomos e suas cooperativas, habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar, na forma do regulamento.

Parágrafo único. A isenção será declarada nula, sendo o imposto cobrado com todos os acréscimos legais, se verificada antes de decorridos cinco anos da data de aquisição:

I – a transferência, a qualquer título, da propriedade dos veículos objeto da isenção, salvo prévia anuência do órgão de administração fiscal;

II – a comprovação de uso dos veículos em atividade diversa do transporte escolar;

III – a descaracterização dos veículos, se a isenção houver sido baseada no disposto no art. 3º desta lei.

Art. 3º O Regulamento poderá restringir a isenção de que trata esta Lei a veículos que obedecem a modelos com características especiais, inclusive quanto a pintura externa e a identificação por palavras ou símbolos.

Art. 4º Fica assegurada a manutenção do crédito relativo a matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados nos bens objeto da isenção de que trata o art. 1º.

Art. 5º Para os fins do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação ocorrer depois de sessenta dias de publicação desta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta lei produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 5º.

Justificação

A idéia de educação e de política educacional tem evoluído significativamente nas últimas décadas, para incluir uma série de conceitos complementares, na busca da otimização do investimento, de sua eficiência e eficácia máximas.

Assim, por exemplo, quanto à merenda escolar, ao fornecimento do livro didático, da inclusão digital, da capacitação continuada dos docentes entre tantos outros.

Nessa mesma linha se insere a facilidade de acesso físico ao estabelecimento escolar, que, antes de tudo, é condição de rendimento do aprendizado, e envolve também vários outros fatores ligados à prestação, à segurança, ao custo e, muitas vezes, ao próprio fluxo de trânsito nas proximidades da escola. O problema se apresenta tanto nas grandes cidades quanto nas zonas agrícolas.

Nas zonas agrícolas, as administrações locais enfrentam o problema de proporcionar ensino fundamental a menores residentes em áreas rurais. Essa clientela apresenta diversas peculiaridades que afe-

tam a execução da política educacional. A dispersão geográfica da residência dos alunos em idade escolar é a principal dessas peculiaridades, o que aconselha a polarização em escolas mais bem instaladas, equipadas e supridas de pessoal qualificado.

No entanto, a polarização implica o problema de transportar a população infantil rurícola, diariamente, com um mínimo aceitável de conforto e segurança, em percursos de ida e volta, enfrentando rede de estradas vicinais nem sempre bem conservadas ou suficientemente capilarizadas.

Nas grandes cidades, o problema também existe, embora com outras características, porque se agregam aí os problemas da violência urbana, da complexidade do trânsito, do alto custo que o transporte escolar representa para as famílias de baixa renda e tantos outros.

A crescente inserção da mulher no mercado de trabalho provoca, principalmente nas regiões metropolitanas, menor atenção familiar à criança em idade escolar e a dificuldade de acompanhá-lo no trajeto de ida e volta da escola. Entretanto, é necessário que seu custo esteja ao alcance da maioria das famílias, sendo privado, ou que seja proporcionado pelo Estado, para aquelas que não conseguem suportar o ônus.

Proporcionar transporte digno, seguro e eficiente aos estudantes é parte importante da política educacional, e, conseqüentemente, de toda a política econômico-social do Governo.

A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados que se pleiteia neste projeto decorre dessa linha de raciocínio. Evidentemente há uma pequena renúncia de receita a considerar. Todavia, em primeiro lugar, tal renúncia é também suportada pelos próprios beneficiários, que, constitucionalmente, têm participação no produto da arrecadação do imposto, no caso das administrações municipais. Em segundo lugar, ela representa investimento na melhoria do padrão de vida dos cidadãos e na evolução do sistema educacional como um todo.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

.....

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que respondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º.

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 6º O projeto de lei orçamentária as receitas e despesas, decorrente de financeira, tributária e creditícia.

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos – cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2008

Acrescenta parágrafos ao art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da condição de segurado especial, para produtores rurais com até dois empregados, fixando contribuição diferenciada, e dá outras providências.

rado especial, para produtores rurais com até dois empregados, fixando contribuição diferenciada, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescidos dos seguintes §§ 6º e 7º:

“Art. 11.

.....

§ 6º Não perde a condição de segurado especial e todos os direitos inerentes a esse enquadramento, o pequeno produtor rural, com até dois empregados, desde que contribua na forma do § 7º deste artigo.

§ 7º Na hipótese do parágrafo anterior, a contribuição devida à Previdência Social, relativa aos empregados, será de 11% (onze por cento), sendo que, deste percentual, 5% (cinco por cento) serão descontados dos salários do empregado, e os 6% (seis por cento) restantes ficarão a cargo do empregador. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor no primeiro dia útil do exercício seguinte ao de sua publicação.

Justificação

A condição de segurado especial é vista de forma muito restritiva pela Previdência Social. Muitas exigências e dificuldades burocráticas e legais são impostas para que esses trabalhadores, via de regra, os mais pobres do quadro de trabalhadores do país, possam ter acesso aos benefícios. Assim, não é sem razão que há insatisfação no campo, em especial quando se compara o tratamento legal anterior com o atual.

É preciso recuperar as funções sociais que decorrem da condição de segurado especial, promovendo a inclusão de um número cada vez maior de pequenos produtores rurais. Trata-se de um verdadeiro programa de renda mínima, com elevada capacidade distributiva e que, em última instância, é um dos principais responsáveis pela melhoria dos indicadores sociais brasileiros.

Dentre as restrições impostas está a exigência de que o segurado especial não tenha empregados. Como conceito genérico, tudo bem. Mas isso acaba desestimulando a contratação de empregados nas pequenas propriedades rurais, nas quais há um espaço para milhões de empregos formais, a exemplo do que ocorre com os pequenos empreendimentos urbanos.

Ocorre que, na atividade rural, a necessidade de mão-de-obra depende de fatores sazonais. Em boa parte do país, o pequeno produtor só dispõe de uma safra, precisando, na urgência da colheita ou em de-

corrência do tipo de atividade, da contratação de terceiros. E injusto e descabido que ele perca a condição de segurado especial pela simples contratação de até dois empregados.

Nossa proposta contempla um percentual diferenciado de contribuição, de 11% (onze por cento), com responsabilidade compartilhada entre empregador e empregado. Com isso, certamente haverá um aumento na arrecadação, com o aumento no número de contribuintes e com o aumento nos indicadores de formalização do trabalho no campo. O aumento no número de possíveis beneficiários será compensado com o aumento da arrecadação. Ainda assim, estabelecemos prazo para o início da vigência da Lei, a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.

Por todas essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação de nossa iniciativa. Ela pode servir como estímulo à contratação de trabalhadores formais no campo, levando empregos pequenas propriedades rurais.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2008. – Senador **Paulo Paim**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Seção I Dos Segurados

Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

(...)

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.

§ 2º Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas.

§ 3º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social–RGPS que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições de que trata a Lei nº

8.212, de 24 de julho de 1991, para fins de custeio da Seguridade Social. (Incluído pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 4º O dirigente sindical mantém, durante o exercício do mandato eletivo, o mesmo enquadramento no Regime Geral de Previdência Social-RGPS de antes da investidura. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 1997)

§ 5º Aplica-se o disposto na alínea **g** do inciso I do **caput** ao ocupante de cargo de Ministro de Estado, de Secretário Estadual, Distrital ou Municipal, sem vínculo efetivo com a União, Estados, Distrito Federal e municípios, suas autarquias, ainda que em regime especial, e fundações. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

.....
(Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Sociais – cabendo à última a decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 119, DE 2008

Nos termos do disposto no inciso I, do art. 256 do Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, da PEC no 10 de 2004, tendo em vista aprovação de matéria semelhante, convertida em norma jurídica por meio da Emenda Constitucional nº 50 de 2006.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício SF/GSJN nº 41/2008

Brasília, DF, 14 de fevereiro de 2008

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, após entendimento com a liderança do Democratas, conforme Of. nº 10/08-DEM em anexo, indico o meu nome para compor a comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, na qualidade de suplente.

Atenciosamente, – Senador **José Nery**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência designa o Senador José Nery para integrar, como suplente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do expediente lido.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há oradores inscritos.

Antes de conceder a palavra ao primeiro inscrito, inscrevo-me para uma comunicação inadiável, em permuta com o Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, a reforma política, na minha opinião, que interessa ao País transcende o universo de normas jurídicas, disposições legais e atos normativos que regulam os pleitos do segundo maior colégio eleitoral do mundo ocidental. O Brasil ostenta a condição de ser o segundo maior colégio eleitoral do mundo ocidental; só os Estados Unidos têm um colégio eleitoral maior. A reforma política que preconizo deve ser bem mais abrangente. Destaco, em especial, as instituições políticas, o relacionamento entre os poderes do Estado, a organização federativa e, sobretudo, as práticas que constituem a nossa cultura política, velha de 500 anos, desde que aqui aportaram as estruturas do poder colonial, sob o qual vivemos por mais de três desses cinco séculos de existência do nosso País.

Quando, Sr. Presidente, me refiro às práticas, cito como exemplo o efetivo funcionamento do Poder Legislativo, no qual, de alguns anos até esta data, o formalismo dos atos se sobrepôs à relevância dos fatos. E vou dar alguns exemplos.

A reunião conjunta das duas Casas do Congresso se circunscreve, na minha opinião, além de eventuais episódicas sessões de homenagens, às anuais de instalação das sessões legislativas e às destinadas a receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República a cada quadriênio, por ocasião das suas respectivas posses.

Toda vez que se analisa esse tema, a conclusão lógica a que se chega, sobretudo na chamada América Meridional, cinge-se à necessidade de fortalecer as instituições, porque, como Bobbio tem salientado, as pessoas passam, mas as instituições ficam. Não adianta ter a ilusão de pensar que as pessoas são perfeitas, que são quase providenciais e capazes de resolver todos os problemas. Antes, devemos ter a consciência de que o vertebral um verdadeiro Estado democrático é a existência de instituições sólidas, firmes, que perpassam os tempos e que, conseqüentemente, garantem a continuidade do processo democrático.

Richelieu afirmou certa feita que os homens podem contar com a eternidade, mas os Estados, posto que instituições temporais, não podem almejar a salvação eterna. Friso, pois, ser indispensável melhorar o desempenho dos Poderes da República, sobretudo as relações entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Herdamos do constitucionalismo norte-americano a experiência de freios e contrapesos – *checks and balances* – , como se diz no constitucionalismo norte-americano, que marca o relacionamento entre os três Poderes.

O constitucionalismo brasileiro prescreve que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são independentes, mas devem ser harmônicos.

Sem tal procedimento, é elementar, estaremos convivendo com crises que impedem tempestivas respostas às demandas da sociedade.

Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, desejo, para não me alongar, reportar-me à questão dos vetos presidenciais e às medidas provisórias, estas, cada vez mais freqüentes, conquanto nem sempre atendam aos pressupostos de relevância e urgência.

Nunca é demais repetir que, para uma medida provisória ser editada, é fundamental que estejam presentes esses dois fundamentos – a relevância da matéria e a sua urgência. Nos últimos anos, Sr. Presidente, temos observado que as medidas provisórias são baixadas sobre temas não relevantes, como meras aberturas de créditos especiais ou extraordinários e, conseqüentemente, sem a necessária urgência. Tratam de matérias que poderiam ser apreciadas pelo Poder Legislativo em regime de tramitação normal de lei, evitando-se, assim, o pernicioso mecanismo de trancamento de pautas.

No ano passado, fiz um levantamento – eu me circunscrevi ao Senado Federal, não examinei a situação da Câmara, mas sei que não é diferente naquela Casa – e verifiquei que houve mês em que houve mais sessões de apreciação de medidas provisórias, ou sessões que não conseguiram deliberar pela existência delas. O que significa, trocando em miúdos, que cada vez o Congresso delibera menos, sobretudo, nas matérias de seu interesse.

Enfim, não é à toa que o Congresso Nacional é, por excelência, o Poder que elabora as leis. E o Congresso está, portanto, sem agenda, porque ela acaba sendo determinada pelo Poder Executivo, ao se valer do mecanismo das medidas provisórias. Isso frustra que as matérias de iniciativa dos Parlamentares sejam apreciadas.

Acontece, como conseqüência, que os Deputados e Senadores ficam, podemos dizer, frustrados pela impossibilidade de desenvolver-se adequadamente a agenda do Poder Legislativo.

Há, convém lembrar, atualmente em tramitação, na Câmara dos Deputados e no Senado da República, 28 medidas provisórias, algumas delas trancando a pauta, impedindo – como disse – que se desenvolvam adequadamente os trabalhos legislativos ordinários do Congresso Nacional.

O Poder Legislativo, portanto, em nossos dias, malgrado o empenho do Presidente Garibaldi Alves Filho, está sem agenda própria. Há uma plethora de matérias relevantes pendentes de desobstrução da Ordem do Dia, e a mesma coisa acontece, como já tive oportunidade de dizer, na Câmara dos Deputados.

De mais a mais, na atual legislatura, à semelhança do que ocorreu na legislatura anterior – na 52ª Legislatura –, existem 164 projetos vetados, total ou parcialmente, atingindo 1.070 dispositivos. Observe-se que, desses projetos vetados, 23 deles sequer foram lidos, estão no limbo. Há pelo menos alguns projetos que chegaram a ser lidos como mera formalidade. A Mesa os leu, o que significa dizer que começaram a ter vida, a tramitar, pela designação de comissões, para que sejam apreciados.

Mas há, todavia, vetos que nem sequer foram lidos, estão aí no limbo. O grave é que, a cada dia que passa, aumenta o número de proposições vetadas sem que o Congresso aprecie adequadamente. O processo de elaboração das leis não se conclui, gerando enorme insegurança jurídica para o cidadão, enfim, para a sociedade como um todo e até – por que não dizer, Sr. Presidente? – para os investidores estrangeiros que, muitas vezes, ficam dependendo da decisão final do projeto, sobretudo da apreciação do veto, para saber qual conduta adotar.

Temos matéria vetada em 1994, desde o Governo do Presidente Itamar Franco. Existem projetos vetados no período do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas a maioria dos que aguardam apreciação do Congresso Nacional são vetos a partir de 2003, já do atual Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. E isso acontece, Sr. Presidente, em que pese à Constituição em vigor, através da Emenda Constitucional nº 32, rezar:

Art. 66, § 4º “O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, por escrutínio secreto”.

Vivemos, em conseqüência, Sr^{as} e Srs. Senadores, nobre Senador Cristovam Buarque, uma espécie de vácuo legislativo em que há relevantes dispositivos

legais que não vigoram e sua vigência está dependendo de decisão conjunta das duas Casas do Congresso. Trata-se de situação rigorosamente inédita na vida republicana do País, já que sob a Constituição do Império, o instituto jurídico do veto era desconhecido. . .

É bom lembrar que a Constituição do Império, de 25 de março de 1824, incorporou um mecanismo inspirado em Benjamin Constant de Rebec, pensador franco-suíço que concebeu o Poder Moderador, para arbitrar os conflitos entre os três outros Poderes. Na Constituição Imperial de 1824, havia esse Poder Moderador, exercido no Brasil pelo Imperador, que tinha a opção de sancionar ou não a medida. E sua decisão era irrecorrível, não estando sujeita, portanto, à apreciação do Parlamento.

O veto, a partir das constituições republicanas – e eu me refiro à primeira Constituição Republicana de 1891 –, passou a ter outro tratamento, exigindo-se uma manifestação formal do Presidente da República num decêndio, ou seja, no prazo de dez dias, depois ampliado para quinze dias, e a conseqüente apreciação por parte do Congresso Nacional.

Mas, em função dessa Emenda Constitucional nº 32, de 2002, os vetos praticamente deixaram de ser apreciados. O fato de não haver a apreciação do veto gera realmente essa questão tão aguda quanto não solucionada nos dias de hoje.

O relacionamento entre o Poder Executivo e o Legislativo é outra das questões institucionais pendentes da nossa organização institucional. Enquanto o Executivo debita ao Congresso, sistematicamente, lentidão no complexo sistema de tomada de decisões, que é a apreciação das leis de diferentes níveis hierárquicos – emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos etc –, o Congresso reclama do Executivo o uso imoderado, como falei há pouco, e abusivo das medidas provisórias, as chamadas MPs, instrumento desconhecido em nossa história institucional até a promulgação do texto da Constituição de 1988, trasladado literalmente da Constituição Parlamentarista da Itália de 1946.

É oportuno observar que houve uma coincidência histórica entre Brasil e Itália, porque ambos, em 1946, elaboraram uma nova Constituição, a Itália saindo do fascismo e o Brasil, do Estado Novo. Esses dois países se defrontaram com a necessidade de elaboração de uma nova Constituição. Isso foi feito, mas não incorporamos à Carta de 1946 nenhum mecanismo nesse sentido. A medida provisória surgiu depois, na Carta de 1988, e produz um efeito nocivo à boa tramitação dos trabalhos parlamentares e ao bom andamento das matérias. É, em última análise, um mecanismo que provoca desequilíbrio no sistema de freios e con-

trapesos, a que já aludi, essencial princípio da divisão dos poderes existente há mais de dois séculos e que as Emendas Constitucionais nº 08, de 1995, e nº 32, de 2002, não foram capazes de resolver.

Sr. Presidente, o que ocorre nas relações Executivo-Legislativo verifica-se com igual intensidade entre o Executivo e o Judiciário, de um lado, e entre o Judiciário e o Legislativo, do outro. No primeiro caso, em razão da insistência do Executivo na prática de atos já decididos pacífica e tranqüilamente em seu desfavor por todas as instâncias da Justiça, o que tumultua a rotina do Supremo e dos Tribunais Superiores, obrigando-os a apreciar ações já decididas em primeira instância. E, na visão do Executivo, pela sucessão de recursos judiciais, cautelares uns, protelatórios outros, que perturbam a Administração, quando não a imobilizam. Entre o Legislativo e o Judiciário, há também um contencioso de razoável dimensão. No caso da Justiça Eleitoral, também, por decidir ultimamente sobre matérias que não são substantivamente de natureza constitucional. E, da parte do Judiciário, há também uma reclamação, pela lentidão com que o Legislativo age na atualização da legislação processual, cujos ônus terminam debitados aos tribunais, por falta de operosidade do Congresso em matéria de sua competência.

São questões, portanto, mal resolvidas na Constituição, em face do desmedido crescimento do poder e das estruturas do Estado e do espírito corporativo que preponderou nas constituintes, que, historicamente, jamais se preocuparam em definir, preliminarmente, o que é de natureza constitucional e o que deve ser deixado à competência da legislação ordinária.

Antes de terminar, talvez a minha última consideração diz respeito a esse tema. Precisamos ter presente que há muita coisa na Constituição de 1988 que é formalmente constitucional, mas não é materialmente constitucional. Essa distinção é essencial. Renomados constitucionalistas insistem nesse campo, porque nós colocamos na Carta de 1988 muitos dispositivos que se tornaram constitucionais, mas, para usar expressão do constitucionalista Afonso Arinos, não são organicamente constitucionais.

Nós temos matérias que deveriam estar reguladas em projeto de lei e as alçamos à condição de preceito constitucional. Tudo isso, Sr. Presidente, concorre, como é notório, para aumentar a insegurança jurídica em nosso País, afetando, por conseguinte, o processo de desenvolvimento da Nação. Os agudos problemas nacionais deixam de ser enfrentados no seu devido tempo pelo nosso déficit de governabilidade. “Déficit de governabilidade” é uma expressão usada pela primeira vez por Norberto Bobbio, que faleceu há 3 anos, quando dizia que a questão de hoje não é mais a do

Estado máximo e do Estado mínimo, a questão é da governabilidade. Os países que conseguiram vertebrar instituições sólidas, conseguiram alto nível de governabilidade, e assim conseguiram resolver os seus problemas e conseguiram crescer a taxas significativamente mais altas do que cresce o Brasil.

Reputado cientista político, que assina seus textos muitas vezes sob o pseudônimo de Alípio Severo, observa, com propriedade, que “vivemos entre o limbo das promessas e o inferno da realidade”. Não é isso senão o que sente o cidadão brasileiro que almeja ver o Brasil deixar de ser o país do futuro para se transformar numa Nação desenvolvida, justa e sem abrigar desigualdades?

Sr. Presidente, fiz essas considerações com o objetivo de talvez comover o Congresso Nacional, e de modo especial o Senado Federal, para a importância de avançarmos no campo das reformas políticas, tema que, aliás, não foi suscitado na mensagem presidencial deste ano. Estivemos aqui presentes, na quarta-feira de cinzas, e a mensagem de Sua Excelência o Senhor Presidente da República não tocou, sequer indiretamente, na questão das reformas políticas. Na medida em que elas não acontecem, o processo de desenvolvimento nacional, de fortalecimento institucional, fica sempre adiado, trazendo conseqüências inimagináveis para o povo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito. Antes, porém, pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para solicitar a minha inscrição para falar pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a está inscrita, podendo, inclusive, fazer uso da palavra neste momento, após o uso da palavra do Senador Cristovam Buarque.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não, não, vou utilizar a palavra mais tarde um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado!

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, bem antes de ser Senador, sou professor e sou, especificamente, Senador Mão Santa, há quase 30 anos, professor da Universidade de Brasília. E é como tal, como professor dessa universidade, como ex-Reitor, Senador, que ve-

inho falar aqui sobre os fatos que têm tomado conta do noticiário local e nacional nesses últimos dias.

Quero falar, como professor, como ex-Reitor e como Senador, para manifestar qual é a minha posição diante dos fatos que ocorreram nesses últimos dias na Universidade de Brasília em relação aos gastos que a Reitoria teve com o imóvel da universidade colocado à disposição do Reitor Timothy.

Quero dizer aqui que, no sábado, como professor e ex-Reitor, convidei-o para conversar, tive uma conversa com ele e chegamos a diversos acordos. Quanto ao primeiro acordo, Senador Mão Santa, estou com o Professor Timothy de que não houve ato ilegal, de que não houve apropriação indébita, de que nenhum real saiu do setor público para o bolso do Reitor ou para qualquer de seus funcionários.

Nisso temos que estar de acordo, mas ele também teve que ficar de acordo comigo que, se não houve ato ilegal, houve um grande equívoco, um grande equívoco nas prioridades. Ao tirar-se dinheiro de destinos muito mais importantes para o desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico do Brasil, que é a finalidade da universidade, para um próprio da universidade – não do Reitor, é preciso repetir – mas cuja finalidade era a moradia onde os reitores, atual e futuros, ficam.

Estamos de acordo de que pode não ter sido ilegal, mas de que não foi correto. E ele reconhece que foi um erro cometido no momento de tomar aquela decisão. É preciso lembrar que em certos países – e o Brasil é um deles – nem tudo que é legal é correto, é decente. Pessoalmente, creio que, quando a legalidade não é correta, está na hora de mudar o que é legal; quando certos atos não são legais, acho que o que está errado é a legalidade. Tem que mudá-la. Tem que passar a ser ilegal uma instituição universitária ter falta de material para o seu funcionamento, ter as instalações onde moram os estudantes em condições precárias, e passar a ser legal colocar dinheiro em outros destinos.

Portanto, estamos de acordo. Não houve apropriação indébita de recursos, não houve roubo, não houve nada ilegal, mas houve um grave equívoco que é preciso ser corrigido. Até porque não é apenas do ponto de vista dos recursos, mas também do ponto de vista da imagem da instituição.

Não posso negar – e foi aí que decidi convidar o professor Timothy para conversar – que me chocou profundamente tomar conhecimento de que a polícia estava no campus. Porque a polícia já entrou no campus da universidade para acabar com a subversão, e não por suspeita de corrupção. Aquelas invasões na universidade engrandeciam a universidade na sua luta. Essa entrada da polícia na universidade me preocupa,

porque a autonomia universitária é fundamental para mantermos a decência, a ética e a correção dentro da universidade.

Por isso, a terceira coisa com a qual creio que estamos de acordo é de que é preciso que o Professor Timothy dedique o máximo do seu tempo dentro da instituição para explicar à comunidade o que houve, reconhecer os erros cometidos e tentar encaminhá-los adiante, porque, Senador Paim e Senador Eurípedes, uma das coisas tristes desse fato é que a administração do Professor Timothy é uma das melhores administrações que a universidade vinha tendo.

Ele teve a coragem – e aproveitou para citar os dois, Eurípedes e Paim juntos – de levar adiante o projeto de quotas de maneira pioneira no Brasil; ele trouxe, de maneira pioneira no DF, a abertura de *campus* universitário em outras cidades do Distrito Federal; ele amplia, de maneira sistemática, as construções dentro do *campus*; o aumento de vagas; a instalação de novos cursos noturnos; a criação de institutos e departamentos. É uma pena que uma administração que vinha de maneira tão dinâmica e tão bem orientada do ponto de vista das prioridades acadêmicas, de repente, por um equívoco, um grave equívoco de prioridades, entra numa situação em que ninguém consegue ver as boas coisas e sim aquele fato que foi cometido.

Por isso chegamos à conclusão, nas nossas conversas, de que seria correto que, a partir desses dias, ele se dedique ao máximo a tentar explicar e pedir desculpas daquilo que foi errado. Chegamos até mesmo à conclusão de que, durante esse período em que ele vai ter que se explicar, ele tem que dedicar o mínimo de tempo à administração do dia-a-dia, deixando isso para o vice-reitor, e se dedicar, ao máximo, Senador Papaléo, a essa caminhada dentro da universidade para se explicar um por um.

Chegamos também à conclusão, quase que por sugestão dele, de que ele está disposto a vir aqui à Comissão de Educação para debatermos não especificamente esse fato, mas algo maior que isso, que é a situação das fundações que existem hoje nas universidades e que funcionam de maneira quase independente do Conselho Universitário, quase que independente das autoridades acadêmicas, a ponto de tomar-se uma decisão como essa de mobiliar um apartamento funcional do reitor que estiver no momento sem que a comunidade seja ouvida.

Por isso a vinda dele aqui não deve ficar só dele, como Presidente do Conselho de Reitores, e não como Reitor da UNB apenas mas também do Presidente da Associação das Instituições de Ensino Superior Federais do Brasil. Que eles venham aqui para a gente conversar sobre qual é o papel, a finalidade, o aspecto

positivo das fundações e por que elas não conseguem funcionar de maneira que todos saibam que ela funciona corretamente.

Como podemos fazer para que elas funcionem da maneira mais transparente possível? Essas são as conclusões que a gente tomou e que espero sejam cumpridas, mas não quero ficar só nesse discurso. Quero aproveitar o momento para especularmos porque fatos como esses acontecem, não só dentro da instituição universitária, mas no Brasil inteiro.

Eu defendo aqui – e repito – e disse diversas vezes que o que faz com que fatos como esse aconteçam não é apenas a falta de transparência na tomada de decisões. É também, sim, uma característica perversa da sociedade brasileira que não conseguiu completar ainda a República e que faz com que cada um de nós – não vamos excluir ninguém – aja no dia-a-dia como se as instituições nas quais trabalhamos nos pertencessem, e não a uma Nação, e não à República.

Vejam que corretamente estamos criticando a maneira como se fez na UnB nesses dias com esse apartamento. Mas não vejo críticas a como se faz todos os dias em órgãos públicos brasileiros. Aliás, se a gente for olhar bem, se há uma instituição que tem característica de austeridade neste País é a instituição universitária federal. Faço muitas outras críticas, mas não são instituições que desperdicem recursos.

Quem já entrou num escritório dos órgãos superiores do Poder Judiciário brasileiro sabe que os gastos que são feitos ali não são característicos de uma República. Quando houve o escândalo do TRT, todos nos escandalizamos corretamente com o fato de que um empreiteiro, que um dos Juízes, tinha se apropriado de dinheiro público. Ninguém se escandalizou com o valor de 180 milhões de reais gastos na construção de um prédio público em um país onde 51% não tem esgoto e quase número igual não tem água encanada, por falta de espírito público. E o Senado não tem como dizer que não está ausente também dessa falta de espírito público. Se a gente for olhar, Sr. Presidente, o quanto gastamos nas reformas dos nossos escritórios, dos nossos gabinetes, de vez em quando, é capaz de ser mais do que o reitor gastou em um apartamento que ele não deveria ter gasto. Há uma falta de espírito público no País porque a República não foi completada, porque nós agimos como se ainda existisse o Império e nós fôssemos os nobres desse Império, como se não devêssemos prestar contas ao povo de cada centavo que a gente gasta, não só do ponto de vista da ética, do comportamento de não roubar, mas também do ponto de vista da ética das prioridades, de investir dirigindo ao povo.

O Senador Marco Maciel, há pouco, fez um belo discurso sobre o déficit de governabilidade, mas não discutimos o déficit de governabilidade que vem da falta de ética nas prioridades. As CPIs são constituídas para analisar os desvios de verba do setor público para o bolso privado, mas quantas CPIs já fizemos para discutir se era prioritário ou não fazer certos investimentos, mesmo sem haver roubo?

Fiz um apelo para uma CPI que analise o apagão intelectual deste País. Não quero saber, nessa avaliação, os aspectos de ética do comportamento, se houve ou não roubo de dinheiro. Para isso tem polícia, tem muita gente para fazer. Quero saber por que um País que consegue ser uma das maiores potências do mundo não consegue sair do quarto mundo na educação. Por que as prioridades estão equivocadas neste País? Por que, numa universidade, em vez de usarem recursos para comprar material de pesquisa, para melhorar a sala de aula, a gente – e vejam que falei a gente – coloca dinheiro em um dos apartamentos? Por que no Senado, por que no Poder Judiciário, por que em cada ministério, em vez de usar os recursos para as atividades fins a gente termina colocando nas atividades meio? E por que, quando colocamos nas atividades fins estamos mais preocupados com os aeroportos do que com as paradas de ônibus nas cidades brasileiras? Por quê? Por que, quando tem um apagão aéreo, o País inteiro se mobiliza, a imprensa inteira se mobiliza, e quando temos o apagão da educação, não vemos essa mobilização? Porque falta espírito público, porque falta espírito republicano. E eu digo isso lembrando o Senador Jefferson Péres, que tem sido um dos grandes defensores aqui dessa idéia de podermos fazer no Brasil a refundação da República. Aliás, acho que não deveria nem ser a refundação, deveria ser a fundação da República.

Quero concluir, Sr. Presidente, dentro do meu tempo, dizendo que desse fato, a instituição à qual pertencço, onde dou aula todas as semanas até hoje, onde tenho a honra de ter sido reitor, tem muito que aprender. A comunidade precisa aprender que não pode fechar os olhos para as coisas que estão acontecendo fora da atenção ao dia-a-dia. Por falta de atenção ao dia-a-dia é que um fato como esse aconteceu. O reitor Timothy e todos os seus auxiliares têm de aprender também que, na hora de decidir para onde vão os recursos, têm de encaminhar esses recursos primeiro para as atividades prioritárias, depois para as atividades que não são prioritárias. Agora, nós todos, nós todos precisamos aprender a lição também. Nós todos precisamos aprender a lição de que o público tem de estar na frente, não só do privado, mas tem de estar na frente das minorias quando elas vão se beneficiar.

Até mesmo as minorias que defendem corretamente seus direitos, Senador Paim, às vezes os defendem sem pensar no público. Eu, como o senhor sabe, sou defensor das cotas para mudar a cor da cara da elite brasileira, de um país africano cuja elite tem a cara de escandinavos. Mas o que me incomoda – e digo sempre ao Movimento Negro – é que eles lutam para aumentar as vagas para negros na universidade, mas não lutam para aumentar o número dos que terminam o ensino médio. Não vejo um movimento para que 100% dos negros terminem o ensino médio, não vejo um movimento para que todos os jovens terminem o ensino médio, mas vejo movimentos para aumentar o número de vagas nas universidades. Por isso, reafirmo que mesmo as minorias que defendem corretamente seus interesses não os defendem, em geral, do ponto de vista do interesse público, mas do ponto de vista do interesse específico da minoria. Essa lição a gente precisa aprender. O Reitor precisa aprender, a comunidade universitária precisa aprender e nós todos, os líderes deste País, precisamos aprender.

Estamos deixando muito de lado o interesse público em defesa dos interesses particulares. E eu não digo interesses pessoais, digo particulares. Interesses pessoais são os do indivíduo e particulares, os do conjunto. A maior parte do debate aqui é por um ou outro grupo, não há debate pela Nação como um todo. O próprio Presidente Lula, com todo respeito, fala com competência e carisma para as mães do Bolsa Família, para os meninos do ProUni, para cada grupo. A gente não vê o discurso da Nação. E é para o presente. A gente não vê o discurso do longo prazo. A falta do longo prazo, a falta do sentimento de Nação faz com que aconteçam fatos como esse da Universidade de Brasília, em quase todas as outras instituições, sem que a gente diga nada, sem que a gente nem ao menos comente.

Está na hora de tirarmos lição de tudo isso. Criticar, sim, o que foi feito de errado; procurar corrigir, sim, o que houve de errado lá na Universidade de Brasília, mas sem esquecer que as instituições universitárias, no seu conjunto, inclusive a UnB, são instituições mais austeras do que este Congresso, mais austeras do que o Poder Judiciário, mais austeras do que o conjunto dos órgãos públicos brasileiros. Por isso, vamos aprender a lição todos nós, criticando e ao mesmo tempo fazendo uma autocrítica para a falta do espírito público, do sentimento republicano, da responsabilidade de lutar e defender o conjunto, e não o particular, de pensar o longo prazo e não dar jeitinho no curto prazo.

É isso, Sr. Presidente, que quero dizer aqui como Professor, como ex-Reitor da Universidade, como cidadão brasileiro e cidadão brasileiro e como Senador.

Mas gostaria de conceder dois apartes, se o senhor me permitir, ainda nos dois minutos que eu tenho.

Ouçõ, em primeiro lugar, o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Cristovam, tudo o que V. Ex^a disse é verdade verdadeira, como Cristo falava. Olha, na minha experiência, eu tenho a contar um fato sobre o desrespeito ao Professor, à Universidade, a essas instituições, que têm austeridade. Salta aos olhos. Basta, como V. Ex^a disse, passar pela frente de qualquer edifício de universidade brasileira e dos prédios do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Basta isso, salta aos olhos. Mas eu queria dar um testemunho para educar o Brasil. Quando eu era prefeito, fui convidado para ir à Alemanha. Havia lá uma multinacional, Papaléo – V. Ex^a, que é médico –, que extraía do jaborandi a pilocarpina, um produto oftalmológico. Era a Merck, de Darmstadt, uma indústria poderosa. De repente, colocaram como meu cicerone o diretor, Professor Basedow. Sei que na Alemanha toda modernizada do pós-guerra, o trânsito andava todo engarrafado. O Basedow, que era diretor químico da Merck, sabia falar português. Bastava que dissessem “professor Basedow” e se abria o trânsito. Se entrávamos em um restaurante onde não havia vaga, bastava dizer “professor Basedow” e nos providenciavam a melhor mesa, até naquele restaurante de Frankfurt – eu pensei que estava bêbado, mas era o restaurante, ele gira! Então, quando se mencionava o nome do professor Basedow, tudo se facilitava. Aí, eu, perplexo, indaguei: mas V. S^a não é diretor químico da Merck, a poderosa, rica empresa que está pagando as minhas contas? Eu nunca tive tanta conta paga... Ele respondeu: “Realmente sou, mas antes fui professor de Heidelberg, e o título mais honroso aqui não é o do poder econômico – diretor químico, milionário, poderoso – e sim o de professor! E eu, antes de ser diretor da Merck” – a Merck Sharp & Dohme, fabricante de medicamentos que conhecemos – “ensinei por dez anos. Somente depois disso ingressei na Merck, pois convidaram-me como químico, e hoje sou um diretor da empresa, uma poderosa firma economicamente. Mas o maior título, o de maior respeito, o mais honroso na Alemanha é o de professor. Se V. Ex^a quiser, eu o levo, amanhã, a Heidelberg; à universidade”. Chegando à universidade, fiquei perplexo, porque a Alemanha é toda modernizada, Papaléo. Enfrentou duas guerras e eles reconstruíram. Tudo novo. E lá é uma cidade antiga. A gente toma um impacto. O mundo, em duas guerras, respeitou Heidelberg. Foi lá que estudou Einstein. Por isso, a diferença é o respeito ao saber. Então, o País, o Senado, a imprensa precisam estar atentos ao pronunciamento de V. Ex^a, que significa o saber, o maior bem, a melhor semente que podemos plantar neste Brasil.

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador Mão Santa. Eu só queria lembrar que, além da importância à educação que dão, eles completaram a república. São países que conseguem fazer com que todos os cidadãos se sintam parte de uma mesma família. Isso é a república, que vem de *res publica*, a causa do povo.

Até os países que têm monarquia completaram a república, do ponto de vista social, como é o caso da Suécia, da Dinamarca, da Noruega, da Inglaterra, da Espanha. São países que têm reis, mas a sociedade funciona como se fosse uma grande república, do ponto de vista social. Do ponto de vista político, é uma monarquia; do ponto de vista social, é uma república.

O Brasil, do ponto de vista político, é uma república; do ponto de vista social, é uma das mais arcaicas monarquias que temos. É uma nobreza com um rei eleito, mas que não deixa de ser um monarca, e nós todos, como nobres, ao redor dele, usufruindo daquilo que sobra da Corte, seja podendo reformar um apartamento para morar enquanto for reitor, seja usando o cartão de crédito corporativo sem saber se esse dinheiro é ou não para servir ao povo. Porque o maior problema do cartão corporativo é que o gasto não foi feito para servir ao povo. Se o cartão corporativo fosse usado para comprar um remédio na farmácia porque o doente daquele hospital estava precisando, muito bem, que viessem os cartões corporativos, mas não são para isso.

Então, agradeço ao Senador Mão Santa e lembro que a Alemanha, como o resto da Europa, conseguiu completar sua república. Nós não completamos a nossa ainda, quase 120 anos depois de ter sido proclamada.

Ouçó o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam Buarque, eu estava vindo para cá e ouvindo V. Ex^a pelo rádio. O assunto tomou conta dos noticiários, e acredito que isso ocorreu porque as universidades brasileiras federais gozam de um prestígio, de um respeito muito grande. Embora entre a crítica e o amor, sabemos que o sonho de um jovem é poder passar no vestibular de alguma dessas universidades federais, como a UnB e a UFRJ – as mais renomadas –, ou das estaduais de São Paulo, como Unicamp, USP e outras. É um sonho de muitos jovens poder estudar nessas instituições. Também sou testemunha do esforço de V. Ex^a, desde quando era Reitor da UnB, e de tantos outros reitores, até o atual, no sentido de socializarem o máximo possível o ingresso nas universidades públicas a jovens oriundos das classes mais pobres, daqueles que não têm condições de pagar uma universidade privada, também com o intuito de elevarem ao máximo o padrão, o conceito da UnB em nível nacional.

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sei que já há um requerimento na CPI das ONGs para ouvir o Reitor Timothy. Mas V. Ex^a já colocou aqui dois pontos interessantes: detectar se houve desvio da moral pela pessoa do reitor ou se houve uma inversão das prioridades, como V. Ex^a elencou aqui muito bem. Fico muito feliz de saber que V. Ex^a constatou que houve, ao seu entendimento, um desvio das prioridades dos investimentos da universidade e que discorda, veementemente, de quem venha a pensar na possibilidade de desvio para benefício pessoal. Isto é muito bom, porque a UnB goza de uma respeitabilidade nacional muito forte, muito forte mesmo. E as imagens que a televisão colocou levam a um espanto nacional...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Sibá Machado, por favor.

Senador Cristovam, peço a V. Ex^a que, após o aparte do Senador Sibá, conclua seu discurso, porque nós temos muitos oradores inscritos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – O discurso eu já havia concluído, mas quero fazer um comentário ao aparte depois que o Senador terminar.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Para economia de tempo, agradeço pelo aparte e ouço o comentário de V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Primeiramente, quero lembrar que temos que ajudar aqueles que sonham em entrar na universidade. Mas me preocupo mais, Senador Sibá Machado, com aqueles que nem sonham em terminar o ensino médio, e pouca gente está preocupada com isso.

Quando se termina o ensino médio, há uma mobilização. Existe até o MSU, Movimento dos Sem-Universidade.

Mas ninguém está falando muito por aqueles que entram aos sete ou oito anos na escola primária e que sabem que não vão concluir o ensino médio.

Então, vamos lutar para que haja mais vagas nas universidades, mas vamos lutar, sobretudo, para que todos terminem o ensino médio e possam disputar em condições de igualdade.

Finalmente, o último comentário que quero fazer é que não tenho dúvida de que há uma diferença entre o crime de ferir a ética do comportamento roubando e o erro de ferir a ética das prioridades usando mal os recursos. São diferentes, mas eu não acho que um é mais ou menos grave do que o outro. Eu acho que ferir a ética nas prioridades é tão grave para um dirigente público quanto ferir a legalidade no uso dos recursos públicos. Uma coisa legal mas contra o povo deve ser tornada ilegal. A ética nas prioridades é tão importante, embora diferenciada, quanto a ética no comportamento. Aplicar mal o dinheiro público, a serviço de minorias,

quando a maioria precisa, é tão grave quanto se apropriar privadamente do dinheiro público.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, minha participação é no sentido de agradecer a esta Casa, ao Senador Arthur Virgílio e aos demais Senadores, em meu nome e em nome de todos os meus irmãos, pelo voto de pesar pelo falecimento de minha mãe, Maria Salomé de Lucena, que, aos 90 anos de idade, infelizmente, faleceu na última quarta-feira e foi, sem dúvida, um exemplo de mais uma mulher nordestina, sertaneja, que tanto lutou, enfrentando as dificuldades, para poder dar as mínimas condições de vida a seus filhos a fim de que eles vivam dentro da ética e da moral.

Sem dúvida, a nossa querida mãe cumpriu seu papel – nosso querido pai se foi há bastante tempo – e conseguiu encaminhar seus filhos, amparando não só os filhos, mas todos aqueles que a procuravam no seu lar de humildade, mas de muita dignidade.

Então, em meu nome e em nome dos meus irmãos, Paulo, Solon e Pedro, e de toda a família, agradeço a solidariedade que tivemos desta Casa e do povo paraibano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senador Cícero Lucena, mais uma vez, a Casa se solidariza com V. Ex^a e com sua família pela perda da sua querida mãezinha. Quero dizer que nós todos aqui comungamos do mesmo sentimento pelo falecimento da sua mãe.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Couto, como orador inscrito.

V. Ex^a terá vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, eu me sinto feliz em vê-lo nesta tarde, nesta segunda-feira, aqui neste plenário, assim como me sinto feliz em ver o Senador Mão Santa, porque novamente vamos abordar um assunto que já abordamos muitas vezes nesta tribuna deste Senado: o problema dos aposentados.

Eu disse, há alguns dias, que deveríamos eleger este ano de 2008 para lutar e batalhar definitivamente para a solução dos problemas dos aposentados e pensionistas deste País.

Estou vendo que as minhas palavras estão tendo eco. V. Ex^a já nos traz algumas notícias nesse sentido, inclusive a de que, no dia 27 deste mês, teremos uma grande reunião para debater esse problema.

O Projeto de Lei nº 58, Senador Paulo Paim, de autoria de V. Ex^a, vem desde 2003. É bom que o Senador Papaléo Paes esteja presidindo a sessão para tratar do assunto. O Projeto já passou pelas mãos de vários Senadores para ser relatado, mas nenhum Senador o fez. Passa de um Senador para outro, vai ficando na gaveta, o tempo vai passando, passa para outro Relator. Obviamente, há prazos e ele tramita desde 2003 nesse fluxo. Agora está nas mãos do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, desde novembro do ano passado. Desde novembro do ano passado o projeto está nas mãos do Líder do Governo. Onde foi bater o projeto? Nas mãos do Líder do Governo. E é um projeto de um Senador da base do Governo, do Partido dos Trabalhadores.

Não dá para entender. É querer mesmo que os aposentados deste País fiquem sofrendo. Eu acho que a coisa é proposital. Não dá para pensar que o Governo tenha boa vontade para solucionar os problemas dos pobres aposentados deste País.

Eu vejo no Senador Romero Jucá um Senador que procura fazer e cumprir suas obrigações. Não acredito que o Senador Romero Jucá não vá, por estes dias, relatar este projeto. Não acredito, Presidente – apesar de o Senador Romero Jucá estar devendo um acordo para a solução dos transportes escolares dos alunos deste País, que fizemos com ele.

A Rede Globo, ratificando nossas palavras, Presidente, mostrou, na última semana, a precariedade do transporte escolar deste País, deixando milhares de alunos fora das salas de aula. E o Governo ainda diz que todos estão dentro da sala de aula. É uma potoca muito grande do Governo Lula!

Convido V. Ex^a para ir ao norte do Brasil, no Estado do Pará, no interior do interior do Estado do Pará, e verificar quantos alunos estão fora da sala de aula por causa do transporte escolar. Até hoje o Senador Romero Jucá não solucionou esse problema, dizendo a nós que podíamos confiar nele, que o Senador resolveria, junto ao Governo Lula, o problema dos transportes dos alunos. Até hoje não resolveu.

Senador Mão Santa, já fui Líder do Governo por quatro anos no Estado do Pará. Fui Líder do Governo Almir Gabriel, que transformou o Estado do Pará, que colocou o Estado do Pará no seu desenvolvimento tão merecido. Fui Líder por quatro anos. Sei o que é ser Líder. Ser Líder não é só defender o Governo; ser Líder é cumprir os acordos com os Partidos de Oposição. E espero que o Líder do Governo cumpra o acordo que

fez conosco, com o PSDB, e que possa, Senador, despachar, relatar, um projeto de um Senador da base aliada, Senador de uma postura nobre, que procura resolver as causas dos mais sofridos deste País. Ninguém pode dizer o contrário, o País inteiro observa a nós todos e vê no Senador Paulo Paim um Senador sério, atuante, honesto, com caráter suficiente para defender os aposentados deste País, Presidente.

Infelizmente, já se passaram muitos anos, e a situação dos aposentados é a mais crítica deste País. Mas, estamos juntando Senadores e Senadoras que cada vez mais se associam a nós para que, definitivamente, doa a quem doer, possamos resolver esse grave problema dos aposentados deste País.

Senador, vou lhe mostrar alguns *e-mails* que chegaram ao meu gabinete nesse final de semana e vou ler dois para V. Ex^a, para que eu possa resumir, por questão de tempo, a situação em que vivem os aposentados deste País. Há quanto tempo não sofrem reajustes? Três ponto três por cento é reajuste? Há uma defasagem de mais de 70% nos salários desses nobres brasileiros e brasileiras que trabalharam tanto tempo para este País. Quando serão reconhecidos? Quando deixarão de sofrer?

Vou ler exatamente como está escrito, como recebi:

Sr. Senador, neste momento em que mando este *e-mail*, estou vendo e ouvindo V. Ex^a no plenário, através da TV Senado, falando sobre os aposentados. Só uma coisa vou dizer a V. Ex^a: minha mãe parou de pagar o plano de saúde pois o dinheiro estava comendo todo o salário da aposentadoria dela. Pena. Por falta de recursos na saúde do Brasil, hospitais públicos, morreu ano passado.

Seria preferível que ela não tivesse procurado hospitais públicos neste País, porque, lá, morre mesmo.

Outro. Este aqui – vou dar o nome, sim –, de João Batista, que mora em Niterói, Rio de Janeiro: “No final de 92, meu pai, devido à sua avançada idade, ficou muito doente e sem plano de saúde privado. Começou, então, o meu martírio”.

Lógico, Senador, o dinheiro dos aposentados não dá para pagar mais plano de saúde. Olhe aonde nós chegamos: se recorrem ao hospital público, enfrentam filas, pessoas de 80, 90 anos passam horas e horas e horas em filas. Isso é um maltrato. Isso é uma indelicadeza. Isso é uma perversidade. Esqueceram os brasileiros e brasileiras que trabalharam tanto para este País e que o Presidente da República, em seus palanques, disse que não iria esquecer.

Dêem cartão corporativo para essa gente sofrida. Dêem cartões corporativos. Pelo menos, eles vão saber aproveitar. Vão gastar com saúde; não vão gastar com farras, bebidas alcoólicas. Pelos menos, eles saberão aproveitar.

“Começou, então, o meu martírio, andança de hospital para hospital”.

Não internam, não internam.

“Procurando viabilizar um tratamento digno no SUS. E assim foi durante dois anos, indo até a morte do meu pai, sem conseguir um atendimento sequer. No ano passado, a minha mãe”...

Esse perdeu pai e mãe.

“No ano passado, a minha mãe, 93 anos, faleceu. As condições de tratamento que conseguiu no SUS, não vale a pena comentar, porque foi muito sofrimento, Senador! Minha mãe ficou, um dia, quase seis horas em pé no corredor de um pronto-socorro”.

Noventa e três anos de idade!

Abro os jornais da minha terra, meu querido Pará, e vejo uma manchete: “Greve de fome em prol da saúde da avó. Cheguei aqui e disseram que não tinha leito e mandaram ela voltar para a casa. Por isso, resolvi fazer uma greve de fome”. Trata-se de matéria do jornal de Belém **O Liberal**.

Se fôssemos ler, Senador, se V. Ex^a fosse ler, Senador, se o Senador Mão Santa fosse ler todas as correspondências recebidas de aposentados mostrando seus sofrimentos, passaríamos aqui nesta tribuna semanas e semanas lendo, semanas e semanas lendo.

Espero. Não vou calar. Não vou calar. Estarei constantemente aqui.

Senador Mão Santa, vou lhe fazer uma pergunta: onde está o veto que o Presidente deu ao aumento dos aposentados? Por que não vem à discussão neste Plenário. Estão escondendo tudo, abafando tudo! Precisamos manter o fogo, precisamos manter ativado esse fogo, Senador Paim.

V. Ex^a, que sabe muito bem separar as cores partidárias da necessidade humana; V. Ex^a, que mostra ter um coração; V. Ex^a, que mostra ter sensibilidade dentro desse peito, que é do Partido da base do Governo, do PT, sabe que estão lá os aposentados a sofrer e V. Ex^a se sensibiliza com o sofrimento de cada um.

Eu o escuto, Senador.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, de forma muito rápida, queria lhe dizer que, quando eu o informei de que a sessão seria no dia 27, a assessoria da Mesa me lembrou de que seria

no dia 26, terça-feira, às 10 horas da manhã. Como sei que os aposentados de todo o Brasil estão assistindo, neste momento, a V. Ex^a, retifico esta informação que eu mesmo havia lhe passado: será no dia 26, às 10 horas da manhã, o debate sobre a situação dos aposentados e pensionistas de todo o País. E outro complemento importante que, por uma questão de justiça, não é do meu Partido: a única Comissão que aprovou o PL nº 58 foi a CCJC. Quando o falecido Senador Antonio Carlos Magalhães era Presidente e o Senador Rodolpho Tourinho era Relator, foi aprovado, na íntegra, o PL nº 58, com todas as mudanças, inclusive as acordadas com aposentados e pensionistas, para permitir que eles voltem a receber o número de salários mínimos. Depois, o projeto foi para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde ficou e de onde será encaminhado para a Comissão de Assuntos Sociais, na qual tenho certeza absoluta de que o aprovaremos e ainda garantiremos a urgência para que venha rapidamente ao plenário. Faço esse complemento ao mesmo tempo em que cumprimento V. Ex^a. Entendo que, se fizermos uma frente parlamentar, ou seja, uma frente de todos os Senadores a favor do PL nº 58, como V. Ex^a disse, nós o aprovaremos ainda este ano. Quanto ao PL nº 42, que também aprovamos, a emenda virá ao plenário na semana que vem. Espero que possamos garantir a proposta que vai assegurar aos aposentados e pensionistas o mesmo percentual dado ao salário mínimo antes de chegar o dia 26. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Parabéns a V. Ex^a. Quero dizer a V. Ex^a que este ano teremos que resolver, de qualquer maneira, a situação dos aposentados. No dia 26, vamos debater, vamos entrar em contato com o Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

E não quero me precipitar nem fazer qualquer tipo de crítica, ainda. Continuo confiando. Mas, Senador, quero convocar V. Ex^a e o Senador Mão Santa para uma tarefa árdua: se esse projeto for bloqueado e não vier para este plenário, para ser discutido, teremos que tomar medidas mais dramáticas, mais drásticas. Vamos ficar bem aqui, na frente do Presidente, sentados, até que o projeto venha para a pauta, Senador, porque só assim se consegue alguma coisa neste País, atualmente, na base da pressão.

Nós temos que fazer alguma coisa. Vamos sofrer junto com eles um pouquinho! Vamos mostrar, através do nosso sofrimento, o sofrimento de cada um dos aposentados deste País! Vamos dar um pouco do nosso sofrimento. Se não resolver esse problema, vamos fazer aquilo que eu não gosto de fazer: radicalizar. Vamos, Senador Mesquita! Ninguém agüenta mais ver aposentados sendo maltratados por Governos. Não agüentamos mais.

Enquanto isso, Senador, o Ministro dos Esportes deste País vai à imprensa brasileira e diz que sofreu uma amnésia: “Ah, tive uma amnésia! Eu troquei o cartão. Pensei que o cartão era meu!”.

Isso me lembra a história do padre no interior que misturou os dízimos com o dinheiro dele, do próprio padre, e, na hora da divisão, ficou com tudo. Disse aos que contribuíram que tinha misturado o dinheiro dele com o da santa. Como não sabia de quem era, ficou com tudo. Está igualzinho à história do Ministro dos Esportes deste País. Está gravado no cartão: “Governo Federal”. E o Ministro dos Esportes pensou que o nome dele era Governo Federal e pôs a mão no dinheiro público. Senador Cristovam Buarque, pôs a mão no dinheiro público! Depois fez pior, Senador Mão Santa: foi a público novamente e disse que devolveu o dinheiro, como se isso o livrasse de qualquer punição. “Eu devolvi o dinheiro. Eu gastei”, réu confesso. Confessou o crime! Gastou o dinheiro público! Mas disse que devolveu e que o assunto estava terminado.

Para a nossa Amazônia, que sofreu uma operação para evitar a sua devastação, são R\$200 milhões, Senador Papaléo. Mas não tem; o Governo Federal disse que não tem o dinheiro.

Sabem quanto o Governo Federal gastou, nesses últimos quatro anos, em viagens e diárias? Pasmem, senhoras e senhores que estão me ouvindo nesta tarde: R\$1,7 bilhão!

Há membros do Governo que receberam R\$254 milhões em diárias, em três anos. Sabem o que significa isso? Significa gastar R\$1,2 milhão por dia. Façam a média. Um milhão e 200 mil reais por dia! Gastos dessa maneira e corrupção não levam o País a ter respeito por nenhum de seus filhos.

O País, Senador Papaléo, nega, por intermédio da sua Presidência, R\$200 milhões para preservar a Floresta Amazônica, o pulmão do mundo! E o Presidente, que vai à Antártida dizer que tudo fará para a proteção da Terra, esqueceu que é o responsável pela manutenção dessa floresta que está dentro do nosso País e que é o pulmão do mundo. Não quer liberar R\$200 milhões quando gasta por dia R\$1,2 milhão em diárias e passagens.

Presidente Lula, V. Ex^a – já vou descer, Presidente – precisa pensar no que prometeu para este País. O Presidente Lula esqueceu tudo. Os seus Ministros sofrem de amnésia. É preciso começar a ser mais duro, Presidente.

CPI, Presidente, só se for para valer. CPI sair deste Senado com acordos é mais uma desmoralização para esta Casa! É melhor nem abrir, Presidente. CPI nesta Casa tem que ser séria. É preciso acabar dentro desta Casa com aqueles, Presidente, que se ajoelham

aos pés do rei, que se ajoelham aos pés do rei para cumprirem suas determinações. Ele manda, e eu faço porque preciso de cargos, de benefícios particulares. Recebi um *e-mail*, dentre mil, criticando o Senador Mário Couto porque defendia os aposentados, dizendo que eu estava fazendo isso na tribuna, que era cena minha, que eu estava fazendo isso porque as eleições estavam próximas. Errou!

Eu não sou candidato a nada. Não sou candidato a nada! Tenho sete anos de mandato aqui nesta Casa, ainda vou aborrecer muita gente, Presidente. Ainda vou aborrecer muita gente! Mas defenderei sem demagogia, mostrando na prática os meus atos nesta Casa. Sem demagogia! Defenderei, sim, aqueles que precisam de voz aqui e que fazem da minha voz as suas. Não vou cansar. Deus está me dando saúde para isso, e vou continuar firme.

Sei, sim, Presidente – mas rezo por eles –, que estou causando constrangimentos a alguns que gostam de cometer o ilícito. Sei disso! Mas, nas minhas orações, peço a Deus que os perdoe, porque, com certeza, eles não sabem o que fazem e o que dizem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mão Santa, que dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside esta reunião de segunda-feira, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, o Senador Papaléo está garboso, orgulhoso da sua origem de médico.

Na medicina e na psicologia, que evoluiu para a neurolingüística, nós aprendemos, Senador Antonio Carlos Valadares, o fenômeno modelagem: para o que você quer ser, você escolhe um modelo. Se quer ser jogador de futebol, pensa em Pelé, em Romário; cantor, no Roberto Carlos; e evidentemente, para nós médicos – eu, médico-cirurgião –, esse modelo foi Juscelino, da nossa época.

E este é um livro que Juscelino, no seu ostracismo, escreveu. O primeiro, pois ele tem uns três. É um exemplo do sofrimento na política. Com esses três livros – este é o primeiro volume, Senador Papaléo –, ele tentou uma vaga – ele só perdeu uma eleição – na Academia Brasileira de Letras. O governo revolucionário da ditadura deu um jeito e ele perdeu por dois votos.

Então, foi a única eleição que Juscelino perdeu, ó Mário Couto.

Este é o primeiro volume: “A experiência da humanidade”. Eu costumo fazer um resumo. Nós aprendemos, como médico... E eu acho que aqui nós estamos, Mário Couto, para passar, para ensinar – só tenho essa razão no Senado. Entendo que o importante da educação não é aquilo que você aprende e decora – pode esquecer aquilo –, é o que fica. Isso é que é educação. Essa definição não é minha, é do Einstein. Você esquece tudo que aprendeu na escola; o que fica é saber pensar, é saber raciocinar, é saber estudar, é saber discernir o bem do mal, é saber ser disciplinado. Então, aprendemos a estudar. Papaléo, faço um resumo do primeiro livro, porque eu não vou ler. Isso é muito atual. É um resumo tão rápido que o Luiz Inácio...

Aqui, só tem do PT... O PT bom está aqui: é o Paulo Paim. O Mário Couto falou em Paulo Paim e não soube defini-lo; vou ajudá-lo. Senador Antonio Carlos Valadares, para definir o Paulo Paim – eu falo do meu modo, ó Papaléo –, sabe como é que se faz? Imagine Martin Luther King; imagine esse Obama, que está vindo aí; bota no liquidificador que dá um Paulo Paim. Essas virtudes...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS. Fora do microfone.) – É o livro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, não é o livro não. O PT deve muito a V. Ex^a. V. Ex^a salva-se ali.

E chegou, graças a Deus, o Senador Sibá, que também é do PT, é gente boa, nasceu no Piauí. Então, acho que o melhor do PT está aqui, agora. É o Sibá, do Piauí, e o Paim, ali.

Mas, então, este, de Juscelino... Sibá, tire fotocópia só dessa página. Então, eu faço em todos os livros, como o Papaléo. Nós estudávamos Medicina, temos de resumir o negócio. Eu botei assim. Isso é velho, peguei agora.

Eu fui ao aniversário de um irmão meu, Paulo de Tarso, estava na casa dele. Eu disse: Esse livro é meu. Me dê. O Marco Maciel estava no Recife.

Então, Programa de Metas. Conceitos extraídos do livro. Está vendo, Sibá? Neste livro do Juscelino, vamos fotocopiar só o meu resumo e presentear Luiz Inácio como a melhor colaboração que o PMDB dá a ele. Melhor do que aquele desassossego de cargo, de corrupção. Nós somos o PMDB de vergonha. Só uma folhinha, que vai ajudar Luiz Inácio. É o Juscelino, e é oportuno para o meu pronunciamento.

Conceitos extraídos do livro. Explosão demográfica. Atentai bem, Luiz Inácio, é de Juscelino. Quem ousa contestar Juscelino? Estudo mais ação, isso é que dá desenvolvimento.

Ele disse isto: estudo, Luiz Inácio! Juscelino, está aqui.

1) Explosão demográfica. Atentai bem, Geraldo Mesquita, olhe o que ele diz, olhe o que pensa Juscelino: paternidade responsável. Paternidade responsável! Se explodir, tem uma proliferação da miséria.

Pedro Simon, sei que é caridade, mas não está certo, Luiz Inácio. Se uma mulher brasileira, no interior rural, parir, ganha, no ato de parir, R\$1.600,00.

Olhe o que Juscelino diz, ô Sibá! Atenção, Sibá!, você evoluiu muito nesses cinco anos, eu tinha dito. Paternidade responsável, Pedro Simon. Hoje, se uma mulher parir, no meio rural... Outro dia, ô Pedro Simon, encontrei uma no meu Piauí, numa fazendola, conhecida: "Menina, tu estás cheia de menino aí? Eu não estou mais operando, mas vou mandar o Dr. Antônio Tomás – um médico mais novo do que eu, que tinha me auxiliado – ligar suas trompas". "Não! Olha, Dr. Mão Santa, aquele menino ali, que está ali, quando ele nasceu, comprei aquela televisão. Com esse daqui – ô Pedro Simon –, vou comprar uma moto para o meu marido!"

Ô Sibá, está refletindo? Vou receitar para você também um livro: de André Maurois, *A arte de viver*. Há também *A arte de pensar*, *A arte de trabalhar*, *A arte de comandar*, *A arte de amar* e *A arte de envelhecer...* O telefone, na arte de trabalhar, é um inoportuno.

Sim, mas isso é o que estamos vivendo, Pedro Simon. Não estou... Crescem, mas não vão dar a educação. Isso é contra o Juscelino, é contra toda a civilização. Quer dizer, outra.

2) Frentes de trabalho em todas as direções. Juscelino acreditava no trabalho, em criar frentes de trabalho. Despertar as energias latentes do ser, do povo, em fontes vivas de riqueza.

3) Este é o que veio para o meu pronunciamento, Pedro Simon. Por isso é que fui buscar. Eu vi o Geraldo Mesquita, na última reunião de sexta-feira, constrangido, indignado, uma tremenda indignação. E o Che Guevara, ô Siba, disse: "Se és capaz de tremer de indignação diante de uma injustiça que ocorra em qualquer lugar do mundo és um companheiro".

A indignação era por causa dos *e-mails* dos aposentados. Eu tinha um assunto determinado, não quis, mas disse: "Vou na segunda-feira". Olha o que Juscelino Kubitschek disse, Pedro Simon, ô Luiz Inácio: "Nada mais terrível do que, além da velhice, a pobreza". Ele disse que a velhice é uma tristeza, mas, desamparada, é uma desgraça. Preocupa-se com a aposentadoria justa e a Previdência.

Foi isto que fomos buscar: aposentados. Este aqui que me mandou uma carta, Pedro Simon – recebemos muitos *e-mails*, muitos, muitos, do Brasil todo, mas este ainda é da carta, daquela máquina de escrever –, tem 89 anos. Rapaz, no finzinho, ele pede,

pelo amor de Deus, que Deus tenha piedade de nós. Manoel, é o seguinte... Então, 89 anos. Ô Luiz Inácio, atentai bem! Ô Paim, por isso meu respeito. Tenho visto a luz de V. Ex^a. Nós não temos culpa, não. Este Senado está salvando este País. Somos muito poucos. O Governo cooptou tudo da sociedade. Este Paim é um homem de vergonha. Lembro-me de que foi eleita uma comissão para estudar os aumentos salariais. Paim foi eleito Vice-Presidente, mas foi obrigado a se afastar. Quanto sofrimento! Quanto constrangimento! Mas este Senado se reuniu. Paim foi obediente ao partido e disciplinado, mas não se afastou, porque ele era a inspiração. Atentai bem!

E ela se reuniu. O Presidente era Tasso Jereissati e nós varamos madrugada. Atentai bem, Tasso Jereissati eu conheço, sou vizinho dele, três vezes Governador do Estado do Ceará, homem que conhece economia, empresário. O pai dele foi Senador. Entramos madrugada adentro; responsabilmente, fizemos um aumento salarial. Olhamos para os aposentados com que Juscelino se preocupava. Deu-se um aumento de 16,7%, mas um aumento responsável pelos Senadores que somos, os pais da Pátria. Bastaria cortar o supérfluo, ter austeridade. Não foi aumento. Não tem cara de irresponsável e não pode ter, senão toca fogo nisso – 16,7%.

A mídia bombardeia que não tem inflação. Não tem uma ova. Eu vou dizer como tem! Médico cirurgião, não pego nem em dinheiro. A minha mulher é que compra e não sei nem quanto tem, pois a Adalgisinha é quem faz e quem dirige. Quando cheguei nesta Casa, após a eleição, eu tinha um carro, como todo mundo tem, e sempre comparei. Eu botava 50 "paus" e precisava balançar o carro e enchia. Agora, já estou botando 150 e ele não enche mais. Como é que não tem inflação?

Tudo se resume no transporte. Qualquer gênero que chega usa o transporte. Então, a inflação está aí. Mas não houve inflação para os velhinhos e sim para os aloprados, porque Luiz Inácio é generoso. Mas o fato é que ele vetou e baixou para 4% aquilo que achávamos que deveria ser 16,7%.

Então, esses aposentados... e vou contar agora, pois um quadro vale por dez mil palavras, Senador Pedro Simon, a vida nos ensina. Tem uma pessoa, cujo nome não vou dizer, e, quando cheguei na minha cidade – eu me formei em 1966, no Ceará –, fui para o Rio fazer cirurgia em 1967, 1968 e 1969, e me convidaram para o *Rotary*. Essa pessoa foi lá, e nós a chamamos de padrinho. Olha, Pedro Simon, de 1969 para cá, Papaléo, não conheci homem mais correto, mais digno, mais honrado, do que o Governador do Estado, o padrinho. Não conheci homem melhor, nem

esse negócio de Paul Harris, que foi o fundador do *Rotary*. Ele era o dar de si, em vez de pensar em si.

Mas se beneficia quem melhor serve. Não vou dizer o nome. Essa pessoa agora, no ano passado... Eu não conheço, e Deus não vai julgar a pessoa por um instante, mas por uma vida, tenho certeza de que ele está no Céu.

Ele se suicidou. Eu não conheço nenhum homem na minha vida melhor do que ele – e tenho 65 anos de idade. Ele é um símbolo, Pedro Simon, do aposentado. Esse homem, que é santo...e eu confio em Deus, porque Deus não vai julgar um instante, um ato impensado, tresloucado, vai julgar uma vida. Eu não conheço vida melhor! É dura a vida de aposentado, um homem honrado, lutador, trabalhou a vida toda, teve uma vida digna; os seus amigos, que eram os médicos da época, faleceram. Eu não estava na cidade, mas sei que ele precisou internar sua mulher, sua amada, a sua Adalgisinha, o que hoje é difícil. Ele tinha um padrão de vida; essa pessoa foi muito importante. E vocês sabem como é difícil a medicina hoje. E ele não tinha dinheiro para pagar o hospital da mulher, pois estava aposentado.

Aqui está uma carta, Papaléo, de um cidadão que tem 89 anos, que pede, pelo amor de Deus, que esta Casa tenha dignidade – o Senador Garibaldi fez esse compromisso. A grandeza nossa, Senador José Agripino, é esse homem de 89 anos que conta a vida. Estão aqui as dificuldades dele. Surgiu um tal de empréstimo consignado que foi a desgraça: mídia, os velhinhos não liam os contratos com letra pequena, doentes da vista, e, agora, estão cobrando...

Abraham Lincoln, Luiz Inácio, ensinou: “Não baseie sua prosperidade em dinheiro emprestado”. O dinheiro desses velhinhos não é deles, mas dos filhos, dos netos. Ô coisa boa é velho, é avô. Mas eles estão em dificuldades. Temos de derrubar... A democracia é isso. O Presidente tinha direito de veto. Foi inspirado pelos aloprados, pelos que queriam que o dinheiro sobrasse para ter cartão corporativo, para ter mensalão, para ter farra, para ter orgia. E faltou o dos velhinhos. Se não derrubarmos...

Mais ainda, Senador Paulo Paim, faça uma homenagem a V. Ex^a. Diz aqui o seguinte: “A propósito, onde está o Projeto de Lei do Senado nº 58/2003?” É o projeto do Senador Paulo Paim, que resolveria esse problema. Cadê, Senador Paulo Paim?

Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a citou a correspondência que recebeu. Tenho aqui a reportagem que uma das mais importantes revistas semanais publicou a respeito V. Ex^a. É aquilo que muitos colegas vêm manifestando a V. Ex^a com relação à sua atua-

ção. O grande destaque da revista é o fenômeno Mão Santa. Informam que V. Ex^a recebe mil e tantas cartas diariamente do Brasil inteiro e que V. Ex^a é o político, o parlamentar mais conhecido, mais analisado hoje no Brasil inteiro. Dá a quantidade de pronunciamentos feitos por V. Ex^a, coisa de 600 e tantos, e o número de apartes, 1.400 e não sei quantos. Chama atenção a reportagem para a cultura de V. Ex^a, para a interpretação que V. Ex^a faz do pensamento e das teses de alguns dos mais renomados historiadores, políticos, cientistas, sociólogos e humanistas e para a repercussão que isso vem tendo no Brasil Inteiro, dizendo que V. Ex^a é um dos grandes responsáveis pelo alto ibope que a TV Senado vem obtendo em todo o Brasil. Eu me emocionei com a reportagem, porque li ali aquilo que nesse um mês e pouco, na Rainha do Mar, no Rio Grande do Sul, na frente da minha casa, eu ouvia os gaúchos conversando, impressionados com relação à atuação de V. Ex^a. A reportagem chama a atenção pela forma com que V. Ex^a fala do seu Piauí, que hoje é nome nacional, e do Luiz Inácio. Perguntado por que chama o Presidente de Luiz Inácio da Silva, e não Luiz Inácio Lula da Silva, V. Ex^a responde: que é esse o nome dele: Luiz Inácio. Por isso que V. Ex^a o chama de Luiz Inácio. Eu fiquei muito feliz, muito feliz por ver que, na verdade ...

(Interrupção do som.)

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – ... chama também a atenção para o recorde de vezes que V. Ex^a, por estar permanente presente, assumiu a Presidência do Senado Federal. Fico feliz, porque V. Ex^a está realmente mostrando, com sinceridade, pureza e singeleza ao falar, a preocupação que V. Ex^a tem com os destinos deste País. Meus cumprimentos. Para mim é uma honra poder apartear V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Essas palavras, Senador Papaléo, é porque ele é da Ordem Terceira Franciscana, assim como minha mãe também era. Quero dizer que sou consciente. Senador Pedro Simon, Leonardo da Vinci, que fez o Renascimento, disse que o mau discípulo é o que não suplanta o mestre.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quero afirmar aqui que eu sou esse mau discípulo. Jamais ousou, penso que se suplantarei o meu mestre Pedro Simon, o meu mestre, o meu líder aqui. Todo mérito é ter seguido a linha de ética, de decência de Pedro Simon no PMDB. Recordações temos de Ulysses Guimarães, encantando no fundo do mar; de Teotônio Vilela, que, moribundo, ensinou aqui que, no Parlamento, devemos

resistir falando e falar resistindo; de Juscelino, cassado e humilhado aqui nesta cadeia. Esses nomes são do passado, mas, no presente, a força viva de ética e dignidade é Pedro Simon.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Queria então sensibilizar a todos, e quis Deus estar aqui o grande líder das Oposições, Senador José Agripino, com relação aos aposentados.

E a carta que passa aqui, que revê, numerosa, mostra os sofrimentos, as penúrias, os aumentos de conta, o feijãozinho, o medicamento, as dificuldades... Luiz Inácio, o meu padrinho se enforcou – do Rotary.

V. Ex^a, Luiz Inácio, teve a curiosidade de saber quantos velinhos honrados e dignos estão enfrentando essa dificuldade? Eu sei que V. Ex^a é generoso, Luiz Inácio; foram os aloprados que mandaram V. Ex^a vetar; os aloprados é que estão impedindo a lei que o nosso aposentado aqui recomenda, do Paim, o PLS nº 58, de 2003.

Pedro Simon, V. Ex^a já teve muitas vitórias, mas vamos nos comprometer. E eu respondo então a Wilson do Amaral, da Rua Humaitá 116, Bairro Fundação, São Caetano do Sul, São Paulo.

José Agripino, Paulo Paim, Pedro Simon, Geraldo Mesquita – ele que iniciou, que me arrastou para essa campanha, sexta-feira, ele tinha outras cartas que ouvi, tremendo de indignação – Papaléo, vamos todos dar ao nosso aposentado. Ele conta aqui, Pedro Simon, que ele pagou 35 anos, e o País disse que ia aposentá-lo com dez salários mínimos, e ele recebe quatro. Luiz Inácio, isso é roubo. O País, o Presidente, como V. Ex^a disse, é uma instituição a Presidência da República. Foi um compromisso. V. Ex^a é o Governo, é a história, é o Presidente. Foram dez salários mínimos!

Senador José Agripino, com a palavra V. Ex^a.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Mão Santa, eu gostaria inicialmente de cumprimentar V. Ex^a pela matéria de que V. Ex^a é objeto na revista *Época* desta semana: “Mão Santa, língua solta.” É uma matéria elogiosa, uma matéria que faz jus a sua luta, a suas manifestações praticamente diárias sempre em torno de assuntos de interesse da sociedade e do cidadão brasileiro. V. Ex^a agora aborda a questão dos aposentados, com muita propriedade. Veja! Há dinheiro para o Bolsa-Família, há dinheiro para cartão corporativo, há dinheiro para tanta coisa, mas não há dinheiro para cumprir a lei, para fazer justiça, para atender àquele que trabalhou a vida inteira e que teria direito aos reajustes da sua aposentadoria se o Governo quisesse ser justo com quem já deu tanto pela Pátria, pelo Estado ou pelo Município. Até porque aquilo que se faz aqui,

no plano federal, serve de exemplo para os Estados e para os Municípios. Se bem feito, fica o exemplo para os Estados e para os Municípios. Se mal feito, se injusto, fica a justificativa para que o Estado e o Município pratiquem a injustiça. Quero propor a V. Ex^a uma atitude pragmática, objetiva. Nós aprovamos, aqui no Congresso, há algum tempo – eu até conferia com o Senador Geraldo Mesquita –, o percentual do reajuste para os aposentados, creio de foi de pouco mais de 16%. Essa matéria foi vetada.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Dezesesseis vírgula sete por cento.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Dezesesseis vírgula sete por cento. Essa matéria foi vetada pelo Poder Executivo; pelo Presidente Lula. Ele vetou. Como vetou, por exemplo, a concessão de ajuda, auxílio-transporte e auxílio-alimentação. V. Ex^a, que é médico, sabe da importância do que vou falar. Trata-se do auxílio-transporte e do auxílio-alimentação para quem tem uma doença, por exemplo, na sua Teresina, mas não consegue cura ali para aquela doença e é obrigado a se deslocar para Recife, Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo. Um projeto de lei que fizemos aqui garantindo o auxílio-transporte e o auxílio-alimentação para que o segurado do SUS pudesse se deslocar foi vetado, como foi o da isenção do imposto sobre aparelho de surdez. V. Ex^a deve se lembrar, como médico, que Lula vetou a isenção. Como vetou aquilo que nós passamos meses discutindo, na Câmara e no Senado: o pacto da renegociação das dívidas do crédito rural para os nossos conterrâneos, agricultores do Nordeste. Está vetado. Como está vetado o aumento dos aposentados. V. Ex^a sabe que está pactuada, entre a Oposição, os partidos políticos e a Presidência do Senado, uma nova investida na apreciação dos vetos. É compromisso do Presidente Garibaldi colocar em apreciação os vetos. Está na nossa hora, Senador Mão Santa! Está na nossa hora de mobilizar os nossos companheiros, na Câmara e no Senado, para derrubar os vetos injustos. E para fazer com que as coisas boas desta Casa, Senado, ou da Casa vizinha, Câmara, operem em benefício da sociedade, coisas corretas e sérias, como o aumento dos aposentados. Está na hora de nos mobilizarmos para derrubar o veto do Presidente e garantirmos que aquilo que foi dado aos funcionários da ativa seja dado também àqueles que passaram a vida inteira trabalhando pelo Brasil. Cumprimentos a V. Ex^a! Deixo a minha convocação para que nos unamos em torno da derrubada desse veto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Faço minhas todas as palavras proferidas pelo grande Líder José Agripino.

Para encerrar, reitero o que disse Juscelino Kubitschek. Luiz Inácio, é uma colaboração, estou resumindo todo o livro numa frase – vou tirar fotocópia. Vejam o que disse Juscelino: “Nada mais terrível do que, além da velhice, a pobreza. A velhice é triste; desamparada, é uma desgraça”. Disse mais Juscelino: “Aposentadoria justa, Previdência. As portas dos poderosos raramente estão abertas aos necessitados”.

Rui está ali, sabe por quê? Porque, Luiz Inácio, ele disse: “Justiça tardia é injustiça manifesta”. E Cristo está mais arriba, Luiz Inácio, porque disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Pela ordem, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de formular uma consulta à Mesa. Na quarta-feira, deverá haver sessão do Congresso para apreciação de vetos, e seguramente será lido, na sessão da quarta-feira, o requerimento de instalação, mediante as assinaturas que já foram conferidas na Câmara e no Senado, da CPI mista que vai investigar as denúncias em torno dos cartões corporativos.

Eu tenho a posição que defendo no meu Partido e que defenderei na reunião que faremos das Oposições – democratas, tucanos, PPS e tantos que queiram se somar conosco numa investigação isenta na questão dos cartões corporativos –: a CPI, que deve investigar com isenção, precisa dividir entre Governo e Oposição as posições de comando, relatoria e presidência, por uma razão muito simples. Nós, bloco da Oposição PSDB e DEM, somos o maior Partido no Senado. Há um bloco chamado bloco da Minoria, cujo Líder é o Senador Demóstenes, e que constituído significa um partido político no Senado. Somos, portanto, o maior partido político do Senado e, como tal, temos direito à indicação de um membro na CPMI Mista.

Eu fiquei pasmo com o que chamo de audácia da base governista que já anunciou, antes até da leitura do requerimento que transitou no Congresso, o nome do respeitável Senador Neuto de Conto como futuro Presidente da CPMI e um Deputado do PT como futuro relator da CPMI, como que cortando o diálogo em torno do entendimento que buscamos para dividir o comando da CPMI, que vai investigar denúncias de quê? De mal uso do cartão corporativo praticado no atual Governo, fatos que determinaram já a demissão da Ministra de Estado da Igualdade Racial e que podem, evidentemente, se se estender para o passado

em função de denúncias fundadas ou suspeitas fundadas – como são fundadas as denúncias atuais em dados do Tribunal de Contas da União e do Siafi – ser investigados. Ninguém deseja esconder sujeira debaixo do tapete. Mas o que se vai investigar são os fatos de agora, aqui; agora é que se está anunciando o mau uso do cartão corporativo.

Os governistas são maioria na CPMI. Somando Deputados e Senadores, são maioria esmagadora. Se eles têm maioria numérica e querem ter o comando da CPI, nós da Oposição podemos estar presentes a uma farsa, porque eles vão investigar os fatos dos quais eles são acusados. Nós estaríamos, então, para coonestar o comando de uma CPI que supostamente iria investigar o que eles quisessem, porque poderiam derrotar os requerimentos que quisessem pois têm maioria. Eu advogo, portanto, a tese de que, se não nos derem a oportunidade democrática de ocupar uma das funções, nós devemos abrir uma CPI exclusiva no Senado, onde as forças são equilibradas, e onde teríamos o presidente e o relator para oferecer à sociedade uma investigação transparente.

Em função disso, consulto V. Ex^a, porque houve quem me alertasse para o seguinte: instalada a CPI mista, Câmara e Senado, indicados os membros, Deputados e Senadores, haveria um impedimento de ordem legal ou regimental para que houvesse uma CPI exclusiva do Senado, já que Senadores estariam participando de uma investigação de fato determinado.

O que eu gostaria de saber da Mesa, oficialmente, é se existe algum impedimento de ordem legal ou regimental para, instalada uma CPMI para investigar um fato, se esse mesmo fato determinado poderia ser investigado, à luz dos argumentos que aqui apresentei e em nome do interesse da sociedade, por uma CPI exclusiva do Senado. Se houver impeditivo, as Oposições precisam considerar esse fato para tomarem providências em benefício do interesse da sociedade, que é o de ver a questão cartão corporativo investigada, os culpados apontados e o relatório isento feito e entregue à Justiça, para que a Justiça possa condenar, se for o caso, os culpados, para que não se conviva nem com a improbidade nem com a impunidade.

É a questão de ordem que formulo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– A consulta que V. Ex^a faz eu posso respondê-la da seguinte maneira: Constituição e Regimento são omissos sobre o tema. Porém, prefiro, como Presidente da Mesa, recorrer às notas taquigráficas sobre a sua pergunta e dar-lhe uma resposta mais concreta e tecnicamente elaborada. De início, posso informar a V. Ex^a que há uma omissão tanto no Regimento quanto na Constitui-

ção sobre a CPI mista e sobre a CPI do Senado ou da Câmara, separadas, sobre o mesmo assunto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sem querer abusar da boa vontade de V. Ex^a, eu gostaria apenas de lembrar que temos um prazo exíguo para a interpretação desse fato, tendo em vista que na quarta-feira se instala a CPMI. E em função da resposta, nós – aqueles que pensam na isenção da investigação – tomaremos posição para até amanhã dar ou não entrada compulsória a um requerimento de uma CPI exclusiva do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Dentro do prazo solicitado por V. Ex^a será concedida a resposta, oficialmente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Tem a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é sobre o mesmo tema, a mesma preocupação do Senador José Agripino.

É que, historiando um pouquinho o procedimento, tão logo as notícias surgiram, o Senador Romero Jucá solicitou a todos os Senadores que compõem a base de apoio ao Governo que subscrevessem o pedido de CPI do Senado. E foi o que nós fizemos. Na seqüência, o Deputado Carlos Sampaio solicitou que a CPI fosse transformada em uma CPMI, com a participação de Câmara e Senado. E de pronto foi aceita a sugestão.

O debate agora é quanto à composição da coordenação da CPMI.

O Senador Arthur Virgílio também recolheu assinaturas, na semana passada, segundo ele corrigindo o enunciado do requerimento, porque aquele apresentado anteriormente foi devolvido pelo Presidente Garibaldi em virtude de falha na redação. Seria preciso, então, ser assinado, de imediato, um novo requerimento. E nós aportamos, de imediato, as nossas assinaturas.

Estou preocupado, porque se for para voltarmos à idéia de uma CPI exclusiva do Senado, não seria também o caso de o autor do primeiro requerimento apresentar outro de imediato, porque há alguns entendimentos aqui – não sei se a matéria está regida pelo nosso Regimento – de que autores dos requerimentos seriam inevitavelmente membros da coordenação dessas CPIs.

Nesse caso, como a autoria inicial é do Senador Romero Jucá, eu queria acrescentar esta minha preocupação à questão de ordem apresentada pelo Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Já responderei a V. Ex^a, Senador Sibá.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a pedido do Senador Romero Jucá, assinei o requerimento da CPI mista. Em seguida, em virtude de a Mesa, sob a Presidência do Senador Garibaldi, ter identificado um erro naquele requerimento, novo requerimento foi elaborado. Então, na semana passada, fui procurado pelo Senador Arthur Virgílio, um dos líderes da Oposição desta Casa, e assinei o documento prevendo a criação, no Congresso Nacional, de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, uma CPMI.

Creio ser fundamental, no regime democrático, que as oposições tenham todo o direito de fiscalizar e que, dessa fiscalização, não participem apenas as oposições, mas também o bloco que apóia o Governo. E está previsto que tanto a oposição como os governistas vão participar dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, não podemos correr o risco – a investigação tem de ser feita, doa a quem doer – de passar pelo constrangimento por que passamos no ano passado, quando o Senado Federal e também a Câmara dos Deputados ficaram quase totalmente paralisados e a produção do Congresso Nacional se reduziu substancialmente e projetos, emendas constitucionais, proposições da mais alta importância ficaram engavetadas em função de investigações que aqui foram feitas.

Eu acho que o Congresso Nacional não vive apenas de CPI porque, se fosse assim, só haveria um artigo na Constituição dizendo que o Congresso Nacional faria CPIs e mais nada. Estou preocupado porque haveria uma CPI atingindo as duas Casas, que seria coordenada pela Câmara e pelo Senado, quer dizer, uma CPI mista e uma CPI no Senado.

Se isso acontecer, não se vai fazer mais nada nesta Casa. Entregamos à Mesa, eu e o Senador Casagrande, um documento mostrando que as CPIs têm que ser feitas, as investigações têm que ser apoiadas e realizadas pelo Congresso Nacional, mas não podemos parar a principal atividade para que fomos eleitos, que é a de legislarmos para atender o interesse do povo brasileiro.

Por exemplo, existe a proposta de emenda constitucional que trata da revitalização do rio São Francisco, que foi aprovada pelo Senado e está há quatro anos na Câmara dos Deputados. A aprovação dessa Proposta é vital para a sobrevivência do rio São Francisco e para milhões e milhões de brasileiros que dependem dessa revitalização.

Por isso, Sr. Presidente, a minha ponderação é a de que a investigação tem que ser feita, mas as Lideranças têm que se entender e, se possível, dividir a participação entre oposição e governo. Isso pode acontecer para que não mergulhemos aqui em uma crise política desnecessária. Se há possibilidade de dar a relatoria ao governo e a presidência à oposição, acho que está de bom tamanho, contanto que o Congresso funcione normalmente.

Essa é a ponderação que eu gostaria de fazer. Qual é o prejuízo maior: é o governo ter a relatoria e a presidência ou pararmos os trabalhos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal? Qual é o prejuízo maior? É preciso que haja um entendimento.

Esse é o sentimento, que estou transmitindo aqui, do Partido Socialista Brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – É sobre o mesmo assunto, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Não, Sr. Presidente, eu apenas queria solicitar inscrição para falar no horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a fará uso da palavra. Mas, antes, vou responder ao Senador Sibá Machado e ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Senador Antonio Carlos Valadares, o Senador José Agripino demonstrou preocupação exatamente com a desproporcionalidade de situação e oposição, tratando-se de um assunto que é nitidamente investigação sobre o Governo. Então, nessas condições, sendo uma CPI mista, o Senador José Agripino entende que, se a oposição não participar nem da relatoria e nem da presidência, ela será mera expectadora de algo que ele citou como se fosse algo já previamente programado – citação do Senador José Agripino.

Então, diante dessa situação, ele vê a alternativa de fazer uma CPI só da Casa, do Senado Federal. Sendo assim, obrigatoriamente a oposição teria participação na direção da CPI, ou seja, na presidência ou na relatoria.

Essa alternativa sobre a qual o Senador José Agripino está aguardando uma resposta oficial da Mesa – se pode haver uma CPI mista e uma CPI do Senado Federal ou da Câmara ao mesmo tempo sobre o mesmo assunto – é que vai fazer a oposição, segundo o Senador José Agripino, decidir se pede uma CPI pelo Senado.

Quanto às assinaturas que V. Ex^{as} apuseram em um documento colhido pelo Senador Arthur Virgílio, a Secretaria da Mesa me informa que essas assinaturas são dirigidas única e exclusivamente à CPI Mista, Se-

nadores Sibá e Antonio Carlos Valadares, não tendo nada a ver com a pretensão do Senador José Agripino sobre uma CPI exclusiva do Senado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, somente para um esclarecimento. Pelo que falou o Senador José Agripino, a CPI mista já tem as assinaturas e funcionaria. Mas ele quer outra aqui no Senado, não é isso? Ele fez a indagação se poderia haver as duas. V. Ex^a não respondeu definitivamente e vai deixar que o Presidente efetivo o faça?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Nós demos a devida informação de que há uma omissão constitucional e regimental sobre o assunto. Mas, por se tratar de um assunto extremamente sério e decisivo para uma tomada de posição sobre a questão da CPI, nós preferimos analisar profundamente com técnicos e dar a resposta oficial até amanhã, tendo em vista que o Senador José Agripino deverá tomar um posicionamento quanto a uma provável CPI no Senado, também sobre o mesmo assunto, se prevalecer a condição de Relator e Presidente serem indicados pela situação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas pedir a minha inscrição para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a é o segundo inscrito.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela Liderança do PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, inclusive, para respeitar o Regimento, estou inscrita agora pela Liderança e, como há uma vaga para uma breve comunicação, como tenho dois assuntos a tratar, eu gostaria de poder ficar inscrita para uma comunicação, respeitando o tempo que temos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Mas V. Ex^a não poderá fazer uso dos dois tempos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Como Líder eu posso.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Como Líder, pois não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, me inscrevi pela Liderança do PT, no retorno aos meus trabalhos parlamentares, nesta segunda-feira, para comentar um artigo que tive a oportunidade de ler hoje pela manhã, que saiu hoje na **Folha de S. Paulo**, de autoria do Professor Marcos Cintra. O Professor Marcos Cintra é doutor pela Universidade de Harvard, professor titular da Fundação Getúlio Vargas e foi Deputado Federal de 1999 a 2003.

O artigo do Professor Marcos Cintra – O Fim da CPMF e a inflação – retrata o estudo que fez a partir da análise dos dados da inflação agora do mês de janeiro. Em todo debate que tivemos aqui durante a tramitação da CPMF, uma das coisas que mais ouvi a Oposição falar foi que a CPMF incidia fortemente na carga tributária, e que, portanto, precisávamos reduzir a carga tributária para beneficiar a população, que não agüenta mais pagar tanto tributo.

Portanto, eliminaríamos a CPMF, e a população, Senador Sibá, teria de imediato o benefício. Ou seja, era de se esperar que, com uma carga tributária, como anunciava a Oposição, relacionada à CPMF, sendo eliminada a CPMF os preços dos produtos cairiam. Não era isso Senador Paulo Paim? Era isto que eles estavam anunciando o tempo inteiro: vamos acabar com a CPMF – não é, Senador Valadares? Vamos acabar com a CPMF que os preços vão baixar, a carga tributária será reduzida.

E é interessante porque o Professor Marcos Cintra coloca aqui alguns dados. Segundo a própria Oposição, o peso da carga tributária era em média de 2% nos preços dos produtos. Mas acontece que a inflação de janeiro não foi negativa, ela aumentou. Diminuiu o ritmo de crescimento, mas os preços aumentaram. Portanto, tem alguma coisa errada no que disseram, no que fizeram e no que aconteceu. O artigo do Professor Marcos Cintra é bem interessante. Ele analisou por setor. Para não pegar a questão da média de 2% da carga tributária nos produtos de maneira geral, ele pegou o peso específico por setor. E está muito interessante. Ele diz assim:

“A CPMF representava, em média, 1,61% no preço dos bens e serviços.” Portanto, era de se esperar que, com a extinção da CPMF, os bens e os serviços tivessem 1,61% de redução. Mas não foi isso o que aconteceu. O IPCA provocou um aumento de 0,54% nos bens e serviços.

Vejamos outro setor: o café. O peso da CPMF sobre o café é, segundo os estudos, de 2,25%. Só que o nosso cafezinho de todo dia, no mês de janeiro, não teve 2,25% de redução de preço, mas 0,16% de aumento. A mesma coisa aconteceu com os eletroeletrônicos. A CPMF era 1,74% sobre o faturamento, mas o preço dos eletroeletrônicos aumentou 0,11%. Na indústria automobilística, o tributo pesava 1,69%, mas houve aumento no preço dos carros de 0,2%. Na indústria farmacêutica, o peso da CPMF era 1,49%, mas houve um aumento de 0,15%. Nos serviços pessoais a CPMF era de 1,31%, mas os serviços pessoais aumentaram 0,64%. No transporte, que é algo que pesa no bolso da população mais pobre, a CPMF representava 1,33%, mas os preços aumentaram 0,40%.

Portanto, a pergunta que temos de fazer é: quem efetivamente se beneficiou com o fim da CPMF? Porque os preços não baixaram. Não houve preço que baixou pelo fim da CPMF. Nem unzinho, Sr. Presidente! Nem unzinho baixou por causa do fim da CPMF. Quem pagava CPMF? Só quem movimentava conta bancária, o que, infelizmente, no Brasil ainda é minoria, e pagava CPMF quem movimentava conta com movimentação formal e informal, legal e ilegal. Portanto, quem pagava CPMF era quem mais tinha recursos movimentados no banco. E para onde ia a CPMF? Ia para a Previdência, para contribuir com o pagamento das nossas aposentadorias, principalmente as rurais, que não têm fonte de financiamento suficiente; além da Previdência, a Assistência Social – mais de 80% do Bolsa-Família era subsidiado, sustentado pela CPMF – e a saúde. Pagava CPMF quem mais movimentava dinheiro no banco, formal ou informal, legal ou ilegal; 75%, no mínimo, vinham de empresa, não chegava a 30% das pessoas físicas do Brasil que pagavam, mas ia para quem mais precisava na área da Previdência, na área da saúde, na área da Assistência Social. A CPMF era um tributo que pagava quem mais podia e se beneficiava quem mais precisava. Não baixou preço para ninguém, não baixou um tostão no preço de nada o fim da CPMF.

Portanto, como diz o próprio artigo do Marcos Cintra, a hipótese mais provável é que o fim da CPMF serviu para aumentar as margens de lucros das empresas, Senador Paulo Paim.

O que nos fizemos aqui foi uma reforma tributária ao avesso, tirando de quem mais precisa para dar para quem mais tem. Não existe nada com maior viés de classe social do que a questão tributária, porque toda vez que vamos analisar um tributo temos de perguntar quem paga e quem vai receber o resultado da aplicação desse tributo. E a CPMF quem pagava era quem mais podia, e quem recebia era quem mais precisava.

Terminamos com a CPMF. Não temos mais essa fonte, esses R\$40 bilhões que iam para as aposentadorias rurais, para o Bolsa-Família e para a saúde. Para onde foi esse dinheiro? Foi engrossar a margem de lucro das empresas e não para a grande maioria da população brasileira, Senador Paulo Paim.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Por isso, esse artigo do Professor Marcos Cintra vem em muito boa hora, em muito boa hora.

Quero pedir que o documento ele seja transcrito na íntegra nos Anais do Senado.

Acho que valeria a pena solicitarmos a vinda do professor a uma das Comissões do Senado, para apresentar esse estudo sobre a não-redução dos preços depois do fim da CPMF e sobre a absorção dessa transferência de renda de quem mais precisa para quem mais tem.

Senador Valadares, esses dados são contundentes. V. Ex^a, um Senador que teve tudo a ver com esse debate, uma pessoa que sempre esteve vinculada à área da saúde, entende sua importância. Aliás, quando lia isso hoje, eu me lembrava de V. Ex^a em vários debates ao longo da tramitação da CPMF.

Esses números são incontestáveis e contundentes do que este Senado fez. O que este Senado fez? Fez uma reforma tributária "Robin Hood" às avessas, tirando de quem mais precisava, para engrossar a margem de lucratividade das empresas.

Era isso, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

B2 dinheiro

CPMF pagava quem mor. Banco

formal/ informal

legal/ ilegal

MARCO S CINTRA

Presidência

Saúde

Ass. Social

transf renda

FOLHA DE S.PAULO

SEGUNDA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 2008

75%

população

empres

person física

Os críticos da CPMF diziam que ela era altamente inflacionária. Segundo eles, o tributo tinha um peso de 2% nos preços. Portanto, dada a magnitude do choque ocorrido com sua extinção, era de esperar que poderia ocorrer deflação. Mas nada disso aconteceu.

Com base na matriz interindustrial do IBGE, calculei o impacto da CPMF sobre os preços em 42 setores da economia brasileira. Em seguida, comparei essa carga com os dados do IPCA de janeiro, divulgados na semana passada, para aferir se a extinção do "tributo do cheque" teve efeito sobre a inflação. A precisão dessa análise requer avaliações mais pormenorizadas, mas a comparação entre o que ocorreu com os preços no primeiro mês sem a contribuição e o peso que ela tinha nos setores produtivos é um sinalizador imediato para que se apure se, do ponto de vista da inflação, a extinção da CPMF foi um avanço.

A CPMF representava, em média,

1,61% no preço dos bens e serviços. Portanto, sua extinção deveria reduzir os preços em torno disso, supondo repasse total desse impacto nos preços ao consumidor. Porém o IBGE apontou que em janeiro o IPCA subiu 0,54%. Obviamente, fatores como sazonalidade, a estrutura de cada setor produtivo e o ritmo da atividade econômica devem ser considerados para fazer uma análise mais precisa. Mas, neste primeiro momento, a expectativa que se criou é que os preços cairiam sem o tributo, dada a magnitude do esperado choque de preços causado pela extinção da CPMF.

É oportuno primeiramente fazer algumas considerações a respeito de índice global. Quando se compara

Fim da CPMF e inflação

A hipótese mais provável é que o fim da CPMF serviu para aumentar as margens de lucro das empresas.

janeiro de 2007 com o mesmo mês de 2008, vê-se que o IPCA atual se posicionou 0,10 ponto percentual acima do registrado no ano passado. Já o acumulado de 12 meses no primeiro mês deste ano (4,56%) manteve a trajetória de crescimento observada em dezembro de 2007 (4,46%).

Quanto ao núcleo do IPCA, observava-se que o índice saiu de 0,35% em janeiro de 2007 para 0,41% no mesmo mês de 2008. O acumulado de 12

meses passou de 3,62% em dezembro de 2007 para 3,68% no mês seguinte. Portanto, observa-se que em todas essas comparações a inflação global subiu em vez de cair.

Em termos de comparação setorial, o peso da CPMF é de no máximo 2,25% na indústria do café. Segundo alguns críticos do tributo, esse setor deveria reduzir seus preços em torno disso, mas o IPCA mostrou que no caso do café moído houve inflação de 0,16% e, no solúvel, a redução de preços foi de apenas 0,73%.

No setor de eletroeletrônicos, a CPMF tinha custo tributário de 1,74% sobre o faturamento, mas seus preços aumentaram 0,11% na indústria automobilística, o tributo

pesava 1,69% e houve inflação de 0,26%; na indústria farmacêutica, o tributo representava 1,49%, mas o IPCA registrou 0,15%. Na área de transportes, que tem peso elevado para os consumidores, a CPMF representava 1,33%, mas os preços aumentaram 0,4%; e, nos serviços pessoais, em que o ônus do tributo era de 1,31%, os preços cresceram 0,64%.

A inflação mensal de janeiro perdeu fôlego em relação a dezembro, mas isso está longe de ser explicado pelo fim da CPMF. Muito pelo contrário, a comparação setorial mostra que a hipótese mais provável é que a redução do custo tributário serviu para aumentar as margens de lucro das empresas.

MARCO S CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, 62, doutor pela Universidade Harvard (EUA), professor titular e vice-presidente de Fundação Getúlio Vargas, foi deputado federal (1999-2003). É autor de "A Verdade sobre o Imposto Único" (LCTE, 2003). Escreve às segundas-feiras, a cada 15 dias, nesta coluna Internet: www.marcoscintra.org

mcintra@marcoscintra.org

Reforma Tributária é uma questão de classe

Quem paga → Quem recebe

Mercado Aberto

GUILHERME BARROS guilherme.barros@uol.com.br

fin da CPMF

lucro das empresas

Sen. Ideli Salvatti

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2003**, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a proibição do uso de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar dano à honra e à dignidade do trabalhador; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2007**, de autoria do Senador Paulo Duque, que autoriza a União a doar ao Estado do Rio de Janeiro o imóvel que especifica.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, as matérias vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Senhor Presidente da República adotou, em 14 de fevereiro de 2008, e publicou em 15 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 418, de 2008**, que “Altera as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências”.

Nos termos dos §§ 2º e 7º do art 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes****Bloco da Minoria (DEM/PSDB)**

Demóstenes Torres (DEM)	Kátia Abreu (DEM)
José Agripino (DEM)	Jayme Campos (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	Álvaro Dias (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	Marisa Serrano (PSDB)

**Bloco de Apoio ao Governo
(PT/PR/PSB/PCdoB/PP/PRB)**

Ideli Salvatti (PT)	Inácio Arruda (PCdoB)
João Ribeiro (PR)	Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	Francisco Dornelles (PP)

PMDB (Maioria)

Valdir Raupp	Gilvam Borges
Wellington Salgado de Oliveira	Leomar Quintanilha
Valter Pereira	Neuto de Conto

PTB

Epitácio Cafeteira	Sérgio Zambiasi
--------------------	-----------------

PDT

Jefferson Péres	Osmar Dias
-----------------	------------

*** PSOL**

José Nery

Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)**

Henrique Eduardo Alves	Vinícius Carvalho
Maurício Rands	Edinho Bez
Mário Negromonte	André Vargas
Luciano Castro	Benedito de Lira
Jovair Arantes	José Carlos Araújo
Hugo Leal	Sérgio Moraes

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

José Aníbal	Antonio Carlos Magalhães Neto
Onyx Lorenzoni	Arnaldo Jardim
Fernando Coruja	Arnaldo Madeira
Leonardo Vilela	Guilherme Campos

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Paulo Pereira da Silva	Rodrigo Rollemberg
Márcio França	Dr. Ubiali

***PSOL**

Chico Alencar	Luciana Genro
---------------	---------------

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

Também de acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 15-2-2008**
- Designação da Comissão: **18-2-2008 (SF)**
- Instalação da Comissão: **19-2-2008**
- Emendas: **até 21-2-2008**

- Prazo na Comissão: **15-2-2008 a 28-2-2008**(14º dia)
- Remessa do processo à CD: **28-2-2008**
- Prazo na CD: **de 29-2-2008 a 13-3-2008** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **13-3-2008**
- Prazo no SF: **de 14-3-2008 a 27-3-2008** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **27-3-2008**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 28-3-2008 a 30-3-2008** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **31-3-2008** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **14-4-2008** (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Antonio Carlos Valadares.

V. Exª dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, o assunto que me trouxe a esta tribuna não tinha nada a ver com o assunto a que se referiu a Senadora Ideli Salvatti. Posteriormente, irei falar sobre a queda de arrecadação dos municípios em face dos novos levantamentos feitos pelo IBGE.

Mas, Senadora Ideli Salvatti, não sei se V. Exª se recorda do fato a que vou me referir ocorrido quando do debate sobre a proposta de prorrogação da CPMF – inclusive havia uma proposta nossa que o Governo aceitou e que parte da Oposição estava disposta a votar, que seria uma redução gradativa da CPMF até ela se acabar definitivamente em 4 anos. Pois bem, do alto desta tribuna, eu tive a oportunidade de afirmar, alto e bom som, que, se realmente a queda da CPMF viesse a se concretizar, no mês de janeiro eu renunciaria ao meu mandato de Senador, se houvesse uma queda nos preços dos produtos alimentícios, se a derrubada da CPMF proporcionasse uma redução dos preços dos produtos de um modo geral.

Felizmente, a realidade confirmou as minhas previsões...

A Sra. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – E salvou seu mandato, Senador Valadares!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu não preciso mais renunciar ao meu mandato de Senador, porque um dos grandes intelectuais do Brasil e que entende de economia, o

Dr. Marcos Cintra, acaba de escrever um artigo para o jornal – na **Folha de S. Paulo** ou no **O Globo**?

A Sra. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Foi na **Folha de S. Paulo**.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Na **Folha de S. Paulo**. Foi para cá trazida essa notícia, por intermédio da Líder do nosso Bloco, Senadora Ideli Salvatti, comprovando, mais uma vez, que houve uma precipitação, um equívoco.

Nós queríamos, sim, a substituição da CPMF pela reforma tributária, que consolidaria as conquistas democráticas do nosso País. Ou seja, daríamos um equilíbrio aos tributos nacionais. E iríamos, sem dúvida alguma, proporcionar, com a reforma tributária, a substituição da CPMF e também a desoneração tributária, a melhoria dos investimentos, a queda das taxas de juros. Isso era o que estávamos prevendo. Com a queda da CPMF, o Governo teria tempo suficiente para fazer as acomodações, com o apoio do Congresso Nacional.

Concedo a V. Exª um aparte, Senadora Ideli Salvatti.

A Sra. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Valadares, como V. Exª mesmo disse, V. Exª não colocou em risco o seu mandato, quando anunciou que renunciaria, caso algum precinho – qualquer um – da cesta básica diminuísse. V. Exª tinha certeza absoluta de que não iria acontecer isso. Como não aconteceu. Os dados do professor Marcos Cintra confirmam, de forma incontestável, que não aconteceu.

Tenho apenas uma observação a fazer. Não foi precipitação. Não foi algo que quem promoveu não sabia o que estava fazendo, até porque, Senador Antonio Carlos Valadares, quem está aqui sempre sabe o que está fazendo, por que está fazendo e a serviço de quem está fazendo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Na realidade, estou generoso e bonzinho.

A Sra. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Exª está sendo muito bondoso, porque quem promoveu a derrubada da CPMF estava a serviço de aumentar a margem da lucratividade das empresas, em prejuízo da maioria pobre da população brasileira. Estava promovendo uma transferência de renda dos que menos têm para os que mais têm, algo que, em termos de reforma tributária, é tudo de que nós não precisávamos. Não damos conta de melhorar a estrutura tributária. E o fim da CPMF da forma como foi feito ainda acentuou, aprofundou o caráter de transferência de renda

dos que têm menor poder aquisitivo para os de maior poder aquisitivo – sem contar a questão fiscalizadora, Senador Antonio Carlos Valadares, que mereceria outro debate. Mas V. Ex^a vai manter seu mandato aqui, para orgulho do Bloco, defendendo, com certeza, a continuidade, como V. Ex^a sempre defendeu, das questões da saúde.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti. Também tive a curiosidade de, naquela época, naquele período conturbado aqui no Senado Federal, conversar com um economista que é respeitado por todos nós, o nosso colega Senador Aloizio Mercadante. Quando eu lhe disse que não haveria redução dos preços dos gêneros alimentícios e dos produtos de modo geral, ele replicou: “Valadares, isso aí vai servir é de fonte de aumento da lucratividade das empresas, porque eles vão embutir aquilo que se dizia que a CPMF acrescentava no aumento dos preços nos lucros das empresas.

E realmente o Dr. Marcos Cintra provou por “a” mais “b”, através deste artigo, que houve um aproveitamento, uma exploração dos mais fortes contra as necessidades dos mais pobres.

Senador Sibá Machado é com prazer que concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – E eu agradeço a V. Ex^a já que V. Ex^a, nesta tarde de segunda-feira, como lhe é peculiar, de forma muito serena, lembrando aqueles últimos debates sobre a CPMF. E eu estava presente no momento em que V. Ex^a fez a afirmação de que estaria disposto a renunciar o mandato de Senador da República, conferido pelo povo de Sergipe, se se configurasse que o fim da CPMF baixaria os preços dos produtos de primeira necessidade. E V. Ex^a agora, fazendo essa conferência, constata a sua própria previsão. Portanto, pela sua experiência, pela inteligência, pelo convívio, não iria fazer uma afirmação banal.

Então, acho que caiu por terra aquela tese de que a CPMF era um problema. Não o é. Mas aproveite este aparte para dizer a V. Ex^a que eu queria agradecer a três pessoas. Sou membro da Comissão de Orçamento e fiquei até o presente momento impressionado que caminho tomaria, seja o Governo ou o Congresso Nacional, para resolver o problema da não receita dos quarenta bilhões. E o Senador Francisco Dornelles, o Relator da receita; o Deputado José Pimentel, que foi o Relator-Geral, e o Senador José Maranhão, que é o Presidente da Comissão, fizeram um verdadeiro milagre, porque preservaram as emendas parlamentares,

coletivas de Comissão e as individuais, preservaram todos os cenários de prioridades de investimento público, priorizaram praticamente tudo, e não tivemos grandes cortes, cortes substanciais no Orçamento. Então, se era para atrapalhar o Brasil, não conseguiram. Eu acho que o próprio Congresso, na sua inteligência, chegou a um final muito feliz, que são os investimentos destinados para 2008. Está preservado o PAC, a saúde, a educação, o Bolsa-Família, e até o salário mínimo, em que houve, sim, uma redução que não foi significativa. Já está mantida na casa de 412 reais. Portanto, acho que V. Ex^a merece aqui, sim, o nosso aplauso e a nossa consideração por haver brilhantemente defendido aquela tese e agora provado que, mais uma vez, tinha inteira razão nas previsões que foram aqui apresentadas. Parabéns, Senador!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Sibá Machado, agradeço a V. Ex^a e, como membro também da Comissão Mista de Orçamento, pude verificar a alta responsabilidade do Relator, o Deputado Pimentel, que, a meu ver, se engrandeceu perante o Congresso Nacional ao propor alterações no Orçamento que não interferissem na atividade do Governo na área social, em que todas as conquistas foram preservadas, todos os programas merecerão a devida atenção do Governo, tudo isso garantido pelo Orçamento e de receitas que serão arrecadadas este ano, não a título de previsão aleatória, mas de certeza de que serão arrecadadas em benefício do povo brasileiro.

Sr. Presidente, como eu disse no início do meu discurso, eu gostaria de focar um assunto que é de mais alta importância, notadamente para os municípios pequenos, que tiveram uma forte mudança na sua arrecadação por meio de um levantamento recente feito no ano passado pelo IBGE, alterando não só a situação demográfica como os limites territoriais dos Municípios, em função de uma nova metodologia que o IBGE adotou, com a aplicação de um novo modelo e com a utilização do GPS – Sistema Global de Posicionamento, por meio de satélite, que identifica os marcos divisórios entre os Municípios e entre os Estados. Isso interferiu, de alguma forma, na distribuição do Fundo de Participação, alterando os coeficientes desse fundo em muitos municípios.

Posso dar um exemplo de um Município que eu conheço. Trata-se de uma cidade da qual fui Prefeito e que tem vários povoados, vizinhos do Município de Paripiranga, no Estado da Bahia, sempre vistos como povoados, povoações pertencentes ao Município de

Simão Dias e não a Paripiranga. Tanto é que investimos lá em saúde, construindo postos de saúde, em educação, construindo escolas – não só como Prefeito, mas como Governador do Estado –, levando energia elétrica aos povoados. Apesar de tudo isso, o Município, há mais de 30 anos, tinha um coeficiente de fundo de participação de 1.8.

De repente, o IBGE disse: Não, não vale; aquilo que foi aplicado durante 30, 40 anos, agora não vale mais; o que vale é o satélite. Resultado: as populações que moram em Simão Dias, povoados como Apertado da Pedra, Mato Verde, agora não são mais simãodieneses. O IBGE decretou: Não, agora são baianos, de Paripiranga. O prefeito de Paripiranga assinou uma correspondência, que foi enviada ao Tribunal de Contas da União dizendo o seguinte: Essa área nunca pertenceu ao Município de Paripiranga, Estado da Bahia.

Mesmo assim, em vista dos dados que foram fornecidos pelo IBGE, o Tribunal de Contas não tinha o que fazer. Reduziu, por causa de 200 pessoas, mais ou menos (foi a redução que foi feita pelo IBGE pela perda desse território, pelos novos limites que foram dados), e aí o Município de Simão Dias passa de 1.8 para 1.6, perdendo mais de R\$140 mil por mês.

Isso vai obrigar o Prefeito Municipal a tomar medidas drásticas, sérias, para fazer face aos compromissos da administração municipal.

Agora, Sr. Presidente, essa situação não é só do Município de Simão Dias; é de muitos municípios do Brasil inteiro. E essa preocupação chegou até o Congresso Nacional e preocupou, inclusive, o Líder do Governo, o Senador Romero Jucá, que apresentou uma proposição que foi aprovada no final do ano passado, o PL nº 633, de 2007, que joga para o final do exercício de 2008 a possibilidade de uma mudança nos coeficientes, ou seja, dá um prazo de mais um ano para que essa situação seja resolvida no Brasil inteiro.

A minha preocupação é que esse projeto do Senador Romero Jucá, o de nº 633, que foi aprovado por unanimidade pelo Senado Federal, fique dormitando nas gavetas da Câmara dos Deputados, que já o recebeu, uma vez que lá as coisas andam a passo de cágado, por causa não apenas das medidas provisórias, mas também pelas dificuldades, pelo volume de projetos e de proposições que há naquela Casa.

Então o meu apelo aqui é no sentido de que a Mesa do Senado Federal, que acompanhou a aprovação dessa matéria, que deu continuidade, que deu importância, envolva-se com essa questão, solicitando ao Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado

Federal Chinaglia, que coloque essa matéria em votação o mais rápido possível, e que dê prioridade à sua tramitação, porque centenas e centenas de municípios em todo o Brasil estão sofrendo com a queda da arrecadação, motivada, única e exclusivamente, por dados de um satélite.

Um satélite não conhece a realidade de cada Município. E o IBGE simplesmente, sem ouvir as populações, sem conversar com as autoridades locais, o Governo do Estado, os prefeitos municipais, reduziu os coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios, mudando até os limites, transferindo territórios que são de um Estado para outro Estado. Isso, a meu ver, foi um equívoco, foi um grande erro cometido pelo IBGE e que precisa ser consertado. Mas esse conserto só pode ser feito em um ano – prazo concedido pelo Senado Romero Jucá na sua Proposta nº 633, de 2007.

Por isso, Sr. Presidente, a minha palavra aqui é de solidariedade a todos os Prefeitos que estão passando por essa dificuldade, por esse constrangimento. Inclusive a minha terra, o meu Município de Simão Dias teve uma redução substancial, uma queda em sua arrecadação, por causa de uma máquina que está circulando aí, chamada satélite, e que acha que territórios que sempre viveram sob os auspícios de investimentos do Estado de Sergipe e do Município de Simão Dias agora passaram a ser de outro Estado. E não só os territórios; as populações, que se consideram, com muito orgulho, simãodieneses e sergipanos, agora, obrigatoriamente, terão de ser baianos.

A Bahia já tirou muito de Sergipe.

Senador Sibá Machado, uma grande parte da área do Estado da Bahia no passado pertenceu ao Estado de Sergipe. Agora é o IBGE que ajuda a tirar mais território de Sergipe. Sergipe é o menor Estado da Federação. Daqui a uns dias só vai ficar a capital, porque, se houver um novo GPS e se descobrir, por exemplo, que Lagarto não é mais de Sergipe, o que vai acontecer?

O IBGE deveria ter tido maior atenção, conversado com os prefeitos municipais, não só os do Estado de Sergipe, mas também os do Estado da Bahia, nesse caso aí de Simão Dias, e assim em todo o Brasil, para que esses Municípios não estivessem sofrendo o que estão sofrendo hoje com a queda da sua arrecadação e, conseqüentemente, com problemas que vão aparecer nas áreas da saúde, da educação, de saneamento básico, porque eles ficarão impossibilitados de realizar novos investimentos.

Ouçõ o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Eu só queria contribuir com V. Ex^a sobre esse assunto, porque, há algum tempo, o Governo do Estado do Acre solicitou à própria Assembléia que fizesse uma CPI para estudar os limites dos Municípios do Estado, porque havia muitos casos em que determinadas comunidades estavam sendo vistas como sendo de um Município, mas, para terem acesso à sede daquele Município, tinham que passar por dentro de outro. E isso foi corrigido. Portanto, no meu entendimento, divisa é acordo e convivência. Mesmo que haja razão – não vou dizer que não haja – em dizer que agora é Bahia e não Sergipe, é preciso respeitar o tal acordo ou a convivência da população local. E aí, neste ponto, concordo com V. Ex^a. Creio que tem que haver a correção, e o próprio Governo do Estado da Bahia tem que ceder de bom grado, imediatamente, por decreto da Assembléia Legislativa de lá, a devolução da área pertencente ao Estado de Sergipe, porque não é um satélite que vai agora decidir o que é bom para um e ruim para outro. Acho que V. Ex^a tem inteira razão na reclamação que faz na tarde de hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Além disso, os prefeitos a quem foram cedidos os territórios sem que eles pedissem estão assinando documentos dizendo que os territórios não são deles, e sim do outro Estado.

Então, seria de bom alvitre, Sr. Presidente – peço mais uma vez a V. Ex^a –, acelerar lá na Câmara dos Deputados a aprovação desse projeto de autoria do Senado Romero Jucá que foi aprovado aqui pelo Plenário do Senado.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a. O seu pedido será atendido nos termos do Regimento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 120, DE 2008

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado voto de pesar pelo falecimento do Senhor Bernardo Araújo Rocha, mais conhecido como Binu, apresentando condolências à família.

Justificação

O Agropecuarista era líder político no Piauí e faleceu no dia 16 de fevereiro do corrente. Ele começou sua carreira política pela antiga Arena, tendo sido vereador, vice-prefeito e 2 (duas) vezes Prefeito

do Município de Matias Olímpio. Binu trabalhou pela emancipação do Município de São João do Arraial, do qual foi o primeiro prefeito, administrando-o por 2 vezes pela sigla do PMDB.

Em função da importância do papel desempenhado pelo ilustre companheiro do PMDB, apresento ao Senado o presente requerimento por perda tão significativa para o Estado do Piauí, solicitando o encaminhamento de voto de profundo pesar e tristeza aos familiares.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2008. – Senador **Francisco de Assis de Moraes Souza, Mão Santa**.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para justificar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – O destino quis levar o nosso Bernardo Araújo Rocha, conhecido como Binu, que hoje estaria completando 90 anos, mas morreu sábado.

Ele honra a classe política. A política é uma honrosa aventura. Sábado, chegando ao Piauí, ao saber do falecimento, fui à sua cidade. Ele morava numa fazendola cujo nome é Laranjeira, porque ele era um agricultor que plantava, vendia e comercializava laranja e outros frutos cítricos. O mais importante é que ele estava com 90 anos, e a gente vê que não é o que dizem; que político é respeitado, é prestigiado. Tive a oportunidade de estar presente na sentinela.

Esse cidadão, como essas famílias interioranas, tinha uma prole numerosa. Ele era do interior, foi prefeito duas vezes, vereador, vice-prefeito e prefeito da cidade de Matias Olímpio. Depois se criou outra cidade. Fui eu que a criei. Era um povoado. Deus me permitiu, Senador Papaléo Paes, no meu Governo, criar 78 novas cidades no Piauí. Povoados se transformando em cidades. É gratificante ver. Eu lembro que, na minha eleição em 1994, fiz um comício debaixo de uma mangueira, e tudo era areado. E como se transformaram! Hospitais, escolas, praça para namorar, avenida urbanizada, cadeia para ordem, duas emissoras. Então, além do que se vê, pois o essencial é invisível aos olhos, houve o chamamento de pessoas a participarem e transformarem-se em líderes, vereadores, vice-prefeitos. E ele, o Binu, foi prefeito por duas vezes – eleito e reeleito – dessa cidade filha, São João do Arraial.

Mas eu vi, Marisa Serrano, Pedro Simon, eu vi, durante a noite toda, aparecer gente não sei de onde naquele preto, cultuando o Binu, que foi duas vezes prefeito da cidade-mãe, Matias Olímpio, e duas vezes dessa nova. De família interiorana, trabalhador, e, se sente que não é assim não, a política tem a sua respeitabilidade. E nós sabemos que o mais que o homem, segundo Confúcio disse, consegue da vida, quando nasce – ô Geraldo Mesquita, quando nós nascemos o que é que ocorre? –, é que está todo mundo sorrindo, esperando a criança que nasce. Pai, mãe, parteira, enfermeira, familiares. E o mais que nós conseguimos ao longo da vida é reverter isso: ao sair, encontrar o choro, o lamento e a lágrima. Isso ele conseguiu. Eu vi. Foi dessas sentinelas que se prolongam pela noite toda, e ia aparecendo gente para chorar aquele ente querido que só fez o bem.

Pedro Simon – V. Ex^a é um desses patrimônios que nós temos que seguir –, eu quero reverenciar aqui o Binu e a sua família. Ele tem um filho cujo nome é Juscelino, líder político continuador. Mas ele tinha dois ensinamentos, aqueles velhos de moral, de postura, de respeito, de vergonha, que existem... Nós existimos e nós estamos aqui para homenageá-lo. Marisa Serrano, aqui diz o biógrafo da lamentação dele que ele tinha dois ensinamentos:

“Binu e sua esposa sempre se preocuparam com a educação da família, visando uma vida digna para os filhos, netos e bisnetos.”

Eram muitos os netos chorando. Era dessas famílias que são um exemplo no interior, na fazenda Laranjeira.

“Com os amigos, tem uma atenção especial, onde seu lema é: ‘não abandonarei os amigos, estarei sempre à disposição de todos’. No meio político, é referência para todo homem público de bem, sendo lembrado pela célebre frase: ‘Continuo na política, com dinheiro ou sem dinheiro, servindo a todos que me procuram, especialmente os menos favorecidos.’”

Atentai bem, Senador Geraldo Mesquita, ele, nas últimas eleições, já tinha idade. O grupo, o PT, com essa máquina, tomou lá o poderio deles.

É a essa figura que rendemos homenagens em nome do Piauí, que não precisa buscar exemplos em outros lugares, porque o exemplo está no falecido Binu.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Muito obrigado.

A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Sibá Machado.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos para o seu pronunciamento.

Em seguida, fará uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Pedro Simon.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, é muito bom ver os números divulgados na pesquisa, realizada pela Confederação Nacional dos Transportes e pelo Instituto Sensus, que avalia a performance do Governo Federal e a performance do Presidente da República, o Presidente Lula.

Fico muito bem impressionado, Sr. Presidente, porque, com tantos debates mais acirrados, especialmente aqui no Senado, tivemos poucas oportunidades de fazer um debate mais qualificado sobre a performance do Governo. Aqui não é em busca de consenso, não é em busca de fazer com que as pessoas deixem de lado suas convicções, mas de poder pensar de fato nos rumos do Brasil.

Sr. Presidente, eu morava na Transamazônica, no Estado do Pará, e tinha a imagem do Brasil como a de um carro atolado. A imagem do Brasil, como de todos os países de economia mais insipiente, era a de um país que procurava cumprir à risca os manuais do Fundo Monetário Internacional, de regras canibais, ao Direito, à soberania desses países, especialmente para as populações mais pobres.

Esse receituário, no meu entendimento, Sr. Presidente, faliu, acabou, não se sustenta mais. Ou o Fundo Monetário Internacional muda de rumo de uma vez por todas e se torna um instituto financeiro de fato para fomentar as pequenas economias ou ele não tem mais razão de existir. E nós recusamos esse caminho, que quebrou o México, que quebrou a Argentina, que quebrou a Coréia do Sul, que colocava em polvorosa os brasileiros cada vez que vinha uma missão do FMI ao País para dizer o que era bom e o que era ruim para o povo brasileiro. Felizmente, esse momento está encerrado. Os números da pesquisa são muito positivos, muito positivos. O que nos dizem os números, Sr. Presidente, muito claramente?

Se juntarmos o que considera de ótimo, bom e regular, a população brasileira dá ao Governo do Presi-

dente Lula a aprovação de 85%. Quando olhamos para os números da pessoa do Presidente, a sua imagem, sua confiabilidade como Chefe da nossa Nação, ela dá ao Presidente Lula a aprovação de 66,8%.

Isso é muito positivo. Até acho que o Presidente Lula talvez não esperasse esses números, dada a dificuldade de comunicação entre o seu Governo e o todo da sociedade, por conta de tantos outros debates que são tidos como mais importantes.

A Mensagem do Presidente, remetida ao Congresso Nacional na abertura dos trabalhos de 2008, os números positivos, a alegria de se ler um documento daquele, tudo demonstra que o nosso Brasil, de fato, dá a volta por cima. É um receituário, sim, a ser continuado. É um receituário, sim, que está funcionando muito bem. E a população, graças a Deus, está sabendo discernir essas coisas. A população nos diz nessa pesquisa que o Governo está indo muito bem e que, se houver qualquer problema, que ele seja trabalhado nos fóruns competentes. É isso que eu traduzo dessa pesquisa.

Fico muito feliz, Sr. Presidente, porque, há muito tempo, na minha vida, enquanto eu era sindicalista, eu olhava para o nosso País e achava que era destino natural do Brasil ser um país pobre, que era um destino natural do Brasil ser um país endividado, comandado pelos outros, sem identidade própria, porque o povo lá fora só nos conhecia pelo carnaval, pelo futebol e mais nada, porque ninguém sabia sequer onde era a capital do nosso Brasil, porque ninguém sabia onde ficavam as coisas e a base da nossa cultura. Agora nós estamos dialogando com o mundo, não só o mundo dos mais ricos, mas também com o mundo dos mais pobres também.

O nosso Mercosul dá seus passos, criamos um novo intercâmbio com a Índia, com a África do Sul, com os países da África, dialogamos com a OMC, exportamos tecnologias. O País aponta para outros caminhos, divide riquezas com os mais pobres, abre oportunidades nas universidades para o ensino superior.

É claro que respeitamos todas as pessoas que vêm à tribuna do Senado ou que vão a qualquer tribuna do nosso Brasil e faz críticas pelas conquistas não obtidas. Ninguém aqui tem varinha de condão, ninguém aqui é mágico. Basta olharmos para as condições em que o nosso País estava vivendo, vendendo suas empresas para poder pagar suas contas. Não precisamos mais disso.

Sr. Presidente, relembro aqui o aparte que fiz ainda há pouco. Se nós ainda tivéssemos a CPMF, se

mantivermos um crescimento do PIB de 5% por três anos consecutivos, Sr. Presidente, inevitavelmente, o nosso Brasil vai ser um País credor das economias mais pobres do mundo. E eu só espero que o Brasil, ao chegar a esse patamar, seja um país não economicista, que não seja um país que procure usar da usura com os países mais pobres para poder crescer, mas, sim, que use o intercâmbio por meio da solidariedade entre os povos para que possamos crescer juntos.

Aqui, o povo brasileiro manda um recado objetivo à sociedade, a todos nós: o povo está acompanhando o que acontece na conjuntura política e econômica do nosso Brasil. Esse acompanhamento é claro! O País está dando certo, o País está agora tomando um rumo que é bom para todos.

Sr. Presidente, muitos criticam que, nos anos 80, todos os congressos do nosso Partido tratavam que tinha de haver um rompimento com o FMI. Foi feito o rompimento! Pagamos a conta e ele foi embora. Acabou-se. Não foi preciso fazer uma guerra armada aqui dentro.

Falou-se tanto na reforma agrária. É claro que a reforma agrária no Brasil ainda não está nos ideais que sonhamos, mas já demos passos significativos!

Falávamos que os mais pobres tinham de ter uma condição de vida um pouquinho melhor. Hoje, graças a Deus, temos, no Brasil, mais de dez milhões de pessoas migrando das classes D e E para a classe C.

Portanto, Sr. Presidente, com toda esta felicidade, quero agradecer a todas as pessoas que ajudam na construção do brilhante governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva! Foi muito bom para o Brasil, está sendo muito bom para os países vizinhos nossos e está sendo um exemplo para o mundo. Este é o caminho.

Esperamos, findadas as eleições nos Estados Unidos, firmar um novo marco das intenções de negociações, seja no campo político, seja no campo econômico, com os países mais pobres do mundo inteiro.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Peço somente a V. Ex^a que complementemente meu pronunciamento com os dois artigos que trago aqui, dos jornais **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo**, sobre essa pesquisa.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFEREM
O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO, EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

18/02/2008 - 12h50

Governo Lula tem melhor avaliação desde janeiro de 2003, diz CNT/Sensus

Da Redação*
Em São Paulo

A avaliação do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em fevereiro foi a melhor desde janeiro de 2003. A performance pessoal do presidente também só foi superada pela de dezembro de 2003, mostrou nesta segunda-feira pesquisa do Instituto Sensus, encomendada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT).

A avaliação positiva do governo subiu para 52,7% em fevereiro, enquanto em outubro ficou em 46,5%, data do levantamento anterior. Já a avaliação negativa passou de 16,5% para 13,7% neste mês. Na pesquisa divulgada em 29 de janeiro de 2003, poucas semanas após Lula assumir a presidência, a aprovação do governo era de 56,6%.

AVALIAÇÃO DO GOVERNO (%)

Positivo	39,9	42,6	37,5	49,5	52,7
Regular	40,6	39,9	40,0	34,3	32,5
Negativo	15,1	13,9	21,4	14,6	13,7
Governo	Fev. 2004	Fev. 2005	Fev. 2006	Abril 2007	Fev. 2008

▣ ECONOMIA AJUDOU, DIZEM ANALISTAS

O desempenho pessoal do presidente Lula foi aprovado por 66,8% dos entrevistados, ante 61,2% na sondagem anterior e em dezembro de 2003 tinha ficado em 69,9%.

A 91ª edição da pesquisa foi realizada entre os dias 11 e 15 deste mês, com 2.000 pessoas em 136 municípios do país. A margem de erro é de 3 pontos percentuais, para cima ou para baixo.

Polêmica dos cartões

O uso indevido de cartões corporativos - com gastos excessivos por parte de ministros, funcionários do Governo Federal e de seguranças da família do presidente Lula - é conhecido por 64,1% dos entrevistados da Pesquisa CNT/Sensus.

Dos 64,1% que conhecem o assunto, 10,9% aprovam a manutenção do uso do cartão corporativo; 83,1% desaprovam a prática e 3,4% aprovam, desde que regido por normas.

Para 70,2%, os ministros e funcionários que usaram indevidamente os cartões corporativos deveriam perder o cargo e repor os gastos; para 19,9%, somente repor os gastos; para 4,9%, somente perder o cargo. E 2,2% acham que ministros e funcionários não deveriam perder o cargo nem repor os gastos.

Para 74,9% (entre os que conhecem o assunto), o uso dos cartões afeta a imagem do presidente Lula; 20,2% não acreditam que afete.

Sucessão presidencial e municipal

A pesquisa ainda avaliou a intenção de voto para a sucessão presidencial em 2010. Nas listas em que o governador de São Paulo, José Serra (PSDB), foi incluído, ele liderou a sondagem.

Com relação às próximas eleições municipais, 9,6% afirmam que certamente votariam em um candidato apoiado ou indicado pelo presidente Lula; 27,2% disseram que poderiam votar; 25,9% que não votariam em um candidato do presidente e 35,0% que somente tomariam a decisão conhecendo o candidato a prefeito de seu município.

A administração dos governadores dos Estados foi avaliada positivamente por 43,3% dos entrevistados e negativamente por 18,8%. Em agosto de 2006, a avaliação positiva dos governadores era de 46,1% e a negativa, de 18,7%.

A administração dos prefeitos municipais foi avaliada positivamente por 42,0% e negativamente por 29,4%. Em agosto de 2006, a positiva era de 41,3%, e a negativa de 26,3%.

Confiança nas instituições

A pesquisa também quis saber em quais instituições a população brasileira mais confia: 39,4% confiam na Igreja; 16,5% nas Forças Armadas; 12,7% na Imprensa e nos Meios de Comunicação; 11,3% na Justiça; 4,4% no Governo Federal; 4,1% na Polícia e 0,5% no Congresso.

Em outubro de 2007, respectivamente, os índices eram: 37,2%, 16,5%, 11,2%, 9,5%, 5,0%, 3,4% e 1,1%.

Com informações da Reuters

Aprovação de Lula sobe para 66,8%, a maior desde 2003, aponta pesquisa CNT/Sensus

Pesquisa realizada pela CNT/Sensus e divulgada nesta segunda-feira (18) mostra que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva obteve **avaliação positiva de 66,8% dos entrevistados. O percentual é o mais elevado desde dezembro de 2003, primeiro ano do primeiro mandato de Lula, quando o número chegou a 69,9%**. Na última pesquisa, realizada em outubro do ano passado, a aprovação de Lula ficou em 61,2%.

A avaliação do governo também subiu, chegando a 52,7%, melhor índice desde janeiro de 2003, quando 56% da população aprovava o primeiro mês do governo de Lula.

Nem mesmo as denúncias de mau uso dos cartões corporativos arrefeceu o ânimo das pessoas que responderam a pesquisa. A pesquisa perguntou aos entrevistados se eles tinham conhecimento do caso. Dentre os entrevistados, 64,1% disseram que têm acompanhado ou ouviram falar. Desses, 83,1% querem que ministros e funcionários públicos não tenham mais acesso aos

cartões corporativos. Outros 70,2% acham que quem cometeu irregularidades deve ser demitido e devolver o dinheiro gasto irregularmente.

Dos que têm conhecimento, 74,9% disseram que isso afeta a imagem do presidente, mas, contudo, isso não teve efeito nas avaliações positivas do presidente e de seu governo. Tanto que em outra parte da pesquisa, quando os eleitores foram questionados para apontar espontaneamente **em quem votariam em 2010, Lula encabeça a lista, com 18,6% das citações.** O segundo colocado nesta lista é o governador de São Paulo, José Serra (PSDB), com apenas 5,1%.

O CNT/Sensus ouviu 2 mil pessoas em 24 Estados, entre 11 e 16 de fevereiro. A margem de erro da pesquisa é de três pontos percentuais.

18/02/2008 - 12h50

Governo Lula tem melhor avaliação desde janeiro de 2003, diz CNT/Sensus

**Da Redação*
Em São Paulo**

A avaliação do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em fevereiro foi a melhor desde janeiro de 2003. A performance pessoal do presidente também só foi superada pela de dezembro de 2003, mostrou nesta segunda-feira pesquisa do Instituto Sensus, encomendada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT).

A avaliação positiva do governo subiu para 52,7% em fevereiro, enquanto em outubro ficou em 46,5%, data do levantamento anterior. Já a avaliação negativa passou de 16,5% para 13,7% neste mês. Na pesquisa divulgada em 29 de janeiro de 2003, poucas semanas após Lula assumir a presidência, a aprovação do governo era de 56,6%.

AValiação DO GOVERNO (%)

Positivo	39,9	42,6	37,5	49,5	52,7
Regular	40,6	39,9	40,0	34,3	32,5
Negativo	15,1	13,9	21,4	14,6	13,7
Governo	Fev. 2004	Fev. 2005	Fev. 2006	Abril 2007	Fev. 2008

▣ **COMO VOCÊ AVALIA O ATUAL GOVERNO?**

▣ **ECONOMIA AJUDOU, DIZEM ANALISTAS**

O desempenho pessoal do presidente Lula foi aprovado por 66,8% dos entrevistados, ante 61,2% na sondagem anterior e em dezembro de 2003 tinha ficado em 69,9%.

A 91ª edição da pesquisa foi realizada entre os dias 11 e 15 deste mês, com 2.000 pessoas em 136 municípios do país. A margem de erro é de 3 pontos percentuais, para cima ou para baixo.

Polêmica dos cartões

O uso indevido de cartões corporativos - com gastos excessivos por parte de ministros, funcionários do Governo Federal e de seguranças da família do presidente Lula - é conhecido por 64,1% dos entrevistados da Pesquisa CNT/Sensus.

Dos 64,1% que conhecem o assunto, 10,9% aprovam a manutenção do uso do cartão corporativo; 83,1% desaprovam a prática e 3,4% aprovam, desde que regido por normas.

Para 70,2%, os ministros e funcionários que usaram indevidamente os cartões corporativos deveriam perder o cargo e repor os gastos; para 19,9%, somente repor os gastos; para 4,9%, somente perder o cargo. E 2,2% acham que ministros e funcionários não deveriam perder o cargo nem repor os gastos.

Para 74,9% (entre os que conhecem o assunto), o uso dos cartões afeta a imagem do presidente Lula; 20,2% não acreditam que afete.

Sucessão presidencial e municipal

A pesquisa ainda avaliou a intenção de voto para a sucessão presidencial em 2010. Nas listas em que o governador de São Paulo, José Serra (PSDB), foi incluído, ele liderou a sondagem.

Com relação às próximas eleições municipais, 9,6% afirmam que certamente votariam em um candidato apoiado ou indicado pelo presidente Lula; 27,2% disseram que poderiam votar; 25,9% que não votariam em um candidato do presidente e 35,0% que somente tomariam a decisão conhecendo o candidato a prefeito de seu município.

A administração dos governadores dos Estados foi avaliada positivamente por 43,3% dos entrevistados e negativamente por 18,8%. Em agosto de 2006, a avaliação positiva dos governadores era de 46,1% e a negativa, de 18,7%.

A administração dos prefeitos municipais foi avaliada positivamente por 42,0% e negativamente por 29,4%. Em agosto de 2006, a positiva era de 41,3%, e a negativa de 26,3%.

Confiança nas instituições

A pesquisa também quis saber em quais instituições a população brasileira mais confia: 39,4% confiam na Igreja; 16,5% nas Forças Armadas; 12,7% na Imprensa e nos Meios de Comunicação; 11,3% na Justiça; 4,4% no Governo Federal; 4,1% na Polícia e 0,5% no Congresso.

Em outubro de 2007, respectivamente, os índices eram: 37,2%, 16,5%, 11,2%, 9,5%, 5,0%, 3,4% e 1,1%.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento Interno.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, como orador inscrito, por 20 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é impressionante o noticiário desse fim de semana, que passei em Brasília.

Durante o período em que estive no Rio Grande do Sul, na praia de Rainha do Mar, praticamente não li os jornais da capital, do centro do País. É impressionante a análise e a transparência sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, de modo muito especial em torno desta que está em debate para ser instalada aqui, no Congresso Nacional, a dos chamados cartões corporativos.

Um repórter, pouco antes de eu vir à tribuna, mostrava-me o último resultado da pesquisa Sensus, encomendada pelos empresários do setor de transportes. Na investigação anterior, o Congresso estava em último lugar, no rol das entidades pesquisadas, sobre a sua respeitabilidade na opinião pública, com 1,1%. Nesta última, o Congresso continua em último lugar, mas com 0,5%. Baixou 55%, de 1,1% para 0,5%. Essa é a credibilidade, hoje, do Congresso Nacional.

E o Presidente da República aumentou para um índice de aprovação que há muito tempo o Brasil não tinha: 65% é a credibilidade do Presidente, segundo essa mesma pesquisa.

Interessante a análise desta matéria. Por que o Congresso Nacional tem uma credibilidade tão pequena? E o que leva o Presidente Lula, no auge de todo este debate sobre os cartões corporativos, que envolvem a figura do Presidente, a ir lá para cima na credibilidade popular?

Acho que, com relação a nós, o Congresso Nacional, o debate não pode ser feito desta maneira como nós estamos assistindo.

Segundo os jornais, em troca de paz na CPI, Lula se reúne hoje com os seus Ministros, para acelerar o rateio de postos no setor elétrico, o que pode aumentar o nível da fidelidade dos partidos. Isso é de uma humilhação, é de um grosseiro, é de um ridículo atroz em tudo que se possa imaginar. Deixa mal o meu Partido, o PMDB. Segundo a matéria, o PMDB está fazendo exigências e as suas lideranças estão exigindo esses cargos para garantir a fidelidade na Comissão Parlamentar de Inquérito.

A imprensa insiste muito com uma figura muito respeitável, do Senador José Sarney. Primeiro, diz e insiste que foi ele quem escolheu o Ministro de Minas e Energia; agora insiste porque insiste que há um due-

lo entre ele e a Chefe da Casa Civil pela Presidência da Eletrobrás, da Eletronorte e por outros cargos que envolvem Petrobras e Eletrobrás.

É muito importante uma entrevista que a **Folha** publica do Presidente José Sarney. Em primeiro lugar, a coragem do ex-Presidente. Ele tem absoluta correção. Diz Sarney: “Governo Lula falha ao não se esforçar para fazer a reforma política”. Não é fácil. Mas está aqui um assunto com o qual eu concordo inteiramente com o Presidente José Sarney. Falha-se, e falha-se muito.

Diz ele, Sarney, ao lhe perguntar o jornalista: “E por que você não fez, na Constituinte, quando você foi Governo”? Ele disse que não teve condições. Eu digo que é verdade. Ele não teve condições. Diz ele que, no seu Governo, assumiu a Presidência no lugar de Tancredo, que morreu, e era fraco politicamente, que quem mandava politicamente era Ulysses Guimarães, então Presidente do MDB. Foi o que disse Sarney, na reportagem, com o que eu concordo. É verdade. A figura de força no Governo Sarney era Ulysses. E o Sarney não teve condições para fazer a reforma política. Não teve, porque entrou um debate infeliz. Aqui, eu quero fazer justiça ao Sarney. A imprensa toda, até hoje, fala que ele lutou para ganhar mais um ano de governo. Mentira! O seu mandato era de seis anos; queriam baixar para quatro, e ele pediu cinco. Então, queriam baixar dois, e ele queria baixar um.

Eu já era Governador do Rio Grande do Sul – repito – e vim a esta Casa, na Constituinte, dizer que, para mim, o Sarney podia ficar seis anos, desde que o parlamentarismo fosse adotado.

Diz o Sarney aqui, repetindo o que eu disse, que o regime brasileiro é híbrido, porque é presidencialista, mas tem as medidas provisórias, que são do parlamentarismo. Repito: o Congresso Constituinte devia ter, na Comissão de Redação Final, tirado as medidas provisórias, quando caiu o parlamentarismo.

Mas, o que é importante, nesta entrevista à Folha, é que o Sarney disse que não deu palpite nenhum, que não deu nome para cargos no Governo Lula. Ele é muito amigo da Chefe da Casa Civil, muito amigo. Elogios corretos, ele faz a ela, mas diz que não tem nenhuma discussão, que não indicou o nome de ninguém!

Com essa reportagem sobre o Presidente Sarney, quero dizer à imprensa: o que vocês estão fazendo? Ó, **Folha de S. Paulo, JB, Estadão, O Globo**, o que vocês estão fazendo, dizendo que o Sarney exige, que está cobrando? Não está! Ele não está pedindo nada!

Na página seguinte, no mesmo **O Globo**: “Governo volta a ficar refém da base aliada. Investigação frustra a expectativa de um ano livre da agenda parlamentar e com todo o foco voltado para as eleições.

Governo é refém da base aliada, porque Sarney e os Líderes do PMDB exigem cargos”.

Aqui, o jornal está dizendo que ele quer cargo; e, aqui, o nosso amigo, o seu amigo e nosso amigo Sarney está dizendo que não fez indicação. A imprensa está dizendo que ele fez indicação. É um absurdo, não é?

E nós, nessa situação.

Os cargos têm que ser decididos hoje. E a essa altura parece que o Presidente Lula está se reunindo com a cúpula político-partidária – não sei por que a Líder do PT não está lá, mas aqui – para decidir esses cargos.

Uma coisa eu posso dizer, falando por mim, pelo companheiro do Acre, pelo companheiro do Piauí, pelo companheiro de Pernambuco: nós, Senadores, não nos reunimos, nunca fomos convocados para escolher ninguém para Ministro das Minas e Energia, nem para a Petrobras nem para a Eletrobrás, nem coisa alguma. A imprensa publica que os Senadores do PMDB estão exigindo. Questão de guerra. Eu não fui. Ninguém me chamou.

Em segundo lugar, o Presidente Sarney está dizendo, com todas as letras, que não tem reivindicação. Então, vamos retirar da manchete essa realidade apresentada como real de que os cargos e a ação da CPI vão depender do Presidente da Eletrobrás, do Presidente da Eletronorte, e de outros cargos no governo.

Fico impressionado, porque a imprensa toda disse que, para a Eletronorte, tem que ser um nome indicado pelo Deputado e ex-Presidente desta Casa, que renunciou numa situação muito delicada, Jader Barbalho. Eu estranho o prestígio e esta credibilidade tão grande do Senador Jader Barbalho que, inclusive, está respondendo por inquérito no Supremo... E o que me deixa mais impressionado, ainda, é que a imprensa também publica – ou é verdade ou é mentira – que o nome que ele está indicando é marcado, está respondendo por três processos. Aí, o Presidente Lula tinha que tomar uma atitude: dar um prazo, até hoje, segunda-feira, para que o indicado mostre se tem ou não tem problema na sua folha corrida.

Eu falo daqui, mas o Paim está ali. Eu digo: Paim, avise lá o seu Presidente, o nosso Presidente. Ele que veja a folha corrida dos indicados. Se tem problema, o Jader não pode impor um candidato dessa natureza. Não indica, para depois não querer dizer... Ah, já indicou? Não retira! E vamos ficar com um cara que tem três processos, parece-me, em andamento?

O que me impressiona é que uma comissão parlamentar de inquérito de tamanha importância é tratada dessa maneira.

Volto a dizer que o Congresso viveu suas horas mais bonitas nos momentos de várias CPIs: a do *impeachment* do Collor, a dos Anões do Orçamento, e várias outras! Mas viveu, também, as horas mais negras com outras CPIs.

O Governo Fernando Henrique não deixou criar a CPI das Empreiteiras. Lutamos terrivelmente, mas o Sr. Fernando Henrique não deixou. Não deixou criar a CPI para investigar a emenda que foi aprovada, da reeleição, que não havia no Brasil, e foi aprovada à revelia, quando havia um amplo movimento contrário. E, de repente, Parlamentares mudaram de voto, trocaram de voto e foi um escândalo. Tentou-se fazer a comissão, e ele não deixou.

Eu vi, ontem, um programa sensacional. Na TV Bandeirantes, o Ministro do Planejamento e o Deputado Onyx Lorenzoni. O Ministro disse o seguinte: “Eu não sei, até agora, por que o Congresso não fez uma CPI para explicar o preço da privatização da Vale do Rio Doce”. E o Deputado respondeu: “Mas por que o Governo Lula não fala?” “Não cabe a nós, cabe ao Congresso!” Pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus!

Quando vejo o Presidente Lula e o Ministro do Planejamento, ontem, na TV Bandeirantes, dizer “Nós agora vamos averiguar. Com relação aos cartões, vamos ver. O Congresso que nos diga o que está errado e como corrigir”. E, se é correto, se fosse o Presidente Lula que tivesse criado os cartões? Se estivéssemos no primeiro ano de Governo? Deu errado, então vamos dizer o que deu errado para ele corrigir.

Primeiro, foi Fernando Henrique quem criou os cartões. E por que o Lula, que foi um crítico duro, sério, responsável, que foi às minúcias do Governo Fernando Henrique, não tocou nos cartões? Agora, vem dizer que há mil coisas erradas. Pode ser que tenha havido, mas por que não tocou nisso na época? Por que, na Oposição, não tocou? Por que não debateu, não discutiu, não analisou?

O Governo Lula, no segundo ano do segundo mandato, no sexto ano de mandato, também não tocou nisso. Mas, quando o Congresso cria a CPI dos Cartões, vem o Ministro e diz: “Não, se disser que há alguma coisa errada, que o Congresso mostre que está errado e como se deve corrigir”. Nós é que vamos mostrar ao Governo como deve corrigir seis anos depois de ele estar no Governo?! Mas que Governo é esse? Que incapacidade é essa? Que incompetência é essa? Essas coisas são ditas com tal vulgaridade que sinceramente não entendo, não consigo compreender. Em primeiro lugar, respeitei muito o PT nos oito anos em que ele fez oposição ao PSDB. Ele foi duro, radical, firme. Muitas vezes, estive com ele. As privatizações, por exemplo. Não se trata do problema de privatizar

ou não. Ninguém pensa, por exemplo, na Vale do Rio Doce voltar a ser uma companhia estatizada. O que se discute é o preço pelo qual ela foi privatizada e quem ganhou nessa negociação. E dizia o Ministro do Planejamento ontem, na TV Bandeirantes, que isso justifica uma CPI. Mas por que o Lula não fez nada? Por que não fez o levantamento?

A grande verdade é que temos de reconhecer que, dentro desse contexto, a CPI deve ser criada e bem criada. O que há de mal e de errado é a forma como isso está acontecendo.

Repito o que venho dizendo: não pode ser um desafio entre PSDB e PT para ver quem errou mais e onde errou mais. Não, não é esse o jogo. É o jogo do que aconteceu e como resolver.

Primeiro, com toda a sinceridade, neste momento, a Presidência deve caber a um bloco e a relatoria a outro: um do Governo e outro da Oposição.

Em segundo lugar, com toda a sinceridade, PT e PSDB não deveriam ficar nem com a Presidência nem com a relatoria. E nós, do PMDB, também não. Nós fomos Governo com o PSDB e somos Governo com o PT. Demos, durante oito anos, garantias para que o Fernando Henrique fosse Governo. Se o PMDB tivesse ido para a oposição, teria sido completamente diferente o Governo Fernando Henrique. E agora, com o Lula, imaginem os senhores se o PMDB também fosse oposição. O que seria do Governo do Lula? Então, o PMDB não está em jogo.

Sabem um belo nome para presidente da comissão, ou melhor, para relator? O Senador Romero Jucá. O Jucá é uma pessoa que deveria ser o relator dessa comissão. Foi Líder do Fernando Henrique e é Líder do Lula. Quem é melhor do que ele? Quem tem mais competência, mais autoridade, mais capacidade do que o Senador Jucá? Foi Líder dos dois governos; conhece por dentro o que houve no Governo Fernando Henrique e o que há no Governo do Lula.

Eu nunca esqueço um aparte do Líder do PSDB, quando o Jucá estava fazendo uma análise muito séria e profunda: “V. Ex^a está indo muito bem. Da maneira como V. Ex^a está indo, V. Ex^a voltará a ser o nosso líder no governo do PSDB daqui a três anos.”

Agora, escolha, há nomes. Vou só citar um nome aqui. O líder do PSB aqui no Senado, o Senador Renato Cadagrande, é da base do governo, mas é um nome que tem unanimidade, que representa a seriedade, a correção, e está numa posição de credibilidade absoluta. Estou citando apenas um nome, mas poderia citar vários e vários que na minha opinião deveriam ser escolhidos nesse sentido.

Agora, a imprensa publica os nomes do PT. Devem ser nomes que não serão candidatos a prefeito,

que não têm nenhuma pretensão a curto prazo, para poder ser queimado na imprensa, não se preocupar com a imprensa e fazer o papel apenas de garantir o Governo.

Os nomes do PMDB que estão sendo anunciados têm de ser os novos leões de chácara. Então, o PMDB e o PT vão fazer na comissão o papel de leões de chácara. Vão lá para debater, para discutir, para analisar a favor do Governo, a favor do Lula, do Lulinha, a favor do PT e contra o PSDB. E no PSDB, pela informação que tenho, e no PFL é a mesma coisa, irão para defender até o fim do mundo o Governo do Fernando Henrique e bater no PT.

Mas como, Sr. Presidente, se pode imaginar a imprensa batendo em nós, quando o Congresso baixa a credibilidade de 1,1% para 0.5% e o Lula aumentando lá para cima? E a imprensa toda noticia que há uma pizzaria da troca de cargos no Governo por postos na CPI: “Lula se reúne hoje com Ministro para escolher novo Presidente da Eletrobrás e acelerar o rateio de postos no setor elétrico, o que pode aumentar o nível de fidelidade da base na Comissão dos Cartões.” Isso é uma humilhação para todos nós; isso ridiculariza o Congresso; isso humilha a classe política; isso é algo que não dá para entender; isso é feito pelo PT, pelo Lula. Onde é que nós estamos, meu Deus do Céu?

Olha, volto a dizer, eu abraço o Presidente Collor. Numa CPI que tirou o mandato dele, que cassou o seu mandato e suspendeu os seus direitos políticos por dez anos – eu coordenei essa Comissão –, não vi um ato, não vi absolutamente nada do Collor parecido com o que está acontecendo hoje. Nada!

Mas ainda é tempo, Sr. Presidente. Quero elogiar o comportamento do Presidente Garibaldi. Aliás, a imprensa está colocando assim. Ele também acha que o Presidente deve ser de um grupo e o Relator de outro.

Ele também acha que se deve buscar a verdade. Não concordo, Sr. Presidente, que temos de entrar na alma de Lula. Estou lá preocupado com a família do Lula ou com a do Fernando Henrique?! Também acho que não devemos entrar nesses detalhes e nessas questões. Não é por aí. Mas não concordo. Vamos fazer um acordo, já de início, de deixar Lula e a família de lado, o Fernando Henrique e a família de lado? Aliás, justiça seja feita ao Fernando Henrique. Ele mandou uma carta, que a imprensa publicou, deixando claro: “Investiguem a mim e à minha família, pois eu não tenho nada a esconder.” A carta está em todos os jornais.

Não é possível. Sr. Presidente, estou mandando cópia da reportagem de página inteira do Presidente Sarney e vou mandar para vários jornais. Não se pode dizer que o Sarney está brigando com a Ministra da

Casa Civil e exigindo cargos. Não está. Ele está dizendo aqui com todas as letras que não está. Estão, vamos parar com isso. Que rateio é esse?

É um momento muito delicado. Foi dito aqui pelo Senador Cristovam que nós não devemos começar esta semana com dez horas de CPI, CPI, CPI, e esquecer o resto. Não. O Presidente Sarney tinha razão: "Governo Lula falha ao não se esforçar para fazer reforma política." Vamos deixar claro que Sarney não está dizendo que o Presidente tem de fazer reforma política. Ele disse que nós temos de fazer a reforma política, todos nós. Mas ele acha que depende muito da Presidência da República fazê-lo. Ele não pôde fazer porque não tinha força quando foi presidente, mas o Lula tem.

Então, acho que se deve fazer uma CPI séria, responsável; resolver essa questão dos cartões e, ao mesmo tempo, estabelecer um plano, Sr. Presidente, para que aqui no Senado demos um tempo para a CPI e demos um tempo para o resto. Eu votaria a reforma política e o pacote econômico como prioridades praticamente absolutas. É importante, Sr. Presidente, sinceramente, é muito importante que essas coisas sejam feitas.

O meu apelo à ilustre imprensa: faça justiça ao Presidente Sarney, que não merece o que estão dizendo, da pressão, que não é verdadeira, e da seriedade dele em não se meter nessa questão de indicação de nomes para cargos no Executivo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Posso ou não posso conceder, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Peço brevidade ao Senador Eduardo Suplicy, porque o tempo do Senador Pedro Simon já se encerrou há sete minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Brevidade é uma das suas características.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero saudar o pronunciamento do Senador Pedro Simon, em especial quando ele mostra o consenso com o Senador José Sarney no que diz respeito à ocasião muito propícia que tem o Presidente Lula para realizar a reforma política. O Senado Federal avançou mais do que a Câmara dos Deputados nessa área...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A coisa já está na Câmara.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E nós poderemos avançar, inclusive, Senador Pedro Simon. ..V. Ex^a sabe que nesta quarta-feira...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vou concluir, Sr. Presidente. Nesta quarta-feira, a Comissão de Justiça tem na sua pauta uma decisão importante dentro da reforma política, que é a definição sobre os suplentes de senadores. Há diversos projetos. O Senador Demóstenes Torres tem um parecer com proposições, mas há outras sugestões. A minha é a de que cada eleitor escolha não apenas o titular, mas que também vote diretamente em três alternativas, no primeiro e no segundo suplentes. Outras idéias estão ali. Esse é um dos itens importantes da reforma política, e o Senado tem a responsabilidade de avançar nessa área, o que poderemos fazer nesta semana.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a.

Encerro, Sr. Presidente, esperando que esta semana que se inicia hoje seja bem mais positiva do que a imprensa está querendo mostrar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Quero registrar que, hoje de manhã, no plenário da Câmara dos Deputados, o Município de Macapá foi homenageado pelos seus 250 anos, comemorados no dia 4 de fevereiro de 2008. O autor do requerimento foi o Deputado Federal Sebastião Bala Rocha, ex-Senador, que concedeu essa grande oportunidade para que o nosso Estado, mais propriamente o nosso Município de Macapá, pudesse ser homenageado.

Em nome do Amapá, quero agradecer a V. Ex^a, Senador o belo trabalho que já fez pelo Estado e pela condição que nos proporcionou hoje de podermos homenagear Macapá.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

Em seguida, fará uso da palavra como oradora inscrita a nobre Senadora Marisa Serrano.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Sr. Presidente. Quero utilizar os cinco minutos apenas, mas eu não poderia deixar de fazer o registro da tribuna – eu sei que outros Parlamentares já o fizeram – a respeito da pesquisa CNT/Sensus.

Essa edição da pesquisa, que foi realizada entre os dias 11 e 15 do mês de fevereiro, com 2.000 pessoas em 136 Municípios do País, apresenta nada mais, nada menos do que a melhor avaliação do Governo Lula desde a sua posse. E não é de sua posse no segundo mandato; é desde a sua posse em janeiro de 2003. É algo, do meu ponto de vista, inédito, porque é muito difícil alguém, em seu segundo mandato, ter uma avaliação superior a todas as outras avaliações, principalmente quando há um

mandato anterior para servir de base. E o Presidente Lula foi enfático: no primeiro mandato, ele fazia comparação com o Governo que o antecedeu e, no segundo mandato, ele disse que só poderia fazer comparação com ele mesmo.

A pesquisa está com esses números. O crescimento é bastante significativo porque a avaliação positiva do Governo subiu nada mais nada menos do que 46,5% para 52,7%, portanto um crescimento extremamente significativo da avaliação positiva de Governo. E, na avaliação negativa, também houve uma queda significativa de 16,5% para 13,7%.

Essa avaliação positiva do Governo, a própria avaliação pessoal do Presidente Lula só foi superada em dezembro de 2003. Foi a única pesquisa feita anteriormente a esta em que a avaliação pessoal do Presidente Lula foi superior à atual. A avaliação pessoal do Presidente Lula subiu de 61,2% para 66,8%, e só perdeu para dezembro de 2003.

Quanto a esse resultado da pesquisa, como já tive oportunidade de dizer aos jornalistas, só é possível ter uma avaliação desta magnitude, com esse positivismo, com essa avaliação extremamente favorável a um governo e a um governante, se efetivamente a vida das pessoas melhorou. Ou seja, se a realidade sustenta isso, não há avaliação positiva com essa magnitude, com esse grau, com esse percentual se efetivamente as pessoas, individual e coletivamente, não estejam se sentindo melhor, não estejam tendo um resultado positivo em termos de seu cotidiano.

A pesquisa CNT/Sensus demonstra isso de forma muito clara, pois é extensa, tem inclusive o IC, índice de avaliação do cidadão, como o cidadão se sente. A expectativa, inclusive, do índice de avaliação do cidadão é positiva, crescente, ascendente.

E veja as variáveis do IC, Índice do Cidadão, Senador Paulo Paim:

Emprego: melhorou, de 36,9% foi para 45%.

Renda mensal: de 27,7% para 29,5%.

Saúde: de 23,5% para 28,8%.

Educação: de 38,9% para 46,5%.

Segurança pública – até a segurança pública! –: de 18,5% para 25%.

Portanto, nos principais aspectos do cotidiano das pessoas, a pesquisa demonstra, de forma muito clara, que o índice é de melhoria. As pessoas percebem. E o percentual não foi pequeno.

Há expectativa para todos esses itens. O de emprego também é otimista, bem como o de renda mensal, de saúde, de educação e de segurança pública. Para todos os cinco itens, a expectativa de que vai melhorar cresceu de forma significativa.

A própria curva de avaliação do Governo é ascendente. E é descendente a avaliação negativa, apontando claramente para toda a expectativa que a pesquisa apresenta.

Por isso, brinquei um pouco dizendo que deve dar certo desespero em quem faz oposição. E talvez o melhor recado dessa pesquisa para quem faz oposição seja: apresente-se com propostas concretas e viáveis de melhorar a vida da população do que as que o Presidente Lula vem fazendo, porque não serão as receitas adotadas até agora que farão com que o Governo mude de perspectiva, de ação, de política. Nem será possível deixar de fazer com que a população, que sente em seu cotidiano a melhoria das condições de vida, avalie positivamente o Presidente Lula e o seu Governo.

Por isso, acho que essa pesquisa é um belo recado. É um bom recado para nós, que damos sustentação ao Governo, mas também para a própria oposição.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Marisa Serrano.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que quero falar de um assunto que bate muito forte no meu Estado, Mato Grosso do Sul, mas não podia deixar de fazer alusão às questões que agora estão sendo debatidas aqui, em torno dos cartões corporativos e da pesquisa que saiu hoje.

Aqueles que acompanham a educação brasileira estão vendo as pesquisas oficiais feitas pelos melhores órgãos brasileiros dizerem que a educação no Brasil está ruim. Além disso, pesquisas internacionais mostram o País caindo em termos da qualidade da educação que estamos dando aos nossos jovens e crianças.

Interessante notar que as pesquisas indicam que a segurança no Brasil está muito ruim. Só para dizer a todos, no meu Estado, Mato Grosso do Sul, Coronel Sapucaia é considerada a cidade mais violenta do País. E nós estamos acompanhando isso *pari passu* porque há pouco pesquisas revelaram o quanto a segurança e violência estão grassando no País.

Interessante notar também que a saúde está piorando. Doenças que estavam praticamente erradicadas no País estão voltando. E V. Ex^a, Sr. Presidente, que é médico, sabe disso.

Quando vejo o que está acontecendo neste País em todas as áreas penso que alguma coisa está errada.

Se a população está achando que o Governo está muito bom, com toda a corrupção que estamos vendo, isso me preocupa e fico imaginando como é que está na percepção do povo brasileiro a questão dos valores morais e éticos.

Isso é preocupante? Claro que é. É preocupante quando a população acha que o Governo está ótimo, com todas as mazelas que nós estamos vendo, e o Senador Pedro Simon acabou de colocar as questões envolvendo o atual Governo.

Eu quis fazer essa premissa, Sr. Presidente, para dizer que eu não fico alegre, não. E que as oposições têm de continuar fazendo o que nós estamos fazendo, mostrando realmente como está este País, mostrando à população brasileira – e temos a obrigação de fazê-lo – aquilo que é real e o que está acontecendo neste País.

Posso não ser uma especialista em segurança pública e em saúde, como V. Ex^a, que é médico, e outros aqui, mas eu entendo um pouquinho de educação. E tenho certeza de que aqueles que entendem um pouquinho, como o Senador Cristovam hoje falou aqui, eu também e tantos outros, não estamos achando que a educação do povo brasileiro está boa. É justamente o contrário. Nós estamos preocupadíssimos com o nível de educação que estamos dando às nossas crianças.

Eu imagino o que vai ser o futuro do povo brasileiro com a formação moral e intelectual que estamos dando às nossas crianças.

Eu quis fazer esse aparte, porque também há um assunto que eu vou tratar aqui hoje que decorre de tudo isso. O meu Estado, Mato Grosso do Sul, como eu disse no começo da minha fala, tem na pecuária o seu substrato, a sua força. E nós temos um poeta, muito querido em Mato Grosso do Sul e é muito querido no País por aqueles que acompanham a literatura, que é Manoel de Barros. Ele diz que, em Mato Grosso do Sul, não é o pecuarista que cria o boi. Lá é o contrário: é o boi que cria o homem.

E a gente sabe que é isto – que é o boi que cria o homem –, porque a força da pecuária é muito grande no meu Estado. A criação de cidades, de vilas, se dá sempre ao redor daquilo que é feito com a pecuária e com a agricultura. Portanto, o agronegócio é pujante no meu Estado.

E Mato Grosso do Sul tem hoje o segundo maior rebanho de gado de corte do País. Foi suplantado por Mato Grosso. Nosso Estado vizinho nos passou recentemente. Mas nós tivemos muitos problemas. E

eu quero aqui mencionar mais um problema que nós estamos vivenciando neste País belíssimo, sem problemas, e no qual nada mais seria preciso fazer, conforme declaração da Senadora Ideli.

Eu quero dizer que a pecuária brasileira está passando por um momento terrível: estamos com a nossa carne para exportação embargada pela União Européia e, também, procurando reorganizar todo o trabalho feito pelos pecuaristas do País.

Quero tecer alguns comentários que considero importantes. Quando a União Européia embarga a carne brasileira, ela está dizendo para o mundo que nossa carne tem problemas, que o rebanho brasileiro... Eu não sei se vocês sabem que o rebanho brasileiro é maior que o número de pessoas que habitam este País. Temos aqui 220 milhões de cabeças de gado e temos 186 milhões de pessoas. Com o rebanho enorme que temos, somente suplantado pelo da Índia, o Brasil está com problemas. A minha preocupação é a de que, se a União Européia passar para o mundo que o Brasil não é um país sério, que o Brasil não fiscaliza seus rebanhos, que o Brasil não tem proposta efetiva de acompanhamento da sanidade animal, pode estar passando para Israel, para a China, para a Rússia, para tantos outros países que compram a carne brasileira que aqui temos problemas. Isso pode ser um pedra de dominó, que pode dar uma idéia para o mundo de que não cuidamos da sanidade animal do nosso rebanho. Falei sobre isso, porque é muito importante.

Quando eu participei da comissão que acompanhou um pouco da história de pecuarista do Senador Renan Calheiros, eu vi o quanto este Brasil é desassistido em algumas regiões. Vi o quanto o Nordeste ainda precisa de apoio efetivo não só na produção mas também na comercialização da carne. Eu vi que a comercialização é muito incipiente ainda em algumas regiões do País, e nós precisamos melhorar, embora eu tenha visto que a Senadora Ideli acha que está tudo ótimo. Mas precisamos melhorar, e muito. A tal ponto que fiz uma visita à Federação de Agricultura e Pecuária do meu Estado, a Famasul, presidida pelo Ademar Silva Júnior, um jovem pecuarista, ativo, e conversei, sem embargo do trocadilho, com as melhores cabeças da pecuária do meu Estado, perguntando o que nós poderíamos fazer. Eu não sou da área, mas eu sou professora, e se me ensinarem, eu aprendo. O que é que nós poderíamos fazer?

E mencionaram o problema da rastreabilidade, que começou lá atrás, quando a União Européia colocou a rastreabilidade como fator para comprar a carne brasileira e nos deu um prazo para nos adequar-

mos. Esse prazo expirou o ano passado, e nós não nos adequamos, ou pelo menos não nos adequamos como devíamos.

E o Sisbov, que é o sistema que cuida dessa área toda da rastreabilidade, não foi implementado por quê? Porque é caro, porque o nosso País é continental, porque é muito difícil todos os pecuaristas brasileiros acompanharem o rebanho desde o nascimento até a morte.

Não é fácil! Li hoje que temos menos gente do que gado neste País: são 186 milhões de pessoas e 220 milhões de cabeças de gado. E, dos 186 milhões de pessoas, há aquelas que não têm certidão de nascimento. Não têm certidão de nascimento no País! Agora, você imagine ter certidão de gado para esses 220 milhões de cabeça. É difícil! É difícil! Era a mesma coisa que dizer: “Olhem, acaba aqui. Todo mundo tem que ter certidão de nascimento em 7 anos!”, não estamos conseguindo!

Então, neste País continental, é muito difícil. Agora, não sei de quem é a culpa, ou não estou procurando culpado nessa história do embargo da carne brasileira pela União Européia. Mas quero dizer que é preciso que todos cheguem a um acordo. E não pode um Estado querer suplantar o outro para ganhar algo, como se fosse aí, mais ou menos, uma guerra fiscal, em que o Estado diz: “Bom, eu, como tenho mais fazendas que estão fazendo rastreabilidade, vou dar um jeito de suplantar os outros estados brasileiros.” Não é assim! Temos que olhar o conjunto, temos que olhar todos os Estados brasileiros que, no seu conjunto, possam ajudar a economia nacional, porque sabemos que o agronegócio é ainda a grande âncora deste País, que está crescendo assustadoramente, graças a Deus, pelo empenho e pela força de quem produz neste país.

Portanto, é necessário que os Estados brasileiros achem um caminho, que se unam para achar um caminho, e não que um queira suplantar o outro, passar por cima como se o seu estado fosse um único oásis em um País de problemas como o nosso.

Quero, antes de dar a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, dizer que os dois Estados que, junto com Mato Grosso do Sul, estão proibidos de exportar – São Paulo, Paraná – pelo problema da aftose que tiveram em 2005 e 2006, para esses dois Estados que economicamente são mais sedimentados que Mato Grosso do Sul é mais fácil ficar esperando para ver o que vai acontecer com a carne brasileira. Mas Mato Grosso do Sul, não. Ele precisa, urgentemente, saber qual é o rumo que vamos tomar nessa questão. Precisa, sim, do apoio de todos os Estados brasileiros para resolver o seu problema, uma vez que tem um dos maiores rebanhos do seu País e está fazendo o dever de casa. É

bom que se diga. O nosso Estado, desde que o Governador André Puccinelli assumiu está fazendo o dever de casa, está arrumando toda a questão da sanidade animal com uma eficiência enorme. Precisamos muito do apoio dos outros Estados.

Disse, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na semana passada, que não pode Mato Grosso do Sul ser o bode expiatório das mazelas do nosso País quanto à seriedade na questão da sanidade animal. Não pode imaginar sequer que Mato Grosso do Sul seja um Estado tampão para resolver ou, pelo menos, mostrar para a União Européia que estamos fazendo alguma coisa. Não aceitamos isso. Não aceitamos porque estamos trabalhando muitíssimo para mostrar ao País e principalmente a todos nós produtores que somos um Estado sério, que somos um Estado que sabe o que tem que fazer para que a sua maior riqueza, que está na pecuária, seja efetivamente vista pelo País e pelo mundo como uma carne de altíssima qualidade.

Na semana passada, como disse, conversando com pecuaristas do meu Estado, tivemos oportunidade de receber em Mato Grosso a visita do Embaixador austríaco no Brasil, Dr. Werner Brandstetter, e junto com ele o cônsul de São Paulo para assuntos comerciais da Áustria, Dr. Peter Athanasiadis. Os dois colocaram que a Áustria é o país que mais consome a carne brasileira por ser uma carne de excelente qualidade, mas que, como participantes da União Européia, estão preocupados e justificaram o embargo com razões técnicas – que não vêm ao caso aqui – principalmente colocando a questão da rastreabilidade.

Não estou dizendo que tudo isso que está acontecendo é apenas um problema de protecionismo da carne européia, que a Irlanda e outros países estão protegendo o seu produto em detrimento do nosso. O que quero dizer é que o Brasil tem que mostrar a sua soberania e que está na hora de o Itamaraty ser mais efetivo na sua luta em prol daqueles que produzem neste País; que ele possa, na OMC – Organização Mundial do Comércio, dizer qual é a linha brasileira. E o Ministério da Agricultura e Pecuária tem, sim, que colocar os parâmetros efetivos deste País, daquilo que somos capazes de fazer para que todos possam produzir conhecendo as regras do jogo.

Quero colocar a palavra à disposição do Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senadora Marisa Serrano. Cumprimento-a pela maneira como V. Ex^a tem procurado dialogar com os produtores de gado e pelo diálogo tão interessante com o Embaixador da Áustria e a delegação de austríacos que foram visitar o Mato Grosso do Sul. É muito im-

portante esse empenho das autoridades do Governo Federal em cooperação com o Governador Puccinelli para fazer, no Mato Grosso do Sul – e avalio que isso deva ser feito em todos os Estados, inclusive no Estado de São Paulo –, um esforço muito grande para dirimir todas essas dúvidas. É natural que a União Européia se preocupe com a saúde de seus habitantes, que gostam muito de comer carne, felizmente, e que possam receber a carne brasileira de maneira bastante segura. Pelo que pudemos observar nos órgãos de imprensa, houve certa falta de cuidado, em alguns momentos, com respeito aos rigores que são naturais que a União Européia queira.

Uma coisa é, obviamente, a vontade protecionista de muitos que acabam exagerando e fazendo com que, às vezes, uma pequena falha na burocracia do controle possa justificar um embargo que não faz sentido. Mas eu acho que, a partir desses fatos, agora é o momento de se definir com clareza. V. Ex^a trouxe um dado que eu não conhecia, qual seja, que hoje o número de cabeças de gado no Brasil seria 220 milhões, até maior do que os 189 milhões de habitantes em nosso país. O Ministro Patrus Ananias, por exemplo, que cuida do programa Bolsa-Família tem me dito que hoje, em princípio, um quarto da população correspondente aos 11 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família corresponde a praticamente 100% daquelas com renda *per capita* até 120 reais por mês, definidos em lei com esse direito. Entretanto, estima o Ministro Patrus Ananias que há algo como três milhões de brasileiros que ainda não têm a carteira de identidade ou o devido registro civil. O Ministro fez recentemente um entendimento com as Forças Armadas, com o Exército brasileiro para auxiliar na identificação dessas pessoas que às vezes estão em florestas longínquas, em quilombos e assim por diante.

O paralelo que V. Ex^a fez é relevante, mas o fato de haver um número razoavelmente preciso de cabeças de gado constitui já uma indicação de que as autoridades responsáveis pela produção de gado têm um registro bastante aprimorado. Avalio que as autoridades brasileiras hoje, diante de toda essa polêmica, têm condições de tomar o cuidado necessário para que as exportações para a União Européia e os demais países sejam normalizadas. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Suplicy.

Terminando minha fala, é importante fazer algumas observações. Às vezes, as pessoas que estão nos ouvindo poderão pensar assim: a União Européia quer uma carne rastreada para garantir a qualidade da carne desde que o boi nasceu até o momento em que morreu. Se esse acompanhamento de todas as

fases é importante para que a sanidade animal seja efetivada, por que o povo brasileiro não pode exigir o mesmo? Pelo que vi, do pouco que analisei, como disse, a pecuária do Nordeste, creio que é difícil, mas que estamos no caminho certo. O produtor brasileiro está correndo atrás, está fazendo o possível.

Acho que é nisto que está o diferencial do País: mostrar a nossa produção, a qualidade da carne exportada brasileira, e garantir ao povo brasileiro uma carne de boa qualidade, uma carne que tenha o controle possível para que a população se sinta tranqüilizada. É inadmissível que o povo tenha que deixar de comer o seu churrasquinho aos domingos! É a hora em que a família se reúne, os amigos se reúnem para comemorar, para trocar idéias, para fazer com que a sensibilidade e a formação familiar estejam reunidas. É difícil não ver alguém reunido em torno de um churrasquinho não só no Sul do País, mas em todos os Estados do Brasil. Agora, o que brasileiro também precisa saber é que não é só o que o europeu exige da sua carne, mas que o brasileiro também possa ter a tranqüilidade de saber que neste País as autoridades são sérias e acompanham também a tranqüilidade, principalmente a sanidade do alimento que ele está consumindo, seja carne ou qualquer outro.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que o Ministro Reinhold Stephanes esteve sexta-feira em Maracaju, uma cidade que é considerada a capital da produção no meu Estado, é a maior produtora de grãos no Mato Grosso do Sul, mas é também uma grande produtora de carne, e lá ele foi participar de um evento chamado Showtec, que é um show de tecnologia na área do agronegócio; ele afirmou, para todos que estavam lá, e garantiu que Mato Grosso do Sul não vai ser o bode expiatório dessa questão envolvendo a compra de carne embargada pela União Européia. Eu tenho certeza disso, conheço o Ministro Reinhold Stephanes. Tenho certeza de que o Governo vai achar um modo de resolver esse problema com a União Européia sem penalizar um Estado que está trabalhando muito e que, tenho certeza absoluta, está fazendo o impossível para mostrar ao País que, quando um Estado quer, quando um Governo tem uma gestão eficiente, faz o melhor. E é isso que o Mato Grosso do Sul tem feito para mostrar ao País as saídas para questões como essa da sanidade animal.

Obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Marisa Serrano, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

Durante o discurso do Sra. Marisa Serrano, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senadora Marisa Serrano.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, como orador escrito.

Em seguida, aguardando documento regimental, o Senador Lobão Filho falará por deferência do Senador João Ribeiro, que permutou com o Senador Gilvam Borges.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, neste início de noite, quero fazer uma reflexão muito rápida sobre a reforma tributária, já que o Governo anuncia que ainda esta semana mandará para o Congresso a proposta de reforma tributária.

Não tenho nenhuma dúvida de que a reforma tributária chega ao Congresso também com o objetivo de compensar a perda em torno de R\$40 bilhões que o Governo teve devido ao fim da CPMF, além da perda indireta na arrecadação, conforme a Receita Federal, de uma quantia próxima a esse valor.

Isso significaria cerca de 70 bilhões de reais a menos, que o Governo perderia com a queda da CPMF. Falo sobre esse tema, Sr. Presidente, com a maior tranquilidade. Quando eu vim à tribuna naquela noite histórica, eu estava entre os Parlamentares que diziam que ninguém se iludisse, pensando que a queda da CPMF iria resultar em um valor menor das mercadorias comercializadas no País. Hoje os dados apresentados aqui pela Líder Ideli Salvatti demonstram exatamente isso. Não há um produto cujo preço tenha diminuído em virtude da queda da CPMF. Eu dizia naquela oportunidade que o que ia aumentar era o lucro dos empreendedores. Eu não sou contra o lucro, mas quero também dizer que, para mim, a CPMF, que infelizmente desapareceu, cumpria uma função social.

Agora vamos enfrentar um novo debate da reforma tributária que deveríamos ter feito há muito tempo, com uma agravante: ninguém pense que a reforma tributária não virá também para tentar recuperar o prejuízo causado pela CPMF. E aí eu quero levantar alguns dados que, na verdade, preocupam a todos.

Sr. Presidente, a nossa carga tributária, como todos sabem, é uma das maiores do mundo. Atualmente representa cerca de 37% do PIB. Só perdemos, a não ser que haja algum engano da Assessoria do Senado, para a Suécia e França, no que diz respeito ao percentual do PIB que é entregue ao Estado na forma de impostos.

Sr. Presidente, segundo estudo feito recentemente pela Consultoria Coopers, em parceria com o Instituto Acende Brasil, seguindo trajetória de alta desde 2002, a carga tributária incidente sobre a energia elétrica em sua cadeia anterior ao consumo atingiu, em 2006, 46,33% da receita tributária do setor. Dos 46,33% do total de tributos e encargos efetivamente pagos em 2006, 13,29% eram impostos federais; 21%, impostos estaduais; 0,6%, impostos municipais; 1,85%, encargos trabalhistas e 10,12%, encargos setoriais.

Por que trago esses dados? Eu estava, durante as minhas férias, lá no interior do interior do Brasil – não importa o Estado onde eu estava –, e as pessoas me perguntavam: “Você sabe que da minha conta de energia elétrica, cerca de 70 reais, aproximadamente 40% são impostos?”.

Eu disse que não sabia. Fui verificar e, efetivamente, isso se confirmou. Daquilo que o cidadão paga de energia elétrica, e não só neste Governo, vemos isso na história do País, praticamente a metade é de tributos.

A carga tributária paga pelos consumidores, sem sombra de dúvidas, é elevadíssima! Do valor pago pelo consumidor pela conta de luz, quase 50% são tributos.

A carga tributária fica ainda mais árdua quando é feita a comparação entre o Brasil e os demais países emergentes. Nesse caso, somos campeões! Nossa carga tributária é superior em 70% à média da carga tributária das demais nações em desenvolvimento. Setenta por cento!

Sr. Presidente, combinada com essa pesadíssima carga tributária temos, no Brasil, registros de arrecadação crescente, o que é positivo. Já que existe a carga, vamos fazer com que quem efetivamente tenha de pagar contribua para a Receita Federal.

Aí, volto para a CPMF. Esse número tão importante para o cruzamento de dados, terá de ser reconstruído, de uma forma ou de outra, para evitar a fraude e a sonegação.

Aqui há um dado interessante: em 2007, a Receita Federal do Brasil coletou, em valores corrigidos pelo IPCA, nada menos do que R\$615 bilhões de reais em impostos, o que representou um aumento de 11,9% em relação ao que foi arrecadado em 2006.

Uma reforma tributária no Brasil, portanto, teria de lidar com uma série de problemas bem mais sérios, porque é também séria a questão da perda de 40 bilhões de reais decorrentes da não prorrogação da cobrança da CPMF.

O problema, Sr. Presidente, é complexo. Portanto, devemos evitar, conforme um dito popular, as lições simples e muitas vezes erradas. A reintrodu-

ção da CPMF na reforma tributária, no meu entendimento, vai voltar o debate, pelo menos foi o que ouvi de diversos setores do Governo, de Senadores e de Deputados de todos os partidos, principalmente para a educação. Fala-se que voltaria um instrumento na reforma tributária, com um percentual da ordem de 20% a 30%, que seria de novo uma contribuição sobre especulação financeira com o destino carimbado. O destino seria a saúde.

Sr. Presidente, considero também como avaliação apurada que certamente será feita tanto pela equipe econômica como também por esta Casa. Dessa forma, estaremos, de fato, enfrentando e desatando o nó do sistema tributário nacional, sem comprometermos – espero – os compromissos do Governo com a valorização do salário mínimo, com a remuneração dos aposentados, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Mão Santa e tantos outros Senadores que falaram sobre o tema neste começo de semana. Que não venham com o debate da reforma tributária outra vez, excluindo aquilo que compete à Previdência Social, o que vai resultar, mais uma vez, em prejuízo para os aposentados e os pensionistas, como também na importância da Emenda Constitucional nº 29.

Por isso, Sr. Presidente, suscito aqui algumas preocupações desse tema. Nós todos sabemos – depois vou conceder um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti – que a União reserva para si praticamente 2/3 do que é arrecadado neste País, o que resulta, entre outras coisas, numa guerra fiscal entre os Estados, nas desigualdades regionais e numa penúria permanente de Estados e Municípios diante de uma União centralizadora de poder e de recursos.

Sr. Presidente, quero também destacar que devemos buscar permanentemente uma diminuição significativa da carga tributária, que onera pesadamente o setor produtivo e que, além de tudo, é rica em injustiças e distorções, porque quem ganha muito paga pouco, quem ganha pouco paga muito.

Em terceiro lugar, é importante dizer que a racionalização da política tributária brasileira é uma medida que precisa ser tomada com urgência. Vejamos, Senador Mozarildo Cavalcanti, por exemplo, a Legislação dessa área. Nada menos que 235.900 normas tributárias entraram em vigor nos últimos 19 anos, desde a promulgação da Constituição de 1988, ou seja, praticamente 236 normas em matéria de tributo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não tenho nenhuma dúvida de que nós precisamos fazer uma reforma tributária que esteja efetivamente preocupada com o social. Lembro, mais uma vez, que naquele debate daquela noite eu dizia: cai a CPMF e podem se preparar, porque vamos enfrentar uma reforma tributária

que responda àquilo que o Governo deixaria de arrecadar, que diretamente – repetimos – ficaria em torno de R\$40 bilhões.

Precisamos aproveitar este momento da redefinição das chamadas políticas tributárias para repensarmos todo o sistema com vistas a não só cobrir o rombo deixado pela CPMF, mas, também, primeiro racionalizar a cobrança e a distribuição dos valores entre União, Estados e Municípios.

Eu sou daqueles que entendem que nós deveríamos fazer uma reforma tributária descentralizadora, aumentando o poder e a responsabilidade, tanto no campo da ação social, como também da arrecadação para o Estado e para o Município, para que não vejamos, como ao que assistimos quase diariamente, Senador Geraldo Mesquita Júnior, os prefeitos principalmente em passeata aqui em Brasília, com o chamado “pires na mão”, fazendo apelo, para que possam ter uma arrecadação maior. E não é diferente a situação dos Estados.

Temos de diminuir a carga tributária que recai sobre todos os brasileiros, dar mais eficiência à aplicação dos recursos arrecadados, e, por fim, utilizar todas as ferramentas legais e políticas necessárias para tornar o Estado brasileiro mais leve e eficiente, o que, com certeza, vai contribuir para o surgimento de um Brasil mais rico, mais justo, e menos desigual.

Enfim, sou favorável à tese da redução da carga tributária, simplificando todo o sistema tributário e distribuindo melhor as receitas entre a população, principalmente os Estados e os Municípios.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Senador Mozarildo Cavalcanti havia pedido a palavra. Em seguida, ouço o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paim, V. Ex^a faz uma abordagem muito precisa dessa questão da reforma tributária, com algumas afirmações muito corretas. Primeiro, que nós temos a maior carga tributária do mundo. Aliás, V. Ex^a colocou que alguns Países têm mais, mas são Países ricos e com uma política social muito eficiente. Então, não podemos nem fazer comparação com esses Países. Depois, V. Ex^a defende claramente que haja mudança no que tange à forma da cobrança dos impostos, isto é, pague mais quem pode mais e pague menos quem pode menos. Agora, uma coisa que me preocupa numa afirmação de V. Ex^a é o seguinte: a coisa está assim não é deste Governo. Temos de acabar com essa afirmação, porque este Governo veio com a promessa de ser diferente e de fazer uma melhor justiça social, que passa por uma justiça fiscal. Na proposta de reforma tributária que se comenta que

vem para o Congresso Nacional, a preocupação – friso V. Ex^a – é compensar a perda da arrecadação da CPMF, isto é, aumentar imposto. Não é, de jeito nenhum, simplificar imposto, como V. Ex^a coloca, nem fazer com que o cidadão, principalmente o mais pobre, o aposentado, o assalariado, pague menos. Então, eu me preocupo muito. Não vejo o Governo, por exemplo, falar em corte de gastos. Qualquer família, quando tem dificuldades na sua renda, cuida logo de cortar gastos supérfluos. Não é o que se vê com viagens e diárias – que estão aí publicadas –, até fantasmas. A criação da TV pública, a publicidade exagerada do Governo e os cartões corporativos estão aí para comprovar como realmente não há preocupação com o gasto adequado que o Governo Federal faz. V. Ex^a colocou outro ponto mais importante ainda: dois terços dos impostos arrecadados nos Municípios e nos Estados, porque é lá que se arrecadam impostos, ficam com o Governo Federal. Essa realidade também tem de ser invertida. Espero que possamos fazer uma reforma tributária realmente justa e que reflita para o cidadão, principalmente o mais pobre, uma melhoria na questão de ele pagar menos imposto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, permita-me, antes de dar o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

Digo que a carga tributária elevadíssima não é deste Governo, mas de todos os governos. E que não façamos de novo o debate da reforma tributária entre o Governo que passou e o Governo atual. Existe, de fato, uma situação que tem de ser mudada. Não importa se foi o Governo Collor de Mello, se foi o Governo Sarney, se foi o Governo Itamar, se foi o Governo Fernando Henrique ou o atual Governo, do Presidente Lula.

Foi com essa preocupação que eu vim à tribuna, para não passar a impressão de que sou um Parlamentar, aqui no Senado, da base do Governo, preocupado só em atingir este ou aquele Governo. Não estou preocupado em atingir Governo nenhum. Quando eu falo em uma reforma tributária diferente, refiro-me a uma reforma que atinja principalmente os que ganham mais, e não os que ganham menos. Aí, por exemplo, eu acho que temos de debater a tributação das grandes fortunas.

Por que há pessoas, neste País, que têm fortunas que ultrapassam em 90% a maioria da população? Por que não tributar as grandes fortunas? É uma forma de fazer com que os poderosos paguem mais, e quem ganha menos pague menos. É só para o debate.

Pode ter certeza de que entendi o aparte de V. Ex^a. Agradeço. Sei que é um aparte de qualidade, com conteúdo, como têm sido sempre os pronunciamentos de V. Ex^a aqui na Casa. Meus cumprimentos, Senador Mozarildo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Paulo Paim, peço a V. Ex^a, devido ao adiantado da hora, que conceda o seu aparte dentro do seu tempo regimental.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, dentro dos meus quatro minutos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Paulo Paim, quero cumprimentá-lo por seu pronunciamento, saudando o Governo, que, dia 21 próximo, nesta semana, deve encaminhar a proposta de reforma tributária. E nós, no Senado, vamos nos debruçar, aprofundando o debate já iniciado com muita intensidade, no ano passado, na própria Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo Senador Tasso Jereissati. V. Ex^a bem assinala que votamos a favor da CPMF, porque tínhamos a convicção de que seria muito importante. Ainda ontem, visitei o Hospital Regional Sul, junto ao Largo Treze, de Santo Amaro, um hospital estadual, de responsabilidade do Governo José Serra, e pude testemunhar como são verdadeiros heróis e heroínas os médicos, as enfermeiras, todos os que ali trabalham, recebendo um número muito grande de pacientes que, a toda hora, procuram aquele hospital, carente de mais leitos, de mais aparelhos, de tudo, inclusive de mais pessoal. E fiquei pensando que o Governador José Serra, que foi favorável à CPMF, teria mais condições de providenciar melhorias àquela instituição – para dar um exemplo, se tivéssemos aprovado a CPMF. Avalio que o importante é que a população saiba muito bem o que é feito do dinheiro público, porque, uma vez conhecendo e sendo plenamente justificável, haverá maior boa vontade de todos em colaborar com a própria arrecadação de recursos. Meus cumprimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Suplicy, pelo seu aparte, eu é que agradeço a V. Ex^a.

E termino, a pedido do Senador Papaléo Paes, para que fique dentro do meu tempo, dizendo que o debate da reforma tributária está apenas começando, e, sem sombra de dúvida, vamos ter de olhar com muito carinho para a questão da saúde.

É inegável: quem anda neste País sabe que quem tem plano de saúde está bem – eu tenho e meus familiares têm –, mas quem não tem plano de saúde está muito mal. Temos que ir ao bojo desse debate da reforma tributária, olhando com muito carinho a questão da saúde. Saúde é vida, e vida de milhões de brasileiros.

Vamos amarrar de forma tal que os recursos para a saúde sejam construídos nesse debate. Quero dizer mais uma vez que isso me preocupa. Eu recebi,

Senador Geraldo Mesquita Junior, milhares de *e-mails* do Brasil todo durante a apreciação da prorrogação da CPMF. E nessa época eu dizia da importância do número da CPMF como instrumento de fiscalização para cruzamento de dados por parte da Receita. O percentual não tem que ser o que era no momento em que o imposto foi derrubado. Ele deve diminuir para um outro percentual, desde que a gente amarre isso com muito carinho para que o dinheiro, efetivamente, vá para a saúde. Acho que não temos que descartar essa possibilidade.

Todos sabemos que, nas operações financeiras, quem mais paga são os mais poderosos. Quem ganha pouco, os pobres, pagam muito pouco ou quase nada de contribuição na operação de cheque, CPMF. Por outro lado, está provado, agora ninguém mais tem dúvida, de que não é o fim da CPMF que vai fazer, como alguns tentaram mostrar, que o feijão, que o arroz, que o pão, que a passagem do ônibus, que a roupa, que a sandália e o chinelo diminuam de preço. Está comprovado que não diminuiram os preços; aumentou o lucro dos poderosos.

Por isso, com muita tranquilidade, Senador Papaléo, quero terminar com esta frase: terminamos a votação e não vamos entrar naquela de quem votou contra ou a favor, de quem é santo e quem é o diabo. Todos votaram com as suas convicções. E eu espero que aproveitemos este momento para fazer uma grande reflexão, para que, na reforma tributária, a gente olhe com muito carinho, principalmente para a saúde.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Senador Lobão, V. Ex^a está com a autorização do Líder do PR, Senador João Ribeiro, para o uso da palavra pela Liderança do Partido.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (DEM – MA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu discurso, quero agradecer a gentileza do Senador João Ribeiro e do Senador César Borges, que me habilitam a falar neste momento. Quero também parabenizar o Senador Mão Santa, pela reportagem maravilhosa da revista *Época* sobre V. Ex^a, registrando que a revista faz pouca justiça ao brilhantismo de V. Ex^a.

O Senado Federal, Câmara Alta do Congresso Nacional, é, ao lado da Câmara dos Deputados, o esteio do regime democrático e do Estado de direito do Brasil

Daqui, memoráveis e históricos discursos marcarão época e ainda ecoam na memória do Congresso, reverberando eternamente na história deste País.

Esta augusta Casa sempre esteve à altura de sua elevada missão, porque a instituição é feita, sobretudo, do brilhantismo e da dedicação dos nobres Senadores, e, nesse particular, sinto-me honrado em compartilhar este mandato e esta responsabilidade com os mais dignos representantes de cada Estado brasileiro.

Sr. Presidente, o vocábulo “suplente” etimologicamente é traduzido como “aquele que supre”, que substitui. No meu caso, especificamente, não há o que suprir no mandato do Senador Edison Lobão. Já substituí-lo beira o impossível. A envergadura política do agora Ministro Edison Lobão encerra qualquer pretensão de substituição. Nem poderia fazê-lo, já que o meu objetivo é trilhar caminho próprio, não sob a sombra de sua importância, mas nas luzes de sua história e do seu exemplo.

E este caminho político não se inicia aqui, agora. Há dezoito anos pertenço ao Diretório Estadual Maranhense do antigo PFL, agora Democratas. Exerci a missão e a alegria de coordenar diretamente as campanhas políticas, sempre vitoriosas, do meu pai e de minha mãe, Deputada Federal Nice Lobão, nos últimos vinte anos.

Nas eleições gerais de 2002, concorrendo como suplente de Senador, tive a oportunidade de percorrer, mais uma vez, o meu querido Maranhão, de norte a sul, de leste a oeste. Participei de dezenas de comícios e fui responsável por um número ainda maior de contatos políticos com prefeitos e lideranças de meu Estado.

Convivi com o bravo povo maranhense, ouvindo suas demandas, sensibilizando-me com suas carências e festejando suas conquistas.

Essa trajetória política permitiu-me, inclusive, décadas de vivência com a rotina das duas Câmaras do Congresso, possibilitando-me conhecer pessoalmente grande parte dos parlamentares.

Na iniciativa privada, tenho, por 26 anos, capitaneado empresas nos ramos da comunicação, mineração e construção civil, empregando centenas de funcionários no meu Estado e participando intensamente da política empresarial do Maranhão, lá exercendo a função de vice-presidente do Fórum Empresarial do Estado, entidade criada com o objetivo de defender o crescimento econômico do Maranhão e lutar destemidamente pela geração de mais empregos para nosso povo.

Sou casado com Paula, maravilhosa companheira, há 25 anos, e tenho dois filhos, Tatiana e Lucas.

Como formação acadêmica, cursei Engenharia Civil na Universidade de Brasília (UnB) e sou Economista pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub).

Trago assim, para minha atuação neste grande Parlamento, além da experiência empresarial e político-partidária, minha formação e minha inabalável convicção cristã.

Sr^{as} e Srs. Senadores, têm sido recorrentes os questionamentos e ponderações relativos à representatividade dos suplentes de Senadores, tão somente pela vigente fórmula de suas eleições. Registre-se, mesma fórmula aplicada nas eleições dos vice-prefeitos, vice-governadores e vice-presidentes.

Importa dizer que tal discussão remonta séculos, no Brasil e no Direito Político estrangeiro. Já tinham suplentes os deputados às cortes portuguesas de 1821, assim como os membros da própria Constituição brasileira do ano de 1823. Em 1946, a Nova Carta Política, definiu a suplência de molde similar com o que temos atualmente. A redemocratização do País acendeu novos debates e a Constituinte de 1988 determinou o atual processo eletivo dos Senadores e seus suplentes.

Mas a discussão continua e, desde 2003, seguidas propostas de emendas à Constituição foram apresentadas nesta Casa. O Senador Sibá Machado inaugurou o debate com a PEC 11/03, propondo que o suplente não assuma o mandato do titular, apenas o substitua por tempo determinado, até novas eleições.

O Senador Jefferson Péres propõe que a eleição se faça apenas quando a vacância ocorrer a mais de trinta meses do fim do mandato. O Senador Valdir Raupp acrescentou nova sugestão pela PEC 042/2004. Em momentos posteriores, novas PECs e valiosas iniciativas da lavra dos Senadores Tião Viana, Eduardo Suplicy, aqui presente, e Marcelo Crivella foram também formuladas.

O debate está aberto atualmente nesta Casa e pretendo, hoje, apresentar um projeto de emenda que objetivará uma maior representatividade do suplente por meio de eleição direta, mantendo, contudo, a forma majoritária.

Sr. Presidente, a suplência de Senador é apenas um dos muitos temas no terreno da política eleitoral.

O voto proporcional, o financiamento e a fiscalização de campanha, a fidelidade partidária, o voto de legenda, a pluralidade partidária também polemizam líderes, políticos e estudiosos, mas é a população brasileira a mais ansiosa por uma melhor representação, quer no Executivo, quer no Parlamento.

O Código Eleitoral data de 1965, nascido em uma outra realidade da política e da sociedade. Leis extravagantes de cunha eleitoral são editadas seguidamente no afã de responder a questões pontuais, ou pior, circunstanciais. O Tribunal Superior Eleitoral, na ausência de atitude do Congresso, legisla ao editar, a cada eleição, as suas temporárias “resoluções”. O

arcabouço do nosso ordenamento eletivo é uma colcha de retalhos; portanto, uma densa reforma política mostra-se urgente!

Sr. Presidente, durante semanas fui acusado de haver cometido irregularidades que nunca cometi. Paguei, na imprensa, o preço pela posse do Exm^o Sr. Ministro Edison Lobão, titular da vaga que ora ocupo.

É natural que o homem público tenha sua vida escaneada, vigiada bem de perto, porém fica o desafo: é preciso haver limites nas acusações irresponsáveis e claramente motivadas por interesses contrariados. Mas para mim esse fato está superado. Estarei apresentando voluntariamente ao Corregedor Romeu Tuma todos os esclarecimentos necessários para a consecução de seu relatório.

Sr. Presidente, como disse antes, faço parte do Partido Democratas há quase 20 anos. Contudo, pedi à Justiça Eleitoral que autorizasse o meu desligamento dessa agremiação que me acolheu com tanto carinho por tantos anos. Eu o faço com o coração partido, mas consciente de que no atual panorama político minha permanência no Democratas é quase impossível.

Do Democratas, caso autorizado o meu desligamento, só ficarão saudades e muitos e grandes amigos, tanto no meu Estado como na Câmara Federal e também aqui no Senado.

Mas assim é o universo político e agora desejo novos rumos.

Não posso encerrar sem agradecer ao Senador José Agripino pela postura sensata e equilibrada na condução desse assunto no seio partidário. Graças a ele teremos, se Deus quiser, um final feliz e em paz.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a permite?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Eduardo Suplicy, prorrogo a sessão por trinta minutos. Peço a V. Ex^a brevidade porque, na prorrogação, temos de atender ainda a quatro Senadores inscritos, inclusive V. Ex^a.

O SR. LOBÃO FILHO (DEM – MA) – Senador Suplicy, com grande honra, recebo o seu aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Lobão, quero aqui transmitir a V. Ex^a que não nos conhecemos tão bem, nesses últimos dias nos cumprimentamos, estou conhecendo-o. Noto que V. Ex^a tem também formação em Economia e poderá dar uma contribuição importante nesta Casa e traz um assunto que muito tem nos preocupado, relacionado à reforma tributária e aos suplentes.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Cumprimento-o por estar aqui tentando colaborar com respeito ao que fazer para que haja ainda maior legitimidade em relação ao presente com respeito aos suplentes. A proposta que apresento, uma vez que V. Ex^a mencionou que deseja a eleição direta dos suplentes, tem exatamente este objetivo de que possam os eleitores, na hora de escolher o titular, também dentre nomes alternativos que a coligação ou partido apresente, votem em quem preferem seja o primeiro suplente, ou no segundo ou no terceiro nomes, de forma que o suplente seja, portanto, legitimado pela vontade em eleição direta, dos eleitores. Não conheço ainda o detalhe de sua proposição, mas avalio, pelo que V. Ex^a mencionou, que é na mesma direção.

O SR. LOBÃO FILHO (DEM – MA) – Agradeço o aparte, Senador Suplicy. Minha proposta é semelhante, apenas diferimos no sentido de que proponho que o suplente seja escolhido dentro de uma chapa interna da coligação ou do partido e que seja apenas um suplente. Vou encaminhar a V. Ex^a a proposta de emenda, para que V. Ex^a possa apreciar com mais calma.

Sr. Presidente, termino aqui essa minha primeira manifestação.

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PR – TO) – Senador Lobão...

O SR. LOBÃO FILHO (DEM – MA) – Pois não.

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, se V. Ex^a permitir só trinta segundos. Gostaria apenas de cumprimentar V. Ex^a pelo primeiro pronunciamento que faz nesta Casa, já falando aqui do peso da responsabilidade que V. Ex^a assume. Afinal, assumir a vaga do seu pai, o Senador Lobão, não é fácil, com certeza, não será fácil. Lobão é um dos Senadores mais respeitados desta Casa, um dos políticos mais brilhantes que nós temos no Congresso Nacional, e que agora assumiu, também com muita propriedade e muita competência, por indicação do PMDB, o Ministério das Minas Energia, e, com certeza, fará ali também um grande trabalho, como tem feito ao longo da sua vida toda. Eu já o acompanho há algum tempo. Lobão é meu amigo pessoal, é meu padrinho de casamento. Portanto, eu seria suspeito para fazer qualquer tipo de elogio pelo laço de amizade, admiração e respeito que tenho por ele. Tenho certeza que V. Ex^a fará aqui um grande trabalho, já que acompanha seu pai a vida toda, e a sua mãe, a Deputada Nice Lobão, que também tem um brilhante trabalho na Câmara dos Deputados. Família de políticos, família de homens e mulheres, sobretudo, que sempre serviram ao povo, seu pai e sua mãe. Portanto, as minhas palavras são no sentido do incentivo, de que V. Ex^a consiga fazer aqui, no período que ficará como Senador, o trabalho que deseja fazer

e, sobretudo, dar prosseguimento ao trabalho do seu pai, do ilustre Senador e hoje Ministro Edison Lobão. Meus cumprimentos, meus parabéns! Que Deus ilumine sempre a sua caminhada e, sobretudo, essa sua passagem aqui! Que ela seja muito produtiva para o País e para o seu querido Estado do Maranhão.

O SR. LOBÃO FILHO (DEM – MA) – Obrigado, Senador João Ribeiro, pelas suas carinhosas palavras. Espero corresponder a esse seu desejo.

Sr. Presidente, termino aqui essa primeira manifestação formal, elevando o meu olhar para Deus, pedindo-Lhe luz e discernimento na condução de minha atuação ante tão ilustres e dignos membros desta Casa do Congresso Nacional.

Não espero superar as virtudes tantas vez aqui demonstradas.

Espero, isto sim, contribuir com a força de minha juventude e inteligência para a realização dos sonhos de desenvolvimento do meu País e, principalmente, do Maranhão.

Deus nos ilumine a todos!

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Lobão Filho.

Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior, que, como orador inscrito, terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

Peço a V. Ex^a que, se conceder apartes, que sejam dentro dos seus 20 minutos em razão do adiantado da hora. Nós, que estamos aqui desde o início da sessão, acabamos sendo punidos, Senador. Mas é nosso dever e nossa obrigação obedecer ao Regimento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna do Senado para tratar da questão que presentemente ocupa a minha mente e meu coração, tema com o qual me comprometi no sentido de trazê-lo repetidas vezes nesta Casa.

Trata-se da nossa querida Amazônia: do seu futuro, do seu presente e do seu destino.

Na Amazônia, Senador Mozarildo, por falta de um projeto nacional para seu aproveitamento, que não existe até hoje, vivemos correndo atrás do prejuízo, realizando ações emergenciais.

Quero que a TV Senado foque esta matéria: *Operação Amazônia vai custar R\$180 milhões*. Essa matéria é do **Correio Braziliense**, de ontem, domingo. Isso aqui eu chamo, Senador Mozarildo, de correr atrás do prejuízo.

Poderíamos dizer que é a primeira vez, mas não. De muitos anos para cá, estamos, repito, por falta de um projeto nacional de ocupação e aproveitamento da Amazônia, limitados a ações dessa natureza.

É para condenar a ação? Não. A ação diz respeito à ida de contingentes de agentes da Polícia Federal; por isso, uma operação. É próprio da Polícia Federal denominar de operação uma ação dessa envergadura.

Um grande contingente da Polícia Federal, com suporte técnico. A notícia é esta: vai ocupar espaços onde se verificam os maiores índices de desmatamento, depredação, ocupação predatória naquela nossa vasta e bonita região.

Pergunto novamente: é para condenar essa operação? Não. Ela é necessária. No entanto, há algo muito mais necessário, Senador Mozarildo Cavalcanti, sob pena de repetirmos essa operação várias vezes. Tomara que V. Ex^a não morra nunca, mas, se chegar um dia a morrer, a persistir esse estado de coisas, ou seja, a ausência total de compromisso do Estado brasileiro em formular uma política adequada, oferecendo ao País um projeto ou vários projetos de ocupação e utilização da Amazônia, verá, ano após ano, essas operações serem anunciadas como a panacéia, como algo que vai salvar a Amazônia. Grande engano, grande engano! Já disse aqui reiteradas vezes - e vou fazê-lo mais ainda, canse o ouvido de quem quiser cansar - que há necessidade, Senador Mozarildo Cavalcanti, de que, na Amazônia, tenhamos um comando único. Hoje muita gente dá pitaco na Amazônia, uns tentando contribuir, inclusive este seu modesto companheiro Senador, tentando construir, mas muitos tentando confundir para melhor se apropriarem das riquezas e dos bens da Amazônia. Isso se verifica exatamente nesse vácuo, Senador Mozarildo Cavalcanti, o vácuo de inexistir por completo um projeto nacional para a Amazônia.

A diversidade da Amazônia... E haja diversidade ali! V. Ex^a é de um Estado onde existem campos naturais, eu sou de um Estado de densa floresta, e estamos dentro da Amazônia. É isso que eu chamo de diversidade. Nós temos comunidades indígenas, seringueiros, catadores de castanha, pequenos produtores rurais, áreas ocupadas pela pecuária, agroindústria, exploração de minério; a Amazônia é a diversidade! É uma coisa fantástica! É essa diversidade que eu digo que precisa ser articulada e coordenada de forma una, com um comando único.

Eu vou propor algo aqui, Senador Mozarildo Cavalcanti, e vou justificar o porquê dessa proposta. Eu quero propor ao Presidente Lula, quero propor ao País a criação, a instituição do Ministério da Amazônia. Aí dirá alguém: "Mas o Brasil já tem Ministérios demais! Nós temos 38 Ministérios!" Vamos analisar os 38 Ministérios que temos. Grande parte deles, Senador Mozarildo Cavalcanti, são Secretarias que cuidam de ações especiais isoladas e que muito bem poderiam estar conformadas em torno de alguns Ministérios. Cito um

exemplo: a Secretaria da Pesca, por que não é uma Secretaria do Ministério da Agricultura? A Secretaria dos Portos, por que não é uma Secretaria dentro da estrutura de um Ministério dos Transportes ou do Ministério de Infra-Estrutura do País? E por aí vai.

Então, nós teríamos duas opções. Uma delas seria reduzirmos o número de Ministérios do País. Não sei se algum país no mundo tem um número de Ministérios tão grande como o nosso. Confesso que não tenho esse dado com precisão, mas é uma constatação que vai do Acre ao Chui a de que nós temos um número de Ministérios excessivo. Então, vamos reduzir o número de Ministérios. Vamos ordenar isso de forma a mostrar para o povo, para a sociedade brasileira, que nós temos um organograma federal que permite que as ações sejam desenvolvidas, mas de forma racional e lógica.

Contudo, se o Governo Federal entender que não pode proceder a esse recuo, que se instale mesmo assim o Ministério da Amazônia. Quem tem 38 pode ter 39, Senador Papaléo. E eu me arrisco a dizer o seguinte: esse seria o Ministério mais importante já criado no País ao longo da sua história.

Tal medida, se adotada, sinalizaria para os brasileiros que nós estaríamos inserindo a Amazônia no projeto nacional, e para o mundo inteiro, Senador Papaléo, estaríamos dando uma mensagem forte de que sabemos aonde queremos chegar e de que temos competência para tanto.

Essa sugestão me chegou por meio de um *e-mail* de um conterrâneo do Acre – lá para frente, eu revelarei seu nome. Eu achei fantástica a sugestão. Veio ao encontro de tudo aquilo que penso, que imagino que deva ser feito. Eu não imagino como proceder a um grande planejamento, como realizar a elaboração de projetos importantes para a Amazônia, sem que todas essas ações estejam centradas e concatenadas sob um único comando.

É necessário, repito, que abramos os olhos para o que está acontecendo na Amazônia. Precisamos reunir ali batalhões, inclusive militares; ocupar pontos estratégicos, como agora certamente fará a Polícia Federal...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Geraldo, se V. Ex^a me permitir...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Mozarildo, com todo o prazer, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Quero, primeiro, parabenizá-lo pela oportunidade, dada, inclusive, essa matéria que foi publicada, como também pela qualidade do pronunciamento que V. Ex^a faz. Não há dúvida de que o Governo brasileiro nunca teve projeto

de fato para a Amazônia. Começa lá atrás. Na verdade, qual foi o projeto que se fez? Quando o mundo precisava de borracha, levaram os soldados da borracha para lá. Foi o grande projeto de Amazônia. Depois disso, o que mais houve? Algumas ações espasmódicas, como na época de Juscelino, no Governo dito militar, em que se abriram estradas interligando os Estados. Fora disso, realmente não há nenhum projeto. O próprio Presidente Lula, no seu primeiro Governo, na sua primeira campanha, disse, sobre a Amazônia – eu me lembro bem dessa frase, que ficou gravada na minha cabeça –, que era preciso formular o que se pode fazer na Amazônia, e não só proibir de se fazerem coisas na Amazônia. Então, para mim, isso sintetizava tudo. O Governo teria um plano que ia dizer o que se poderia fazer e como se poderia fazer. Mas estamos no segundo mandato do Presidente Lula e o que se vê é só proibição, operações etc. Quer dizer, não há medidas preventivas, não há um trabalho permanente. Existem operações episódicas e espasmódicas, gastando milhões em recursos – que, depois, ficam ao Deus dará, porque, na hora em que acaba a operação, tudo volta ao que era. Então, na verdade, a proposta de V. Ex^a, de criar um Ministério da Amazônia, é muito justa, muito oportuna. O Senador Valdir Raupp já apresentou um projeto, que está, infelizmente, engavetado. Nós devíamos nos unir, nós da Amazônia, em torno dessa idéia. Nós não somos 61% do território nacional? Nós não temos, segundo dizem os ecoterroristas, os maiores problemas e, inclusive, participação no aquecimento global? Por que não haver o Ministério da Amazônia? Os outros ministérios não cuidam da Amazônia, não. O Ministério do Meio Ambiente se preocupa só com os animais e com as árvores. O Ministério da Integração Nacional nem olha para aquela região. É realmente importante que nós tenhamos um Ministério da Amazônia, que cuide dos 25 milhões de habitantes que estão lá, índios, brancos, mestiços, caboclos, que invista na qualidade de vida dessas pessoas e que desenvolva a Amazônia de uma maneira perfeitamente possível, permitindo a esses que moram lá e também aos que vão nascer e aos que vão para lá no futuro continuarem tendo a Amazônia como brasileira. Fala-se muito que há uma cobiça internacional sobre a Amazônia, mas não há uma cobiça do Governo brasileiro pela Amazônia. Não há! O Governo brasileiro e os brasileiros de um modo geral não cobiçam a Amazônia, não se preocupam com ela. Então, a proposta de V. Ex^a de criar esse Ministério da Amazônia deveria ganhar corpo. E nós da Amazônia, nós que realmente somos da região, e que não apenas defendemos, entre aspas, a Amazônia, deveríamos realmente engrossar essa corrente para termos esse ministério.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço-lhe o aparte muito apropriado. V. Ex^a, que é um profundo conhecedor da nossa realidade amazônica, das nossas vicissitudes, das nossas necessidades, tocou no assunto que me motivou a vir aqui falar: a cobiça internacional sobre a Amazônia.

O tema Amazônia, quer queira, quer não, temos de admitir, transbordou as nossas fronteiras nacionais. A Amazônia é matéria, é objeto, é alvo de preocupação não só dos brasileiros, como de muita gente mundo afora. Então, creio que nada mais adequado, Senador Mão Santa, do que darmos uma resposta forte, positiva, para nós, internamente, e para muitos que estão de fora observando e tentando enxergar uma brecha, uma maneira de aqui penetrar, de aqui se assenhorear, de se apoderar de riquezas que temos naquela região, incomensuráveis, que carecem, repito acho que pela centésima vez, de um grande inventário. Todos sabemos o que tem ali, mas não sabemos da quantidade e da dimensão, da extensão das riquezas que temos naquela região.

Precisamos realizar um grande inventário. Temos organismos, temos instituições atuando na Amazônia de forma capenga, porque não há recursos humanos, não há recursos materiais. Cito sempre o Inpa – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, um órgão atrofiado, Senador Papaléo, que poderia se constituir na Embrapa da floresta, que poderia capitanear, junto com outros órgãos, com outras instituições e organismos, um grande levantamento daquela região, juntamente com a população.

Há muita gente que olha a Amazônia pela copa das árvores, que olha a Amazônia de cima, pela copa das árvores; eu olho a Amazônia pelo que ela tem lá dentro, no seu intestino, no seu interior, como tenho certeza absoluta que faz V. Ex^a, Senador Papaléo Paes, a quem concedo um aparte.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Geraldo Mesquita, eu realmente quero parabenizar V. Ex^a pelo brilhante discurso em prol da nossa Amazônia. Digo “nossa Amazônia” não apenas porque moramos lá, mas por causa do nosso Brasil, por causa do mundo. Parabenizo-o exatamente porque V. Ex^a traz, sem hipocrisia alguma, a sua opinião, que é a opinião que os homens de bem têm e que o Governo não quer ter. Quando V. Ex^a afirma que nós não conhecemos a nossa Amazônia, que não conhecemos a sua verdadeira riqueza, V. Ex^a está falando uma verdade: nós não a conhecemos, mas outros países a conhecem muito bem. Conhecem por meio da tecnologia de satélite e conhecem por meio de seus emissários especiais, que são aqueles que estão disfarçados de dirigentes de ONGs ou contratados por ONGs internacionais, que

realmente têm conhecimento *in loco* da nossa riqueza no subsolo. Então, quero dizer que V. Ex^a tem toda a razão pelo brilhante pronunciamento que está fazendo e aqui vai a minha solidariedade e meus parabéns pela sua inteligência e pela oportunidade de dar a nós brasileiros a sensação de que o Governo está negligenciando com a Amazônia.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Obrigado, Senador Papaléo.

Quero concluir, para ficar dentro do tempo que o Presidente me concedeu, lembrando a todos nós aqui, ao povo brasileiro, os riscos que nós corremos ali dia-a-dia.

Senador Papaléo, V. Ex^a falou da tecnologia que o povo de fora tem e como nos monitora. Temos a impressão de que sabem o que temos ali muito mais do que nós. Temos essa sensação.

O Projeto Sivam. O que foi feito do Projeto Sivam, que foi aqui instalado por um multinacional ligada a não sei que interesses?

Para concluir e para ilustrar o que digo, que corremos um sério risco na Amazônia, que, se ficarmos sempre correndo atrás do prejuízo, somado várias vezes, ele vai nos “levar para o buraco”, trago um *e-mail* que me foi enviado pelo Sr. Benedito Pereira de Vasconcelos. Ele diz o seguinte: “O Arpa – Projeto de Áreas Protegidas da Amazônia já viabilizou a entrega de cerca de 16 milhões de hectares da floresta amazônica para organizações ambientalistas estrangeiras que servem de fachada aos escusos interesses econômicos norte-americanos”.

É ele que está dizendo isso, não sou eu.

“Encoberta pela cortina da preservação ambiental, o projeto de cercamento de milhões de quilômetros de riquezas incomensuráveis está sendo implementado no Brasil. Sob a sigla Arpa, o Projeto de Áreas Protegidas da Amazônia já viabilizou a entrega de cerca de 16 milhões de hectares de Floresta Amazônica para organizações ambientalistas. Além delas, temos um grave problema a ser equacionado pelo Governo brasileiro na Amazônia, que é a venda de grandes áreas de terras para estrangeiros”.

Eles estão, como eu disse, ocupando, se assenhoreando e se apropriando de pedaços da nossa Amazônia, e de pedaços em pedaços, eles vão, de fato...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Um minuto só para concluir, Senador Mão Santa.

Antigamente a gente dizia “daqui a muito tempo...” Hoje não temos mais muito tempo. Talvez dentro de pouco tempo estejamos aqui, dentro do nosso País, vendo o território da Amazônia como algo de que abrimos mão, que perdemos, por incompetência, por incúria, porque não tomamos as medidas necessárias no tempo devido, no momento certo, e permitimos que pessoas estranhas ao País, que pessoas estranhas aos interesses da Amazônia e do Brasil se apoderassem daquela grande região.

Não estou ficando doído, Senador Mão Santa. Esta é uma realidade que está se aproximando de todos nós. Depois não adianta chorar sobre o leite derramado. Vou voltar a este assunto várias vezes, inclusive para tratar desse *e-mail* que recebi do Benedito, porque acho o assunto de uma gravidade incrível. O fato que ele relata tem desdobramentos. Estou pedindo a ele maiores informações para que a gente venha a denunciar daqui da tribuna do Senado o que está acontecendo.

Agradeço a V. Ex^a pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós concedemos mais cinco minutos para V. Ex^a fazer a defesa da Amazônia...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Mão Santa, há colegas que querem falar e não vou tomar mais o tempo. Voltarei outras vezes aqui para tratar do assunto.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador Papaléo Paes, do PSDB do Amapá.

V. Ex^a tem o tempo que achar conveniente, porque hoje é aniversário de Macapá, não é?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje foi realizada na Câmara uma sessão especial pelo aniversário de Macapá. No dia 4 de fevereiro completamos 250 anos. Mas serei coerente com os demais inscritos que farão uso da palavra.

Sr. Presidente, quero, antes de iniciar meu pronunciamento, agradecer ao Senador Heráclito Fortes pela permuta que fez e que me possibilitou discursar neste momento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil foi descoberto em 1500, mas algumas das atividades que elevam a dignidade e a qualidade de vida dos habitan-

tes só passaram a ser oferecidas a partir de 1808, com a transferência da Corte Portuguesa para cá.

Nos mais de 300 anos decorridos sob a condição de Colônia, não existia nenhuma possibilidade de serem oferecidos os serviços necessários ao desenvolvimento intelectual ou profissional da população. Interessava à metrópole apenas usufruir das riquezas extraídas ou produzidas na colônia.

Aliás, para impedir a divulgação de idéias que poderiam induzir à separação da colônia, foi proibida, por decreto real, em 1747, toda a atividade de impressão gráfica, fosse de livros, fosse de jornais, fosse de qualquer papel avulso. Portanto, até o início do século XIX, não havia no Brasil indústria, imprensa ou instituição de ensino superior. A exceção era a indústria naval, devido à necessidade de fabricação e reparo das embarcações, que era interesse de Portugal.

Não existe consenso quanto ao número, mas alguns estudiosos estimam que vieram para o Brasil, com a família real, cerca de 15 mil pessoas.

Logo após a instalação da Corte no Rio de Janeiro, tudo o que antes era proibido pôde começar a funcionar: fábricas de tecido, de beneficiamento de arroz, de roupas, de sapatos, manufaturas de ouro e prata e produtoras de vinho. Muito rapidamente, foram instalados sistemas que permitiam o abastecimento de água potável no Rio e em Salvador. Foi criado o Banco do Brasil, a Biblioteca Real, o Museu Nacional e o Real Teatro de São João, hoje Teatro João Caetano. D. João VI também autorizou a abertura dos portos para o comércio direto com as nações amigas, comércio que anteriormente só podia acontecer por intermédio de Portugal.

Todas essas medidas criaram um ambiente propício para que se instalassem centros de formação para suprir as necessidades trazidas por tamanho desenvolvimento. Daí terem sido criadas, nesse período, escolas de Medicina e de Engenharia, para que o Brasil pudesse formar seus profissionais aqui mesmo, em quantidade condizente com as necessidades de mão-de-obra que passaram a se apresentar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesse contexto histórico, é que queremos falar da primeira escola de Medicina do País, a Escola de Cirurgia, implantada em Salvador, em 18 de fevereiro de 1808, no Real Hospital Militar da Bahia, pelo Príncipe Regente de Portugal, D. João VI. O primeiro curso, organizado pelo Dr. Correia Picanço, um dos médicos de destaque da Corte portuguesa, enfocava basicamente estudos de anatomia e da arte obstétrica. O primeiro diretor dessa escola foi o Dr. Manoel José Estrela, diplomado em Medicina em Lisboa.

Em 1809, por meio da Carta-Régia de 22 de setembro, o Cirurgião-Mor João Pereira de Miranda foi encarregado da “instrução facultativa teórica e prática” dos cirurgiões-ajudantes dos regimentos. Dessa forma, ficou estabelecida “a verdadeira e conveniente Escola de Medicina e Cirurgia no Hospital Militar”, logicamente da Bahia. O curso tinha duração de quatro anos, depois dos quais o aluno requeria uma certidão na escola, que declarava que ele estaria apto a prestar o exame e encarregar-se da saúde pública.

Assim surgiu e se institucionalizou a primeira escola de Medicina do País.

Em dezembro de 1815, a escola passou a denominar-se Academia Médica Cirúrgica e, em 1832, foi transformada em Faculdade de Medicina.

Para que a formação profissional não deixasse a desejar, foram instalados nessa faculdade um grande laboratório e um grande centro de estudos. No prédio vizinho, funcionavam o Hospital Real e a Misericórdia.

Temos aqui a semente de onde brotou o saber médico deste País, que hoje dispõe de alguns centros que são referência em nível internacional.

Não podemos esquecer-nos, nobres Colegas, de que a Faculdade de Medicina da Bahia esteve presente em diversos movimentos cívicos de relevância histórica como a Independência do Brasil, a Guerra do Paraguai, a Sabinada, a Guerra de Canudos, entre outros. Também cabe lembrar que nela estudaram importantes personalidades da Medicina brasileira como Arthur Ramos, grande antropólogo alagoano, Oscar Freire, Nise da Silveira e Rita Lobato Velhos Lopes, de origem gaúcha, Sr. Presidente Mão Santa, a primeira mulher a diplomar-se em Medicina no Brasil.

A Faculdade de Medicina da Bahia não parou no tempo. Por isso, sofria alterações em sua denominação, conforme as necessidades de adequar-se ao desenvolvimento do Brasil como Nação. Daí ter passado a chamar-se, em 1891, Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia. Mas, em 1901, voltou à denominação de Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1946, passou a chamar-se Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia e, em 1965, Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, como é conhecida até os dias atuais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nem toda a existência da Faculdade de Medicina da Bahia foi um mar de rosas.

Um episódio de triste lembrança ocorreu em 1905: um incêndio destruiu quase totalmente o prédio onde funcionava a faculdade, principalmente os laboratórios de Química, de Histologia, de Medicina Legal, de Bacteriologia e de Anatomia e Fisiologia Patológica, além da valiosa biblioteca daquela instituição. Felizmente, o

Governo Federal, comandado por Rodrigues Alves, que tinha como Ministro da Justiça e Negócios Interiores o baiano José Joaquim Seabra, propiciou a reconstrução da sede, com projeto do famoso engenheiro civil Teodoro Sampaio.

Afora isso, Sr. Presidente, ela ainda tem destaque em momentos importantes da história brasileira.

Na época da independência, entre setembro de 1822 e março de 1824, a então Academia Médico-Cirúrgica da Bahia permaneceu fechada, pois os portugueses a ocuparam devido à participação de alguns de seus membros na Guerra da Independência, entre eles, Antonio José de Sousa Aguiar, um dos primeiros alunos dessa escola, que prestou serviços como cirurgião às forças baianas, e o porteiro Joaquim Pereira Borba.

O funcionamento da escola foi suspenso também entre novembro de 1837 e março de 1838, em decorrência do movimento separatista que ficou conhecido como Sabinada, pois tinha como um dos seus líderes o cirurgião Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, professor substituto da então Faculdade de Medicina da Bahia.

Também participaram do movimento os professores de Física e de Medicina Legal, Vicente Ferreira de Magalhães e João Francisco de Almeida, respectivamente. Só Sabino foi preso e condenado.

Sr. Presidente, na época das epidemias de febre amarela e de cólera-morbo, em 1855, que atingiram a Bahia, os professores e estudantes prestaram assistência inestimável às vítimas, destacando-se os professores Vicente Ferreira de Magalhães, de Física; Jonathas Abbott, de Anatomia Descritiva; Manuel Maurício Rebouças e Antônio José Alves, pai do poeta Castro Alves, entre outros.

Na Guerra do Paraguai, 1854 a 1860, foi importantíssima a participação dos professores Joaquim Antônio de Oliveira Botelho, Matéria Médica e Terapêutica, Francisco Rodrigues da Silva, de Química Mineral, e mais 40 alunos dos 4º, 5º e 6º anos, tendo muitos deles sido condecorados com a Ordem de Cristo ou a Ordem da Rosa.

Na Guerra dos Canudos, travada para reprimir o movimento liderado por Antônio Conselheiro, cerca de 60 estudantes dos cursos médico, odontológico e farmacêutico, por solicitação do Presidente do Estado da Bahia, Conselheiro Luiz Viana, estiveram no campo de luta para colaborar com o atendimento aos feridos.

É impossível, Sr^{as} e Srs. Senadores, enumerar, neste curto espaço de tempo de que disponho, os episódios dignos de nota vinculados a essa insigne instituição.

O uso que faço da palavra, Sr. Presidente, neste momento serve para lembrar os 200 anos da Faculdade de Medicina, a primeira do Brasil. Não se trata de 200 anos de história da faculdade, mas de 200 anos nos quais ela participa da história deste País.

Era o que a tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Brilhante pronunciamento sobre a história da criação da Faculdade de Medicina da Bahia, a primeira, que coincide com a vinda de D. João VI. Daí se irradiou o ensinamento médico. Ressalte-se que o primeiro Senado da República só tinha dois médicos. De 42 membros brasileiros, 22 eram da área de justiça, 10 militares, sete eclesiásticos, dois médicos e dois da área do campo. Hoje temos um número bem superior. Somos, salvo engano, seis médicos neste Senado da República.

Convidamos para usar da palavra o Senador pelo Piauí... Está cedendo para quem?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu vou fazer uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Temos dois Senadores: o nosso Senador de Roraima e o Senador de São Paulo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – De Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Roraima, Boa Vista. O Piauí cede a palavra para o Senador de Roraima. Depois da gentileza do Senador piauiense – eu não poderia dizer da outra gentileza pelo exemplo, que arrasta –, V. Ex^a usar da palavra pelo tempo que julgar conveniente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Agradeço também ao Senador Heráclito Fortes pela gentileza de permutar o tempo comigo. É coincidência um Senador do Piauí presidindo a sessão e um Senador do Piauí me cedendo a vez. E eu estaria, amanhã, no Piauí, em Teresina, para me encontrar com os maçons daquele Estado, já que estamos em período de campanha para a eleição do cargo que corresponde à presidência nacional do Grande Oriente do Brasil, mas, infelizmente, motivo superior está fazendo com que eu adie essa viagem. Mas irei até lá com muito prazer. Falei com o meu Mestre e com o Vice-Prefeito de Teresina, que também é maçom. Oportunamente estaremos lá.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria, hoje, de fazer uma análise dessa celeuma sobre CPI Mista, CPI do Senado, essa questão da apuração; uma CPI que está funcionando, a das ONGs, outra que vai se instalar: essa polêmica CPI dos cartões corporativos.

Preocupo-me, Sr. Presidente, porque tive oportunidade de presidir a primeira CPI das ONGs, que se instalou no Senado, no ano de 2002, e depois fui Vice-Presidente da CPI dos Bingos. Essa participação me levou à conclusão, Sr. Presidente, de que esse modelo de constituição das comissões parlamentares de inquérito não funciona. Não funciona porque elas estão politizadas. Assim como no Conselho de Ética não deveria haver a politização da sua composição, não deveria haver também a politização da composição das comissões parlamentares de inquérito. Ali deveriam estar representados todos os partidos de maneira igual. Não é como uma comissão temática, a Comissão de Educação, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Comissão de Desenvolvimento Regional, que, essas sim, devem ter representação política, devem representar a maioria, de acordo com a votação que o povo deu a cada partido.

No caso das CPIs e do Conselho de Ética não poderia haver isso, porque se trata de investigar, de julgar e, portanto, não poderia haver essa questão da força política de um partido “x”, somada a outros partidos “y” e “z”, formar a maioria política e politizar a investigação e o julgamento.

Então, não é realmente cabível, não é lógico que Conselho de Ética e comissões parlamentares de inquérito tenham a sua composição feita de acordo com o peso numérico, partidário, nesta Casa nem na Câmara, porque então estamos fazendo de conta que investigamos, fazendo de conta que julgamos.

É verdade que muitas CPIs terminaram bem e deram conseqüências. A própria CPI das ONGs que eu presidi indicou dez instituições que, na verdade, estavam fazendo malversação de dinheiro público e que de não-governamental não tinham nada. Elas se constituíam para pegar dinheiro e, o que é pior, desviar, roubar esse dinheiro. Mais grave ainda: ONGs que eram constituídas, por exemplo, para prestar assistência à saúde dos índios, na verdade, roubavam dinheiro da saúde dos índios. Agora, a CPI das ONGs que está funcionando tem confirmado tudo isso que constatamos lá atrás, em 2002.

A imprensa, de um modo geral, a partir daquela CPI, passou realmente a olhar e a investigar melhor essas instituições, porque, antes, elas eram tidas como entidades sacrossantas, pessoas acima do bem e do mal que se uniam para praticar o voluntariado. Mas hoje o Tribunal de Contas já constatou que de voluntariado elas não têm nada. As pessoas ganham dinheiro; fazem convênios ilícitos, sem capacidade técnica para exercer essas funções.

Agora, vem essa questão dos cartões corporativos. De novo vem aquela história: “Ah, mas isso se

fazia nos outros Governos”. Parece aquela história de menino que, quando faz alguma coisa errada e o pai vai brigar, alega que o irmão também fez, como se o erro do outro justificasse o seu erro.

O Presidente Lula, que foi eleito pela maioria esmagadora do povo brasileiro, um povo que queria mudanças, pregava mudanças e, sobretudo, a questão da ética e da moral. E o que está se vendo? Um escândalo atrás do outro. O Congresso, é verdade, apurou na CPI dos Correios, por exemplo e terminou descobrindo a questão do mensalão. Hoje, felizmente, estão sendo processados pelo Supremo Tribunal Federal.

Mas nós temos de mexer na ferida. Nós, que somos médicos, temos sempre essa convicção. Não adianta dar paliativos, se uma pessoa está com dor, não adianta apenas dar analgésico. Muito bem, o analgésico alivia aquela dor momentânea. Mas por que ela está com dor? Ela vai voltar, daqui a uns dias, com dor de novo, se não tiver tratado a causa da dor.

No caso específico das CPIs e do Conselho de Ética, tínhamos de nos debruçar e mudar essa questão. Eu sei que vai ser difícil isso evoluir. Por quê? Porque os partidos maiores não querem ceder o seu poder. O PMDB não vai querer ceder, e os próprios partidos de oposição, PSDB e Democratas. Mas é uma pena que se veja apenas por esse viés pequeno da força política. E até, o que é pior, Senador Mão Santa, para agradar o presidente de plantão. Seja ele quem for.

A história das CPIs está aí, eivada disso. Há um pedido de CPI, o Governo tenta abafar, tenta evitar que ela se instale, e quando ela se instala, ele faz tudo para que não se apure, não se aprove requerimentos que possam causar qualquer tipo de constrangimento aos seus membros. Na CPI dos Bingos, foi alarmante o número de requerimentos feitos com base, com fundamento, e que foram rejeitados pela maioria do Governo.

Então, não pode haver uma instituição destinada a moralizar, a investigar as denúncias e a julgar os parlamentares agindo de maneira corporativa, porque, no fundo, é isso. Se alguém é de um partido majoritário aqui, do PMDB, por exemplo, de V. Ex^a, dificilmente essa pessoa vai ser investigada. Se é do partido aliado do Presidente da República, se é amigo do Presidente da República, não vai ser devidamente investigado e julgado.

Então temos de mudar. Eu tenho uma proposta já apresentada com relação ao Conselho de Ética, que está andando a passos de tartaruga, e vou apresentar uma outra com relação às comissões parlamentares de inquérito. Porque aí estaríamos resolvendo o problema na causa. Não vamos querer, lógico, que um partido que só tenha um Senador tenha a mesma representa-

tividade de um partido que tem trinta Senadores. Mas, de acordo com o nosso Regimento, um partido que tem, por exemplo, três Senadores tem direito à liderança, tem direito à participação em comissões e tudo. Então, vamos adotar esse número mínimo: quem tem de três Senadores para cima tem, portanto, a mesma participação tanto no Conselho de Ética quanto nas comissões parlamentares de inquérito. Se fizermos isso, estaremos dizendo à população que realmente queremos, como se fala tanto transparência; queremos, de fato, agir de maneira honesta; queremos, de fato, passar a limpo essa história. Penso que, se não fizermos isso, é muito difícil que alguém seja investigado e principalmente que o governo seja investigado.

Ora, chegamos ao ponto – é até risível – de o Governo constituir uma comissão parlamentar de inquérito para se investigar. E a primeira assinatura colhida foi do Líder do Governo. Quer dizer, não foi nem um Senador da base aliada, não, foi o Líder do Governo.

Então, essa questão do faz-de-conta que investiga, do faz-de-conta que pune só acabará no dia em que tivermos esse tipo de Conselho de Ética e de Comissão Parlamentar de Inquérito que tenha o mínimo de isenção, o mínimo de igualdade de participação de todos os partidos, sem, portanto, partidizar nem politizar tanto a investigação quanto a punição.

Então, era este o assunto que queria trazer à reflexão no momento em que um assunto tão sério como a questão dos cartões corporativos merece ser investigada. Espero que o Ministério Público avance rapidamente nisso, que a Polícia Federal vá rapidamente nisso também, que não deixe a peteca só com o Congresso e vá investigar. Esse é um crime contra o Brasil, e não adianta, repito, fazer como um menino malcriado e dizer que errou porque o fulano errou também.

Os aliados do Presidente Lula têm de acabar com essa história de dizer que, porque houve no Governo passado mensalão, financiamento indevido, caixa dois para os partidos, pode ser feito agora; houve erros nos cartões corporativos no passado, está justificado agora. Não está, não. Ele mais do que ninguém tinha de dar esse exemplo de moralidade e de transparência nas coisas do Governo, começando pelas mínimas. Mas essa questão dos cartões corporativos não é nada mínima. Há também as viagens fantasmas, que estamos vendo na Imprensa, de servidores públicos que saem no fim de semana com diárias pagas para viagens de trabalho que não existem.

Então, quero deixar o meu protesto e as minhas sugestões para que mudemos tanto a composição como a prática do Conselho de Ética e das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aproveitamos – eu e o Heráclito Fortes, que cedeu a vez a V. Ex^a – para falar ao povo do Piauí. Também falo em nome de João Vicente, justamente porque o Vice-Prefeito é do partido dele e de V. Ex^a, uma figura extraordinária: Elmano Férrer.

O Piauí tem uma Maçonaria muito pujante. Não vou citar nomes porque conheço vários e poderia esquecer alguém, mas é uma elite de virtudes. Na capital, nas maiores cidades, na minha cidade, tenho a honra de ter uma entidade maçônica com o nome de um tio meu – Francisco de Moraes Corrêa.

Essa instituição secular, que é grande em todo o mundo, foi grande na história deste País, com Gonçalves Ledo estimulando a nossa independência, com Rui Barbosa na Proclamação da República. E quero dizer ao Piauí e ao Brasil que, mesmo não sendo maçom, tenho uma admiração extraordinária principalmente pelo maçom Mozarildo Cavalcanti. Quero dar o testemunho de que, nesses cinco anos aqui, os melhores dias foram quando o Mozarildo fez o chamamento e enriqueceu este Parlamento com a presença dos maçons.

Então, aqui invocamos o Piauí de tradição cristã, pois na Bíblia está escrito: “Pedi, e dar-se-vos-á.” Eu, o Senador da República Heráclito Fortes e João Vicente pedimos todos os votos do Piauí ao Líder maçônico maior que conhecemos: Mozarildo Cavalcanti.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Presidente, enquanto o Senador Heráclito Fortes se dirige à tribuna, eu pediria para fazer um pequeno registro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Só dá Piauí aqui. V. Ex^a nasceu no Piauí e é assim o filho pródigo que queremos de volta. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

No sábado passado, realizamos no Estado do Acre um evento com três grandes objetivos. O primeiro era comemorar os 28 anos do Partido dos Trabalhadores. O segundo objetivo foi dar um grande abraço fraterno e comemorar o aniversário de 50 anos da Ministra Marina Silva. E o terceiro objetivo foi dar posse a todos os presidentes de diretórios municipais e do presidente do diretório estadual do PT do Acre.

Faço isso, Sr. Presidente, porque fui o presidente do diretório do PT no Estado do Acre por seis anos, em dois mandatos consecutivos. E quero, em primeiro lugar, agradecer aqui a todos aqueles que me ajudaram naquele momento. Tentei ao máximo dar a minha contribuição. E acho que é um dos bons relacionamentos que foi construído entre o nosso Partido e os Partidos que compõem a aliança política que governa o Acre já

há 18 anos. Essa aliança, que nasceu em 1990, governa 20 dos 22 Municípios do Estado e detém cerca de 70% dos 205 vereadores a que o Estado tem direito. O PT conta hoje com cerca de 60 vereadores. Temos onze prefeitos; elegemos sete deputados estaduais na Assembléia Legislativa – a maior bancada, por sinal –; elegemos três deputados federais; elegemos o atual Governador, Binho Marques. O PT está no terceiro mandato consecutivo no Estado do Acre e possui duas cadeiras do Senado Federal, além da Ministra Marina Silva e de lideranças do porte de Jorge Viana e Tião Viana, e assim por diante.

Então, é um legado político que considero muito importante. E no meio disso tudo tentamos prestar um grande trabalho a nossa sociedade acreana, para que nosso Estado seja visto e lembrado por todo o País pelos bons feitos da luta que o nosso povo tem desde o final do século XIX.

Quero desejar sucesso total à nova direção, especialmente ao Presidente que acaba de assumir, Leonardo de Brito, um jovem que, como ele mesmo diz, nasceu praticamente dentro das salas de reuniões do PT, porque a sua idade é praticamente igual à do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, agradeço a todos os militantes que compareceram àquele ato, cerca de 1.300 pessoas, mais os convidados de todos os partidos que compõem a nossa aliança política, lembrando aqui os nomes de Edvaldo Magalhães, Presidente da Assembléia Legislativa, e César Messias, que é o atual vice-Governador, como também dos demais partidos.

Nessa emoção toda, como foi uma festa maravilhosa, coloco-me à inteira disposição da nova direção para a sua missão. Reputo isso a todos os demais diretórios do Partido dos Trabalhadores, em âmbito estadual, e também na nova Direção Nacional do PT.

Então, era esse o registro que queria fazer, Sr. Presidente, mais uma vez dizendo que fico honrado pelo legado político que estamos construindo e agradecendo pela ajuda que tive quando fui presidente do Partido no Estado por seis anos consecutivos.

Muito obrigado por ter-me concedido o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Mesa se associa ao aniversário do Partido dos Trabalhadores. No Piauí, ele também tem uma história de grandeza. A maior Líder mulher da história do Piauí, de quem todos nós temos saudades, é a ex-Deputada Federal Francisca Trindade. Temos o Deputado Federal Nazareno Fonteles, uma pessoa de grande ética e, na minha cidade, ele comemorava ontem e eu estava presente, e quero render uma homenagem ao seu fundador Lourival, um grande Líder. Então, vamos dizer, ele enriquece a democracia.

E, agora, continuando a grandeza do Piauí, nós convidamos para usar da palavra o Senador Heráclito Fortes.

V. Ex^a terá o tempo que entender conveniente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Mozarildo valeu-se da precedência do uso da tribuna e instigou-me a mudar o assunto original, Senador Sibá Machado, sobre o qual eu falaria esta tarde, para abordar a instalação e o funcionamento de CPIs nesta Casa.

Em primeiro lugar, foi com perplexidade que li matérias, em vários jornais do País, dizendo que a CPI das ONGs recomeçaria com um “acordão”. Quero dizer que a minha estranheza é porque, a pedido do Presidente da CPI, Senador Raimundo Colombo, tivemos uma reunião no Gabinete do Senador Sibá Machado. Deixo bem claro que foi meramente por questões geográficas. Era o gabinete mais próximo. Poderia ter sido em qualquer outro gabinete. Nós nos reunimos para discutir a reabertura dos trabalhos da CPI. Participaram V. Ex^a, Senador Sibá Machado, o Presidente Raimundo Colombo, o Relator Inácio Arruda e eu, somente. Fomos discutir procedimentos, como se faz em toda e qualquer CPI. A única coisa que fizemos, Senador Mozarildo, foi, em determinado momento – e quero crer até que tenha sido uma sugestão minha –, de que se comesse a votar os requerimentos que eram consensuais. Mas entre isso e um acordo, existe uma diferença muito grande. Por que votar os requerimentos consensuais? Para que a CPI comece a funcionar de fato a partir de quarta-feira. E, como se faz em toda CPI, quando há assuntos polêmicos em que se sabe não haver consenso, procura-se votá-los quando há maioria e quando há o clima para aquela votação. Foi única e exclusivamente – o Senador Sibá Machado aqui está – do que tratamos naquela reunião. Até porque somente ali tomamos conhecimento de que a Assessoria Técnica do Senado fez um bom trabalho durante o período de recesso, coletando dados sobre algumas ONGs que são acusadas de irregularidade.

De forma que quero apenas deixar esse registro, porque não gostaria de que se passasse a impressão de que colaborei ou participei de uma reunião com objetivo que não fosse republicano, como dizia até bem pouco tempo o Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Ninguém propôs nada, absolutamente nada, além do que se criar uma pauta prévia para quarta-feira. E, partir daí, se criarão grupos de trabalho ou o que for necessário. Inclusive, em determinado momento, o Senador Sibá Machado disse “no que não der, vamos para o pau”, numa expressão de que se irá discutir, disputar e votar. Quero deixar isso bem claro, para que

não haja essa dúvida. Achei estranha a divulgação de uma reunião de apenas quatro Senadores cujo assunto ficou restrito a isso.

V. Ex^a, Senador Sibá, pode me lembrar mais, mas, ao que me consta, quando saímos, sequer havia imprensa.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Nem na ida, nem durante, nem na volta. Desconheço por que houve esse tipo de notícia e até estranho colocar em dúvida V. Ex^a, que sempre foi um dos grandes lutadores por esse tipo de trabalho e insistiu tanto na criação dessa CPI. O Presidente tem sido firme em suas posições. Tenho tentado deixar claro também que estou convencido de algumas posições, mas tenho procurado fazer a defesa no momento adequado. V. Ex^a lembra bem que os requerimentos em relação aos quais não há problemas são votados por consenso imediato. Em relação aos que tiverem problemas, certamente na hora de serem apresentados haverá o debate e irão a voto...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Foi exatamente para que ela tivesse musculatura inicial. Foi única e exclusivamente isso, porque, no período de recesso, o tempo de contagem da CPI ficou parado e vai ser restabelecido.

Eu não sei tecnicamente se o restabelecimento é a partir...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Do primeiro dia de trabalho dela, ou da Casa. Eu também não entendo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Essas coisas nós vamos ver. Mas a nossa preocupação foi, ao contrário, nos anteciparmos à data exatamente para que não houvesse perda de tempo. E sabe, meu caro Senador Sibá, que se houvesse uma proposta de um acordo desse, aí, sim, eu teria vindo, teria prestado esclarecimento, porque jamais compactuaria, pela minha história, pelo meu temperamento, com um fato dessa natureza. Estou dizendo isso para que se faça justiça. Inclusive nós estávamos ali como participantes, mas há um relator e um presidente, e não vi na intenção, nem de um nem de outro, quero ser justo, nenhuma movimentação nesse sentido. Quero deixar isso bem claro para que as interpretações não fiquem por aí, Senador Sibá.

Dizia o velho Ulisses que o raio de ação da calúnia é dez vezes maior do que o desmentido. Eu não quero taxar de calúnia o que foi trazido, mas acho que foi uma informação mal passada e quero crer até que sem nenhuma intenção, porque, se foi mal intencionada, eu me questiono: com que objetivo? Porque o que fizemos até foi uma reunião sem nenhuma força legal; foi uma reunião informal, juntando quatro

membros de uma comissão de onze membros, mais suplentes e tudo. Nada do que decidíssemos ali teria algum valor legal.

Nós apenas trocamos idéias e apresentamos essa proposta, a qual espero que os companheiros da comissão acatem e nós possamos, a partir de quarta-feira, fazer com que essa CPI funcione. Aliás, quero deixar bem claro que CPI com acordo dessa natureza não funciona de maneira alguma. E a sociedade está aí ativa, atenta, Senador Mão Santa, vendo os nossos passos.

De modo que isso é inaceitável e inadmissível, e isso serve tanto para a CPI das ONGs quanto para a esta CPI dos Cartões Corporativos. Esta última tem um componente mais grave, porque foi pedida pelo Líder do Governo no Senado, Senador Romero Jucá. Não é uma CPI qualquer, pois ela já nasce com a chancela oficial do Governo. A maior vergonha será para o próprio Governo se uma CPI proposta por ele mesmo tiver um fim nostálgico, com o seu próprio Líder e sua própria base fazendo manobras para que ela não funcione.

Quero deixar isso bem claro, Senador Mão Santa, e dizer que o Brasil que nos assiste e nos escuta pode ficar absolutamente tranqüilo. Partindo de mim, individualmente, e tenho certeza de que de todos os membros, isso jamais ocorrerá. As CPIs instaladas, principalmente a proposta por mim, a CPI das ONGs, que bateu todos os recordes de assinaturas aqui – apenas seis Senadores não colocaram os seus nomes –, é uma CPI necessária para um País que vê sair pelo ralo todos os dias milhões e milhões de recursos desviados para dar respaldo a uma atividade, que é nobre.

Nós queremos, nada mais, nada menos, fortalecer um sistema que pode ser útil e positivo para nosso País. Faço os esclarecimentos e espero, Senador Sibá Machado, que, colocando de lado nossas divergências e posições políticas, lutemos para que os esclarecimentos que a sociedade brasileira deseja sejam apurados e possamos ter a consciência tranqüila de que cumprimos o nosso dever.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos a usar a palavra, como último orador inscrito, o Senador Eduardo Suplicy, do PT do Estado de São Paulo.

V. Ex^a, em respeito a sua liderança e ao aniversário do Partido, pode usar o tempo que achar conveniente. E tem a minha gratidão, pois, quando eu governava o Piauí, V. Ex^a nos ajudou a transitar e a conquistar os recursos para o Prodetur, mostrando que mesmo com Parlamentares de partidos opostos V. Ex^a age com grandeza nesta Casa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Mão Santa. Meu respeito a V. Ex^a.

Eu gostaria, inicialmente, de dizer que na última sexta-feira visitei, no Hospital Albert Einstein, o Senador Aloizio Mercadante, do Partido dos Trabalhadores por São Paulo. Ele se encontra melhor. No último sábado, pôde ir para casa. Está se recuperando de uma situação bastante delicada, que o deixou no hospital por duas semanas.

Ele já está, felizmente, tendo o repouso necessário agora em sua residência, em companhia de toda a família. E os sinais são alvissareiros de que poderá em breve estar novamente conosco, realizando o excelente trabalho aqui, no Senado Federal, inclusive como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Certamente, como economista, tão interessado num assunto como o da mensagem de reforma tributária que deverá chegar nesta semana, dia 21, coincidindo – avalio – com a volta dele aos trabalhos regulares, com toda energia e dedicação.

À Regina, aos seus filhos e ao próprio colega Senador Aloizio Mercadante, os nossos votos de pronta recuperação.

Também transmito os meus votos para que o Senador Jonas Pinheiro, que se encontra em situação grave, segundo o boletim médico de hoje, se possível, possa recuperar-se e estar conosco novamente, contribuindo com sua família e o povo de Mato Grosso. A nossa oração para a plena recuperação do Senador Jonas Pinheiro.

Gostaria, Sr. Presidente, de assinalar, como o fizeram a Senadora Ideli Salvatti, nossa líder, e o Senador Sibá Machado, a importância da pesquisa realizada pela CNT/Sensus, pesquisas de opinião pública nacional, em cinco regiões do País, 24 Estados, 136 Municípios, 2.000 entrevistas, que assinalaram que a avaliação positiva do Presidente Lula e de seu Governo está no mais alto nível desde assumiu o Governo pela primeira vez em 2003.

São números alvissareiros que denotam o fato de que a economia está crescendo ao ritmo de 5% ao ano; que a inflação se encontra sob controle, abaixo de 5%; que o nível de emprego tem aumentado muito significativamente com mais de 1.300 oportunidades de empregos formais criados em 2007; que o volume de reservas externas ultrapassou em dezembro US\$180 milhões, mais do que o dobro da dívida externa pública e praticamente o mesmo montante da dívida externa total brasileira; que houve um aumento muito significativo da eficiência dos programas de transferências de renda, inclusive do Programa

Bolsa-Família, em que 11 milhões de famílias estão inscritas, correspondendo a praticamente 1/4 da população brasileira.

Todos os indicadores do IBGE, de pesquisadores, indicam que houve uma melhoria da equidade e uma diminuição da erradicação da pobreza absoluta.

O Programa de Aceleração do Crescimento está criando também um ambiente favorável. É importante nessa avaliação – acredito que contribuiu para isso – a disposição do Presidente Lula em responder com maior frequência a imprensa, dialogar com ela; a disposição dele em esclarecer mesmo episódios polêmicos, tais como o dos cartões corporativos, bem como a importância de se colocar isso no Portal da Transparência, e a própria iniciativa, que avalio como positiva, do Líder Romero Jucá de, no primeiro dia dos nossos trabalhos aqui, dizer que o Governo é favorável, sim, à realização da CPI, para que se esclareçam todos esses episódios.

V. Ex^a, Senador Mão Santa, muitas vezes, tem sido um crítico severo do Presidente Lula. E o Presidente Lula tem ressaltado que as críticas são positivas, para que seja chamada a atenção de pontos ou de algo que não esteja tão bem. Mas essa pesquisa da CNT e da Sensus, encomendada pela CNT e executada pela Sensus, traz dados de uma avaliação muito positiva.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, de, neste início de noite, falar a respeito das principais alterações promovidas na legislação de licitações e contratos administrativos pelo substitutivo da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007.

Esse projeto de autoria do Poder Executivo foi encaminhado à Câmara dos Deputados em janeiro do ano passado, em 2007, como uma das medidas legislativas integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento. A proposta do Governo reuniu um conjunto de alterações tópicas à Lei nº 8.666, de 1993, Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos, com o objetivo de adequar as licitações e contratações governamentais às novas tecnologias de informações presentes no cenário brasileiro atual, bem como atender aos princípios de transparência, economicidade e celeridade das contratações governamentais, com vistas a tornar o processo licitatório concomitante com as melhores práticas mundiais.

Entre as medidas originalmente previstas no PLC, estão a obrigatoriedade do pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, que passa a ter definição legal; a permissão de que haja inversão das fases em todas as modalidades de licitação; a diminuição dos prazos recursais; a atribuição de caráter oficial à publicação de atos relativos às licitações realizadas em

sítios eletrônicos da Administração Pública, a qual dispensará a publicação na imprensa oficial; a permissão do uso de sistemas eletrônicos em todas as modalidades de licitação; a criação do cadastro nacional de registros de preços, disponível a todos os órgãos e entes públicos das três esferas da Federação; a proibição de que participem de licitações e celebrem contratos com a administração empresas que tenham entre seus diretores pessoas punidas na forma da Lei nº 8.666, de 1993, por irregularidades em licitação ou em contratos administrativos, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O projeto sofreu diversas modificações na Câmara dos Deputados e no Senado, para onde foi encaminhado em maio de 2007, havendo sido analisado pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Ciência e Tecnologia e de Assuntos Econômicos, e pode-se dizer que o texto aprovado pela Câmara, as emendas e o substitutivo produzido no Senado ampliaram significativamente o âmbito das alterações inicialmente previstas pelo projeto na Lei nº 8.666.

Demais disso, o substitutivo da CAE à proposição, cuja relatoria nos coube, promoveu mudanças nas Leis 10.520, de 2002, a Lei do Pregão, e na Lei 8.443, de 1992, a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.

O projeto encontra-se pendente de votação pelo plenário do Senado. Trata-se de uma das principais decisões que tomaremos, Senador Mão Santa, nestas próximas semanas.

As mudanças realizadas pelo Congresso no texto original da proposição, e que representam substancial aperfeiçoamento na legislação que hoje disciplina as licitações e contratos da administração, serão sumariadas a seguir, com a indicação dos princípios regedores do certame e contratos administrativos nos quais elas se inspiram. Como base, utilizaremos o texto do substitutivo aprovado pela CAE em 23 de outubro passado.

Quanto mais a legislação estiver em compasso com os princípios diretores do processo licitatório, menor será o espaço deixado para administradores inescrupulosos ou empresas desonestas se favorecerem indevidamente em detrimento do Erário.

Evidentemente, o problema da corrupção não se resolve apenas em nível legislativo, havendo necessidade de que as boas normas sejam efetivamente aplicadas.

A participação dos órgãos de controle e do público em geral na fiscalização dos atos do Poder Público é fundamental para que o combate à corrupção se torne exitoso.

Passemos ao exame do substitutivo, com foco nas inovações que visam a concretizar os princípios regentes da licitação. Então, as principais modificações que fizemos aqui são:

1) Permissão de que todas as modalidades de licitação sejam processadas por meio de sistemas eletrônicos que permitam a comunicação pela Internet;

2) Obrigatoriedade da adoção do pregão em licitações do tipo “menor preço” de valor até R\$3,4 milhões, vedado o uso dessa modalidade nas licitações do tipo “melhor técnica” e para contratação de serviços profissionais técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual;

3) Permissão do uso da modalidade pregão nas licitações de tipo “técnica e preço”;

4) Previsão de procedimento semelhante ao do pregão nos leilões para alienação de bens móveis ou imóveis de valor superior a R\$3,4 milhões;

5) Proibição de que, nas licitações do tipo “técnica e preço”, o total de pontos obteníveis pela proposta técnica seja superior ao total de pontos obteníveis pela proposta de preço;

6) Possibilidade de inversão completa das fases de habilitação e julgamento em licitações do tipo “menor preço” e do tipo “técnica e preço”, e de inversão parcial nas licitações para contratação de obras e serviços de engenharia;

7) Exigência de projeto executivo prévio às licitações de obras e serviços de engenharia;

8) Inclusão de Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) como item obrigatório do orçamento detalhado integrante dos projetos básicos de obras;

9) Redução dos limites de acréscimos ou supressões nos contratos administrativos, com vedação de compensação entre acréscimos e supressões para fins de cálculo do montante de alteração nos contratos e de inclusão de bens ou serviços diversos dos previstos na contratação;

10-11) Dispensa de publicação dos editais de licitação na imprensa oficial quando eles forem disponibilizados no sítio eletrônico da Administração Pública, bem como dispensa da publicação dos editais em jornais de grande circulação, para licitações de valor até 2,5

vezes o limite da modalidade convite, quando se der a sua publicação na imprensa oficial;

12) Manutenção de registros cadastrais de licitantes, para efeito de habilitação pela União, Estados e Municípios, fiscalizados por comissão integrada por representantes da sociedade civil, tribunais de contas, conselhos fiscalizadores de profissões e associações sindicais;

13) Criação do Cadastro Nacional de Registro de Preços, sob responsabilidade da União e disponível em seu sítio eletrônico oficial;

14) Permissão para que os editais de licitações prevejam a arbitragem como forma de resolução dos conflitos contratuais com a Administração;

15) Participação, na fase de julgamento de propostas, dos licitantes inabilitados que tenham apresentado recurso, o qual passa a ser julgado ao fim do processo licitatório;

16) Possibilidade de aplicação, pelos Tribunais de Contas, das sanções de declaração de inidoneidade e de suspensão temporária do direito de participar de licitação e celebrar contrato com a Administração;

17) Fixação, em no máximo 90 dias, do prazo de vigência das medidas cautelares do Tribunal de Contas da União que suspendam ato ou procedimento administrativo;

18) Proibição de que participem de licitações empresas que tenham entre seus diretores ou proprietários pessoas às quais hajam sido aplicadas as sanções de declaração de inidoneidade ou de suspensão temporária do direito de participar de licitações ou celebrar contratos com a Administração;

19) Fixação de percentual mínimo de 10% sobre o valor do contrato para a multa por seu descumprimento;

20) Criação do crime de fraude à licitação, em prejuízo da Fazenda Pública, no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, por elevação arbitrária de preços, alteração da substância, qualidade ou quantidade dos serviços executados, ou maior onerosidade da proposta ou da execução do contrato.

Como podemos visualizar, em conclusão, nos comentários às principais inovações promovidas pelo Substitutivo da CAE, a legislação sobre licitações e contratos administrativos será sobremaneira aperfeiçoada com a sua aprovação. Além das alterações relacionadas, há uma maior eficiência e agilidade no processo licitatório, bem como sua adaptação aos novos recursos de tecnologia da informação.

O Senador Mão Santa deve se lembrar que, quando, em 1993, o Senado Federal, o Congresso Nacional, aprovou a Lei nº 8.666, não havia ainda a utilização tão intensa quanto hoje da Internet, bem como o uso do pregão eletrônico. Então, são inovações que adaptam aquela lei à nova tecnologia vigente.

O substitutivo contempla novas regras, com repercussão direta sobre os principais problemas verificados nos certames promovidos atualmente e que atuam no sentido de reduzir a ocorrência de dirigismo nas licitações, de punir mais eficazmente os administradores, licitantes e contratados que infringirem a lei, de diminuir a discricionariedade administrativa, de assegurar maior acesso a informações por parte dos cidadãos e, sobretudo, de reduzir os valores dos contratos celebrados pela Administração Pública, permitindo-lhes selecionar propostas efetivamente mais vantajosas.

Gostaríamos de formular duas observações finais, deixando-as para reflexão de todos: não é desconhecido por ninguém que grande parte das irregularidades observadas nos contratos públicos, seja em número, seja em volume de recursos envolvidos, dizem respeito a obras e serviços de engenharia.

Nosso trabalho na relatoria do PLC nº 32, de 2007, foi árduo, sobretudo no tocante às iniciativas de transpor para as licitações de obras os aspectos procedimentais positivos da modalidade pregão. Encontramos resistência de alguns setores, muito embora contássemos com o apoio de órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União, do Governo Federal e dos governos estaduais, inclusive do Governo do Estado de São Paulo, do Governador José Serra, bem como da opinião pública. Infelizmente, nem todos os avanços por nós propugnados foram acolhidos pela CAE. Nessa linha, poderíamos citar o processo diferenciado de inversão de fases para as licitações de obras, o qual, a nosso ver, representa um retrocesso e importa a anulação dos benefícios associados à inversão de fase, nos certames que têm por objeto obras e serviços de engenharia.

Sem negarmos que a maior parte dos aperfeiçoamentos trazidos pelo substitutivo foram acolhidos pela CAE, acreditamos ser possível resgatar, no plenário do Senado, aqueles que não lograram contar com o apoio da maioria dos membros da Comissão. Para tanto, faz-se mister a mobilização dos diversos atores sociais, das entidades fiscalizadoras, dos governos municipais, estaduais e federal, dos órgãos de imprensa e da população em geral. Não temos dúvidas de que, havendo amplo consenso social em torno das alterações sugeridas para a legislação de licitação de contratos, o Plenário do Senado será receptivo a ela.

Gostaria até de assinalar que ainda hoje o jornal *Valor Econômico*, em reportagem da Mônica Izaguirre, justamente chama atenção para o tema da inversão de fases, conforme ela aqui explicita. Na opinião da Sr^a Adriana Castro, do Ministério do Planejamento, será importante – o Senador Francisco Dornelles fez a proposta de emenda anulando o que havíamos previsto com respeito à inversão de fases – que isso possa ser revertido aqui no Senado.

Aqui vou ler esse trecho da reportagem e, pedindo para ser transcrita na íntegra:

“A grande dúvida é se a exigência de pré-qualificação alcança as licitações de obras e serviço de engenharia que forem feitas por pregão, atualmente essa é a única modalidade de licitação em que a disputa de preços já vem antes da análise da condição técnica e financeira dos licitantes quando esta se faz necessária. A inversão de fases é justamente uma característica que o . diferencia das outras modalidades. Outra característica do pregão, espécie de leilão reverso, é que cada licitante pode reduzir seu preço sucessivas vezes, na medida em que conhece o dos demais. O mesmo não ocorre nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite, onde cada empresa só apresenta uma proposta.

O Senador Dornelles entende que a sua emenda alcança sim o pregão e esse foi um dos motivos de sua proposição, afirma. Já o Ministério do Planejamento, onde se originou o projeto, entende que não, informa a assessora Adriana Castro.

A Câmara brasileira de Indústria e Construção, que representa boa parte do empresário afetado pelas mudanças, defende a interpretação do Senador. Nos debates, a entidade foi uma das que mais batalhou para limitar o uso do pregão e a inversão de fases em licitações de obras e serviços de engenharia. Mas admite que há uma controvérsia, inclusive, entre juristas, o vice-presidente da Câmara brasileira de Comércio, José Carlos Martins, conta que, ao consultar profissionais de direito, encontrou interpretações divergentes inclusive entre advogados de um mesmo escritório.

O trecho, introduzido no projeto pela emenda de Dornelles, faz referências às licitações de obras onde houver a inversão de fase, sem especificar a modalidade. Por isso, o Senador defende que, mesmo quando a seleção for por pregão, só empresas pré-qualificadas poderão disputar. De outro lado, a Sr^a Adriana Castro argumenta que o pregão foi criado por lei específica e não pela Lei Geral de Licitações. Não

havendo referência específica nem ao pregão nem à Lei do Pregão, Adriana Castro entende que essa modalidade está fora da exigência criada pela emenda. Em seu entendimento [e esse é o meu entendimento também], se a comprovação de capacidade técnico-financeira não pode ficar para o final não é pregão. Então, impedir a inversão total de fases, na sua opinião [que é também a minha –, é o mesmo que proibir o pregão para obras e serviços de engenharia. Adriana interpreta que não é essa a determinação do texto aprovado pela CAE, até porque, em outro trecho, o substitutivo torna obrigatório o uso de pregão nas licitações de até R\$3,4 milhões.

Se atores tão importantes do debate estão fazendo leituras tão diferentes sobre o que de fato foi aprovado pela CAE, os Senadores precisam acabar com a dúvida na votação de plenário. Precisam deixar cristalino, no texto, qual é a regra afinal. Caso contrário, o que se desenha é um cenário de disputa nos tribunais, capaz de travancar as licitações de obras de infra-estrutura.

Sem definição clara, os gestores públicos tenderão a adotar a mesma interpretação no planejamento e a utilizar o pregão tal como esse processo é hoje. Muitos preferem assim porque a inversão de fases confere agilidade às licitações ao dispensar a análise da documentação de todos os licitantes (basta analisar o vencedor).”

Vou pedir que essa matéria seja transcrita na íntegra.

E gostaria, Sr. Presidente, de pedir que seja transcrito na íntegra o meu pronunciamento, ainda com mais detalhes, porque se fosse ler tudo que aqui preparei o pronunciamento seria de uma hora e três minutos, conforme a palestra que proferi sobre o tema na Câmara Americana de Comércio, a convite deles, para esclarecer esse ponto. Então sintetizei, mas tenho aqui a análise completa tal como tive a honra de fazer a palestra para todos os executivos, empresários da Câmara Americana de Comércio. Agradeço muito a gentileza do convite.

E para todos que estão interessados em acompanhar esse tema, que é um dos principais que iremos votar, é que peço a transcrição, na íntegra, de toda a palestra e não apenas do que eu disse aqui.

Muito obrigado, Senador.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

Como ficará o uso do pregão para obras?

Mônica Izaguirre

Proposta pelo governo em janeiro de 2007, a reforma da lei de licitações está em fase final de tramitação no Senado. Falta apenas a votação pelo plenário. Muitas alterações foram feitas após a aprovação pela Câmara dos Deputados. Se não quiserem criar um entrave aos investimentos públicos, no entanto, os senadores precisam modificar novamente o projeto. Prevalecendo o substitutivo adotado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a nova lei tenderá a provocar efeito contrário ao desejado. Em vez de mais ágeis, os processos de seleção de fornecedores de obras e serviços ao setor público, que já são demorados, poderão ficar mais vulneráveis a contestações judiciais e, portanto, a um risco maior de morosidade.

A tramitação do projeto foi marcada pelo embate político entre os que querem e os que não querem limitar a possibilidade de inversão de fases e o uso do pregão nas licitações para contratação de obras e serviços de engenharia. A CAE não foi capaz de fazer uma opção clara o suficiente por uma das duas tendências. Tampouco conseguiu uma solução intermediária que conciliasse de forma coerente as preocupações e argumentos de ambos os lados, todos legítimos. O resultado foi um texto que está suscitando dupla interpretação.

Ao aprovar emenda do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), a comissão exigiu que as licitações de obras e serviços de engenharia comecem pela verificação da capacidade técnica e econômico-financeira das empresas. Antes disso, as propostas de preço não poderão ser conhecidas, pois só as pré-qualificadas terão direito a fazer suas propostas comerciais. Isso significa restringir uma das principais inovações do projeto, que é a possibilidade de inversão de fases em qualquer modalidade de licitação. A emenda só permite transferir para o final do processo a análise da regularidade jurídica e fiscal das empresas (inversão parcial).

A grande dúvida é se a exigência de pré-qualificação alcança as licitações de obras e serviços de engenharia que forem feitas por pregão. Atualmente, essa é a única modalidade de licitação em que a disputa de preços já vem antes da análise da condição técnica e financeira dos licitantes - quando esta se faz necessária. A inversão de fases é justamente uma característica que o diferencia das outras modalidades. Outra característica do pregão, espécie de leilão reverso, é que cada licitante pode reduzir seu preço sucessivas vezes, na medida em que conhece o dos demais. O mesmo não ocorre nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite, onde cada empresa só apresenta uma proposta.

O senador Dornelles entende que sua emenda alcança sim o pregão e esse foi um dos motivos de sua proposição, afirma. Já o Ministério do Planejamento, onde se originou o projeto, entende que não, informa a assessora parlamentar do órgão, Adriana Castro.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), que representa boa parte do empresariado afetado pelas mudanças, defende a interpretação do senador. Nos debates, a entidade foi uma das que mais batalhou para limitar o uso do pregão e a inversão de fases em licitações de obras e serviços de engenharia. Mas admite que há uma controvérsia, inclusive entre juristas. O vice-presidente da CBIC, José Carlos Martins, conta que, ao consultar profissionais de direito, encontrou interpretações divergentes inclusive entre advogados de um mesmo escritório.

O trecho introduzido no projeto pela emenda de Dornelles faz referência às licitações de obras onde houver inversão de fases, sem especificar a modalidade. Por isso, o senador

defende que, mesmo quando a seleção for por pregão, só empresas pré-qualificadas poderão disputar. De outro lado, a assessora do Ministério do Planejamento argumenta que o pregão foi criado por lei específica e não pela lei (geral) de licitações. Não havendo referência específica nem ao pregão nem à lei do pregão, Adriana Castro defende que essa modalidade está fora da exigência criada pela emenda. No seu entendimento, se a comprovação de capacidade técnica e financeira não pode ficar para o final, "não é pregão". Então, impedir a inversão total de fases, na sua opinião, é o mesmo que proibir o pregão para obras e serviços de engenharia. Adriana interpreta que não é essa a determinação do texto aprovado pela CAE, até porque, em outro trecho, o substitutivo torna obrigatório o uso do pregão nas licitações de até R\$ 3,4 milhões.

Se atores tão importantes do debate estão fazendo leituras tão diferentes sobre o que, de fato, foi aprovado pela CAE, os senadores precisam acabar com a dúvida, na votação de plenário. Precisam deixar cristalino, no texto, qual é a regra, afinal. Caso contrário, o que se desenha é um cenário de disputa nos tribunais, capaz de travancar as licitações de obras de infra-estrutura.

Sem definição clara, os gestores públicos tenderão a adotar a mesma interpretação do Planejamento e a utilizar o pregão tal como esse processo é hoje. Muitos preferem assim porque a inversão de fases confere agilidade às licitações ao dispensar a análise da documentação de todos os licitantes (basta analisar o vencedor).

As entidades empresariais, por sua vez, tenderão a questionar essas licitações na Justiça. O pregão é mais usado hoje para aquisição de bens, embora não seja proibido para obras. A CBIC teme que, se estimular o uso dessa modalidade também em obras, o projeto abra espaço para que empresas aventureiras entrem nas disputas com preços inexequíveis, só para vencer e depois tentar um aditamento do contrato.

Seria hipocrisia não reconhecer que os empresários querem evitar que os pregões derrubem demais os preços. Mas também é preciso reconhecer que preços inexequíveis levam à paralisação de obras públicas, fazendo com que o barato acabe saindo caro.

Muitos gestores públicos rebatem dizendo que deixar essa etapa para o final não significa dispensar a comprovação de capacidade da empresa. O vencedor do pregão pode não conseguir se habilitar à assinatura do contrato, dando lugar ao segundo colocado. Os empresários alegam, por outro lado, que, uma vez conhecido o menor preço, cria-se um constrangimento em desclassificar o vencedor.

Principais alterações promovidas na legislação de licitações e contratos administrativos pelo Substitutivo da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007

Introdução

O PLC nº 32, de 2007, de autoria do Poder Executivo, foi encaminhado à Câmara dos Deputados em janeiro deste ano, como uma das medidas legislativas integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A proposta do governo reuniu um conjunto de alterações tópicas na Lei nº 8.666, de 1993, a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos, “com o objetivo de adequar as licitações e contratações governamentais às novas tecnologias de informações presentes no cenário brasileiro atual, bem como atender aos princípios de transparência, economicidade, competitividade e celeridade das contratações governamentais com vistas a tornar o processo licitatório concomitante com as melhores práticas mundiais” (Exposição de Motivos nº 272/2006/MP).

Entre as medidas previstas originalmente no PLC nº 32, de 2007, destacam-se:

- a) a obrigatoriedade do pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, os quais passam a ter definição legal;
- b) a permissão de que haja inversão das fases em todas as modalidades de licitação;
- c) a diminuição dos prazos recursais;

- d) a atribuição de caráter oficial à publicação de atos relativos às licitações realizada em sítios eletrônicos da Administração Pública, a qual dispensará a publicação na imprensa oficial;
- e) a permissão do uso de sistemas eletrônicos em todas as modalidades de licitação;
- f) a criação do Cadastro Nacional de Registros de Preços, disponível a todos os órgãos e entes públicos das três esferas da Federação;
- g) a proibição de que participem de licitações e celebrem contratos com a Administração empresas que tenham entre seus diretores pessoas punidas na forma da Lei nº 8.666, de 1993, por irregularidades em licitações ou contratos administrativos, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O projeto sofreu diversas modificações na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para onde foi encaminhado em maio de 2007, havendo sido analisado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), e de Assuntos Econômicos (CAE). Pode-se dizer que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, as emendas e o substitutivo produzido no Senado Federal ampliaram significativamente o âmbito das alterações inicialmente previstas pelo projeto para a Lei nº 8.666, de 1993. Demais disso, o substitutivo da CAE à proposição, cuja relatoria nos coube, promoveu mudanças nas Leis nº 10.520, de 2002, a Lei do Pregão, e na Lei nº 8.443, de 1992, a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.

Atualmente, o projeto encontra-se pendente de votação pelo Plenário do Senado. As mudanças realizadas pelo Congresso Nacional no texto original da proposição e que representarão substancial aperfeiçoamento na legislação

que hoje disciplina as licitações e contratos da Administração Pública, serão sumarizadas a seguir, com indicação dos princípios regedores dos certames e contratos administrativos nos quais elas se inspiram. Utilizaremos como base de análise o texto do substitutivo aprovado pela CAE em 23 de outubro passado.

Quanto mais a legislação estiver em compasso com os princípios diretores do processo licitatório, menor será o espaço deixado para administradores inescrupulosos ou empresas desonestas se favorecerem indevidamente, em detrimento do erário. Evidentemente, o problema da corrupção não se resolve apenas em nível legislativo, havendo necessidade de que as boas normas sejam efetivamente aplicadas. A participação dos órgãos de controle e do público em geral na fiscalização dos atos do Poder Público é fundamental para que o combate à corrupção se torne exitoso.

Feitas essas observações iniciais, passamos ao exame do substitutivo, com foco nas inovações que visam a concretizar os princípios regentes da licitação.

1) Inclusão de Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) como item obrigatório do orçamento detalhado integrante dos projetos básicos de obras (art. 6º, XI, f, da Lei nº 8.666, de 1993)

Com a identificação precisa de quem elaborou o orçamento dos projetos de obras, será mais fácil promover a responsabilização do agente público que tenha agido com desídia na confecção do projeto. É fato que, em grande parte dos casos, a elaboração de orçamentos de projetos básicos constitui um ato *pro forma*. O retrato inconsistente dos valores envolvidos é danoso aos licitantes e à própria Administração, inclusive porque a aferição da exeqüibilidade das propostas e da ocorrência de sobrepreço é feita a partir desse orçamento. Um orçamento elaborado de forma séria é fundamental, portanto, para o atendimento, pela Administração, dos princípios da

moralidade, da probidade administrativa e da obtenção da proposta mais vantajosa.

Além disso, a Anotação de Responsabilidade Técnica fará com que o engenheiro responsável pela elaboração do projeto assuma a responsabilidade perante o CREA pelo trabalho realizado. Isso porque projetos mal elaborados são utilizados freqüentemente como justificativas para alterações no contrato, com conseqüentes elevações do valor previsto para a obra.

2) Exigência de projeto executivo prévio às licitações de obras e serviços de engenharia (art. 7º, § 2º, I, da Lei nº 8.666, de 1993)

A Lei de Licitações prevê, atualmente, que a Administração possa transferir ao contratado o encargo de elaborar o projeto executivo das obras (art. 9º, § 2º). Essa situação tem propiciado, como atestam os Tribunais de Contas, uma situação de assimetria de informações na qual a empresa contratada pode sonegar dados ou distorcê-los, com o objetivo de propor soluções técnicas que aumentam os custos do contrato, em detrimento da Administração e, em última análise, da população que financia as obras com o dinheiro dos impostos que paga. Não se pode deixar à ampla discricção de quem executa o contrato a atribuição de definir em que circunstâncias as obras e serviços serão realizados.

A elaboração do projeto executivo previamente à licitação se presta também a fornecer elementos bastante claros acerca da obra ou serviço que a Administração deseja ver executados, subsídios essenciais para a elaboração das propostas dos licitantes. É evidente que, quanto mais obscura for a descrição do objeto licitado, mais espaço haverá para a manipulação do resultado do certame. Desse modo, a alteração promovida pelo projeto visa a

atender aos princípios da impessoalidade, do julgamento objetivo, da probidade administrativa e da obtenção da proposta mais vantajosa.

Convém aduzir que, conforme acordo celebrado no âmbito da CAE, foi fixado o prazo de dois anos para a entrada em vigor dessa modificação, acrescido em um ano nos casos de municípios de até 100 mil habitantes. Por inexistir uma cultura de elaboração prévia do projeto executivo no país e considerando que a Administração necessita de tempo para adaptar-se às novas regras, sob pena de adiamento de diversos certames, a opinião majoritária da comissão foi de prever essa *vacatio legis*. Nada impede, no entanto, a adoção, desde já, desses procedimentos, pelos órgãos com corpo técnico apto a elaborar projetos executivos ou que decidam licitar os serviços de elaboração dos projetos.

3) Permissão de que todas as modalidades de licitação sejam processadas por meio de sistemas eletrônicos que permitam a comunicação pela Internet (art. 20 da Lei nº 8.666, de 1993)

As licitações processadas por sistemas eletrônicos apresentam diversas vantagens em relação à forma tradicional dos certames. É o que demonstra a experiência do pregão eletrônico. De um lado, a possibilidade de que licitantes de qualquer lugar do país participem do processo, por meio da Internet, além de acarretar a diminuição dos custos para as empresas e para a própria Administração, proporciona o aumento do universo de concorrentes e dificulta a formação de conluios entre os participantes do processo licitatório. Isso é extremamente positivo para a Administração, porquanto um pequeno número de participantes e a facilidade de comunicação entre eles figuram entre os principais fatores explicativos dos elevados valores das contratações realizadas pelo Poder Público. A incerteza dos licitantes quanto ao número de concorrentes e a dificuldade de identificação de uns pelos outros desarticula estratégias de cartelização do mercado. Assim, essa alteração na Lei de

Licitações é consentânea com os princípios da impessoalidade, da isonomia, da eficiência, da economicidade e da obtenção da proposta mais vantajosa.

4) Dispensa de publicação dos editais de licitação na imprensa oficial quando eles forem disponibilizados no sítio eletrônico da Administração Pública, bem como dispensa da publicação dos editais em jornais de grande circulação, para licitações de valor até 2,5 vezes o limite da modalidade convite, quando se der a sua publicação na imprensa oficial (art. 21, §§ 5º e 6º, da Lei nº 8.666, de 1993)

O substitutivo prevê que o Chefe do Poder Executivo possa, por decreto, dispensar a publicação do edital na imprensa oficial, quando ele for publicado no sítio eletrônico do Poder Público. Prevê, outrossim, a possibilidade de se dispensar a publicação do edital de licitação em jornais de grande circulação, substituindo-a pela publicação na imprensa oficial e no sítio eletrônico da Administração. Essa dispensa será possível quando o valor da contratação não exceder 200 mil reais, no caso de compras e serviços em geral, ou 375 mil reais, no caso de obras e serviços de engenharia. Como a publicação do instrumento convocatório no sítio eletrônico oficial do ente político (União, Estados e Municípios) passa a ser obrigatória, a flexibilização no uso das outras formas de publicidade não terá impacto negativo para os licitantes.

O novo quadro legal redundará em economia de recursos para a Administração, pela redução do número de publicações nos jornais e na imprensa oficial. Longe de representar qualquer ameaça à publicidade que se deve dar às licitações, terá como efeito a ampliação do acesso às informações sobre certames, já que os custos das empresas para acessar a Internet são muito mais reduzidos do que os de manter a assinatura de grandes jornais ou do Diário Oficial. Ademais, dispondo de acesso à Internet, a empresa poderá se informar a respeito de todas as licitações promovidas pela União, pelos Estados e Municípios. Não é demais lembrar que o substitutivo prevê a

centralização desses dados em um único sítio eletrônico para cada ente. Dessa forma, os certames promovidos por todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, por exemplo, terão seus editais publicados em um mesmo *site*.

Por fim, é importante lembrar que, com a publicação dos dados das licitações na Internet, o cidadão terá mais oportunidade de acompanhar e fiscalizar esses atos do Poder Público. Em resumo, essa alteração atende aos princípios da publicidade, da isonomia, da economicidade e da eficiência.

5) Obrigatoriedade da adoção do pregão em licitações do tipo “menor preço” de valor até 3,4 milhões de reais, vedado o uso dessa modalidade nas licitações do tipo “melhor técnica” e para contratação de serviços profissionais técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual (art. 23, §§ 9º e 10, da Lei nº 8.666, de 1993)

O pregão tem se revelado, quando comparado às modalidades tradicionais de licitação, mais eficiente em garantir contratos mais baratos para a Administração (uma diminuição nos valores contratuais de cerca de 20% na área federal), além de reduzir o tempo necessário para a conclusão do processo licitatório (em média de 50% na área federal). Isso pode ser explicado por algumas de suas características procedimentais, tais como a inversão de fases, a concentração da etapa recursal e a disputa de preços mediante lances sucessivos dos participantes do certame.

Diversamente do que ocorre na modalidade mais simples de licitação dentre as tradicionais, que é o convite, no pregão a divulgação do certame se dá por meio da publicação de seu edital, o que assegura mais eficazmente a observância do princípio da publicidade. Para o convite, a lei estabelece apenas o dever de chamamento de três licitantes do ramo, bem como de afixação de cópia do instrumento convocatório em local visível na repartição promotora da licitação.

As citadas vantagens do pregão constituíram um incentivo decisivo para a sua disseminação e perda de importância relativa de outras modalidades. À luz da experiência acumulada de sete anos, com resultados claramente positivos, o substitutivo prevê que o pregão – em sua forma presencial ou eletrônica – se torne a modalidade obrigatória nas licitações do tipo “menor preço” com valor até 3,4 milhões de reais. Cumpre assinalar que, no ano de 2006, do total de licitações realizadas pelo Poder Executivo Federal, cerca de 52%, em volume de recursos, foram feitas na modalidade pregão.

O substitutivo teve o cuidado de vedar o pregão para as licitações do tipo “melhor técnica” e para a contratação de serviços profissionais técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual. Com efeito, não seria factível, no primeiro caso, nem desejável, no segundo, a adoção do pregão, em face da etapa de disputa de preços por lances decrescentes sucessivos.

Mesmo na hipótese de contratos de obras e serviços de engenharia, não há motivo para, em princípio, vedar a aplicação do pregão. O próprio Tribunal de Contas da União já se valeu do pregão em licitações suas para a contratação de serviços de engenharia. A União Européia, na Directiva 2004/18/CE, admite o “leilão eletrônico” nos contratos de empreitada de obra, havendo diversos exemplos de licitações promovidas naquele Continente, em moldes similares aos do pregão eletrônico brasileiro, para contratação de obras com relativo grau de complexidade e envolvendo grande montante de recursos, nos setores de energia e transportes.

Ademais, as modalidades hoje adotadas para contratações de obras dão margem a inúmeras estratégias favorecedoras da ação de cartéis e da redução da concorrência, o que redundaria em contratos mais caros para a Administração. Tal se dá não apenas em razão de editais mal elaborados, que diminuem a concorrência, mas também em virtude dos procedimentos utilizados naquelas modalidades, que estimulam a “guerra de liminares” e o

ataque, por parte de empresas cartelizadas, àquelas que, por não fazerem parte do conluio, podem vir a apresentar propostas mais vantajosas para a Administração. A estratégia normalmente utilizada é a de impugnar, pelos mais variados motivos e muitas vezes sem razão, as condições de habilitação técnica e econômico-financeira das empresas não-integrantes do cartel.

A inversão de fases verificada no pregão reduz significativamente o espaço para esse tipo de manobra, sem eliminar a possibilidade de que a impugnação dos documentos de habilitação da empresa vencedora, caso procedente, resulte na exclusão da empresa do processo. Como no pregão os valores das propostas são conhecidos antes do julgamento da habilitação, a estratégia de elevação de preços pelos licitantes em conluio pode ser detectada mais facilmente, uma vez que também a proposta de preço da empresa não-participante do cartel é aberta (nas modalidades tradicionais, se as empresas em conluio lograrem excluir as demais ainda na fase de habilitação, os envelopes com as propostas de preço destas últimas sequer serão abertos). Desse modo, ainda que a autoridade condutora do processo pretenda favorecer, indevidamente, algum licitante, terá maior dificuldade de concretizar a fraude, caso o valor da proposta do favorecido seja bem superior ao das propostas de outros licitantes não participantes do esquema fraudulento.

Outra vantagem do pregão, quando realizado na forma eletrônica, é a de dificultar que haja acordos prévios entre os licitantes antes da licitação. Além de um universo maior de concorrentes (pois empresas de todo o país podem participar do processo, via Internet), tem-se uma situação que, se não obsta completamente, causa notável embaraço à ação coordenada dos licitantes cartelizados, já que esta depende, em grande medida, do conhecimento prévio de quais serão os participantes do certame. Por fim, o pregão eletrônico, ao utilizar mecanismos randômicos de encerramento da fase de lances e dispor

de recursos de criptografia que protegem a identidade do participante até o fim dessa fase, oferece proteção contra dirigismos do pregoeiro.

Essas vantagens do pregão foram, a nosso ver, mitigadas em parte na redação do substitutivo aprovado na CAE. Tivemos de ceder em relação à nossa proposta original, como condição para assegurar o uso do pregão nas licitações para obras. De fato, a redação do § 2º do art. 4º da Lei nº 10.520, de 2002, que restou aprovada pela Comissão, condiciona a participação em pregões de obras e serviços de engenharia de valor superior a 3,4 milhões de reais a um cadastramento prévio do licitante perante a Administração, permitida a participação de não-cadastrados somente quando comprovarem preencher, até 48 horas antes da apresentação das propostas, os requisitos de habilitação. Esse cadastramento prévio, além de não ser consentâneo com os princípios que orientaram a criação do pregão, favorece a ação de cartéis, seja por permitir o conhecimento prévio dos possíveis participantes da licitação, seja por deslocar o exame das condições de habilitação para um momento anterior ao certame, dando oportunidade a todo tipo de expediente no sentido de excluir de participação em licitações empresas idôneas, mas que não fazem parte do acordo de divisão de mercado de obras públicas feito pelos integrantes do cartel.

Em que pesem essas observações quanto ao cadastro prévio no pregão de obras, temos de reconhecer que a regra da obrigatoriedade do pregão para licitações até 3,4 milhões de reais já constitui, em si, um grande avanço em relação à lei vigente, no sentido da concretização dos princípios da publicidade, do julgamento objetivo, da impessoalidade, da isonomia, da eficiência, da economicidade, da obtenção da proposta mais vantajosa, da moralidade e da probidade administrativa.

6) Proibição de que participem de licitações empresas que tenham entre seus diretores ou proprietários pessoas às quais hajam sido aplicadas as sanções de declaração de inidoneidade ou de suspensão temporária do

direito de participar de licitações ou celebrar contratos com a Administração (art. 28, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993)

Essa medida tem por finalidade impedir que, pela simples abertura de novas empresas, pessoas que tenham atuado de forma fraudulenta em processos licitatórios ou na execução de contratos administrativos possam continuar a fazer o mesmo. Atualmente, as sanções de declaração de inidoneidade e de suspensão temporária do direito de participar de licitações ou celebrar contratos com a Administração são aplicáveis apenas ao contratado, ou seja, a empresa. Com isso, uma vez infligida a penalidade, basta aos diretores ou proprietários criar uma nova empresa, para prosseguir em suas ações delituosas. Ao preencher essa lacuna da legislação, a regra prevista no substitutivo atua na concretização do princípio da moralidade.

7) Manutenção de registros cadastrais de licitantes, para efeito de habilitação, pela União, Estados e Municípios, fiscalizados por comissão integrada por representantes da sociedade civil, tribunais de contas, conselhos fiscalizadores de profissões e associações sindicais (art. 34 da Lei nº 8.666, de 1993)

Os registros cadastrais apresentam a vantagem de dispensar a verificação, quando de cada certame, do preenchimento dos requisitos de habilitação dos licitantes, o que demanda tempo e recursos da Administração. Para as empresas que participam de várias licitações, também acarreta uma economia de recursos, pois elas não terão de apresentar, a cada certame, uma extensa relação de documentos comprobatórios de sua capacidade para celebrar o contrato com o Poder Público. A garantia de fiscalização dos registros cadastrais por diversos agentes externos à Administração contribui para diminuir a possibilidade de favorecimentos, abusos e medidas discriminatórias.

O uso dos registros cadastrais passa a ser danoso apenas se a Administração exigir o cadastramento como condição para se participar das licitações. A nova redação do art. 34 da Lei nº 8.666, de 1993, nos termos do substitutivo aprovado na CAE, não estabelece essa exigência. Os prejuízos advindos da prática de se exigir de todos os cadastramento prévio foram descritos no item 5, *supra*. O cadastramento deve ser, como regra, uma faculdade para a empresa. Se, iniciado novo certame, uma empresa não cadastrada resolver dele participar e fizer a comprovação de que preenche os requisitos de habilitação, deve ser-lhe assegurado o direito de concorrer com os já cadastrados.

A não ser desse modo, serão criadas condições favorecedoras da ação de cartéis, pelo conhecimento prévio dos possíveis participantes das licitações e pelo deslocamento, em caráter compulsório, do exame dos requisitos de habilitação para um momento anterior ao certame, tornando mais viáveis os expedientes dirigidos a excluir de participação em licitações empresas idôneas, mas que não fazem parte do acordo de divisão de mercado de obras públicas. O desconhecimento, por parte de cada licitante, de quem irá disputar com ele a celebração de um contrato administrativo representa uma das principais garantias de efetiva concorrência, sobretudo em setores onde o número de empresas não é grande o suficiente para, por si só, constituir uma barreira à cartelização.

Em resumo, entendemos que a alteração do art. 34 da Lei nº 8.666, de 1993, na forma proposta pelo substitutivo da CAE, atende aos princípios da publicidade, da eficiência, da economicidade e da fiscalização dos atos do poder público.

8) Permissão para que os editais de licitações prevejam a arbitragem como forma de resolução dos conflitos contratuais com a Administração (art. 40, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993)

As discussões judiciais entre o contratado e a Administração têm como efeito, muitas vezes, a paralisação de obras e serviços essenciais à população. Soma-se a isso um arcabouço legal que permite, pelo número de instâncias e recursos, seja protelado por anos a fio o desfecho da controvérsia. A adoção da arbitragem como forma de resolução dos conflitos oriundos do contrato pode evitar que, pelo uso de mecanismos protelatórios por qualquer das partes, a execução dos contratos permaneça paralisada. Ao lado disso, implicará a redução de custos para ambas as partes. Nesse sentido, a alteração pretendida atende aos princípios da eficiência e da economicidade.

9) Participação, na fase de julgamento de propostas, dos licitantes inabilitados que tenham apresentado recurso, o qual passa a ser julgado ao fim do processo licitatório (art. 43, *caput* e incisos, e art. 109, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993)

O fim do efeito suspensivo dos recursos, salvo no caso dos dirigidos contra decisão que declare inabilitado o licitante ou desclassifique sua proposta, bem como o deslocamento da apreciação dos recursos para a etapa final da licitação, têm importantes conseqüências. A primeira delas, já referenciada anteriormente, é a possibilidade de exame da proposta de preço de todos os licitantes, inclusive daqueles que houverem sido inabilitados mas tiverem apresentado recurso. Com tal medida, a Administração disporá de mais elementos para aferir se uma proposta é inexeqüível ou se apresenta sobrepreço. Convém assinalar que uma das fórmulas de cálculo de inexeqüibilidade das propostas de licitantes prevista na Lei Geral de Licitações (art. 48) leva em consideração precisamente o universo de propostas apresentadas. Na redação vigente, a Lei determina a apreciação dos recursos contra inabilitação anteriormente ao início da fase de julgamento de propostas, bem como a devolução dos envelopes com as propostas de preço lacrados, aos licitantes inabilitados.

Uma segunda consequência, resultante da concentração do julgamento dos recursos em uma única fase, ao fim do processo, é a agilização do certame, pela racionalização de procedimentos, o que representará, na maioria dos casos, diminuição do número de recursos a serem apreciados. De fato, para a adjudicação do objeto da licitação, somente terá relevância, em princípio, a apreciação dos recursos referentes à habilitação e à proposta do licitante que tenha feito a oferta mais vantajosa para a Administração. Caso não tenham sido interpostos tais recursos ou, uma vez julgados, seja confirmada a vitória do licitante autor da melhor proposta, todos os demais recursos restarão prejudicados e não demandarão análise pela Administração. Isso se traduz em uma notável economia processual.

Vêm-se, portanto, homenageados os princípios da competitividade, da eficiência, da economicidade, da obtenção da oferta mais vantajosa.

10) Possibilidade de inversão completa das fases de habilitação e julgamento em licitações do tipo “menor preço” e do tipo “técnica e preço”, e de inversão parcial nas licitações para a contratação de obras e serviços de engenharia (art. 43, §§ 1º, 11 e 14, da Lei nº 8.666, de 1993)

A inversão de fases, aplicável atualmente apenas à modalidade pregão, tem-se revelado extremamente positiva para a Administração. Conforme já comentado no item 5, *supra*. Ela redundará em economia de tempo e de recursos, além de desarticular estratégias protelatórias de licitantes mal intencionados, que se valem de todos os recursos para excluir do certame, ainda na fase de habilitação, concorrentes capazes de apresentar propostas mais vantajosas para a Administração, sobretudo por via de liminares judiciais. Nas licitações em que a fase de habilitação precede a de julgamento de propostas, supondo que não haja conluio, todos os licitantes têm potencial interesse de afastar da disputa seus adversários com base em impugnações dos documentos de habilitação. Assim, há espaço para se deflagrar uma guerra de todos contra todos, com multiplicação de recursos contra a

habilitação de cada licitante. Esse quadro se modifica significativamente com a inversão de fases, pois, uma vez conhecido o autor da melhor proposta, os eventuais recursos serão dirigidos apenas contra ele, poupando a Administração e os próprios licitantes tempo e recursos.

Mesmo na hipótese de parte dos licitantes atuar em conluio, a inversão de fases apresenta vantagens, pois, em licitações sem inversão de fases, ainda que os integrantes do cartel não interponham recursos contra a habilitação uns dos outros, fazem-no em relação a todos os concorrentes que não participam do conluio, para não correrem o risco de ver sua estratégia falhar, no julgamento das propostas. Ademais, como o intuito do cartel é forçar a celebração de contratos com menos vantagens para a Administração ou mesmo com valores acima dos de mercado, o cotejo das propostas de preço de todos os licitantes, que caracteriza as licitações com inversão de fases, possibilita desvelar esse tipo de prática cartelística. É muito menos provável a celebração de contratos com preços excessivos quando o certame se processa com inversão de fases. Os dados relativos às licitações na modalidade pregão, que comprovam o barateamento dos contratos delas resultantes, falam por si. Já os contratos originados de licitações promovidas nas modalidades tradicionais, nas quais não há inversão de fases, têm apresentado um elevado número de irregularidades, dentre as quais superfaturamento e sobrepreço, como evidencia o Acórdão nº 1953/2007, do Tribunal de Contas da União, no relatório de fiscalização de obras públicas de 2007.

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou emenda que alterou o substitutivo por nós elaborado, para criar um procedimento específico nas licitações para a contratação de obras e serviços de engenharia. Nos termos da redação aprovada para o § 11 do art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão tais licitações submeter-se à seguinte ordem de fases: (i) análise e apreciação dos documentos de habilitação técnica e econômico-financeiras dos licitantes;

(ii) julgamento das propostas; (iii) análise e apreciação dos documentos de habilitação jurídica e fiscal do licitante que apresentar a melhor proposta. Tal regra praticamente elimina os benefícios advindos da inversão de fases, mantendo todas as condições propiciadoras das ocorrências negativas verificadas nas modalidades tradicionais.

O § 11 do art. 43, na redação aprovada pela CAE, cria um procedimento burocrático como o hoje aplicado às concorrências. Desdobra a fase de habilitação em duas, inserindo no meio delas a fase de julgamento, com maior dispêndio de tempo e de recursos pela Administração. É exatamente o exame prévio da habilitação técnica e econômico-financeira dos licitantes que possibilita o maior número de chicanas e as tentativas, muitas vezes exitosas, de afastar da licitação a empresa que não integra o cartel. A habilitação prévia ao julgamento das propostas tem servido para estimular a indústria de liminares, como recurso dos cartéis para afastar, com o apoio da Comissão de Licitação, concorrentes que não participem do conluio e que poderiam vir a apresentar propostas mais vantajosas para a Administração. Em resumo, esse modelo híbrido, que desloca para o fim do processo licitatório apenas parte da fase de habilitação, além de não eliminar nenhum dos problemas encontrados nas licitações sem inversão de fases, burocratiza ainda mais o processo, desdobrando-o em três fases.

Podemos concluir que a inversão de fases é consentânea com os princípios da competitividade, da eficiência, da economicidade e da obtenção da oferta mais vantajosa. Para que tais vantagens se façam sentir de forma integral, julgamos necessário o retorno da redação que havíamos elaborado para o § 11 do art. 43 da Lei de Licitações, de modo a que também as licitações para contratação de obras e serviços de engenharia se sujeitem à inversão de fases.

11) Proibição de que, nas licitações do tipo “técnica e preço”, o total de pontos obteníveis pela proposta técnica seja superior ao total de pontos obteníveis pela proposta de preço (art. 46, § 2º, II, da Lei nº 8.666, de 1993)

A avaliação técnica das propostas dos licitantes, por mais isento que seja o trabalho da comissão de licitação, comporta sempre um certo grau de subjetividade, diferentemente do julgamento da proposta de preço, intrinsecamente objetivo. Administradores mal intencionados têm se valido da licitação do tipo “técnica e preço”, para direcionar o julgamento das propostas, levando à vitória das empresas de sua preferência, em evidente descompasso com os princípios da probidade administrativa, da impessoalidade, da moralidade, do julgamento objetivo e da obtenção da proposta mais vantajosa. Para realizar seu intento, inserem no edital da licitação critérios que sobrevalorizam o peso da pontuação relativa aos aspectos técnicos da proposta, em detrimento do fator preço. Com isso, é possível, por exemplo, estabelecer que 90% dos pontos obteníveis pela proposta se refiram aos aspectos técnicos e apenas 10% ao preço ofertado.

O substitutivo procura evitar que tais distorções se repitam, ao determinar que pelo menos 50% do total de pontos atribuíveis às propostas refiram-se ao critério “preço”. Dessa maneira, nas licitações do tipo “técnica e preço”, os aspectos técnicos corresponderão, no máximo, à metade do total de pontos obteníveis pelas propostas. Obviamente, quando se revelar inequívoca a necessidade da Administração de contratar o licitante que ofereça a melhor proposta técnica, estará franqueada a adoção do tipo de licitação “melhor técnica”, observados os requisitos autorizadores do uso desse tipo de licitação.

12) Previsão de procedimento semelhante ao do pregão nos leilões para alienação de bens móveis ou imóveis de valor superior a 3,4 milhões de reais (art. 53, §§ 7º e 8º, da Lei nº 8.666, de 1993)

De acordo com a Lei vigente, a modalidade leilão é adotada nas licitações para alienação de bens móveis e, em algumas circunstâncias específicas, também de imóveis, consistindo seu procedimento em uma sucessão de lances progressivos, vencendo o certame o licitante que oferecer a maior oferta. O substitutivo da CAE, além de ampliar as hipóteses de cabimento do leilão para alienação de bens públicos imóveis, prevê diversas inovações procedimentais, entre as quais a possibilidade de o edital limitar a duração da etapa de oferecimento de lances e adotar intervalo mínimo de valor em relação ao maior lance registrado para que novo lance seja admitido.

A principal mudança, no entanto, diz respeito à previsão, nas alienações de bens com valor estimado superior a 3,4 milhões de reais, de uma etapa inicial de apresentação de propostas em envelope fechado (ou mensagem lacrada, no caso de leilões eletrônicos), limitando-se o universo de participantes da fase de lances sucessivos, ao licitante autor da maior proposta inicial juntamente com aqueles que tenham oferecido propostas de valor inferior em até 20% à maior proposta. Essa nova regulação tem o mérito incentivar o aumento dos valores de alienação. Com efeito, como os participantes não têm a certeza de que poderão participar do processo até o fim, podendo ser eliminados da fase de lances, o fator de aversão ao risco constituirá incentivo para que, desde o início, as ofertas tenham um valor mais elevado do que o verificado nos leilões atualmente promovidos.

Por fim, cumpre aduzir que o substitutivo prevê expressamente a possibilidade de adoção de leilões eletrônicos, que, ao reduzirem os custos de participação, permitirão o aumento do número de participantes. Assim, temos como concretizados pela nova previsão legal os princípios da competitividade, da eficiência, da economicidade e da obtenção da proposta mais vantajosa.

13) Redução dos limites de acréscimos ou supressões nos contratos administrativos, com vedação de compensação entre acréscimos e supressões para fins de cálculo do montante de alteração dos contratos

e de inclusão de bens ou serviços diversos dos previstos na contratação (art. 65, §§ 1º, 9º e 10, da Lei nº 8.666, de 1993)

A corrupção na execução de contratos administrativos se manifesta, em grande parte dos casos, no recurso aos aditivos contratuais. Atualmente, a Lei de Licitações admite sejam celebrados aditivos de valor até 25% do inicialmente previsto para o contrato e, no caso específico de reforma de edifício ou equipamento, até 50% do valor inicial. Não bastasse o fato de que esses percentuais são bastante elevados, podendo mesmo significar um mecanismo de fuga do processo licitatório, é comum o contratado recorrer ao denominado "jogo de planilhas".

O jogo de planilhas constitui estratégia na qual, ao oferecer a sua proposta, o licitante subdimensiona o total de materiais para os quais ele fixa uma cotação acima do valor do mercado e superdimensiona o total de materiais para os quais ele fixa preços unitários mais baixos. Com isso, o valor total da proposta resulta inferior ao que deveria ser, caso as quantidades de cada item fossem as corretas. Na fase de execução do contrato, verificada a necessidade de revisão dos quantitativos, ainda que observado o limite percentual para aditivos, o contratado se beneficia indevidamente do aumento do quantitativo dos itens que ele havia cotado acima do valor de mercado. Para impedir que isso aconteça, o substitutivo proíbe a compensação entre acréscimos e supressões, quando celebrados aditivos contratuais.

Os limites para aditivos foram reduzidos pelo substitutivo, passando a ser de 5% para os contratos de compras e serviços em geral, de 10% para os contratos de obras e serviços de engenharia e de 25% para os contratos de reforma de edifício ou equipamento. Extrapolados esses percentuais, haverá necessidade de nova licitação. A disputa é saudável, pois poderá resultar em preços inferiores aos do contrato vigente, além de ser consentânea com o princípio da obrigatoriedade de licitação. Ademais, à luz da redução de custos do processo licitatório e do tempo para a sua conclusão, do que a modalidade

pregão é prova, não há mais razões hoje para dispensar a licitação na hipótese em discussão.

Somos conscientes de que, em alguns casos, a necessidade de celebração de aditivos surge em decorrência do mau planejamento por parte da Administração, ao elaborar projetos básicos defeituosos. Entendemos que tais problemas serão bastante mitigados com a exigência de projeto executivo prévio às licitações. E, como o substitutivo previu um prazo de dois anos para a entrada em vigor da regra que torna obrigatório o projeto executivo prévio, esse mesmo prazo foi, por coerência, estabelecido para as alterações no art. 65 da Lei, que cuida dos aditivos.

A limitação do percentual dos aditivos atende aos princípios da obrigatoriedade de licitação, da economicidade, da competitividade, da isonomia e da obtenção da proposta mais vantajosa.

14) Fixação de percentual mínimo de 10% sobre o valor do contrato para a multa por seu descumprimento (art. 87, II, da Lei nº 8.666, de 1993)

Conquanto a Lei de Licitações preveja hoje a multa, como uma das penalidades aplicáveis ao contratado que não honra com suas obrigações, não impõe valor mínimo para tal sanção. Desse modo, fica ao puro alvedrio do administrador público, ao elaborar o edital de licitação, determinar como será o cálculo da multa, podendo mesmo estabelecer multas de valor irrisório, que não cumprem, em absoluto, com a finalidade à qual se destinam. Em face dessa situação, o substitutivo da CAE prevê alteração no art. 87, II, da Lei, para fixar como percentual mínimo da multa 10% do valor total do contrato, em obediência ao princípio da moralidade e da indisponibilidade do interesse público.

15) Possibilidade de aplicação, pelos Tribunais de Contas, das sanções de declaração de inidoneidade e de suspensão temporária do direito de

participar de licitação e de celebrar contrato com a Administração (art. 87, § 7º, da Lei nº 8.666, de 1993)

Hoje, a Lei de Licitações prevê que somente a Administração contratante poderá aplicar à empresa contratada as sanções de declaração de inidoneidade e de suspensão temporária do direito de participar de licitação e de celebrar contrato com a Administração. Tais penalidades revestem-se de grande importância, por constituírem uma forma de afastar de futuros processos licitatórios e contratações as empresas que tenham cometido faltas graves em sua relação contratual com o Poder Público. Trata-se de um mecanismo de proteção do interesse público que poderá se tornar mais efetivo com a ampliação do rol de legitimados a aplicar tais sanções.

O substitutivo da CAE estende essa prerrogativa aos tribunais de contas, os quais poderão sancionar empresas contratadas pela Administração, quando verificarem em suas fiscalizações, a ocorrência de irregularidades graves na execução dos contratos. O texto aprovado na Comissão teve o cuidado de estabelecer que a sanção somente seja aplicada por decisão definitiva tomada com *quorum* qualificado de dois terços da Corte, em processo no qual tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa.

O fortalecimento das competências dos órgãos de controle externo contribui, a toda evidência, para o combate à corrupção, ao proporcionar-lhes instrumentos de defesa do erário. As citadas penalidades, além do próprio conteúdo punitivo, produzem efeitos no campo da prevenção de ocorrência de novas irregularidades em licitações e contratos, na medida em que as empresas punidas ficarão interdidas de participar de certames e de contratar com a Administração pelo prazo de dois anos do cometimento da falta ou por até dois anos após haverem sanado a irregularidade e ressarcido a Administração dos prejuízos a ela causados.

16) Criação do crime de fraude à licitação, em prejuízo da Fazenda Pública, no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, por elevação arbitrária de preços, alteração da substância, qualidade ou quantidade dos serviços executados, ou maior onerosidade da proposta ou da execução do contrato (art. 96 da Lei nº 8.666, de 1993)

O art. 96 da Lei nº 8.666, de 1993, em sua redação atual, prevê o crime de fraude, em prejuízo da Fazenda Pública, de licitação instaurada para aquisição ou venda de bens ou mercadorias ou contrato dela decorrente. Entre as condutas que configuram esse crime, estão as de elevar arbitrariamente os preços, vender mercadoria falsificada ou deteriorada, entregar uma mercadoria por outra, alterar a substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida e tornar, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato. Como se vê, o tipo penal refere-se a fraudes no fornecimento de bens, silenciando relativamente à execução de obras e serviços de engenharia.

Ora, o direito penal rege-se pelo princípio da legalidade estrita, não se admitindo a interpretação analógica ou extensiva para a criação de novas figuras delitivas. Assim, o art. 96 da Lei de Licitações requer o aperfeiçoamento promovido pelo substitutivo da CAE, para que também sejam consideradas como crime, quando praticadas no âmbito de licitações e contratos de obras e serviços de engenharia, as condutas de elevação arbitrária de preços, alteração da substância, qualidade ou quantidade dos serviços executados, ou maior onerosidade da proposta ou da execução do contrato. Nessas hipóteses, a responsabilização penal dos licitantes, dos contratados e do agente público co-réu atua no sentido de coibir ações que redundem em prejuízo ao Erário.

17) Criação do Cadastro Nacional de Registro de Preços, sob responsabilidade da União e disponível em seu sítio eletrônico oficial (art. 15-A da Lei nº 8.666, de 1993)

No âmbito de um federalismo efetivamente cooperativo, o Cadastro Nacional de Registro de Preços será bastante útil para os órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, que dele poderão se valer, no âmbito de suas contratações e para aferir os preços obtidos nas licitações por eles promovidas. Além disso, por estarem as informações do cadastro disponíveis na Internet, serão particularmente valiosas para o cidadão que deseje fiscalizar os contratos administrativos celebrados na localidade onde reside e sua compatibilidade com os preços praticados no âmbito de outras contratações do Poder Público. Essa inovação atende, pois, aos princípios da publicidade, da economicidade e da fiscalização dos atos da Administração.

18) Permissão do uso da modalidade pregão nas licitações do tipo “técnica e preço” (art. 4º, § 1º, da Lei nº 10.520, de 2002)

A Lei do Pregão previu o uso dessa modalidade apenas nas licitações do tipo “menor preço”. Pelas características de seu procedimento, o pregão se revela incompatível com as licitações do tipo melhor técnica. O mesmo não acontece com as do tipo “técnica e preço”. Nestas, a definição da proposta vencedora depende da aferição tanto do preço quanto de aspectos técnicos. Assim, é perfeitamente possível fazer um julgamento prévio desses aspectos técnicos das propostas, atribuindo-lhes as respectivas pontuações e, numa segunda etapa, proceder ao exame das propostas de preço e aos lances regressivos que caracterizam a modalidade pregão. A União Européia prevê procedimento semelhante no denominado leilão eletrônico para seleção da proposta mais vantajosa, conforme o art. 54 da Directiva 2004/18/CE. Ao abrir a possibilidade de uma calibragem entre preços e elementos técnicos da proposta, o pregão do tipo “técnica e preço” permitirá à Administração alcançar uma melhor relação custo/benefício. Dessarte, a inovação visa à realização dos princípios da eficiência, economicidade e obtenção da proposta mais vantajosa.

19) Fixação, em no máximo 90 dias, do prazo de vigência das medidas cautelares do Tribunal de Contas da União que suspendam ato ou procedimento administrativo (art. 45, § 4º, da Lei nº 8.443, de 1992)

O Tribunal de Contas da União tem desempenhado um trabalho essencial na detecção e correção de irregularidades nos contratos públicos. Um dos instrumentos de que a Corte se vale é a medida cautelar, mediante a qual é determinada a suspensão da execução dos contratos nos quais se verificam os vícios, até o julgamento final do processo. Contudo, a Lei Orgânica do TCU não prevê prazo de validade para as medidas cautelares, de tal sorte que é possível – e acontece de fato – a paralisação, por vários meses, de obras e serviços de extrema relevância para a população, enquanto se aguarda a decisão de mérito do TCU. Como forma de evitar esses transtornos, o substitutivo prevê um prazo de validade de 90 dias para as medidas cautelares do Tribunal.

Ao tempo em que preserva essa importante competência do TCU, o substitutivo, ao estipular um prazo de validade, indica que os processos nos quais tenham sido adotadas medidas cautelares devem receber tratamento prioritário pela Corte, sob pena de estas caducarem. Assim, caso a decisão de mérito do TCU seja pela continuidade do contrato, as obras ou serviços não terão permanecido paralisados por um tempo excessivo. Obviamente, se a decisão final for de que a gravidade das irregularidades justifica a rescisão contratual, ao administrador caberá cumprir as determinações do TCU, inclusive porque, em tais circunstâncias, o prosseguimento do contrato se afigurará mais danoso. Essa alteração na Lei Orgânica do TCU visa a atender os princípios da eficiência e da economicidade.

Conclusão

Como pudemos visualizar nos comentários às principais inovações promovidas pelo substitutivo da CAE ao PLC nº 32, de 2007, a legislação sobre licitações e contratos administrativos será sobremaneira aperfeiçoada

com a sua aprovação. Além das alterações relacionadas a uma maior eficiência e agilidade no processo licitatório, bem como à sua adaptação aos novos recursos de tecnologia da informação, o substitutivo contempla novas regras com repercussão direta sobre os principais problemas verificados nos certames promovidos atualmente e que atuam no sentido de reduzir a ocorrência de dirigismo nas licitações, de punir mais eficazmente os administradores, licitantes e contratados que infringirem a lei, de diminuir a discricionariedade administrativa, de assegurar maior acesso a informações por parte dos cidadãos e, sobretudo, de reduzir os valores dos contratos celebrados pela Administração Pública, permitindo-lhe selecionar propostas efetivamente mais vantajosas.

Gostaríamos de formular duas observações finais, deixando-as à reflexão dos ouvintes. Não é desconhecido por ninguém que grande parte das irregularidades observadas nos contratos públicos, seja em número, seja em volume de recursos envolvidos, dizem respeito a obras e serviços de engenharia. Nosso trabalho na relatoria do PLC nº 32, de 2007, foi árduo, sobretudo no tocante às iniciativas de transpor para as licitações de obras os aspectos procedimentais positivos da modalidade pregão. Encontramos grande resistência de alguns setores, muito embora contássemos com o apoio de órgãos de controle, como o TCU, dos governos federal e estaduais, bem como da opinião pública. Infelizmente, nem todos os avanços por nós propugnados foram acolhidos pela CAE. Nessa linha, poderíamos citar o processo diferenciado de inversão de fases para as licitações de obras, o qual, a nosso ver, representa um retrocesso e importa a anulação dos benefícios associados à inversão de fases, nos certames que tenham por objeto obras e serviços de engenharia.

Sem negarmos que a maior parte dos aperfeiçoamentos trazidos pelo substitutivo foram acolhidos pela CAE, acreditamos ser possível resgatar, no Plenário do Senado, aqueles que não lograram contar com o apoio da maioria dos membros da Comissão. Para tanto, faz-se mister a mobilização dos diversos atores sociais, das entidades fiscalizadoras, dos governos municipais, estaduais e federal, dos órgãos de imprensa e da população em geral. Não temos dúvidas de que, havendo amplo consenso social em torno das alterações sugeridas para a legislação de licitações e contratos, o plenário do Senado será receptivo a elas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Eu apenas queria esclarecer que V. Ex^a não interpretou bem o meu comportamento aqui no Senado. Tenho dado a melhor contribuição ao Presidente Luiz Inácio. V. Ex^a viaja tanto... Eu quero agendar a sua próxima viagem para o México.

No palácio do México tem uma frase de um general, ex-presidente, que V. Ex^a podia levar ao Luiz Inácio. Ele dizia: “Eu prefiro um adversário que me traga a verdade a um aliado que me engane”.

O próprio Luiz Inácio reconheceu e chamou esses aliados – não são como V. Ex^a – de aloprados.

Fazendo isso, sintetizei o livro de Juscelino Kubitschek de Oliveira em três linhas e pedi que o Líder Sibá Machado levasse ao nosso querido Presidente Luiz Inácio. Há coisas que não estão andando bem.

A explosão demográfica. Juscelino pregava a paternidade responsável. Talvez V. Ex^a não saiba – talvez nem o Luiz Inácio – que se está dando dinheiro, quatro salários mínimos, para uma gestante interiorana. Muitas com uma educação, não como a de V. Ex^a, estão construindo famílias numerosas sem poder educá-las. Eu mesmo dei o testemunho. Eu disse a uma delas, no Piauí, que ia encaminhá-la para ligar as trompas, para fazer o controle familiar. Ela respondeu: “Nada, Dr. Mão Santa. Essa televisão foi comprada com o dinheiro desse menino que está aí. Esse da minha barriga, vou receber e dar para o meu marido comprar uma moto”. Então, Juscelino já tinha outra visão.

Juscelino também diz no compêndio: “Frentes de trabalho em todas as direções; despertar as energias latentes no seio do povo em fontes vivas de riqueza”.

O tema hoje era os aposentados, e ele disse: “Nada mais terrível do que, além da velhice, a pobreza. Aposentadoria justa, Previdência”.

Ele analisa que a velhice é uma tristeza e, quando desamparada, é uma desgraça. Essa é a nossa preocupação.

Eu quero levar essa contribuição ao Presidente Luiz Inácio, porque nós estamos aqui é para orientá-lo, ou não há razão de existir o Senado. A experiência de nós, pais da pátria, eu pediria que V. Ex^a levasse esse. O Sibá se comprometeu a levar a síntese de Juscelino e eu quero levar a síntese do que pensa Abraham Lincoln, que fez os Estados Unidos ricos e poderosos:

“Não se criará a prosperidade desestimulando a poupança.

Não se fortalecerá o país subtraindo ao cidadão a iniciativa e a liberdade.

Não se fortalecerão os fracos enfraquecendo os fortes.

Não se estimulará a fraternidade alimentando o ódio de classes.

Não se ajudará o trabalhador arruinando aqueles que o empregam.

Não se evitará dificuldades gastando mais do que se arrecada.

Não se criará estabilidade permanente com dinheiro emprestado. [Olha os empréstimos consignados aos velhinhos!]

Não se ajudarão os homens de maneira permanente, fazendo por eles aquilo que eles devem fazer por si próprios.”

Foi essa filosofia que fez os Estados Unidos ricos e prósperos.

Eu passo a V. Ex^a, sinteticamente, como um presente ao Presidente da República.

Antes de terminar, quero congratular-me com o empresário piauiense Abdon Teixeira, que depois, de muita luta, associou-se a um empresário tcheco e colocou uma linha aérea, dessas linhas mamárias, que vai unir o litoral do Piauí, Parnaíba, Teresina, Fortaleza e São Luís. Hoje mesmo eu viajei e cheguei.

Então, isso é um sinal de progresso ao desenvolvimento turístico do meu Estado do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Senador Papaléo Paes enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, neste momento, para fazer o registro da entrevista “FHC dispara o alarme”, publicada na revista *Istoé Dinheiro*, em sua edição de número 542, Ano 11, de 20 de fevereiro do corrente.

A entrevista apresenta a opinião clara e sempre objetiva do ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sobre o apetite estatizante do Governo Federal com setores estratégicos como telefonia, distribuição de combustíveis e petroquímica. As palavras de Fernando Henrique devem servir de alerta para todos aqueles que realmente se preocupam com o futuro de nossa Nação.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**FHC EXCLUSIVO: EX-PRESIDENTE ATACA O APETITE ESTATIZANTE DO GOVERNO
E CRITICA O BNDES, A CASA CIVIL E A CRIAÇÃO DA SUPERTELE NACIONAL**

ISTO É www.istoedinheiro.com.br 
Dinheiro

REVISTA SEMANAL DE NEGÓCIOS, ECONOMIA, FINANÇAS & E-COMMERCE

O RAIO X DO LUCRO DOS BANCOS

**O que está por trás dos
resultados bilionários
de Bradesco, Itaú,
Unibanco, Santander
e outras instituições
financeiras
(e que nem sempre
aparece nos balanços)**

Privataria é o que
está acontecendo
agora no Brasil,
com o governo
escolhendo quais
empresários devem
ser os vencedores.

É exatamente o
que criticávamos
na época do
regime autoritário

FHC

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso fala com exclusividade à DINHEIRO e revela preocupação com o apetite estatizante em Brasília. Na sua visão, o relógio passou a andar para trás desde que o governo começou a intervir em setores cruciais da economia, como telefonia, distribuição de combustíveis e petroquímica

DISPARA O ALARME

POR LEONARDO ATTUCH

Na tarde da quarta-feira 13, quando recebeu a equipe da DINHEIRO, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso parecia preocupado com duas ondas que enxerga no horizonte. Nos Estados Unidos, ele teme que sua amiga Hillary Clinton perca a indicação do Partido Democrata à Presidência dos Estados Unidos para o senador Barack Obama. “A tendência parece irreversível”, avalia FHC. Ainda que veja com bons olhos a perspectiva de um negro na Casa Branca, FHC considera Hillary mais preparada. Internamente, há outra onda que lhe causa arrepios. Trata-se da volta do “DNA estatizante” ao núcleo do poder, em Brasília. “O governo quer escolher os vencedores na economia”, disse ele à DINHEIRO. “Faz exatamente aquilo que criticávamos na época do regime militar.” Os principais pólos desse pensamento, que FHC considera retrógrado e concentrador de renda, são o BNDES, de Luciano Coutinho, e a Casa Civil, de Dilma Rousseff. “O que eles fazem não tem nada a ver com o interesse nacional”, diz o ex-presidente. FHC espera que seu partido, o PSDB, combata com vigor o que chama de volta ao passado. “Tomara que esse meu alerta sirva como uma tomada de consciência”. A seguir, sua entrevista.

RETROCESSO: o ex-presidente identifica uma tentativa de regresso ao fracassado modelo nacional-desenvolvimentista

DINHEIRO – No segundo mandato Lula há mais intervencionismo. Como o sr. encara esses movimentos?

FHC – O que ocorre é o seguinte: há no governo um DNA estatizante, que se choca com a modernidade e com o movimento da economia. Há, na verdade, uma busca de maior controle político por parte do Estado em alguns setores importantes e, eventualmente, até de maior presença no capital das empresas, seja através de estatais, seja por meio dos fundos de pensão.

DINHEIRO – Uma volta ao passado?

FHC – Claramente. No regime militar, na época do general Geisel, escrevi um artigo chamado “A Burguesia Estatal”. Fui criticado na época porque diziam que a burguesia não pode ser estatal. E eu replicava: por que não? Afinal, no Brasil nascia um bicho novo, cujo poder econômico emanava do Estado. Os interesses empresariais passavam a ser vinculados ao Estado. E isso seduziu a esquerda, que se aliou aos militares naquela época. Com a democratização e a abertura da economia, a tendência intervencionista foi desaparecendo. Até porque os empresários também passaram a perceber que a ingerência do Estado estava sufocando o setor privado.

DINHEIRO – Há hoje um saudosismo?

FHC – No tempo do Geisel, a idéia era a do tripé: empresas estatais, grupos nacionais e multinacionais. Assim se fez a petroquímica. Depois, com a privatização, essa idéia foi desaparecendo. E nós também decidimos que as empresas que continuariam sob controle do Estado, como Petrobras e Banco do Brasil, passariam a ser geridas como se fossem privadas, livres do loteamento. Agora, há um retrocesso.

DINHEIRO – De que maneira?

FHC – Voltou a idéia de que as estatais são dos partidos. Isso aconteceu no Banco do Brasil. Parou um pouco por causa dos escândalos. Mas, mesmo assim, lotearam. No ano passado, criaram uma série de vice-presidências para abrigar aliados políticos. Na minha época, eu me lembro da briga que tivemos no Congresso para acabar com sucursais políticas da Caixa Econômica que havia em vários Estados.

DINHEIRO – Mas os lucros das empresas têm sido tão robustos que ainda dá para acomodar alguns favores, não?

FHC – Esse é o ponto. A expansão econômica é tão grande que isso não é sentido pela sociedade. O DNA estatizante pode se desenvolver sem entrar em choque com visões diferentes, porque tem espaço para tudo. Mas houve uma modificação. E eu deixo claro que nunca defendi a privatização da Petrobras e do Banco do Brasil. Mas sempre fui contrário a que elas se tornassem instrumentos de barganha.

DINHEIRO – Falando de casos concretos, a Petrobras comprou a Suzano Petroquímica e houve quem questionasse o preço. Qual a sua avaliação disso?

FHC – De fato, discute-se o valor. Além disso, houve uma espécie de duopolização. O governo interveio para reduzir a concorrência. Eu acho que isso é discutível. E a pergunta é: onde está o interesse nacional? O que está em jogo? No passado, havia a Dow Chemical. Mas agora não. Havia uma briga de players nacionais, como a Suzano e a Unipar. Quando o governo intervém e diminui o número de concorrentes, o que nunca ninguém diz o seguinte: isso concentra a renda.

DINHEIRO – O governo estaria agindo contra o interesse nacional?

FHC – Sim. Os fatores que, historicamente, causaram concentração de renda no País eram a agricultura com a terra nas mãos de poucos, e a concentração do capital das empresas, que eram ligadas ao Estado. Isso era o modelo dos anos 70. E eu me pergunto: por que razão o BNDES deve alocar dinheiro público para concentrar capital? Não dá para entender.

DINHEIRO – Um exemplo concreto é o da telefonia. O que o sr. acha da fusão entre Oi e Brasil Telecom?

FHC – Eu não vejo lógica nessa fusão. Mas há também um outro problema que mistura as análises. Eu não sou especialista, mas acho que se o Sérgio Motta estivesse vivo, ele diria: alha, o mundo mudou, veio a convergência e precisamos atualizar o modelo. Essa é a discussão correta, que vem junto de uma outra que não é correta.

DINHEIRO – E qual seria?

FHC – É a história de que precisamos ter uma tele nacional. A questão é que já tem. A maior tele no Brasil, a Oi, é nacional. A terceira maior, a Brasil Telecom, é nacional. E a primeira maior tem participação dos fundos de pensão e do BNDES. Se os empresários se fundem, num movimento de mercado permitido por lei, o governo não tem nada com isso. Mas organizar a concentração é bem estranho.

DINHEIRO – E quando isso ocorre antes de uma mudança legal?

FHC – Gera suspeita de vantagem política. Estamos voltando ao modelo que, no passado, era criticado por todos os democratas no Brasil. É aquele

Dilma Rousseff

Há uma certa nostalgia da era Geisel na ação da Casa Civil

em que o governo decide o vencedor. Esse é o modelo do regime autoritário. Qual é o interesse nacional que há em escolher um vencedor?

DINHEIRO – Na telefonia, são dois: Sérgio Andrade e Carlos Jereissati.

FHC – Isso deveria ser resolvido pelo mercado, não pelo governo.

DINHEIRO – Olhando para trás, o sr. não faria uma autocrítica em relação ao modelo de privatizações? O governo não escolheu vencedores quando, em vez de pulverizar o controle das companhias, vendeu blocos de controle?

FHC – Bom, mas por que não se fez a privatização com capital pulverizado naquela época? Primeiro, porque a conjuntura brasileira era muito negativa e o Tesouro precisava de recursos. Segundo, porque o mercado de capitais brasileiro não estava maduro ainda. Terceiro, porque as estatais precisavam de know-how técnico e quem tinha eram as empresas estrangeiras. Uma das dúvidas que surgiram quando o grupo da Telemar venceu foi essa. Bom, mas e o know-how técnico? Daí surgiu a expressão telegangue.

DINHEIRO – Não havia outro caminho?

FHC – Eu não sei. Mas o fato é que tivemos a preocupação de criar um modelo competitivo, limitando as áreas de concessão e criando as empresas-espelho. No capitalismo, há natural-

Luciano Coutinho

A questão é: por que o dinheiro do BNDES deve concentrar renda?

mente uma tendência concentradora. Isso é da natureza. E justamente por isso o governo deve atuar na direção contrária, reforçando os instrumentos de controle. Agora, as coisas estão invertidas. O BNDES começa a tomar partido. Virou o mestre de cerimônia da concentração do capital.

DINHEIRO – O sr. se espanta ao ver essa ação ser liderada pelo Luciano Coutinho, um economista respeitado?

FHC – Mas ele pensa assim. O que eu vejo na ação do Luciano é uma visão geiseliana, nacional-estatista.

DINHEIRO – Onde mais esse DNA estaria presente?

FHC – Na ministra Dilma Rousseff, também. Nela, mais explicitamente.

DINHEIRO – Mas são pessoas que lutaram contra o regime militar.

FHC – Lutaram porque o regime sufocava as liberdades civis. Mas, por outro lado, havia uma sintonia ideológica que era geral no tempo do Geisel. Pegava a todos nós, a mim inclusive. Naquele tempo, ainda havia a União Soviética. Havia a idéia de um modelo planejador centralizado. Uma vez, no nosso governo, houve uma reunião da Cepal e todos ficaram espantados com o fato de que ainda havia ministério do Planejamento no Brasil. E nós fizemos o Avança Brasil em torno dessa es-

Presidente Lula

A sorte é que o Lula não se prende à ideologia. Ele é uma metamorfose

trutura, que foi abandonada na primeira gestão do Lula. Agora, eles tentam retomar a idéia com o PAC, que, no fundo, é o Avança Brasil.

DINHEIRO – Mas, voltando à privatização, foi ali que nasceu a expressão “privataria”. Isso o incomoda?

FHC – Quem inventou isso foi o Gaspari [jornalista Elio Gaspari] para insinuar que teria havido alguma vantagem indevida, na época da Telemar. E deu em nada. Os procuradores não conseguiram apresentar uma evidência de favorecimento.

DINHEIRO – Mas a frase de Ricardo Sérgio Oliveira [ex-diretor do Banco do Brasil que controlava fundos de pensão], de que agia “no limite da irresponsabilidade”, marcou o governo.

FHC – Mas no limite da irresponsabilidade pode ser visto como algo que não chegou lá. Na verdade, o que o governo estava querendo fazer? Como se tratava de um leilão de patrimônio público, não se podia entregar na bacia das almas. Era preciso valorizar o patrimônio. E como é que valoriza? Tem que ter mais de um concorrente. A decisão era simples: deixa que os fundos de pensão apoiem mais de um grupo. Era o oposto da privataria. Aliás, privataria é o contrário. Ela acontece quando o governo escolhe o vencedor, como ocorre agora.

A fusão Oi-BrT não faz sentido. E, antes da lei, isso gera desconfiança

DINHEIRO – Não houve um momento em que vocês pensaram em pulverizar o capital de algumas empresas, como Furnas, por exemplo?

FHC – *Houve sim. Tanto o Pêrsio Arida quanto o Eliezer Carvalho [ex-presidentes do BNDES] pensaram nisso. A idéia não foi adiante porque havia desconfiança sobre quem tomaria conta das empresas. Não havia um mercado de capitais ainda. Ele aflorou recentemente, fruto das reformas que foram pensadas lá atrás, por gente como o Beto Mendonça de Barros.*

DINHEIRO – Mais uma herança maldita do seu governo?

FHC – *Mais uma, né? (risos). Aliás, o Zé Dirceu volta a falar em herança maldita num artigo de hoje. Não li.*

DINHEIRO – Um capitalismo puxado pelo mercado de capitais não é contraditório com o modelo geiseliano?

FHC – *As duas coisas estão em andamento e há uma tensão. Eu só não acho que o DNA estatal vá prosperar porque o outro lado, o do mercado, é forte. De qualquer forma, é preciso chamar a atenção e dizer: cuidado!*

DINHEIRO – O sr. identifica outros focos de problemas na economia?

FHC – *No caso da Petrobras, a Agência Nacional de Petróleo desapareceu. A Petrobras faz o que quer.*

Na petroquímica, o governo agiu para criar um duopólio no setor

DINHEIRO – Mas, com a descoberta de Tupi, a ANP não deveria mesmo ter adiado o leilão daquelas áreas?

FHC – *Isso foi certo. Surgiu um fato novo, que justificou a mudança. Mas não é necessário mudar a lei de petróleo. Como o risco de exploração é menor, basta aumentar o imposto para que a sociedade se beneficie. Mas é importante que se dê oportunidade à iniciativa privada porque a concorrência é sempre melhor do que o monopólio.*

DINHEIRO – Falando então de petróleo, como o sr. encara a idéia de que a BR Distribuidora compre a Esso, que parece disposta a sair do Brasil?

FHC – *Isso, de novo, eu acho errado. O que o Brasil ganha com o monopólio e com a concentração do capital?*

DINHEIRO – E por que o seu partido parece tão quieto? O PSDB também gosta do Estado forte?

FHC – *Houve um setor do PSDB que, no passado, gostava. Mas eu acho mesmo que o partido precisa colocar mais energia nesse tema. E veja: as coisas não estão acontecendo ao acaso. Há uma certa congruência em todos os movimentos. E talvez nem o PT tenha se apercebido do que está ocorrendo. É uma ala ali dentro que lidera esse processo, formando uma aliança entre grandes capitais e Estado. Isso não*

Quando se tenta conter a Vale, a lógica é política, não econômica

tem nada a ver com socialismo. É uma deformação do capitalismo. O povo não ganha nada com isso.

DINHEIRO – Na sua opinião, qual deve ser o papel dos fundos de pensão?

FHC – *Eles devem ser investidores de longo prazo e não gestores de empresas. Fora do Brasil é assim. Aqui, as coisas estão distorcidas e ainda há um outro problema. Todos os dirigentes de fundos de pensão estatais são ligados a um partido político. Isso significa que o PT tem o controle sobre os grandes fundos de investimento de capital.*

DINHEIRO – Significa que, nessa burguesia de Estado, o Sérgio Rosa, da Previ, é o maior capitalista do Brasil?

FHC – *É por aí. Eu acho que ele é bom e que até tenta não seguir uma ação política. Mas ele é ligado a um partido. E, depois, se você for ver o número de indicações que os fundos de pensão têm nas empresas, a maior parte é de gente ligada ao PT. Eu conheço um empresário que teve de abrigar no conselho um deputado. Tudo o que ele queria ali era o jeton. E são centenas de pessoas nessa situação, que estão lá não em função da defesa do interesse do acionista, mas sim em defesa dos interesses do partido.*

DINHEIRO – Falando da Vale, onde os fundos são acionistas, comenta-se que

o governo pretende bloquear a compra da Xstrata. Isso faz sentido?

FHC – *O problema é simples. É que, depois da aquisição, os fundos teriam menor peso no bloco de controle da Vale, com a entrada de um sócio estrangeiro. É uma questão de poder.*

DINHEIRO – Mas o sr. acha que a Vale conseguiu convencer o presidente?

FHC – *Eu acho que sim. A sorte do Brasil é que o Lula não tem essa cabeça geiseliana. Ele é mais aberto, mais livre. A coisa boa é o fato de termos um presidente que se definiu como uma metamorfose ambulante. Ele avalia cada situação de acordo com as circunstâncias e não com a camisa-de-força da ideologia. Por isso, acho que a Vale já resolveu o problema.*

DINHEIRO – A empresa deve então se internacionalizar?

FHC – *Claro que sim. A Vale não deixará de ser brasileira se explorar riquezas aqui e lá fora. A questão é a seguinte: por que os fundos não podem ter menos controle sobre os rumos da empresa? O que há de errado em ter uma participação menor de uma companhia que será muito maior? Essa é a confusão entre a racionalidade do poder e a racionalidade da economia.*

DINHEIRO – Em outro setor, o dos bancos estaduais, vocês venderam quase tudo, mas esse processo parou.

FHC – *Bom, e agora o que eles estão fazendo? O Banco do Brasil compra tudo e sem concorrência. O mal é esse. Quando não tem leilão, pode-se estar pagando um preço alto demais. É des-caso com o dinheiro público. De novo, é o DNA estatizante.*

DINHEIRO – O sr. disse que o presidente Lula não tem esse DNA. Mas, no PT, outras pessoas, como o ex-ministro Antônio Palocci, também pareciam mais livres. Ele estaria fazendo falta?

FHC – *Sob esse aspecto, faz falta sim. O Palocci tinha uma visão muito*

mais moderna da economia. A visão do BNDES de hoje, somada à visão da Casa Civil, representa um risco.

DINHEIRO – Luciano Coutinho seria mais perigoso do que o Carlos Lessa?

FHC – *O Lessa não tinha consequência prática. Agora, ao discurso e à ideologia, soma-se a ação persistente do Luciano. E tudo sob o manto desse suposto interesse nacional.*

DINHEIRO – Como o sr. vê a polêmica dos cartões corporativos? O presidente Lula diz que foi o sr. quem começou.

FHC – *Isso cansa um pouco, porque parece uma obsessão. Eu, quando cheguei lá, não ficava falando do Itamar, do Collor ou do Sarney. Ficava olhando para a frente. Nesse caso dos cartões, o Lula diz: começou com o Fernando Henrique. Claro, fui eu que comecei com os cartões. Mas, com o abuso, não. E essa história de que sempre foi assim não é verdade. O número de pessoas que hoje têm cartões corporativos não faz sentido. Também não faz sentido o Lula dizer que só vai abrir as contas dele se eu abrir as minhas.*

DINHEIRO – Por que não?

FHC – *Como é que vou abrir as minhas contas se elas estão lá com ele? Eu não tenho conta fechada. Está tudo lá. Por isso, eu sou favorável a uma CPI que investigue tudo e não esconda nada.*

DINHEIRO – Aqui no Instituto FHC há uma foto sua com o presidente Lula, da época da transição de 2002. Uma aproximação PT-PSDB é impossível?

FHC – *Por que não houve esse caminho? Por uma razão simples. A luta é pelo poder. Não é ideológica, entre esquerda e direita, ou entre social-democracia e revolução. Nesse sentido, o PT quis se aliar a quem poderia lhe dar mais poder por mais tempo. E a dúvida era: só o PMDB ou todos os partidos? O Zé Dirceu queria levar todo o PMDB, o Lula quis o conjunto dos partidos e deu no que deu.*

DINHEIRO – Mas, agora, depois do Mensalão, restou só o PMDB.

FHC – *Sim. E quem é o adversário? O PSDB. Por isso, não há aliança. Além disso, o Lula não é dado à generosidade pessoal. Nunca me convidou para um café, um almoço. Quando nós estamos juntos, a relação é até amistosa. Mas, no poder, tem um travamento, um bloqueio curioso. Mas, voltando aos cartões, tem mais um ponto. Algumas pessoas dizem que é preciso preservar as famílias. Ora, as famílias já estão preservadas. A menos que estejam fazendo gastos impróprios. E nesse caso não tem que preservar nada.*

DINHEIRO – Na sua família também?

FHC – *Não há risco algum. Tem que se fazer uma CPI sem acordão. Mas também não dá para entender por que o governo quer estar à frente de uma CPI. Ele tem todos os instrumentos de controle na mão. É só abrir as faturas dos cartões e as notas fiscais. Quando o governo pede uma CPI, ele expõe a contradição e sinaliza que, na sua mão, a máquina não funciona. Olha, essa questão deve ser investigada, mas a discussão das políticas é muito mais importante. E esse DNA estatizante em Brasília é a verdadeira ameaça. E*

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se terça-feira, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro

signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à

Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

9

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 1.036, de 2006, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator do vencido: Senador Jonas Pinheiro, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo), que oferece, com voto vencido do Senador Gilberto Goellner, e em separado, do Senador Pedro Simon.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2003 (nº 3.703/2000, na Casa de origem), que *dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis sob os nº 446 e 447, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio; e de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres sob os nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável com as Emendas nºs 1 a 12 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável com as Emendas nºs 13 a 18 – CDR, a Subemenda nº 1-CDR à Emenda nº 9-CCJ, e pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 11 e 12 – CCJ.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005 (nº 1.447/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, determinando que as Prefeituras Municipais convenientes com a Administração Pública Federal dêem ampla divulgação das liberações de recursos decorrentes dos convênios celebrados.*

Parecer sob nº 21, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ney Suassuna, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973*

(inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “ad hoc”: Senador Rodolpho Tourinho.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

23**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei*

nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)*.

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator “ad hoc”: Senador Flávio Arns.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator “ad hoc”: Senador Valter Pereira.

29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Leomar Quintanilha, que *dispõe sobre a realização de plebiscitos para a criação do Estado do Carajás, nos termos do art. 49, inciso XV, da Constituição Federal*.

Parecer sob nº 637, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1 – CCJ, que apresenta.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105,*

de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade*.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

33

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *requer, com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País*.

Pareceres favoráveis sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

34

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 11 minutos.)

REPUBLICAÇÃO DO DISCURSO PROFERIDO PELO SENADOR EDUARDO SUPLICY, NA SESSÃO DO DIA 5-12-2007, PUBLICADO ÀS PÁGINAS 43712 A 43722 DO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL DO DIA 6-12-2007, PARA FAZER CONSTAR O ARTIGO “ZÉ CELSO LEVA OS CINCO ESPETÁCULOS DE ‘OS SERTÕES’ A CANUDOS”.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT

– AC) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e ao Senador Renato Casagrande pela ordem, pedindo a colaboração, para darmos continuidade à votação.

Ainda há os nomes de quatro autoridades a serem apreciados após esse item.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, transmito ao Líder do PSDB, Arthur Virgílio, e ao Presidente do PSDB, Sérgio Guerra, o apelo de V. Exa para que permaneçam aqui ainda dez minutos para a votação nominal.

Quero também estender meus cumprimentos ao Senador Arthur Virgílio por ter sido designado novamente para ser líder. Só me preocupa um pouco o exemplo que vai dar àqueles que, porventura, possam ser considerados insubstituíveis. Sei que ele não se considera insubstituível, mas me preocupa um pouco o exemplo àqueles que pensam em ser sempre reeleitos.

V. Ex^a sabe que é um pouco diferente, mas digo do meu respeito, da minha amizade crescente, na troca de idéias, mesmo quando divergimos. E tantas vezes são aquelas em que chegamos a pontos comuns!

Quero, Sr. Presidente, assinalar o requerimento que encaminhei à Mesa, nos termos do art. 210

do Regimento Interno: a transcrição no **Diário do Senado Federal** das reportagens de Pascoal da Conceição, publicadas no **O Estado de S. Paulo**, sobre a encenação de *Os Sertões*, baseada na obra de Euclides da Cunha, pelo elenco do teatro Oficina, ou Grupo Uzyna Ozona, dirigido por José Celso Martinez Corrêa em Canudos; da reportagem ‘Os Sertões no Sertão’ da enviada especial Alessandra Duarte, publicada em **O Globo**; e da reportagem “Os Sertões em Canudos”, publicada no jornal **Correio Braziliense**.

O ator, escritor e jornalista Pascoal da Conceição, de **O Estado de S. Paulo**; Alessandra Duarte, de **O Globo**; e o **Correio Braziliense** escreveram matérias de excepcional qualidade sobre a encenação de *Os Sertões*, baseada na obra de Euclides da Cunha, em Canudos, publicadas nesse último fim de semana.

Eles souberam captar o impacto positivo da apresentação de cinco dias, das cinco partes, seis horas cada uma, assistida por cerca de mil pessoas, que lotaram o teatro todos os dias, numa cidade de catorze mil habitantes. Foi um estímulo extraordinário para que aquelas pessoas, sobretudo os jovens, venham a ler a obra de Euclides da Cunha, e para que todos os brasileiros venhamos a contribuir para resgatar a Canudos de Antônio Maciel “Conselheiro”, dizimada em 1896. Tive a felicidade, Sr. Presidente, de assistir à quarta noite de apresentação e testemunhar a reação da platéia, que tanto interagiu com os atores.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Peço a V. Exa que conclua, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Concluindo, Sr. Presidente.

Estão de parabéns o Oficina e Zé Celso, também por integrarem as crianças e jovens do Bexiga, em São Paulo, como atores que aprenderam a fazer teatro. Fiquei feliz de ouvir a aprovação unânime dos presentes à sugestão que formulei ao Prefeito Adailton dos Santos Gama de fazer de Canudos um exemplo pioneiro da Renda Básica de Cidadania.

A publicação dessas matérias no **Diário do Senado Federal** em muito contribuirá para difundir a história contada por Euclides da Cunha e para resgatar os ideais de Antônio Conselheiro, que havia lido *Utopia*, de Thomas More, um dos autores que fundamentou o direito de todos a uma renda suficiente para a sua sobrevivência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENADOR EM SEU PRONUNCIAMENTO

REQUERIMENTO Nº , DE 2007

Requeiro nos termos do artigo 210 do Regimento Interno a transcrição no **Diário do Senado Federal** das reportagens de Pascoal Conceição, publicadas no jornal **Estado de S. Paulo**, sobre a encenação de “Os Sertões”, baseada na obra de Euclides da Cunha, pelo elenco do Teatro Oficina, ou Grupo Uzyrna Ozona, dirigido por José Celso Martinez Corrêa, em Canudos; da reportagem “Os Sertões no Sertão” da enviada especial Alessandra Duarte publicada no jornal **O Globo** e da reportagem “Os Sertões em Canudos” publicada no jornal **Correio Braziliense**.

Justificação

O ator, escritor e jornalista Pascoal Conceição, de **O Estado de S. Paulo** e Alessandra Duarte de **O Globo** e o **Correio Braziliense** escreveram matérias de excepcional qualidade sobre a encenação de *Os Sertões*, baseada na obra de Euclides da Cunha, pelo elenco do Teatro Oficina, ou Grupo Uzyrna Ozona, dirigido por José Celso Martinez Corrêa, em Canudos, publicadas no último fim de semana.

Eles souberam captar o impacto positivo da apresentação de cinco dias, das cinco partes, seis horas cada uma, assistida por 1.000 pessoas que lotaram o teatro, numa cidade de 14.000 habitantes. Foi um estímulo extraordinário para que aquelas pessoas, sobretudo os jovens, venham a ler a obra-prima de Euclides da Cunha. E para que todos os brasileiros venhamos a contribuir para resgatar a Canudos de Antônio Maciel “Conselheiro”, dizimada em 1896. Tive a felicidade de assistir à 4ª noite de apresentação e testemunhar a reação da platéia que tanto interagiu com os atores.

Estão de parabéns o Oficina e Zé Celso, também por integrar as crianças e jovens do Bexiga, em São Paulo, como atores que aprenderam a fazer teatro. Fiquei feliz de ouvir a aprovação unânime dos presentes à sugestão que formulei ao prefeito Adailton dos Santos Gama de fazer de Canudos um exemplo pioneiro da Renda Básica de Cidadania.

A publicação dessas matérias no **Diário do Senado Federal** em muito contribuirá para difundir a estória contada por Euclides da Cunha e para resgatar os ideais de Antônio Conselheiro, que havia lido *Utopia*, de Thomas More, um dos autores que fundamentou o direito de todos a uma renda suficiente para a sua sobrevivência.

Sala das Sessões, 5 de dezembro de 2007.– Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

Com os Olhos Molhados de Milagre**– 4 de dezembro de 2007**

O ator Pascoal da Conceição, a convite do Estado, personifica Euclides da Cunha e reporta para os leitores do Caderno 2 a montagem histórica de *Os Sertões* em Canudos, pelo grupo Uzyrna Uzona.

Estamos batendo em retirada. Amanhã já estarei em São Paulo, o celular vai funcionar, Canudos vai ser coisa do passado. Quando será que eu vou voltar? Alguém sugeriu fazer daqui um pólo de teatro no Nordeste. Público e interesse tem, ontem a praça de alimentação parecia a Praça Roosevelt quando tem Satyrianas, a festa da primavera teatral de São Paulo organizada pelo Grupo Satyros: uma multidão comendo, bebendo, falando de teatro, de conselheiro, de guerra, vendendo artesanato, camisetas de Canudos, programa da peça. Foi intenso, foi grande, 26 horas de espetáculo. Ontem então, foi uma choradeira só, dos que ficam e dos que vão.

Faltou ingresso, teve gente voltando para casa. A fila para entrar começou às 6 da manhã! Tudo isso excitava ainda mais todo mundo que queria ver o ‘último dia’.

Notícias da guerra. Perguntei pro Zê como foi pra trazer pra cá esse Bendegó, a pedra do tamanho de uma vaca que há milhares de anos veio do fundo do cosmos para cair nestas terras. Ele olhou pra mim, respirou fundo e disse: ‘Ai!’

Ontem, antes de começar o segundo ato, Zé Celso lembrou da data que marca os 105 anos da primeira publicação do livro, que ele ganhou do seu pai e ficou na estante muitos anos. Um dia leu e, depois, uma obstinação de artista criador foi pondo fogo em todos os que fizeram esta construção. A platéia era colorida, os tons de vermelho, amarelo e laranja predominavam. Zé parecia o Conselheiro fazendo sua prédica no sertão: ‘Vocês têm que pegar o livro com coragem, e ler. Está tudo pronto para Canudos ser o embrião da Universidade de Canudos, tendo como base o livro *Os Sertões*. As crianças do projeto Bixigão, que iniciaram os ensaios, estreando A Terra em 2 de dezembro de 2002, há exatamente seis anos atrás, se alfabetizaram lendo o livro. Leiam em voz alta, em grupos, tendo do lado um computador ligado na internet, clicando para pesquisar cada coisa desconhecida. O Oficina contagiou a cidade com a peste do teatro, agora tudo mundo é cabra da peste!’

O final do espetáculo parecia a 'cerimônia do beija', uma cena de beijação de santo que tem na peça, que acontece quando os seguidores do conselheiro se reuniam para beijar os santos das imagens. Começam beijando imagens, depois se beijam entre si e terminam beijando todo o público e o público se beijando também. Ontem, a peça foi terminando e todo mundo foi pra pista palco, música, luz piscando colorido, câmeras, flashes, fotos de fotógrafos, amadores e profissionais, todo mundo se beijando e chorando. Beijos demorados, namorados, descarados, selinhos, pela cara toda, abraços, lágrimas, apertos, agradecimentos, endereços, telefones, saudades, olhos molhados de milagre.

Veza em quando, antes, eu leio em voz alta aqui na sala o artigo que mandarei para o jornal. A casa está lotada, aproveito para ver e sentir a platéia e também confirmar e conferir impressões.

Hoje está vazio. Muitos já foram embora ontem mesmo, alguns estão dormindo depois do forró que encerrou de manhã a noite da última apresentação. Ainda tem, pra hoje, às quatro da tarde uma romaria com os atores e as crianças do P.E.T.I., que vão passar recolhendo lixo plástico, que você encontra pela cidade toda, até na catanga. O cortejo sai da prefeitura, passa pela favela de Canudos e termina com um bolo no hotel São João Batista.

Aqui, quando a cabra dá cria, dois cabritinhos por parto geralmente, imediatamente se faz uma separação: um vai mamar o pouco leite da mãe, o outro, se tiver força e sorte, sobrevive à caridade das sobras da vida. Costumes de uma terra dura e seca.

Ganhei uma credencial de imprensa. Um cordão com um cartão escrito OS SERTÕES – CANUDOS – IMPRENSA – TEATRO OFICINA UZYNA UZONA, daqueles que você põe no pescoço por cima da roupa. Amarrei nele um gangolo, um sino que todo bode tem no pescoço e que, pela batida, se sabe onde o bode está. Cada batida tem um tom diferente, um bode não é igual ao outro.

Estou em Canudos. É longe, a água do chuveiro é fria, falta água pra muita gente, pra nós não, a comida é de visita, melhorou porque tem muita gente de fora aqui trazendo sua riqueza. Tem mototáxi que cobra por lugar, não por tempo, um lugar é um real, dois, dois reais. Vim aqui, viver o papel criado há 110 anos atrás pela coragem de um jornalista em busca da informação, trabalho que ele fez de navio,

trem, lombo de jegue, a pé, graças ao apoio do jornal. Era no tempo do telégrafo e marcaria a primeira vez que uma guerra seria transmitida por aqueles toques elétricos. Mandou notícias, coração transpassado de desgosto, de uma guerra de irmãos, uma matança, uma sangueira, um horror de visão que perturbou toda sua vida e cinco anos depois, deu num livro chamado *Os Sertões*.

Vim aqui para homenagear esse homem, chorar e cair de joelhos frente à sua grandeza humana que deu em livro, que agora uma companhia de atores de teatro revive e presentifica, no mesmo chão que tem debaixo os corpos dos que tombaram nesta guerra fratricida, enterrados lá no cemitério coberto pelas águas do Açude de Cocorobó. Foi tudo revivido em 26 horas de luz, som, texto, canto, música, teatro interferindo na política da vida da cidade, inspirando o imaginário de toda gente para criação das infinitas possibilidades que se tem para viver a vida.

No telefone, ao meu lado, a produtora pede os ônibus que vão levar a equipe para o aeroporto e depois São Paulo. Pede um ônibus legal porque está todo mundo estourado. Sei! Se bem conheço a tribo, vão cantando no ônibus, no avião, até chegar em Sampa e se dissolver na multidão: 'Trago o perfume das flores/ações multicores/nesta festa colossal./Eu sou o teatro brasileiro/da vida o espelho verdadeiro./Cantando neste carnaval/com a minha arte/que é imortal./Barreiras/as venço com bravura./ Distribuindo a toda gente,/distração e cultura./Sou a magia permanente/que na história do Brasil/sempe se fez presente./Tenho beleza, sou a esperança, trago alegria neste dia de folia!/Eu quero...'

Tem dias que eu quase me sinto queimar como um fiozinho de cobre transmitindo uma carga de alta tensão. Evoé! PASCOAL DA CONCEIÇÃO, REPÓRTER DE 'CULTURA E PAZ' ENVIADO PELO JORNAL **O ESTADO DE S.PAULO**

P.S. 1 Aos amigos do Caderno 2: gostaria de entregar pessoalmente a minha credencial de jornalista, que ganhei aqui em Canudos, ao Doutor Mesquita, encerrando essa missão de cultura e paz. Se vocês toparem, fazemos a cerimônia de entrega quando quiserem!

P.S. 2 Dedico esse meu trabalho no jornal à memória do ator e diretor Luiz Antonio Martinez Corrêa.

Diário de Canudos Parte 1 – A Chegada**28 de novembro de 2007**

Vista assim à noite, só pelas luzes, é uma cidade bem pequena Canudos

CANUDOS – É madrugada de segunda para terça-feira aqui em Canudos. Há 110 anos, Euclides da Cunha esteve por aqui enviado por este jornal para ser o correspondente de guerra. Agora, minha missão é mandar para o mundo notícias da paz que a guerra do teatro vem plantar nesta terra ignota.

Amanhã, vou cedo para Monte Santo em romaria com todo o elenco da peça. Passaram por mim na rua, me convidaram, então daqui a pouco, cinco e quinze da manhã, o ônibus me pega no hotel e eu vou.

O hotel é da dona Joselina. Chegamos, a comida estava à mesa, não deu para resistir e aceitei o convite. Arroz, feijão, cuscuz, ovo, farinha e uma especiaria da terra: carne de bode. É carne seca, salgada, seca no sol, tem um gostinho de queijo de cabra.

Aliás, quando você vem vindo na estrada, já vê pelo caminho umas gaiolas quadradas e, em volta, abertos secando ao sol, os bodes esticados. Tem bode e tem carneiro também, sempre com umas tabuletas gigantes oferecendo o pitéu. Dona Joselina diz que tem zero de colesterol. Comi e gostei. (Pra quem começou o dia comendo barrinha de cereal, bolachinha e goiabinha no avião, terminei no lucro!)

Foram quase 400 quilômetros, de Salvador até aqui, a maior parte deles pela BR-116. Feira de Santana, Serrinha, Jorro, Jorrinho, cidades, povoados dos quais não guardei o nome até chegar em Bendengó, aquela cidade onde caiu acho que o décimo maior meteorito do mundo, que está agora no Museu de História Natural do Rio. Em Bendengó, vira-se para a direita, isso quem vai pro norte (para a esquerda é Uauá), é andar mais uns 20 quilômetros de estrada de terra e você está em Canudos.

Cheguei pelas nove da noite, hora de teatro. Tudo escuro, sem lua, um breu, bem parecido com aquele momento nas salas de teatro, depois do terceiro sinal, quando apagam todas as luzes, vem aquele silêncio, o cio sagrado, antes de cantar os ritos de Baco. Fiquei com a impressão de que estava passando por um portal. As próximas luzes já eram as luzes de Canudos.

Vista assim à noite, só pelas luzes, é uma cidade bem pequena. Fui até o campo de futebol onde vai

ser feito o espetáculo Os Sertões. O campo fica no fim da cidade. Sobre o chão de barro foi levantado um templo, uma grande sala de teatro em estruturas de ferro, arquibancadas para 800 pessoas, aproximadamente 600 metros quadrados de área com 15 metros de altura, com camarins construídos dos dois lados. Levei um susto com o tamanho, como deve ter sido o daqueles que viram o meteorito vindo do fundo do cosmos para Bendengó. Tem camarins, com chuveiros de água quente e fria, uma sala só para as 100 crianças do projeto P.E.T.I. (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) que vão participar da peça com as crianças do Bexigão. Tem praça de alimentação feita com barraquinhas de lona coloridas, fora do estádio para não atrapalhar o espetáculo.

Onze carretas com cenários, luzes e figurinos, três geradores, uma estrutura de cem toneladas de ferro que, colocados em linha, dão cinco quilômetros de canos de estrutura, técnicos, elenco, produtores, pessoal do site, das fotos, você encontra o povo do teatro passeando pela rua, nos hotéis, nos bares, na prefeitura que virou a central de produção, habitando as casas que estão sendo oferecidas pelos habitantes da cidade.

O ritmo da produção é imenso nos preparativos que vão dar no espetáculo. Os números afogam a cabeça da gente com a grandiosidade do trabalho, mas, mesmo tentando, não conseguem contar o prodígio que está se materializando aqui. É ver pra crer. Meu coração está apertado, pequenininho. Tem horas que dá vontade só de chorar e pronto. É tão forte, tão grande, tão importante pra nós todos...

Respiro: está tudo teatro, tudo sagrado e mansinho, religioso, como convém aos apaixonados pelo que fazem. Evoé! Amanhã tem mais.

PASCOAL DA CONCEIÇÃO, CORRESPONDENTE ESPECIAL DE 'CULTURA E PAZ' PARA O JORNAL O ESTADO DE S.PAULO

**Diário de Canudos Parte 3
O Caminho de Des-Compostela****29 de novembro de 2007**

Vem gente de todo tipo ver a peça, até de salto alto, e os atores vão puxando para pista-palco para dançar

CANUDOS – Os atores me contam que as cinco apresentações da peça cumprem invariavelmente

um roteiro com o público em todos os lugares que acontecem: o primeiro dia é nervoso, cheio daquelas “expectativas folclóricas”, verdadeiras ou não, que cercam as apresentações do Oficina em qualquer lugar, no litoral ou no sertão.

Pra ver, vem gente de todo tipo e jeito, até de salto alto, que os atores vão puxando para pista-palco, para participar, dançando e cantando, fazendo juntos o espetáculo que alegra a multidão. Dá medo, claro, dá vergonha de passar ridículo, mas não é nada grosseiro, é um namoro, uma paquera, um caminho de participação que vai melhorando dia a dia, apresentação por apresentação, por ambas as partes, público e atores, até chegar ao último dia, que é o dia mais calmo, mais silencioso e disciplinado de todos.

Nem todos se despedem, alguns acompanham a caravana. Um rapaz de 16 anos, o que exigiu que a produção tivesse que resolver documentação com o juizado de menores, foi agregado ao coro de soldados, depois que se apaixonou pelo grupo na última apresentação em Quixeramobim, terra de nascimento de Antônio Conselheiro.

Hoje é quarta-feira. A hora da estréia está chegando. Será daqui a pouco, cinco e meia, quando começa a anoitecer. Hoje é dia de Lua Cheia plena. Todo mundo está nervoso. Eu corro pra cima e pra baixo tentando encontrar uma **lan-house** daqui de Canudos de onde possa mandar, além dessas letras ao jornal, fotos dos acontecimentos. A internet chegou por aqui faz um ano e só fez crescer de usuários o tempo todo. Jovens, estudantes, na maioria mulheres. A cidade tem reservada para seu uso entre 300 e 400 kabytes, que agora já não dão mais: p. ex., só o Oficina, que vai transmitir ao vivo as apresentações, já está usando metade dos bytes, sem contar esse mundo de gente que vem chegando e se juntando ao povo daqui no uso da comunicação online. Deixa a internet molinha, vagarosa... Oh, meu pai!

Na preleção de ontem, Zé Celso falou do arrazoado que escreveu ao ministro da Cultura, com uma forte descrição de fatos fundamentados para a constituição da região entre cidades de Quixeramobim e Canudos como patrimônio histórico, cultural e artístico do País. Todo mundo riu quando Zé disse que seria um caminho de São Tiago da des-compostela, do desbunde. A alegria é a prova dos nove. E é séria, muito séria a importância para o desenvolvimento e aguçamento da economia da região, esse caminho que irá informar

o Brasil e o mundo da riqueza, no sentido integral da palavra, que esta região tem pra dar a todos nós.

O ministro recebe a carta no sábado numa cerimônia no Rio de Janeiro. Ambições por escrito dos artistas do teatro, que tanto discutem e projetam transmutações felizes para o imaginário de esperanças do povo brasileiro.

Daqui donde escrevo vejo alguns atores que estão dando água para um jegue. Ele é cinza e branco e está paramentado com uma cela bem bonita. Na certa vai entrar em cena.

Está chegando a hora. O ingresso custa um real, vai ferver de gente pra ver o bicho pegar, gente que vai mandar pra todos daqui e daí as notícias mais fresquinhas das vitórias dessa gente sertaneja. Deus é pai! Vou dar um mergulho no açude de Cocorobó e depois “vou pra campo de futebol ver o teatro”, que é como o povo daqui fala.

Amor a todos, a tudo, amor em todos os seus beijos: Dionízios não barra ninguém. Merda! PASCOAL DA CONCEIÇÃO – REPÓRTER DE ‘CULTURA E PAZ’ ENVIADO PELO JORNAL **O ESTADO DE S. PAULO**, 110 ANOS DEPOIS DE EUCLIDES DA CUNHA

Diário de Canudos Parte 4 E Eis Que a Nave Foi Iluminada

30 de novembro de 2007

É bem parecido o trabalho do jornalista com o do ator. Me pego em vigília permanente...

CANUDOS – Quarta-feira à noite, Ingressos esgotados. Você vai chegando e o burburinho do povo já serve de alerta para todos os que chegam à porta do Estádio Municipal de Canudos, que fica nos limites da cidade: é um quadrado enorme, cercado por um muro alto e branco. Dentro, há duas arquibancadas de escadas de concreto nas laterais. Você entra pelo portão principal e vê ao fundo a construção gigante de canos de ferro, que parece uma nave iluminada, construída pela produção, com arquibancadas e pista reproduzindo o Teatro Oficina, onde o espetáculo vai acontecer,

Mas ainda não dá pra entrar: há umas cercas de metal, defensas, que estão a uns dez metros da entrada, que tem uma cortina transparente de voal, onde está projetado: A TERRA.

Dava pra ver, dentro da nave toda iluminada, a equipe do teatro cantando em roda, se aquecendo na

concentração. O público foi organizadamente fazendo uma longa fila parecendo um rabo de pipa. Alguns já se animam dançando, mas a maioria está tímida e curiosa.

Então, a pelezinha de voal se abriu, removem as cercas e os atores caminham na direção da fila, todos de branco, de braços abertos, entrando e saindo, rodando com as pessoas, fazendo uma desordem que virava os olhares para todos os lados, cantando: “Atuar/Atuar/Atuar pra poder voar!/Meu cavalo tá pensado/Meu cavalo quer voar!”

Vão se misturando a todos, se espalhando, e o grande espaço do campo de futebol é ocupado pelos atores e o público de mais de 800 pessoas. Teatro de estádio, dentro do estádio. Sobem todos num lado da arquibancada e com as costas no muro e ficam 70 atores encostados no paredão, frente a frente com o público.

Fazem um minuto de silêncio. Depois, levantam o pé direito e caminham em direção à caixa iluminada do teatro. A platéia, junto com os atores, se dirige a seus lugares. Uma imagem pode e vai falar, mais que mil palavras, como foi o espetáculo. Assim seja.

Quinta-feira. Dia seguinte da estréia, o espetáculo é o assunto da cidade, por onde você passa tem gente falando da peça: “É tudo pelado e você só paga um real pra olhá!” A nudez é um susto de satisfação. Todo pelado ou pelada arrepiava a platéia, que reagia com um coro de comentários.

É que o corpo, eu penso assim, sempre obsceno, fora de cena, proibido, escondido por séculos de opressão, mentira, mistificação, o corpo é uma terra ignota, e, ao vivo, nu, em quantidade, põe pelada muita coisa que a gente não sabe ou não vê e que anda por debaixo dos panos, como o fato de que não tem um corpo igual ao outro em tamanho, forma e beleza, todo corpo é diferente como impressão digital.

Outra coisa são os nomes. Em São Paulo, Cocorobó, Cume, Maçacará, Vaza Barris, soavam distantes, estranhos. Aqui, isso acontece com nomes como Minhocão, Avenida Paulista, rua Abolição, Bela Vista.

Quase noitinha. Daqui a pouco, estréia O HO-MEM, parte 1. No caminho do teatro, duas senhoras já idosas e um menino gritaram pra mim, do outro lado da rua, moço, tem ingresso pra vender pra hoje?” Tudo porque ontem o Zê Celso me chamou pra cena e disse pra todos que eu estava ali enviado pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, o mesmo que mandou pra cá

Euclides da Cunha como correspondente de guerra há cento e dez anos atrás”. Eu disse pra platéia que agora estava lá como correspondente de cultura e paz pra contar pro mundo aquela maravilha de acontecimento. O povo aplaudiu.

É bem parecido o trabalho do jornalista com o do ator. No teatro, você jejua e medita na peça o tempo inteiro. Fica tomado pelo texto: come, bebe, dorme, faz amor pensando nele. É o tempo todo tendo idéias, atuando, discutindo, procurando coisas que tenham a ver com o trabalho. Fazendo o papel de jornalista, sinto que são raros os momentos de folga. Tenho que escrever um texto por dia, não é hábito meu, então, pra não perder nenhum assunto, me pego em vigília permanente, orelhas e os olhos são parabólicas, captando notícia nos sinais que me rodeiam, escrevendo o tempo todo parágrafos no pensamento que, pra meu desespero, na seqüência se perdem como o sal na água.

Medo de ser pego pela seca, de ter aquela folha branca, aquele sol te olhando, te secando. E você precisando, querendo fazer, tendo coisa pra falar e não sai nada, ou o que sai é chocho e seco.

Ontem (quinta) nasceu o sertanejo: é o homem. Foi o dia mais bonito até agora. Lotado, com gente espremida na arquibancada, acompanhando e participando de tudo. Quando terminou a primeira parte e se anunciou que a segunda começaria com um forró, foi um jorro de alegria. Além do forró, dois cantadores daqui da região improvisaram um desafio, dividindo a platéia em duas partes animadas, torcendo pelo seu time, até que chega a ‘Seca’ e a alegria silencia. Ela desfila demorada pela pista, olhando a todos com desdém de musa.

Mas uma cena mudou o eixo dos comentários. De repente, uma centena de sertanejinhos, participantes do PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, todos de branco, toma o comprimento inteiro da pista. E numa emoção sem tamanho, a gente começa a ouvir muitas vozes infantis juntas, agudinhas, carregadas no sotaque nordestino, falando em coro, com pausas e arranques, o texto mais conhecido de Euclides da Cunha, de cócoras, de pé, girando rápido, bem ritmado, um ritmo pra frente, bem concentrados.

Era a verdade na boca das crianças daqui do sertão: “O sertanejo é antes de tudo um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do Litoral...” Enquanto falavam, faziam movimentos coreografados vindos do texto: “E se na marcha estaca pelo

motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro, ou travar ligeira conversa com um amigo, cai logo – cai é o termo – de cócoras, atravessando largo tempo numa posição de equilíbrio instável...” Saíram aplaudidos.

O dia terminou com a fala do Conselheiro, documento vivo de atavismo, grande homem pelo avesso, representante natural do meio em que nasceu. Mas ainda não dá pra ir dormir. Tem festa no “Jorrinho”, um bar que fica na beira do açude de Cocorobó. Que ninguém é de ferro.

Pascoal da Conceição

P.S.: Enquanto ouço a produtora falando ao telefone com Salvador, pedindo um afinador de piano para o próximo espetáculo, Dona Rita Cardoso de Macedo, a Rita de Tiago, em nome do pessoal da Fazenda Pedra Solitária, comunidade da Toca Velha, me pede pra escrever no jornal que dêem atenção aos moradores de lá, que não têm luz. E a água tem que ser levada no lombo de animal.

O ator Pascoal da Conceição, a convite do **Estado**, personifica Euclides da Cunha e reporta para os leitores do Caderno 2 a montagem histórica de *Os Sertões* em Canudos.

Diário de Canudos – Parte 5 O Teatro de Estádio

2 de dezembro de 2007

Duas crianças nadavam. Vocês são irmãos? Não, mas vamos ser! É que meu pai fez um filho na mãe dele.

CANUDOS – Não tem lugar pra todo mundo. O teatro construído no campo de futebol tem capacidade para 900 lugares, se você somar a isso 88 pessoas da companhia, mais as locais: 6 seguranças; 7 da limpeza; 4 de apoio à contra-regragem e cenário; costureira; 6 lavadeiras pros figurinos; bilheteiro; porteiro; 6 brigadistas escoteiros; o menino dono do cabrito; o dono do burro; o da moto; o do cavalo e mais vendedores das barraquinhas da praça de alimentação; 12 montadores e ajustadores da estrutura de ferro; os ‘polícia’; a banda de pifanos, que hoje faz participação; mais jornalistas, fotógrafos, cinegrafistas, prefeito e convidados especiais – hoje temos a honra de receber o Senador Suplicy –, se for contar, não dá conta.

Essa energia, que atrai e incendeia a multidão, tem nos atores atuadores o seu cerne, atores de dentro e de fora. Eles são o carnegão da coisa, uma multidão compacta de jogadores talentosos e competentes, cujos nomes eu recomendo ler como uma oração na ficha técnica que está no **site** do Teatro Oficina. Aqui no sertão, eles são o povo do teatro e com competência representam todos os inomeados anônimos que amam em todos os lugares do planeta esta mais que antiga forma de amar e viver a vida e com seus corpos, sua música, seu canto, sua entrega, eletrizam a multidão, sob risos e lágrimas. Ai, quantas lágrimas nós temos derramado!

Acordei cedo e fui para a comunidade da Toca Velha, visitar o pessoal da Fazenda da Pedra Sozinha e falar com dona Rita de Tiago, que em nome das vinte e duas moradias pede que mandem pra lá luz e principalmente água. São muitas comunidades assim espalhadas no sertão, cada uma com seu nome de fé: Barriguda, Trabubu, Rocinha, Penedo, Simplício, Mandacaru, Silva, Calumbi, Serra Branca...

Escrevo minhas anotações nas bordas em branco da edição de bolso de *Os Sertões* que trouxe daí de São Paulo. Serve para lembrar depois e também de consulta: pra confirmar uma descrição geográfica, histórica, urbana, como a casa feita de pau a pique de um tabaréu:

“divididas em três compartimentos minúsculos, as casas eram paródia grosseira da antiga morada romana: um vestibulo exíguo, um átrio servindo ao mesmo tempo de cozinha, sala de jantar e de recepção; e uma alcova lateral, furna escuríssima mal revelada por uma porta estreita e baixa.” Assim mesmo, sem tirar nem por.

Pra seis de agosto dona Rita convida a todos pra romaria em louvor do Senhor Bom Jesus da Gruta da Toca Velha até o alto da serra, onde o padre reza missa já faz anos. Depois tem a Festa da Vaquerama, que o povo de lá promove, com vaquejada e forró à luz do candeeiro. “E se Deus quiser, o ano que vem já vai ser com água e luz.” Vamos ver.

No caminho mastiguei uma agaroba: é o fruto de uma árvore que está no sertão todo e que parece uma vagem amarela. É doce com gosto parecido com o da cana de açúcar. Embaixo da sua sombra sempre tem um bode, um jegue, um boi, comendo suas vagens doces que caem pelo chão. Fui conhecer a construção que leva água do açude para o interior da terra seca.

São canaletas de concreto que vão se ramificando e se dividindo como raízes caatinga adentro. Duas crianças nadavam no canal, Ariel e Maicom. “Vocês são irmãos? – Não, mas vamos ser! Como assim? – É que meu pai fez um filho na mãe dele.”

O açude de Cocorobó irriga a catinga. Mas a água não é tudo. O sistema de irrigação é de sulco de infiltração e está ultrapassado. Escorre água sem controle e desperdiça. A água em excesso cobre o chão, seca, saliniza a terra e a torna estéril. Há métodos mais modernos: o de aspersão, aquele da torneirinha que fica girando abobada e o de gotejamento. Coisas que aprendi por aqui.

A fila dos ingressos chega cada dia mais cedo. Ontem começou ao meio dia. Pra evitar os cambistas, são distribuídas senhas antes, uma para cada espectador. No primeiro dia a venda começou as quatro e meia, no segundo uma, hoje vai ter que ser antes.

O público dá show de participação: seja em procissão de ramos, feito penitentes, ou caindo pela pista como mortos, engrossando os batalhões de soldados, entrando pelos alçapões pra dentro da terra, dançando, batendo palmas nas cerimônias políticas como a posse de Prudente de Moraes. As arquibancadas são frente a frente e todo mundo se vê e é visto. Em cenas mais fortes uns tapam a cara ou morrem de rir da cara do outro.

No intervalo de ontem teve discurso de agradecimento do prefeito, da deputada estadual e do senador Suplicy, que começou falando do livro *Utopia*, de Thomas Morus, obra que foi lida pelo Conselheiro e com certeza deve tê-lo inspirado nos sonhos de construção da comunidade de Belo Monte, aqui no sertão. Propôs que Canudos, por sua história de luta pela solidariedade, seja a primeira a se habilitar como cidade que institua o Renda Mínima. ‘Quantas pessoas temos aqui? Mil? Mais de mil? Vamos fazer como o Conselheiro e consultar o povo: quem é contra? E a favor?’ Palmas de aprovação. “Vamos pro teatro!”, gritou uma senhora da arquibancada.

Terminou quase duas da manhã e uma parte do público e dos atores foi pra praça principal fazer um forró, que foi até o sol raiar. Hoje é o último dia. Estamos indo embora. O sertão está mais verde. Andou dando uma chuvinha por aqui e num instante tudo fica verdinho, nem deixa perceber a seca, que sempre volta e apavora qualquer sertanejo.

A noite foi fria e o dia já está quente, no “martírio secular da terra”, nessa hora em que estou terminando de escrever estas notícias de cultura e paz. “Todo

mundo gosta de abará, todo mundo gosta de acarajé, o trabalho que dá pra fazer é que é!

Zé Celso leva os cinco espetáculos de ‘Os Sertões’ a Canudos

A convite do **Estado**, o ator Pascoal da Conceição faz um diário da encenação. Acompanhe

SÃO PAULO – Desde o início da preparação de Os Sertões – a transposição cênica do livro homônimo de Euclides da Cunha sobre o massacre dos sertanejos na cidade de Canudos -, o diretor José Celso Martinez Corrêa afirmava que não criaria o espetáculo para provocar catarse, a piedade para com Antônio Conselheiro (1830-1897) e sua gente. Pelo contrário, seria para furar o cerco. Os muitos cercos: de recursos para o teatro, da especulação imobiliária em torno do Oficina, o cerco da miséria. Seria o espetáculo do desmassacre, na linguagem de Zé Celso.

Veja também:

Diário de Canudos Parte 1 – A Chegada

Diários de Canudos Parte 2 – A Subida do Monte Santo

Diário de Canudos Parte 3 – O Caminho de Des-Compostela

Diário de Canudos Parte 4 – E Eis Que a Nave Foi Iluminada

Diário de Canudos – Parte 5 – O Teatro de Estádio

Diário de Canudos Parte Final – Bendegó

Nesta quarta, 28, estréia em Canudos essa montagem de 5 dias e 25 horas de duração, 5 espetáculos – A Terra, O Homem 1, O Homem 2, A Luta 1 e A Luta 2 –, 5 toneladas de cenário, 2,5 mil figurinos, 47 atores, 70 pessoas diretamente envolvidas. O estádio de futebol local vai abrigar uma réplica do Oficina, a exemplo do que já aconteceu na Alemanha, em São José do Rio Preto (SP), no Recife (PE), em Salvador (BA) e em Quixeramobim (CE).

E a narrativa cênica da guerra que inaugurou o telégrafo será acompanhada pelo **Estado** em reportagem diária no Caderno 2, assinadas pelo ator Pascoal da Conceição. “Serei, com muita honra, o Euclides da Cunha do desmassacre. Ele foi denunciar um crime, uma carnificina. Eu vou testemunhar a transmutação de morte em vida”. Imagens das apresentações em Canudos podem ser vistas também no **site** do Teatro Oficina.

CADERNO C

ARTES CÊNICAS

CADERNO C

Os SERTÕES EM CANUDOS

O primeiro meteorito a cair no sertão de Canudos, no século 18, foi chamado de Bendegó, nome de uma cidade da região. É considerado dos maiores que apareceram no Brasil e atualmente fica guardado no Rio. O segundo meteorito em Canudos caiu, na última quarta-feira, dia da estreia de *Os sertões*, a adaptação feita pelo diretor José Celso Martinez Correia e seus 80 atores do Teatro Oficina para o romance de Euzébio de Cunha. O impacto do Bendegó de Zé Celso pôde ser sentido pelos comentários da platéia sobre a falta de roupa de toda aquela gente de teatro. Mas um impacto mais profundo se deu, por exemplo, na barraca montada por moradores do local especialmente para o evento, na frente do estádio municipal da região, onde foi realizada a apresentação: ela vendia camisetas como souvenir de Canudos, numa cidade que, com história centenária e testemunha de uma das principais guerras brasileiras, tem apenas uma vendinha com miniaurmas de cachêdo para oferecer como lembrança.

Com a história que Canudos tem, era para ter uma faculdade aqui há muito tempo, meu Deus do céu, diz a estudante Queila dos Santos, de 21 anos, moradora da cidade que não tem sequer uma praça central.

Quando me mudei com minha mãe de Pernambuco para cá, há um ano, cheguei a me assustar. Não tem nada. A única coisa que as pessoas fazem de fazer aqui é ir ao bar, completa Maria José Varjão, de 30 anos.

Não tem nada mesmo. Nem sinal de celular. Nenhuma operadora pega em Canudos. É nesta cidade, para esta população, que desde a última quarta-feira Zé Celso e seu Oficina estão apresentando as 26 horas das cinco partes de *Os sertões*. Anteriormente, os ingressos começaram a ser vendidos, a R\$ 1, às 13h (são 800 para cada apresentação, vendidos no próprio dia); às 14h, cerca de 400 já tinham sido comprados, e a lotação esgotada se deu às 16h, duas horas antes do começo do espetáculo. As apresentações vão até amanhã.

A primeira vez...

É a primeira vez que o estádio municipal de Canudos recebe um evento que não seja uma partida regional de futebol, e é também, para a maior parte da população da cidade, a primeira vez que se assiste a um espetáculo teatral que não seja uma apresentação de rua. Foi a primeira peça de Maria José Varjão, que quer ver todas as cinco partes, e ter sido a primeira de Queila, se ela não tivesse sido orientada pela igreja evangélica que frequenta e não assistisse ao espetáculo, em que as cenas de nudez e as alusões a sexo são feitas.

A fama erótica do espetáculo do Oficina movimentou a cidade semanas antes de ele começar e prometeia, no mínimo, dar assunto. A reação a ele na estreia, na quarta-feira, cumpriu a promessa. Um paradoxo à resistência entre os moradores foi a presença, na platéia, de um número de crianças bem maior do que nas apresentações no Rio, por exemplo, além disso, cerca de 50 crianças da região foram chamadas para fazer participações nos espetáculos.

Muito medo aí que é carraço vai ter que aguentar as mulheres falando disso, dizia, rindo, José Raimundo Freitas, vulgo John Cat, 43 anos, agente funerário, chapéu de couro na cabeça, nascido em Canudos e "se criando aqui também" e um dos espectadores mais participativos na estreia.

Se para interagir com atores de uma peça de Zé Celso é preciso ter alguma coragem, fazê-lo numa cidade do tamanho de Canudos, como fez John Cat, "tem que ter opinião", como se diz na região. Como todo mundo se con-

here, os (poucos) que aceitavam o convite dos atores para participar do espetáculo eram conhecidos por nome e/ou parentesco pelos denials.

Sou de cidade pequena também, de Araranuara, e sei

bem como é. Mas à medida que as apresentações forem ocorrendo, o público vai se soltando — disse o diretor Zé Celso, após a estreia [que teve problemas com dois acidentes com atores

um deles fraturando três dedos do pé numa queda].

Semanas antes da confirmação de que o Oficina iria a Canudos, houve boatos de que professores da Universidade Estadual da Bahia (Uneb) teriam condenado a apresentação devido à erotização xicóbia. Pessoas ligadas à Uneb em Canudos dizem que tudo não passou de mal-entendido,

provocado por um comentário de um professor sobre o que a peça poderia realmente trazer de bom para Canudos.

— Não foi mal-entendido, não, houve uma história mesmo. Mas já foi resolvido, acabou, disse Zé Celso.

Páginas em branco

Muitos moradores de Canudos que estavam na estreia de *Os sertões* nunca leram o livro de Euclides da Cunha. A primeira faculdade da cidade, a única até agora, é uma particular de enfermagem, aberta no ano passado. Apesar de ser filho da história centenária de uma das principais guerras brasileiras, contra Antônio Conselheiro e seus seguidores, no fim do século 19, Canudos é um jovem município de 22 anos, emancipado em 1985. O asfalto

da estrada que um dia a ligou a Bendegó não durou quatro anos. Hoje, o caminho é uma mistura de terra batida e pedra. Cidade teve três tentativas de ocupação. A Canudos atual é a terceira tentativa de ocupação do local — a primeira foi a de Conselheiro, enquanto a segunda, nos anos 1950 e 1960, foi a do período da construção do açude da região, o do Cocorobó. São pouco mais de 10 mil habitantes, menos da metade dos mais de 25 mil da época de Conselheiro.

Numa carta aberta divulgada por Zé Celso no início do mês, ele chamou de dívida da população brasileira com Canudos a situação social e econômica que encontrou na cidade. Gerente da maior pousada do local, a Pôrdo-Sol, com oito quartos, Joséilson Rabelo (depois da estreia, ele

desistiu de ver as outras partes do espetáculo, chocada com as cenas de nudez), resume a dívida:

Uns 15 depois que destruíram a primeira Canudos, a do Conselheiro, o povo ocupou de novo a cidade. Pois quando a po-

pulação estava começando a se reorganizar, veio a história da construção do açude e muita gente teve que ser desalojada. Então, nos anos 1970 e 1980, o povo começou a voltar a morar aqui, que é a terceira Canudos

O GLOBO

Música: Como foi a visita de Paulinho da Viola ao GLOBO • 4

SEGUNDO CADERNO

Teatro: Jefferson Lessa critica o musical 'Gota d'água' • 4

SÁBADO, 1 DE DEZEMBRO DE 2007

'Os sertões' no sertão

Adaptação de Zé Celso para o livro de Euclides da Cunha, *Os Sertões*

Alessandra Duarte

Enviada especial • CANUDOS, BA

Chamaram a gente aqui pra quê, hein?"

— Rapaz, agora tá ficando bom.

— Misericórdia, lá vem ela, olhe como ela vem.

— Vixe!

— Dá até calor.

— Ele tá mandando, é? Olhe, que lá esfomeado.

O primeiro meteorito a cair no sertão de Canudos, no século XVIII, foi chamado de Bendegó, nome de uma cidade da região. É considerado dos maiores que já apareceram no Brasil e atualmente fica guardado no Rio. O segundo meteorito em Canudos caiu na última quarta-feira, dia da estreia de "Os sertões", a adaptação feita pelo diretor José Celso Martinez Corrêa e seus 80 atores do Teatro Oficina para o romance de Euclides da Cunha. O impacto do Bendegó de Zé Celso pôde ser sentido pelos comentários da plateia — como os comentários acima — sobre a falta de roupa de toda aquela gente de teatro. Mas um impacto mais profundo se deu, por exemplo, na barraca montada por moradores do local especialmente para o evento, na frente do estádio municipal da região, onde foi realizada a apresentação: ela vendia camisetas como souvenir de Canudos, numa cidade que, com História centenária e testemunha de uma das principais guerras brasileiras, tem apenas uma vendinha com miniaturas de canhões para oferecer como lembrança.

Diversão da cidade é ir ao bar local

• Não são só lojas de souvenirs que a cidade não oferece.

— Com a História que Canudos tem, era para ter uma faculdade aqui há muito tempo, meu Deus do céu — diz a estudante Quella dos Santos, de 21 anos, moradora da cidade que não tem sequer uma praça central. — Quando me mudel com minha mãe de Pernambuco para cá, há um ano, cheguei a me assustar. Não tem nada.

— A única coisa que as pessoas fazem de lazer aqui é ir ao bar — completa Maria José Varjão, de 30

anos. — Não tem nada mesmo.

Nem sinal de celular. Nenhuma operadora pega em Canudos. É nessa cidade, para esta população, que desde a última quarta-feira Zé Celso e seu Oficina estão apresentando as 26 horas das cinco partes de "Os sertões". Anteriormente, os ingressos começaram a ser vendidos, a R\$ 1, às 13h (são 800 para cada apresentação, vendidos no próprio dia); às 14h, cerca de 400 já tinham sido comprados, e a lotação esgotada se

retir às 16h, duas horas antes do começo do espetáculo. As apresentações vão até amanhã. É a primeira vez que o estádio municipal de Canudos recebe um evento que não seja uma partida regional de futebol, e é também, para a maior parte da população da cidade, a primeira vez que se assiste a um espetáculo teatral que não seja uma apresentação de rua. Foi a primeira peça de Maria José Varjão, que quer ver todas as cinco partes, e teria sido a

primeira de Quella, se ela não tivesse sido orientada pela igreja evangélica que frequenta a não assistir ao espetáculo, em que as cenas de nudez e as alusões a sexo são fartas. A fama erótica do espetáculo do Oficina movimentou a cidade semanas antes de ele começar e prometia, no mínimo, dar assunto. A reação a ele na estréia, na quarta-feira, cumpriu a promessa. Um paradoxo à resistência entre os moradores foi a presença na platéia

de um número de crianças bem maior do que nas apresentações no Rio, por exemplo; além disso, cerca de 50 crianças da região foram chamadas para fazer participações nos espetáculos.

— Muito marido aí que é carrasco vai ter que agüentar as mulheres falando disso — dizia, rindo, José Raimundo Freitas, vulgo John Cat, 43 anos, agente lunarário, chapéu de couro na cabeça, nascido em Canudos e "se criando aqui também", e um dos espectadores mais participativos na estréia. — Com a oportunidade de ter um evento desses por aqui, você acha que eu ia ficar de fora? É bom para o pessoal mais velho daqui ver e perceber como passar da história da guerra para a história de hoje.

Todos são parentes ou conhecidos

• Se para interagir com atores de uma peça de Zé Celso é preciso ter alguma coragem, fazê-lo numa cidade do tamanho de Canudos, como fez John Cat, "tem que ter ophânão", como se diz na região. Como todo mundo se conhece, os (poucos) que aceitavam o convite dos atores para participar do espetáculo eram reconhecidos por nome e/ou parentesco pelos demais.

— Sou de cidade pequena também, de Araraquara, e sei bem como é. Mas à medida que as apresentações forem ocorrendo, o público vai se soltando — disse o diretor Zé Celso após a estréia (que teve problemas como dois acidentes com atores, um deles fraturando três dedos do pé numa queda).

Semanas antes da confirmação de que o Oficina iria a Canudos, houve boatos de que professores da Universidade Estadual da Bahia (Uneb) teriam condenado a apresentação devido à erotização sexual. Pessoas ligadas à Uneb em Canudos dizem que todo não passou de mal-entendido, provocado por um comentário de um professor sobre o que a peça poderia realmente trazer de bom para Canudos.

— Não foi mal-entendido, não, houve uma história mesmo. Mas já foi resolvido, acabou — disse Zé Celso na véspera da estréia.

'OS SERTÕES' NO SERTÃO • Continuação da página 1

Espetáculo chama atenção para Canudos

Dona de um passado impressionante, cidade aproveita passagem apoteótica de Zé Celso para pensar no futuro

Muitos moradores de Canudos que estavam na estréia de "Os sertões" viram leram o livro de Euclides da Cunha. A primeira faculdade da cidade, a única até agora, é uma particular de enfermagem, aberta no ano passado. Apesar de ser dona da história centenária de uma das principais guerras brasileiras, contra Antônio Conselheiro e seus seguidores, no fim do século XIX, Canudos é um jovem município de 22 anos, emancipado em 1985. O asfalto da estrada que um dia a ligou a Benedito não durou quatro anos. Hoje, o caminho é uma mistura de terra batida e pedra.

Cidade teve três tentativas de ocupação

A Canudos atual é a terceira tentativa de ocupação do local — a primeira foi a de Conselheiro, enquanto a segunda, nos anos 50 e 60, foi a do período da construção do açude da região, o do Cocorobó. São pouco mais de dez mil habitantes, menos da metade dos mais de 25 mil da época de Conselheiro. A cidade já foi exportadora de grãos e frutas para municípios vizinhos, mas hoje tem como únicas atividades econômicas a criação de cabras e a plantação de bananas, dependendo dos produtos vindos da vizinha Juazeiro, apesar de possuir, em meio a solo seco e caatinga, extensões de terra banhadas pelo açude. A sobrevivência da cidade também vem das aposentadorias e pensões pagas a moradores pelo desativado Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

Numa carta aberta divulgada por Zé Celso no início do mês, ele chamou de dívida da população brasileira com Canudos a situação social e econômica que encontrou na cidade. Grande da maior pausa da obra de *Os Sertões*, com o livro que José Maria Ribeiro (depois da estréia, ele desistiu de fazer os outros textos do espetáculo, chocada com as cenas de nudez), resume a dívida:

— Dos 15 depois que destruíam a primeira Canudos, a do Conselheiro, o povo ocupou de novo a cidade. Pois quando a população estava começando a se reorganizar, veio a história da construção do açude e muita gente teve que ser desalojada. Então, nos anos 70 e 80, o povo começou a voltar a morar aqui, que é a terceira Canudos.

— Em todo canto do mundo pega celular, menos em Canudos — sentenciava o taxista Antônio Elias, enquanto almoçava carne assada de bode com a equipe do GLOBO num restaurante da cidade baiana.

— Nenhuma administração até hoje investiu na cidade.

O investimento que Zé Celso quis fazer trazendo "Os sertões" para Canudos foi chamar atenção para o município. Hoje, os prefeitos de Canudos e da careense Quixeramobim (cidade natal de Antônio Conselheiro) vão entregar uma

carta escrita por Zé Celso para o ministro da Cultura, Gilberto Gil, esperado em Salvador para as comemorações do Dia do Samba. Intitulado "Paisagem cultural", o texto pede que a estrada entre Quixeramobim e

Canudos seja transformada numa espécie de patrimônio cultural.

— Essa estrada seria a nossa Santiago de Descompostela — brincava o diretor após ensaiar o texto com os atores na noite de terça-feira. — Todas as lanchas estão caindo para mim. Sabe quando você faz um trabalho por anos e anos, e só depois desse tempo todo consegue ver um sentido? É um Benedito mesmo.

Em Monte Santo, na manhã da última terça-feira, parte do elenco de "Os sertões" resolveu saber o que é que a caatinga tem e subiu os três quilômetros da escadaria de pedra que leva ao pico do Monte Santo, onde as tropas mandadas contra Canudos instalaram seu quartel-general e cujo caminho é utilizado porromeiros e pagadores de promessas até hoje.

Um dos atores, Fred Alan, cujo personagem é um soldado que perde uma das pernas, subiu as pedras do Monte Santo de muletas, apoiando-se apenas de um lado do corpo. Entre os atores que o acompanharam na subida (filmada pela lilha de Glauber Rocha, Ava, para um documentário sobre a turnê), estava Jair Carlos, de 16 anos, da cidade de Conselheiro, Quixeramobim, que decidiu partir com o Oficina

quando o grupo passou por lá este ano. Outro ator, Samuel de Assis, que vive um beata auxiliar de Conselheiro, foi a caráter, com uma túnica azul, um cajado e um ar de concentração que o fazia olhar para os outros como se não houvesse ninguém ali.

Há uma proposta de caminho turístico do serião de Canudos com a ideia de utilizar como rede de hospedagem pousadas e casas de moradores das cidades, mais ou menos como aconteceu na passagem do grupo de Zé Celso. A proposta de Dona Josefina e residências de moradores do município receberem não apenas o elenco e a produção da peça, como também pessoas que vieram de outros estados, como Rio, São Paulo e Pernambuco, só para ver o Oficina em Canudos. Muitos desses espectadores já tinham assistido à peça em outro local, como Betânia Pimenta. Ela a viu no Rio, em Quixeramobim, e não ficou satisfeita enquanto não visse em Canudos.

— Em Quixeramobim, a cidade virou outra depois que a peça passou. Mexeu com todo mundo.

A atriz Maria Padilha estava na estréia

Em Canudos, mexeu com os brios de moradores que se sabem donos de um passado sempre mais lembrado do que seu presente ou futuro. A primeira metade do espetáculo de estréia, "A terra" (que contou com a presença da atriz Maria Padilha), foi apresentada ao som de um burburinho e de risadas nervosas dos espectadores que chegaram a atrapalhar a audição.

Na metade final de "A terra", no entanto, os espectadores já tinham se tornado aliados de Zé Celso, que começou a virar essa fogo na casa em que atrizes aparecem segurando três esteras preteadas que representam estrelas e pedem para

a platéia fazer pedidos a elas. De microfone na mão, Zé Celso foi catando pedidos de moradores para sua cidade. As respostas eram imediatas:

- Educação!
- Saúde!
- Uma estrada de asfalto!
- Celular!
- Cultural!
- Que o Brasil volte a enxergar Canudos!

Rui Chafes e Carlos Bevilacqua: Os dois escultores mostram seus trabalhos, respectivamente, na Fundação Eva Klabin e na galeria Mercedes Viegas

A imponderável leveza do ferro e o harmônico equilíbrio das tensões

Luiz Camillo Osório

ARTES CRÍTICA Dois escultores, cujas obras se complementam, expõem na cidade e merecem uma visita. Para um a escultura é peso, para o outro, é equilíbrio. O primeiro é o português Rui Chafes, convidado do projeto Respiração, curadoria de Mário Dacosta, na Fundação Eva Klabin. O outro é Carlos Bevilacqua na galeria Mercedes Viegas, cuja obra fazia tempo não era mostrada no Rio, onde ele vive e trabalha.

Esta não é a primeira vez que Rui Chafes expõe no Brasil. Na 26ª Bienal de São Paulo ele trouxe uma peça monumental de ferro sobre a qual dançava a coreógrafa portuguesa Vera Mantero. Os movimentos da dançarina sentada no chão da peça eram fortes, ressaltando, curiosamente, a fragilidade do seu corpo. Esta mesma tensão entre imponderância e fragilidade ocorre em algumas intervenções realizadas na fundação. Outras vezes dá-se o oposto, nas pequenas esculturas de mão há uma inserção silenciosa nas estruturas entre as várias peças da coleção. A casa da fundação exige do

luminidade. Os objetos e obras de arte distribuídos por salas, mesas e cristalinas são de uma imponderância inquestionável. Além do mais, é uma casa escura e voltada para dentro. Diante destas características, o artista português iniciou sua conversa escolhendo obras que pontuariam o ambiente, seja enfrentando-o, seja misturando-se a ele. É bom que se diga que o ferro sempre preto de suas obras ressalta uma acentuada sombra e introspectiva própria àquela casa e ao seu temperamento romântico (Rui Chafes é tradutor de *Novelle* de Dostoiévski). Surge pela presença das peças é abafada e lenta. Os bancos pretos, austeros, minimalistas, talhados no assento, que ele insere na entrada de uma das salas principais, emitem a sensação de decorativa do ambiente. Do mesmo modo, selas as janelas com uma cortina de aço resalta o voltar-se para dentro — da sua poética e do seu diálogo com a casa.

Títulos das peças publicaram *Formação Histórica de Chafes* Os "balões" de ferro que se "sentam" nas cadeiras encos-

nao pressionam o assento, tornando-se leves no toque. Esta mesma leveza constata-se nas várias pequenas esculturas de mão — pois feitas pelo manual e voltada para dentro. Diante destas características, o artista moldando o bronze. Uma observação especial para os títulos das peças — "as pétalas no ventre", "cabeça de sacerdote", "a história da minha alma", "o estreito espaço que separa a amabilidade da saciedade" — que substituíam o caráter literário de sua formação. Sem pretender explicar ou determinar o sentido das peças, acres-

Se em Chafes a escultura revela-se peso e opacidade, em Bevilacqua ela é tensão e precisão. Os materiais, nas esculturas do artista carioca, estabelecem relações entre si, como se vissem dentro de um sistema cósmico onde imperam forças poéticas que põem cada elemento em equilíbrio. Um certo modelo intuitivo de universo, herdado quicé de Calder, combina-se com o apuro formal de Waltereú Caldas, sua principal referência escultórica.

O que impressiona nas peças de Bevilacqua é uma transi-

A impressão que se tem é que cada material cumpre um destino determinado pelas suas próprias condições inerentes de flexibilidade, tensão, peso, resistência, força. Nada parece forçado ou feito à revelia de uma vontade da matéria. As soluções formais potencializam a precisão do gesto que põe todos os elementos da escultura em equilíbrio instável. Entre todas as peças cabe destacar "Ek-estático", de 2007, e "expectativa matemática", de 2005. Nesta última, a fragilidade da estrutura geométrica e o ponto de equilíbrio concentrado na pequena estera azul revelam a combinação mencionada de sofisticação e simplicidade.

Na obra de Bevilacqua, relações de força

O título da exposição de Bevilacqua, "Por si", aponta para o desafio de criar formas auto-suficientes que de alguma maneira produzam um susto, ou seja, uma possibilidade silenciosa de sentido. No seu caso, o susto se dá como vislumbre de relações de força entre materiais, onde os antagonismos harmonizam-se e as tensões

equilibram-se. No caso de Chafes, o susto é do peso muito e opaco das coisas, mas pode também ser a forma delicada que surge de um peso gesto manual. A escultura obriga-nos, em uma época de virtualidade acelerada, a pen-

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Minoria-DEM - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Jonas Pinheiro*
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾ (DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007
Designação: 5.6.2007
Instalação:
Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de vôo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT)⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)**

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)**

**Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: somcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayne Campos – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹

Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (9 titulares e 9 suplentes)

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE (7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Shessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa (vago)	1. Valdir Raupp
	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
João Pedro (PT) ⁹	PT	1166	2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
João Vicente Claudino (PTB) ¹	PI	2415	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
MAIORIA (PMDB)					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges (PR) ¹⁰	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ⁶	MS	3016
Marisa Serrano ⁷	AM	1413	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma ¹¹ (PTB/SP)					2051

(Atualizada em 17.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 – GLDBAG))DSF 18.10.2007).

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 04.07.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 04.07.2007.

⁸ Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 16.08.2007.

¹⁰ O Senador César Borges deixou o Partido dos Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.

¹¹ O Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PTB-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 17.10.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago)	

Atualizado em 23.11.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5255
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque
PSB (PDT)
Senadora Patrícia Saboya (CE) - PDT
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 02.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u>
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 12.12.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB – RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ⁴ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 20.12.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



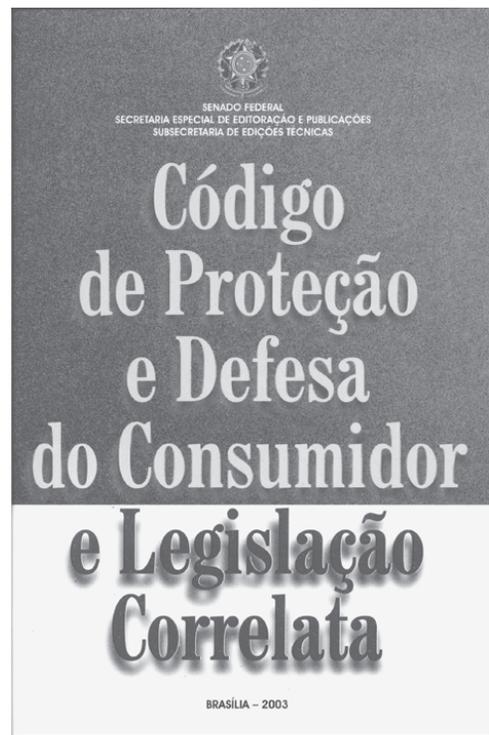
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 158 PÁGINAS